

Leila Maria Vasquez Beltrão

A INDÚSTRIA NOS PEQUENOS MUNICÍPIOS DO SUL DE SANTA
CATARINA

Tese submetida ao Programa de Pós-
Graduação em Geografia da
Universidade Federal de Santa
Catarina para a obtenção do Grau de
Doutor em Geografia.

Orientador: Prof. Dr. Marcos Aurélio
da Silva

Florianópolis
2016

Beltrão, Leila Maria Vasquez

A indústria nos pequenos municípios do sul de Santa Catarina / Leila Maria Vasquez Beltrão ; orientador, Marcos Aurélio da Silva - Florianópolis, SC, 2016.

259 p.

Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Geografia. Inclui referências

1. Geografia. 2. Pequenos municípios . 3. Sul de Santa Catarina. 4. Formação socioespacial regional. 5. Geografia Industrial. I. Silva, Marcos Aurélio da. II. Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em Geografia. III. Título.

Leila Maria Vasquez Beltrão

A INDÚSTRIA EM PEQUENOS MUNICÍPIOS DO SUL DE SANTA CATARINA

Esta Tese foi julgada adequada para obtenção do Título de “Doutor em Geografia”, e aprovada em sua forma final pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia.

Florianópolis, 26 de fevereiro de 2016

Prof. Dr. Aloysio Marthins de Araújo Junior
Coordenador do Curso

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Marcos Aurélio da Silva
Orientador
Universidade Federal de Santa Catarina

Prof. Dr. Nazareno José de Campos
Universidade Federal de Santa Catarina

Prof. Dr. Aloysio Marthins de Araújo Junior
Universidade Federal de Santa Catarina

Prof. Dr. Helton Ricardo Oriques
Universidade Federal de Santa Catarina

Prof^a. Dr^a. Ângela Maria Endlich
Universidade Estadual de Maringá (videoconferência)

Prof. Dr. Alcides Goularti Filho
Universidade do Extremo Sul de Santa Catarina

À Zoila, minha mãe, pelo amor, pela força e pelo exemplo.
Ao Léo, Marina e Elisa: razão e colorido da minha vida.

AGRADECIMENTOS

Ao Instituto Federal Catarinense, Campus Santa Rosa do Sul e Campus Avançado Sombrio, pela liberação das atividades docentes. Aos alunos que, nos últimos 29 anos, são o desafio e o combustível da minha realização profissional. Aos colegas de trabalho, companheiros de jornada, sem os quais os desafios se tornariam apenas um fardo.

Ao Curso de Pós-Graduação em Geografia pela oportunidade e aos colegas do curso, pelo convívio. Às queridas Giséle Neves Maciel e Renata Pozzo, por me propiciarem o frescor das aventuras e a doçura da amizade.

Aos professores que se dispuseram debater a pesquisa em seus vários estágios, pelas contribuições valiosas. Aos membros da banca examinadora, pela gentileza e pelo elevado nível do debate.

A todas as empresas, entidades e instituições do sul catarinense, na figura de seus gestores e funcionários, por contribuírem com informações, entrevistas e depoimentos.

Ao professor Dr. Marcos Aurélio da Silva pela seriedade com que encara o ofício de professor. Pela confiança depositada durante a orientação.

Aos companheiros de estrada, no repetido percurso Sombrio-Florianópolis, pela parceria. Aos amigos Sung Chen Lin e Maurício Dalpiaz Melo por me incluírem em novos desafios.

À minha mãe Zoila e meu pai Ernesto por darem o norte. Por ensinarem que o esforço são alicerces da caminhada. Aos meus irmãos queridos, Carminha, Maurício, Ricardo e Leleco que mesmo distantes, são tão próximos no apoio, no exemplo e no carinho. À grande família: cunhados, cunhadas e sobrinhos por serem um presente adicional. À querida Cristina Cabral, pela acolhida, pelo socorro, pelo carinho, Por estar sempre tão presente.

Ao Léo, meu parceiro de vida. Por não me deixar desistir. Por confiar que seria possível e por me dar o suporte para seguir. Muito desse trabalho devo a você. Obrigado por estar sempre ao meu lado!

Às minhas meninas, Marina e Elisa por serem muito mais do que eu podia sonhar. Por confirmarem que tudo vale a pena. Por trazer tanta alegria, cor e felicidade para minha vida. Amo vocês.

De tudo ficaram três coisas:
a certeza de que estamos sempre começando,
a certeza de que é preciso continuar,
a certeza que podemos ser interrompidos
antes de terminar.

Fernando Sabino. Encontro Mercado, 2005

RESUMO

O objetivo dessa tese é investigar o papel da indústria em pequenos municípios no sul do Estado de Santa Catarina. Nessa mesorregião, os pequenos municípios apresentam participação da atividade industrial superior aos de municípios de mesmo perfil, situados em outras formações socioespaciais. Considera-se que as iniciativas industriais presentes não decorrem unicamente da expansão do processo industrial regional, polarizado por Criciúma, em busca de "novas áreas descontaminadas" para a sua melhor reprodução, interpretação comumente utilizada para definir processos industriais em áreas consideradas periféricas. Ao contrário, observa-se que tais iniciativas demonstram considerável dinamismo e capacidade de adaptação mesmo sob um quadro geral adverso. Partindo do aporte teórico de Formação Socioespacial e reconhecendo a possibilidade de recortes regionais intranacionais, busca-se analisar as relações complexas e escalares entre as determinações gerais, decorrentes do atual estágio de desenvolvimento das forças produtivas e da divisão social e territorial do trabalho e sua materialização em uma formação socioespacial regional particular. Verifica-se que a gênese a partir da acumulação gerada pela pequena produção mercantil foi um fator decisivo para a existência de grande número de iniciativas industriais consolidadas a partir do capital local, em pequenos centros urbanos, com respostas consideravelmente dinâmicas às determinações emanadas pelos centros superiores do capitalismo.

Palavras chave: Pequenos municípios, sul de Santa Catarina, formação socioespacial regional, geografia industrial

ABSTRACT

The objective of this thesis is to investigate the role of industry in small towns in the southern state of Santa Catarina. In this mesoregion, small municipalities show higher level of industrial activity to the same profile located in other socio-spatial formations. It is considered that the present industrial initiatives are not solely based on the expansion of regional industrial process, polarized by Criciúma, in search of "new decontaminated areas" for its best reproduction. Interpretation that is commonly used to define industrial processes in areas considered peripheral. In fact, it is observed that such initiatives have shown considerable dynamism and adaptability even under an adverse picture. Based on the theory of Socio-Spatial Formation and also recognizing the possibility of intra-national regional sections, it seeks to analyze the complex and scalar relationships between general determinations. Those are resulted from the current stage of development of productive forces and social and territorial division of labor and also its materialisation in a particular regional socio-spatial formation. It is found that the genesis from the accumulation generated by small mercantile production was a decisive factor for the existence of a large number of industrial initiatives, as being consolidated by the local capital, in small urban centers, with considerably dynamic responses to determinations issued by higher centers of capitalism.

Key words: small municipalities, regional socio-spatial formation, south of Santa Catarina, industrial geography

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1-Santa Catarina e sul catarinense..Crescimento anual da população municipal por classes demográficas.....	68
Gráfico 2-Santa Catarina e sul catarinense. Crescimento anual da população municipal por classes demográficas.....	69
Gráfico 3- Sul catarinense. Crescimento anual da população por classe de municípios	72
Gráfico 4- Santa Catarina. Produção de Carvão Bruto (ROM).....	127
Gráfico 5- Santa Catarina. Produção de Carvão Bruto (ROM).....	131
Gráfico 6- Santa Catarina. Produção de Carvão Mineral ¹	137
Gráfico 7- Santa Catarina. Produção de Carvão Mineral ¹	147
Gráfico 8- Brasil e Santa Catarina. Produção de Revestimentos Cerâmicos.....	149
Gráfico 9- Santa Catarina. Participação da Produção de Revestimentos Cerâmicos no total nacional.....	150
Gráfico 10 - Sul de Santa Catarina. Produção de Descartáveis Plásticos	159
Gráfico 11- Sul de Santa Catarina. Número de Empresas de Descartáveis Plásticos	160
Gráfico 12- Sul de Santa Catarina. Número de Trabalhadores da Indústria de Descartáveis Plásticos	160
Gráfico 13- Mesorregiões Geográficas de Santa Catarina - Municípios Industriais com menos de 50.000 habitantes.....	176
Gráfico 14 -Mesorregiões Geográficas de Santa Catarina - População dos Municípios Industriais com menos de 50.000 habitantes	176
Gráfico 15- Brasil, Santa Catarina e Sul de Santa Catarina. Produto Interno Bruto dos municípios por categoria demográfica e econômica	180
Gráfico 16 - Mesorregiões Catarinenses - Produto Interno Bruto dos Municípios Industriais cm menos de 50.000 habitantes 2000/2005/2010	183
Gráfico 17– Mesorregiões Catarinenses - Valor Adicionado Bruto (1) e Pessoal Ocupado na Indústria (2) dos Municípios Industriais com menos de 50.000 habitantes.....	184
Gráfico 18 - Sul Catarinense - Número de funcionários segundo classes de municípios	219
Gráfico 19 - Sul catarinense - Empresas por subsetores industriais por classes de municípios	220

LISTA DE TABELAS

Tabela 1- Brasil, Santa Catarina e Sul Catarinense - Estrutura Fundiária	60
Tabela 2 - Brasil, Santa Catarina e Sul Catarinense: Número de Municípios por Classes Demográficas	63
Tabela 3- Sul Catarinense - Municípios com mais de 50.000 habitantes	81
Tabela 4- Sul catarinense- Municípios agropecuários do com menos de 50.000 habitantes, segundo as variáveis selecionadas para pesquisa	82
Tabela 5 - Sul catarinense- Municípios industriais do com menos de 50.000 habitantes segundo as variáveis selecionadas para pesquisa	83
Tabela 6- Santa Catarina - Valor da Produção Industrial	99
Tabela 7- Manufaturas das colônias do vale do Braço do Norte	116
Tabela 8 - Santa Catarina - Valor da Transformação Industrial e do Pessoal Ocupado segundo os principais gêneros.....	145
Tabela 9 -Brasil, Santa Catarina e sul catarinense. Número de municípios e população residente segundo classes demográficas	174
Tabela 10 - Santa Catarina - Número de Grandes Empresas ¹ segundo classes de municípios	187
Tabela 11 - Sul de Santa Catarina- Características das dez maiores indústrias	190
Tabela 12- Sul de Santa Catarina - Principais empresas do segmento alimentar.....	197
Tabela 13 - Sul de Santa Catarina - Principais empresas do segmento cerâmico ¹ dos pequenos municípios industriais	203
Tabela 14 -Sul de Santa Catarina - Principais empresas do segmento plástico ¹ dos pequenos municípios industriais 2013	205
Tabela 15 - Sul de Santa Catarina - Principais empresas do segmento madeireiro ¹	208
Tabela 16 -Sul de Santa Catarina - Principais empresas do segmento da mineração ¹	211
Tabela 17 - Sul de Santa Catarina - Principais empresas do segmento metal mecânico ¹ em pequenos municípios industriais	213

LISTA DE QUADROS

Quadro 1- Estratégias de Expansão do Grupo Eliane entre as décadas de 1960-1980	152
Quadro 2- Reestruturação produtiva e patrimonial do Grupo Eliane entre as décadas de 1990 e 2000	155
Quadro 3.....	195
Quadro 4 - Sul de Santa Catarina - Localização e origem do capital e do empresariado das indústrias cerâmicas pioneiras	200
Quadro 5 - Santa Catarina - Maiores mineradoras por produção, localização e setores de atuação	209

LISTA DE MAPAS

Mapa 1- Municípios do sul de Santa Catarina por dimensão populacional e	85
Mapa 2- Caminhos das Tropas.....	109

ABREVIATURAS E SIGLAS

APL- Arranjos Produtivos Locais
BADESC - Banco de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina
BNDES- Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
BNH- Banco Nacional da Habitação
BRDE- Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul
CAGED- Cadastro Geral de Empregados e Desempregados
CBCA- Companhia Brasileira Carbonífera de Araranguá
CCU - Companhia Carbonífera de Urussanga
CECRISA- Cerâmica Criciúma S.A.
CEPCAN- Comissão Executiva do Plano do Carvão Nacional
CNAE- Cadastro Nacional de Atividades Econômicas
COOPERJA- Cooperativa Agropecuária de Jacinto Machado
COOPERJURITI- Cooperativa Juriti
COOPERSULCA- Cooperativa Regional Agropecuária Sul Catarinense
COPAGRO- Cooperativa Agrícola de Tubarão
COSIPA- Companhia Siderúrgica Paulista
CPL- Carvão pré lavado
CPPP - Cadeia Produtiva Petroquímica Plástica
CRAVIL- Cooperativa Regional Agropecuária Vale do Itajaí
CSN- Companhia Siderúrgica Nacional
FES- Formação Econômico Social
FSE- Formação Socioespacial
GM- Grandes municípios
IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICC- Indústria Carboquímica Catarinense
INCO- Banco Indústria e Comércio de Santa Catarina
IPEA- Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
MDIC- Ministério do Desenvolvimento Industrial e Comércio Exterior
PIB - Produto Interno Bruto
PMA- Pequenos Municípios Agropecuários
PMI- Pequenos Municípios Industriais
PNC- Plano Nacional do Carvão
PND - Plano Nacional de Desenvolvimento
PO- Pessoal Ocupado
RAIS- Relação Anual de Informações Sociais
SPIL- Sistemas Produtivos e Inovativos Locais
SNH- Sistema Nacional de Habitação

SUMOC- Superintendência da Moeda e do Crédito

Utec- Usina Termelétrica de Capivari

VAB- Valor Adicionado Bruto

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	25
1 APORTE TEÓRICO E METODOLÓGICO	31
1.1. A CATEGORIA FORMAÇÃO ECONÔMICO-SOCIAL E FORMAÇÃO SOCIOESPACIAL	31
1.2. RECORTE METODOLÓGICO DAS FORMAÇÕES SOCIOESPACIAIS.....	35
1.3. FORMAÇÃO SOCIAL BRASILEIRA E A POSSIBILIDADE DE FORMAÇÕES SOCIOESPACIAIS REGIONAIS.....	39
1.4. TEORIZAÇÕES SOBRE AGLOMERAÇÕES INDUSTRIAIS.....	43
2. RECORTE DO OBJETO: OS PEQUENOS MUNICÍPIOS INDUSTRIAIS DO SUL CATARINENSE.....	55
2.1. APONTAMENTOS SOBRE LIMITAÇÕES NO ESTUDO DE PEQUENOS MUNICÍPIOS.....	86
3. A GÊNESE DOS CAPITAIS NO SUL DE SANTA CATARINA E AS ETAPAS DA INDUSTRIALIZAÇÃO.....	89
3.1. VISÕES SOBRE A INSERÇÃO DE SANTA CATARINA NO PROCESSO DE INDUSTRIALIZAÇÃO BRASILEIRA	89
3.2. A INSERÇÃO DO SUL CATARINENSE NA DIVISÃO DO TRABALHO.....	103

3.2.1.	A OCUPAÇÃO DO LITORAL.....	103
3.2.2.	A PEQUENA PRODUÇÃO NAS ENCOSTAS FLORESTADAS: O APROFUNDAMENTO DA DIVISÃO DO TRABALHO E AS CONDIÇÕES PARA A ACUMULAÇÃO.....	113
3.3.	ETAPAS DO PROCESSO INDUSTRIAL: A ECONOMIA DO CARVÃO E A INTEGRAÇÃO DO SUL CATARINENSE AO CAPITALISMO INDUSTRIAL.....	123
3.3.1.	O PERÍODO ENTRE GUERRAS.....	123
3.3.2.	O PERÍODO DO PÓS II GUERRA: AMPLIAÇÃO E DIVERSIFICAÇÃO PRODUTIVA DO TIPO “BOLA DE NEVE” 134	
3.3.3.	CONSOLIDAÇÃO DO CAPITAL INDUSTRIAL E POLÍTICAS ESTATAIS A PARTIR DE 1960.....	141
3.3.4.	A DESARTICULAÇÃO POLÍTICA, REESTRUTURAÇÃO ECONÔMICA E NOVOS ARRANJOS.....	162
4.	PEQUENOS MUNICÍPIOS INDUSTRIAIS: COMPARATIVO EM DIFERENTES RECORTES TERRITORIAIS.....	171
4.1.	COMPARATIVO ENTRE BRASIL, SANTA CATARINA E MESORREGIÕES CATARINENSES.....	171
4.2.	DESEMPENHO DOS PEQUENOS MUNICÍPIOS NOS SEGMENTOS INDUSTRIAIS DO SUL CATARINENSE.	186
	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	223
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	227
	ANEXOS.....	252

INTRODUÇÃO

Apresentam-se aqui resultados de pesquisa, cujo objetivo foi investigar o papel da indústria em pequenos municípios no sul do Estado de Santa Catarina, buscando entender a gênese da indústria local e suas relações com a economia regional.

Partindo dos resultados obtidos em pesquisa anterior, que analisou o desenvolvimento da indústria em uma pequena cidade do extremo sul do Estado de Santa Catarina- Sombrio, observou-se que as iniciativas ali presentes não decorreram unicamente da expansão do processo industrial regional, polarizado por Criciúma, em busca de "novas áreas descontaminadas" para a sua melhor reprodução, interpretação comumente utilizada para definir processos industriais em áreas consideradas periféricas. Ao contrário, é produto, principalmente, de iniciativas locais que se consolidaram, expandiram, reorganizaram, demonstrando um dinamismo e capacidade de adaptação que exigem uma análise atenta dessas manifestações particulares e suas articulações com as determinações gerais. Trata-se, pois, de buscar compreender como, concretamente, as determinações gerais se materializam numa existência histórica e espacial específica.

No atual estudo empreendeu-se uma ampliação da temática, investigando se a atividade industrial em vinte e dois dos quarenta e quatro municípios da mesorregião sul catarinense apresenta também tal dinamismo e capacidade de adaptação. O objetivo foi identificar como as determinações gerais, decorrentes do atual estágio de desenvolvimento das forças produtivas e da divisão social e territorial do trabalho se concretizam em uma formação socioespacial regional particular, marcada pela evolução a partir da pequena produção mercantil. Tem-se como hipótese que nessa formação socioespacial, o grande número de iniciativas industriais consolidadas a partir do capital local, mesmo em pequenos centros urbanos, apresentam formas de desenvolvimento, evolução e permanência com respostas consideravelmente dinâmicas às determinações emanadas dos centros superiores do capitalismo. Logo há características intrínsecas a essa formação socioespacial, que lhe fornecem uma identidade que não se reproduz em outras formações regionais.

A busca do que é particular, nos leva a uma reflexão sobre a pertinência metodológica do estudo do local. Partindo das colocações de Milton Santos e do paradigma de formação socioespacial, reconhece-se neste esforço interpretativo, a importância da apreensão das

especificidades locais, compreendidas em seu movimento e articulação com as determinações mais gerais.

Buscar decifrar as determinações gerais em suas relações com as especificidades locais exigiram a busca de um instrumental teórico que permitisse entender a indústria nos pequenos municípios do sul catarinense no contexto da industrialização brasileira. A interpretação de Ignácio Rangel sobre a formação social brasileira, como resultado de uma combinação única, uma resposta própria aos movimentos cíclicos da economia mundial, permitiu perceber a complexidade envolvida na interpretação do objeto de estudo, visto que as suas particularidades resultam da interação dialética com escalas superiores que, por sua vez, têm um desenvolvimento também permeado de especificidades e contradições.

O reconhecimento desta complexidade apenas reforçou a importância de tentar desvendar o significado do diverso, do local com sua riqueza de determinações, abandonando a postura de tentar encaixar a realidade em uma forma “homogeneizadora”. A acuidade interpretativa de Rangel (1981,1999) prova que a formação social brasileira evolui carregada de múltiplas combinações a luz de Lenin (1954,1988), de articulações entre diferentes modos de produção e dentro destes, de diferentes estágios de desenvolvimento das forças produtivas, produzindo espaços diferenciados, cujas as especificidades merecem ser analisadas.

Articulada com a concepção de dualidade da formação social brasileira, a tese de Mamigonian (1986) sobre a formação socioespacial regional, caracterizada pela acumulação gerada no seio da pequena produção mercantil em porções do sul e sudeste do Brasil, é outro pilar interpretativo que apoia a presente pesquisa.

Mostra o autor que, apesar de articulada ao pólo dinâmico nacional (São Paulo), o sul desenvolveu centros de dinamismo industrial próprio. Aqui a pequena produção mercantil de origem agrária, aliada ao pequeno capital comercial, a experiência artesanal, a presença de operários de origem europeia e uma divisão social do trabalho significativa forneceu as bases para uma evolução “onde as indústrias nasceram, em geral, pequenas e tiveram que realizar um longo aprendizado local de resistência e lenta expansão inicial” (MAMIGONIAN, 2000, p. 05). Tal processo desenvolveu-se nas zonas de colonização do sul e no interior ou ao lado das fazendas de café paulistas (idem, 1976), onde as iniciativas industriais floresceram no

período depressivo da economia internacional¹, promovendo uma substituição de bens de consumo simples, capazes de suprir um mercado local e regional em expansão.

Assim, apesar de uma conjuntura externa favorável, internamente o desenvolvimento industrial não se dá homogeneamente no espaço, nem tampouco obedece a uma lógica meramente exógena. As condições locais são fundamentais. Daí que, mesmo no interior de uma formação socioespacial regional, há diferenças no processo de evolução, como apontou Mamigonian (2000), ao focar especificidades da indústria de origem alemã, do oeste agroindustrial e da região carbonífera do sul. Contudo, tais especificidades não anulam o ponto nodal que lhes dão unidade, ou seja, uma acumulação aos moldes do modelo norteamericano de Lenin (1988). Nela, a existência de uma estrutura social e econômica mais democrática que partiu de pequenos produtores, artesãos e comerciantes, forneceu bases financeiras para o início industrial, forjado em um ambiente de forte concorrência e aprendizado. Esse quadro é totalmente diverso do existente no planalto latifundiário, onde a associação entre relações feudais e a pequena produção cabocla, sepultaram as possibilidades de uma acumulação mais pulverizada (VIEIRA, 2011; VIEIRA & PEREIRA, 1997), resultando em uma industrialização predominantemente formada por capitais exógenos à região e mais concentrados em torno dos centros urbanos maiores.

Tendo como base essas interpretações é que a presente pesquisa pretende contribuir, demonstrando que a gênese da formação socioespacial regional é também responsável pela dispersão das iniciativas industriais em pequenos municípios, gerando uma espacialidade regional diferenciada, onde os processos de modernização e concentração, - geralmente destacados para explicar o esvaziamento e perda da funcionalidade dos pequenos municípios em outras formações socioespaciais regionais -, não ocorrem de forma significativa no sul catarinense.

Assim, concorda-se com Damiani (2006) ao apontar que as pequenas cidades não podem ser vistas somente como a face menos moderna do processo modernizador. Nem tampouco, entende-se, que os centros globais, as metrópoles e as cidades médias devem ser incondicionalmente interpretadas como os focos de difusão a ser absorvida residualmente pelos pequenos centros. O processo é de simultaneidade, pois:

¹ Fase “b” do 2º ciclo de Kondratieff – 1873-1896.

[...] A divisão social do trabalho se desdobra numa divisão territorial do trabalho, em que momentos diferentes do processo estão se realizando em diferentes lugares, pondo assim, diferenças sociais e econômicas [...] A rigor, não se pode falar da existência do mais ou menos inserido numa dinâmica econômico-social, que se realiza de forma diferencial (idem, p. 137).

Tal perspectiva contudo, não significa deixar de reconhecer as desigualdades no desenvolvimento de setores produtivos, nações, regiões, cidades, dimensões sociais, culturais, políticas e econômicas do processo histórico.

Para Fresca (2010), a reflexão sobre as pequenas cidades não pode prescindir da análise das mudanças na formação social de cada área ou região brasileira e, portanto, a sua definição depende da sua inserção nesta mesma formação. Isso porque, como destaca Santos (1997), cada lugar combina de maneira particular, variáveis que podem ser comuns a vários lugares. Assim, o critério demográfico, o funcional, o econômico, representam apenas pontos de partida para que se busque uma análise orgânica do conjunto, a definição de diferenças e similaridades entre as horizontalidades e verticalidades espaciais²

Tal pressuposto esteve presente na reflexão sobre o recorte do objeto. A definição dos municípios a serem pesquisados partiu da seleção de um conjunto de variáveis demográficas, funcionais e econômicas que apontaram, na mesorregião, os municípios que se destacam por um reduzido porte populacional, mas que, contudo, contém um número significativo de iniciativas industriais, capazes de apresentar uma movimentação econômica superior à obtida nas atividades agropecuárias. Tais municípios, na mesorregião do sul catarinense concentram, além de um considerável percentual de municípios, o produto interno bruto muito próximo ao amealhado pelos centros mais dinâmicos da economia regional (a saber, Criciúma, Içara, Araranguá, Tubarão e Laguna), bem como o valor adicionado bruto industrial superior aos dos municípios acima citados.

Tais pequenos municípios industriais, contudo, não se destacam somente em indicadores quantitativos. Eles abrigam segmentos cuja evidência é compartilhada com o centro motriz (Criciúma), tal como o

² Ou seja, diferenças e similaridades entre pequenos municípios nas diferentes formações regionais e entre estes e as cidades médias, metrópoles, cidades globais.

caso da atividade carbonífera, a indústria de pisos e revestimentos, a indústria do vestuário. Contam ainda com segmentos em que se destacam isoladamente, como no caso da indústria de molduras.

Os resultados obtidos encontram-se estruturados no seguinte ordenamento de exposição: no primeiro capítulo discute-se a categoria de formação socioespacial como o eixo teórico e metodológico da análise, visto que parte-se do pressuposto de que são as especificidades na gênese da formação socioespacial que explicam o comportamento singular do crescimento industrial dos pequenos municípios. Discute-se ainda o recorte metodológico das formações socioespaciais e a existência de formações socioespaciais regionais. Finalmente apresentam-se reflexões sobre as teorias explicativas das aglomerações e processos industriais.

O segundo capítulo tem como objetivo central definir o conceito de “pequenos municípios” e explicitar os indicadores utilizados para a seleção dos mesmos nesta pesquisa. Para tal, apresenta-se o avanço das pesquisas sobre o tema no Brasil e os desafios para a construção de um arsenal teórico e metodológico para o estudo dos pequenos centros urbanos. A diversidade das formações socioespaciais regionais fica evidente na variedade explicativa das dinâmicas desses centros nas diversas partes do território nacional. O capítulo discute, ao final, as dificuldades de dimensionamento econômico da indústria em pequenos municípios.

O terceiro capítulo aborda diferentes interpretações sobre a origem de processos industriais em Santa Catarina e nele defende-se a adesão à tese de gênese da acumulação gestada no seio da pequena produção mercantil, nas áreas coloniais do sul brasileiro. Trata-se, com base em Mamigonian (1986) de buscar as especificidades que, na origem, permitiram um processo de diferenciação social, ampliação de divisão do trabalho e surgimento de iniciativas produtivas que não decorrem do transbordamento e da subordinação mecânica aos centros de desenvolvimento do capitalismo global ou nacional. Para tal, o capítulo prossegue apresentando as especificidades históricas que propiciaram o início do processo de acumulação regional no sul de Santa Catarina, relacionando o desenvolvimento da indústria no sul com o movimento geral da economia brasileira e catarinense.

No quarto capítulo caracterizam-se especificamente os pequenos municípios industriais. Parte-se do comparativo entre os municípios com mais de 50.000 habitantes, os pequenos municípios agropecuários e os pequenos municípios industriais na escala nacional, estadual e mesorregional para averiguar a existência de comportamentos

específicos. Num segundo momento, sempre partindo de comparativos demográficos e econômicos, busca-se explicitar o comportamento diferenciado dos pequenos municípios industriais na formação socioespacial latifundiária em contraponto aos municípios das áreas de domínio da pequena propriedade mercantil.

Aproximando-se das especificidades concretas, o capítulo cinco enfatiza o desempenho industrial nos pequenos municípios do sul catarinense. Tendo como ponto de partida o número de funcionários e os valores movimentados no mercado de exportação, apresenta-se um detalhamento dos principais segmentos de expressão da indústria nos pequenos municípios. Busca-se demonstrar que há ocorrência de segmentos mais diretamente relacionados com o processo industrial encetado em Criciúma, como o carbonífero e o cerâmico, por exemplo, mas também segmentos industriais de origem independente que transformaram alguns dos pequenos municípios industriais em centros principais, como a indústria de descartáveis plásticos e de molduras. As reflexões conclusivas desse percurso são feitas nas considerações finais.

1 APORTE TEÓRICO E METODOLÓGICO

1.1. A CATEGORIA FORMAÇÃO ECONÔMICO-SOCIAL E FORMAÇÃO SOCIOESPACIAL

A presente pesquisa parte, teoricamente, da adesão à categoria de formação socioespacial (FSE) e, conjuntamente, à possibilidade de utilização dessa perspectiva interpretativa em um recorte espacial intranacional, ou seja, de se considerar que o sul catarinense faz parte de uma formação socioespacial particular, cuja gênese encontra-se na presença da pequena produção mercantil (MAMIGONIAN, 1986), que definiu processos evolutivos diferenciados em relação a outras porções do território brasileiro.

Foi Milton Santos quem demonstrou, no âmbito da Geografia, a fecundidade teórica e interpretativa da categoria de Formação Econômico-Social³ partindo da perspectiva dada por Sereni, que considera que: “[...] esta categoria [FES] expressa a unidade e a

³ A categoria Formação Econômico-Social (FES) foi originalmente desenvolvida por Marx (1983) e Marx e Engels (1986) nas obras clássicas do materialismo histórico e dialético e retomada e aprofundada por Lenin (1988), diante da dificuldade de expor e explicar a realidade histórica da Rússia, que combinava relações de produção capitalistas com relações sociais e instituições de modos de produção pretéritos. Santos (1979c) aponta o stalinismo, o centralismo democrático dos partidos comunistas ocidentais, a ascensão de Hitler ao poder e a Guerra Fria como fatores que fossilizaram o desenvolvimento da categoria de FES. Há de se apontar, contudo, que apesar do isolamento, Gramsci se dedicou ao conceito de formação econômico-social em seus Cadernos do Cárcere, especialmente no Caderno 19 (Risorgimento Italiano), entre 1934-1935, que veio ao público somente em 1949. Sereni destaca as distorções da II Internacional, em que há “la total incomprensión (cuando no, sin más, del sistemático rechazo) de uma e las categorías fundamentales de la marxiana concepción materialista e la historia” (SERENI, 1974, p. 68), sendo Plekanov incisivamente criticado por considerar sinônimos os conceitos de formação social e modo de produção. Outra diferenciação entre a interpretação de Sereni acerca da FES é apontada por Silva (2009, p. 2) ao destacar sua noção de continuidade e descontinuidade do desenvolvimento histórico em contraposição à interpretação de Althusser, para quem cada modo de produção tem um tempo próprio do desenvolvimento das forças produtivas, das relações de produção, da superestrutura política. Para o estruturalista francês não há possibilidade de unidade de processos sincrônicos e diacrônicos.

totalidade das diversas esferas – econômica, social, política e cultural – da vida de uma sociedade, daí a unidade da continuidade e descontinuidade de seu desenvolvimento histórico” (SERENI, 1974 apud SANTOS, 1979c, p. 11). Como apontado por Mamigonian (1996), é ela que une, em caráter interpretativo da realidade, Geografia e Marxismo, e se configura em instrumento fértil para a análise das sociedades humanas e de seus problemas.

Assim, para Sereni o modo de produção é uma possibilidade de realização, uma potência, um real abstrato na concepção de Santos (1997, p. 96). Em termos concretos, as relações de produção e as forças produtivas se combinam por meio das formações econômico-sociais historicamente determinadas. Coube a Santos (1979c, p. 14) incluir o espaço como dimensão indissociável do modo de produção e das formações econômico-sociais, a condição para que o real abstrato passe à condição de real concreto, pois a sua historicidade só pode se realizar, concretamente, no espaço. Na prática, o espaço não é uma tela de fundo inerte. Seus atributos quantitativos e qualitativos influenciam na forma como as relações de produção se desenvolverão em particular, gerando especificidades que caracterizam a evolução das formações econômico-sociais. Logo, a evolução das formas sociais é também a evolução das formas espaciais, numa relação dialética em que a interação mútua resulta em distintas formações econômico-sociais. Daí tratar-se de formações socioespaciais (FSE)⁴.

Além da indissociabilidade da dimensão espacial nas categorias modo de produção (MP) e formação econômico-social (FES), dois outros pressupostos lhes são inerentes. O primeiro refere-se à indissociabilidade entre natureza e sociedade, pois as bases históricas e territorialmente determinadas não escapam às especificidades da natureza, pois o “[...] modo de produção é uma forma de organização do processo de produção destinada a agir sobre a natureza e obter os elementos necessários à satisfação das necessidades da sociedade” (CÓRDOVA, 1974 apud SANTOS, op. cit., p. 15). Concretamente essa

⁴ Vieira (1992, p. 28), ao abordar o debate entre Geografia, História e Marxismo, defende: “As leis gerais do processo histórico estão contidas na categoria modo de produção – MP (a unidade e a diversidade no tempo) e as suas leis específicas, na categoria de formação econômico-social – FES (a unidade e diversidade no espaço). Ambas só se realizam na interpretação de uma dada realidade, uma Formação Socioespacial (FSE), onde o geral deve conter o específico e o específico o geral, pois é assim que se apresenta a materialidade da sociedade”.

relação dá-se entre uma determinada sociedade (histórica e territorialmente definida) e uma natureza específica, particular, decorrente do arranjo dos elementos físico-biológicos numa determinada porção do espaço. Contudo, não se trata do entendimento do quadro natural numa perspectiva simplista, cujo reducionismo o iguala à noção de recurso econômico ou matéria-prima. Ao contrário, como nos alerta Pereira (1997, p. 96), trata-se da “[...] evidente inseparabilidade entre as esferas naturais e sociais na consideração das forças produtivas”.⁵ Assim, a formação é econômica e social porque abrange simultaneamente esses dois âmbitos da práxis: a natureza (a base material) e a sociedade (o social).

Essa perspectiva aproxima de forma definitiva a Geografia do conceito de formação econômico-social, pois todo o arranjo espacial contém em si relações sociais. O “espaço geográfico”, como nos lembra Pereira (1989), é o espaço produzido, onde a “primeira natureza”, transformada pelo trabalho humano para a obtenção dos bens necessários à sua subsistência, constitui a base material da sociedade e a condição concreta de existência social dos homens. Embora a “primeira natureza” por si só não constitua o espaço geográfico, não há espaço geográfico sem ela, pois os elementos naturais são incorporados ao arranjo espacial por meio do trabalho social.

Assim, nas áreas de colonização europeia do século XIX (vales litorâneos de ocupação ítalo-germânica, onde se insere o sul catarinense), os determinantes naturais tiveram um papel decisivo no desenvolvimento das forças produtivas. O relevo compartimentado na forma de pequenos vales acidentados com uma “saída para o mar” foi favorável ao desenvolvimento de centros comerciais independentes, dificultando uma satelização excessiva do grande capital comercial⁶.

⁵ Marx e Engels (1986, p. 57, 67), ao apontarem suas críticas à filosofia neo-hegeliana, rechaçaram de forma decisiva a separação entre natureza e sociedade. Para eles, a ciência da história, que engloba tanto a natureza quanto o mundo dos homens, tem como exigência levar em conta, concreta e materialmente, todas as relações da natureza com a vida humana, relações estas histórico-sociais. Para Lukács (1979, p. 15-16), a partir de Marx, o problema da natureza aparece sob uma luz ontológica completamente nova, pois, ao contrário dos sucessores de Hegel, Marx “[...] descortina a dupla determinação de uma insuperável base natural e de uma ininterrupta transformação social dessa base. É a categoria trabalho que tem a função de mediatizar o intercâmbio orgânico entre o homem e a natureza”.

⁶ O capital comercial *import-export*, consolidado em Desterro (atual Florianópolis), teve menor capacidade de drenar o excedente produzido no

Esse fato contribuiu para formar uma acumulação pulverizada, base para a diferenciação dessa formação socioespacial regional. No sul catarinense, tal acumulação associou-se a determinantes naturais ainda mais específicos, pois a descoberta e a exploração de depósitos de carvão mineral⁷ formaram uma economia de aglomeração que forneceu um caráter próprio ao crescimento industrial regional. A implantação do aparato produtivo do carvão (extração, transporte, beneficiamento, transformação) propiciou o desenvolvimento de outros segmentos que foram explorados por iniciativas predominantemente locais, como empresas metalúrgicas, mecânicas e químicas, que não se localizaram exclusivamente em Criciúma. Paralelamente, setores como cerâmico, madeireiro, calçadista, de confecções também se desenvolveram, com iniciativas que não se restringiram ao polo industrial central (Criciúma) ou a centros regionais secundários (como Araranguá ou Tubarão), mas pulverizaram-se em municípios de pequena concentração populacional.

O outro pressuposto que a categoria de FSE traz ao debate é a indissociabilidade entre o todo e as partes e entre o global e o local, fundamental ao tipo de análise a que se propõe esta pesquisa. Assim, Santos aponta que:

[...] o interesse nos estudos sobre as formações econômicas e sociais está na possibilidade que eles oferecem de permitir o conhecimento específico, apreendido num dado momento de sua evolução [...] a apreensão do particular como uma

interior das pequenas propriedades mercantis instaladas nos vales do que, por exemplo, esse mesmo capital sediado em Porto Alegre, que sempre foi “[...] a porta para o mar de toda a área centro-norte do Rio Grande do Sul”. (MAMIGONIAN, 1966, p. 38).

⁷ Apesar de a descoberta de carvão mineral datar do início do século XIX, é somente ao final do século que os investimentos de exploração e de transporte foram realizados numa parceria entre o Visconde de Barbacena e capitais ingleses, resultando, entre outros, na construção da Estrada de Ferro Dona Teresa Cristina em 1874 (GOULARTI FILHO, 2002, p. 87). Contudo, somente com as conjunturas depressivas e a dificuldade de importar durante as duas Guerras Mundiais é que a produção aumentou, gerando investimentos privados (Henrique Lage, Primeira Guerra Mundial) e públicos (Segunda Guerra). É o governo nacionalista de Getúlio Vargas, por meio de investimentos estatais e de políticas protecionistas, que formou um mercado sólido para o carvão. Ele passa então a ser explorado por iniciativas locais (Guglielmi, Freitas, Zanette) e por empresas estatais (mineração Próspera – CSN). O capítulo 3 trará uma discussão sobre a temática.

cisão do todo, um momento do todo, assim como o todo reproduzido numa de suas frações. (SANTOS, 1979c, p.12).

Logo, o crescimento industrial de pequenos municípios no sul de Santa Catarina não pode ser entendido por si mesmo⁸. Ao contrário, ele é produto da dinâmica do modo de produção capitalista, que determina a carapaça sob a qual se desenvolvem as relações de produção e as forças produtivas, cujo arranjo, contudo, é particular. Ao mesmo tempo, em par dialético, tal industrialização, como fenômeno de uma formação socioespacial dotada de um processo histórico-genético específico, dá concretude às relações econômicas e sociais gerais. Logo, tal processo não se reduz ao local, mas articula-se ao nível regional, nacional e internacional com o todo da economia, da política e da sociedade⁹.

1.2. RECORTE METODOLÓGICO DAS FORMAÇÕES SOCIOESPACIAIS

Silva (2003, 2009) distingue posições teóricas que, apesar de se utilizarem da categoria de formação social, divergem sobre o recorte possível para tal categoria. Se por um lado o recorte mínimo reside na constituição do Estado-Nação, como defendeu Milton Santos¹⁰, outros

⁸ Ir além da aparência do fenômeno em sua forma dada é a proposta do método histórico-dialético que busca, por meio do pensamento, atingir a sua essência, o seu núcleo (LUKÁCS, 1981, p. 67-8). A relação dialética e a unidade entre a aparência e a essência formam a totalidade concreta, segundo Marx (1983, p. 218-9). Essa é forma pela qual é possível ao pensamento apropriar-se da realidade.

⁹ A utilização da categoria de FSE no estudo regional busca apreender as determinações históricas do desenvolvimento, concedendo um caráter ativo aos processos de acumulação. Essa interpretação difere das comumente utilizadas para discutir a questão regional, como as abordagens marshallianas, que focam no papel das pequenas empresas e da cultura local, como no caso do Desenvolvimento Endógeno Difuso (RAUD, 1999). Ou ainda nas que subestimam as determinações nacionais (STORPER, 1990), que enfatizam a relação local-global no âmbito da economia flexível. Entende-se que tais interpretações não apreendem a diversidade de determinações da dinâmica regional, como se discutirá adiante.

¹⁰ Santos (1979b, p.28) afirma: “Um Estado-Nação é uma Formação Sócio-Econômica. Um Estado-Nação é uma totalidade. Assim a unidade geográfica ou espacial de estudo é o Estado-Nação. A ‘região’ não é mais que uma subunidade, um subsistema do sistema”. Essa afirmação categórica parece não

autores como La Peña admitem o recorte não só em “[...] âmbito nacional como em conglomerados regionais de uma mesma nação” (LA PEÑA, 1978 apud SILVA, 2003, p. 167).

Contudo, admitir os recortes regionais não encerra a questão. É necessário explicitar o que dá unidade ao recorte, o que permite considerá-lo definidor de determinada formação social. Para Silva (2003) o critério de regionalização das formações deve estar nas particularidades históricas de constituição das relações capitalistas, ou seja, nas especificidades da luta de classes e produção do excedente em geral, em um ambiente geográfico e social dado, nas homogeneidades genéticas tanto naturais como as da estrutura social¹¹. A formação social apresenta então como unidade básica, que a caracteriza como uma formação particular, apesar de sua individualidade, estar inserida em formações sociais mais amplas, tal qual a formação social em âmbito nacional.

Essa visão tem suas raízes teóricas nas formulações de Lenin (1954, 1988) acerca das especificidades do processo de transição do feudalismo para o capitalismo, que permitem reconhecer formações regionais individualizadas por diferentes histórias de acumulação. Para ele existem duas vias objetivamente possíveis para o desenvolvimento e desfecho do processo de transição: a via prussiana e a norte-americana ou revolucionária. A via prussiana caracteriza-se pela substituição lenta

deixar dúvidas quanto à posição do autor. Contudo, em obra publicada anteriormente, destaca a adequação da aplicação da categoria FSE ao estudo regional de uma zona deprimida do território argentino, realizada por Rofman e Romero (1977 apud SANTOS, 1980, p. 200). Ainda, em obra posterior, ao discutir o papel das redes, questiona-se como trabalhar analiticamente as categorias formação socioeconômica local (ou regional) e formação socioeconômica nacional (SANTOS, 1997, p. 216), dando indícios da pertinência de recortes territoriais menores que o do Estado-Nação.

¹¹ As especificidades do desenvolvimento das forças produtivas e das relações de produção sob a influência do quadro físico, ou seja, as especificidades tanto naturais como sociais, foram o elemento central para a análise de Rangel (1993) acerca do desenvolvimento de diferentes modos de produção no continente americano. Rangel considera que a menor heterogeneidade física da América portuguesa forneceu as condições para que se forjasse uma unidade política, o Brasil. Tal unidade é marcada por uma ampla diferenciação histórica em que as relações de produção da sociedade humana se desenvolveram com diferenciações regionais sem, contudo, reproduzir um etapismo hierárquico à luz do desenvolvimento europeu. Ao contrário, as relações de produção se sucedem em uma ordem definida por ele por meio das “leis da dualidade”, em que o desenvolvimento se dá pela combinação entre modos de produção.

das relações de produção feudais no interior do latifúndio, ou seja, mantêm-se a grande propriedade e os pilares da antiga superestrutura. Na via revolucionária, o desenvolvimento das pequenas propriedades camponesas decorre do extermínio da grande propriedade, e o antigo campesinato patriarcal vai sendo substituído pelo capitalista granjeiro¹². Nesse caso, a antiga superestrutura é destruída e há um rápido desenvolvimento das forças produtivas sob a égide capitalista (Lenin, 1988). Contudo, esses dois tipos de transição se expressam nos diferentes lugares por meio de “combinações infinitamente diversas” (LENIN, 1988, p. 11).

Gramsci (1987), ao analisar a questão da transição e da formação do Estado Nacional Italiano, desenvolveu, nos anos 20 do século XX, o conceito de “bloco histórico”, que se assemelha à noção de formação social defendida por Lenin. A ênfase gramsciana aponta que as especificidades concretas na evolução das forças produtivas e das relações de produção têm na territorialidade um dos seus elementos fundamentais, ou seja, as manifestações das diferentes formas de transição e evolução capitalista ocorrem em territórios determinados (ibidem, p. 45). Tem-se, portanto, que o esquema territorial de Gramsci – central à noção de bloco histórico – admite diversos recortes espaciais que, sempre articulados, incluem grandes blocos extranacionais (ao espelho da análise de Lenin), os blocos nacionais (a formação do Estado Nacional Italiano) e sua análise acurada de um território intranacional, como o focado na região do Mezzogiorno. Por tal, o conceito de bloco histórico é escalar, visto que a forma como se combinam as condições da infraestrutura e da superestrutura tem especificidades nas diversas porções territoriais¹³.

Gramsci (1989) destaca a importância entre a mediação dialética da estrutura e da superestrutura, bem como entre o movimento orgânico e o movimento da conjuntura¹⁴ ou ocasional para o entendimento dos

¹² Nas palavras de Lenin (1954, p. 34) “[...] camponês que passa a ser o agente exclusivo da agricultura e vai evoluindo até converter-se em granjeiro burguês”.

¹³ Silva (2014) aponta que a categoria de bloco histórico, tal como elaborada por Gramsci, parte da associação feita pelo autor sardo ao conceito de formação social, na perspectiva leninista. A preocupação de Gramsci, ao espacializar os recortes temporais, aproxima-o da categoria de formação socioespacial, desenvolvida décadas depois por Milton Santos.

¹⁴ Essa advertência teórico-metodológica demonstra sua atualidade ao ser plenamente aplicável ao debate recente das aglomerações produtivas. Gramsci (1989, p. 46) aponta a insuficiência das análises histórico-políticas que tendem a um exagero do economicismo, superestimando-se causas mecânicas aplicadas a

processos de transição. Transpondo para a ideia das formações regionais, como nos aponta Silva (2009), há que se ter acurada atenção para avançar além dos determinantes da estrutura objetiva, das condições materiais, para o mais abertamente político, assinalando a passagem da estrutura para a esfera das superestruturas complexas, que no movimento real se confundem reciprocamente, criando combinações originais e historicamente concretas.

Isso significa trazer ao entendimento a questão da hegemonia, na perspectiva gramscianiana, do arranjo político e ideológico das diferentes classes sociais, não somente moldadas pelas condições da base material, mas dialeticamente moldando também essas bases (GRAMSCI, 1989). As formações sociais resultam de processos sociais assimétricos, em que classes, agentes e centros de decisão têm força coercitiva (em diversos níveis) para ditar, delimitar, negar domínio de ação e raio de manobra a outrem. Este, por sua vez, tem diferentes graus de consentimento, para o domínio e exercício de direção. Ou seja, incluir na análise o poder de pressão e influência cultural, política e ideológica de determinada aliança de classes (ou frações de classes) sobre o conjunto social, posto em determinado espaço-tempo, fornece condições para uma interpretação da diversidade e originalidade das formações sociais.

Essa perspectiva de combinações originais nos leva a refletir sobre o caráter da formação social brasileira, um debate rico sobre a inserção do país na divisão internacional do trabalho a partir da ocupação lusitana no século XVI. Por que esse debate interessa ao tema de pesquisa em tela? Porque a adoção de uma ou outra linha explicativa pressupõe fornecer uma interpretação diversa sobre a possibilidade ou não de articulação de diferentes modos de produção em um complexo dinâmico, bem como sobre a existência ou não de uma correlação de forças político-institucionais que articulem o poder do Estado, numa combinação das forças produtivas mais avançadas e dinâmicas e de forças conservadoras que resistem no controle superestrutural. Ao mesmo tempo, considerar apenas formas puras, para o enquadramento do Brasil na divisão internacional do trabalho, implica não reconhecer toda a dimensão da categoria de formação econômico-social e por

todos os tipos de realidade e situações ou, no reverso oposto, os que consideram as causas imediatas, voluntaristas e individuais como as determinantes. Assim, parecem insuficientes tanto as abordagens que tendem a fazer tábua rasa das especificidades e atribuem todos os fenômenos ao enquadramento global quanto as que buscam explicar as diferenças exclusivamente por meio de elementos pontuais e endógenos.

extensão a possibilidade de existência de formações socioespaciais regionais.

1.3. FORMAÇÃO SOCIAL BRASILEIRA E A POSSIBILIDADE DE FORMAÇÕES SOCIOESPACIAIS REGIONAIS

Modo de produção puro ou articulação entre modos de produção diversos? Esse importante debate, que se desenvolveu no seio da esquerda marxista brasileira, abrigou interpretações não só distintas como excludentes do ponto de vista conceitual. Vieira (1992) classificou-as em três grandes correntes, tendo como base os seus precursores. Duas delas, apesar de defenderem um mesmo princípio, ou seja, o de que a formação social brasileira estruturou-se sob a égide de um modo de produção “puro”, divergiam sobre qual era esse modo. Para Nelson Werneck Sodré (1976) o Brasil teve uma origem feudal e o avanço das relações de produção e das forças produtivas deveria cumprir etapas à luz da sucessão dos modos de produção, tal qual ocorrido na Europa. Caio Prado Jr. (1969), por outro lado, defendeu a origem capitalista do país, pois este se enquadrou na divisão internacional do trabalho, sob o comando de relações mercantis centrais. Essas teses dominaram o debate ao longo das décadas de 50 e 60 do século XX e acabaram por obscurecer a terceira corrente, que de forma original e independente (MAMIGONIAN, 1987, 2000) interpretou a formação brasileira como produto de uma combinação própria de modos de produção distintos, concedendo à formação social do Brasil um caráter peculiar. Trata-se da interpretação de Ignácio Rangel (1981, 1999).

Outra diferenciação entre as três correntes está no elemento definidor do sistema econômico. Essa questão traz à tona o debate sobre a transição do feudalismo para o capitalismo na Europa Ocidental, encetada por Dobb e Sweezy (SWEEZY et al., 1983). No debate sobre a gênese da Formação Social Brasileira, Prado (1969) alinha-se à posição de Sweezy¹⁵, que vê na circulação, ou seja, na presença de relações mercantis, o elemento definidor da gênese capitalista. Rangel (1981,

¹⁵ Sweezy (op. cit., p. 42) defende: “O comércio de longa distância pode ser uma força criativa, suscitando um sistema de produção para troca paralelo ao antigo sistema feudal de produção para uso”. E continua: “o solvente desse sistema estático [feudalismo] teria de ser externo; e foi precisamente o comércio que, ao promover o crescimento das cidades e o estabelecimento das primeiras indústrias, e ao atrair servos para as cidades teve efeito de tornar impossível a coexistência do feudalismo e de um sistema de produção para a troca” (ibidem, p. 130).

1999) e Sodré (1976)¹⁶, por outro lado, agregam-se à linha interpretativa de Dobb (1988), que, com base em Marx, considera o desenvolvimento das forças produtivas e das relações de produção o fator definidor do sistema econômico¹⁷.

No Brasil, a ênfase na circulação em detrimento às relações produção¹⁸ retira de antemão a possibilidade interpretativa da via revolucionária de Lenin, pois sendo o capitalismo decorrente da existência de relações mercantis, não há possibilidade de gênese a partir do “camponês que passa a ser o agente exclusivo da agricultura e vai evoluindo até converter-se no granjeiro capitalista” (LENIN, 1954, p.34). Logo, a existência de uma pequena produção mercantil é velada, por muitos dos seguidores dessa linha interpretativa, por explicações de “um capitalismo sem mercado de força de trabalho, ou mesmo por um campesinato a histórico sob o comando do capitalismo” (VIEIRA, op. cit., p.78). Não obstante Caio Prado reconheça a existência de pequenos produtores autônomos, considera que estes foram dissolvidos, pois

“Não era possível à pequena propriedade medrar no Brasil colonial. Impelidos pelas circunstâncias,

¹⁶ Sodré, contudo, distancia-se de Rangel por fazer uma aproximação confusa entre os conceitos de modo de produção e formação social, bem como por defender um etapismo à luz do desenvolvimento europeu (VIEIRA, 1992).

¹⁷ Dobb (1988, p.7), ao se contrapor à tese circulacionista, apontou: “Temos o significado inicialmente conferido por Marx, que não buscava a essência do capitalismo num espírito de empresa nem no uso da moeda para financiar uma série de trocas com o objetivo de ganho, mas em determinado modo de produção. Por modo de produção, ele não se referia apenas ao estado da técnica – a que chamamos de estágio de desenvolvimento das forças produtivas – mas à maneira pela qual se definia a propriedade dos meios de produção, às relações sociais entre os homens, que resultavam de suas ligações com o processo de produção”. Em consonância, Brenner considera que o problema da origem do desenvolvimento capitalista é o da origem das relações de classe historicamente constituídas e, especialmente, de diferentes equilíbrios de poder entre as classes (BRENNER, 1988, p. 54) e faz uma crítica direta à Wallerstein (1990) que, em sua teoria da economia-mundo se alinha aos circulacionistas pois identifica como a origem do capitalismo a expansão do mercado mundial irrestrito pelos impérios-mundo.

¹⁸ Coutinho (apud PEREIRA, 1997, p. 114) aponta que, não obstante a importância histórica da obra caiopradiana, o historiador utiliza um estoque reduzido de categorias marxistas, bem como atribui um caráter secundário ao conceito axial de modo de produção. Coutinho chama a atenção também para as raras referências feitas a Lenin, bem como a um “provável desconhecimento do conceito de via prussiana”.

se vão os pequenos proprietários aos poucos desfazendo de suas posses em benefício dos grandes domínios. Depois de tal processo de eliminação da pequena propriedade, vai-se afinal fundar toda a economia agrária da colônia unicamente no grande domínio rural”. (PRADO JÚNIOR, 1969, p, 21)

Posição oposta é a de Rangel (1993), para quem a formação social brasileira apresenta um desenvolvimento decorrente da combinação de modos de produção distintos¹⁹. A América portuguesa, apesar de menores diferenciações do quadro físico que a América espanhola teve,

“[...] nas vastas áreas, a permanência do anecúmeno (especialmente a Amazônia), do comunismo primitivo ameríndio, um pouco por toda a parte; a escravidão ameríndia e africana, também um pouco por toda a parte; e, nas regiões mais propícias à pronta exploração, especialmente no Nordeste semi-árido e nas constitutivas da atual Região sul, foram surgindo formas precoces de Feudalismo” (idem, p. 9-10).

A coexistência de distintos modos de produção em diversas porções do território, contudo, não é a única diferenciação que a interpretação de Rangel traz à luz no debate sobre a formação brasileira. Originalmente o autor indicou também que, como o Brasil se constituiu como uma economia periférica e complementar, teve de se ajustar, em sua evolução histórica, a relações de produção diferentes da sua, assumindo, estruturalmente, um caráter duplo. Isso implica reconhecer que “coexistem duas ordens de leis tendenciais que imperam respectivamente no campo das relações internas de produção e no das relações externas de produção” (RANGEL, 1999, p.32), unidas dialeticamente na formação social brasileira.

¹⁹ Essa perspectiva apresenta uma nova forma de interpretar a evolução da formação brasileira, porque ao lado das determinações externas (sobre as quais recai quase que exclusivamente o “peso” da interpretação circulacionista) percebe as possibilidades internas da colônia para a implantação dos modos de produzir sem desprezar a base natural, já que a história, sendo feita concretamente pelos homens, não prescinde do espaço (PEREIRA, 1997, p. 100).

Mesmo a face externa, com a qual a formação social brasileira se articulou em sua inserção na divisão internacional do trabalho, não se constituía, no advento da colonização do Novo Mundo, em uma unidade. Ao contrário, o que se apresentava eram um sistema mercantilista em desenvolvimento²⁰ e um sistema feudal em decomposição. Este, porém, ainda no controle da superestrutura, foi o que forneceu a “carapaça externa” com a qual a Europa conectou-se com o Novo Mundo (RANGEL, 1981, p. 5).

Essa conexão, contudo, enquanto determinação externa, não encontrou uma natureza e uma sociedade homogêneas. As grandes regiões naturais e a diversidade humana vão se refletir diretamente na distribuição espacial dos modos de produção que se estabelecem. As formações coloniais, embora politicamente subordinadas, vão constituir estruturas específicas, em função, entre outras, de uma base geográfica própria. Mesmo o Brasil, que ao contrário da América espanhola apresentava menor heterogeneidade do quadro natural (predomínio de áreas tropicais) e do quadro humano (comunismo primitivo com organização social agrícola muito simples ou em estágio de nomadismo de caça e coleta), vai desenvolver relações de produção diversas que vão articular o comunismo primitivo já existente ao escravismo e a formas precoces de feudalismo, apresentando uma contemporaneidade de sistemas produtivos que na cronologia histórica não são contemporâneos (RANGEL, 1993; PEREIRA, 1997).

Temos então a formação social brasileira como o resultado de uma combinação única, uma resposta própria aos movimentos cíclicos da economia mundial, que evolui carregada de múltiplas combinações, de articulações entre diferentes modos de produção e, dentro destes, de diferentes estágios, produzindo, pois, espaços diferenciados. Nessa linha interpretativa, portanto, reconhece a existência de formações socioespaciais específicas no interior da Formação Brasileira. Nelas as relações de produção adotam características específicas em decorrência do ambiente geográfico e social dado.

Nesse ponto, deve-se fazer um retorno às colocações do início deste capítulo. A adesão da presente pesquisa à categoria de formação socioespacial e o entendimento de que essa categoria é passível de um

²⁰ Forma pré-capitalista, porque a formação do capital aparecerá somente quando “o valor existente como riqueza monetária adquire, de um lado, as condições objetivas do trabalho para, de outro lado, trocar o trabalho vivo dos trabalhadores, agora livres, por dinheiro” (MARX, 1986, p. 105).

recorte intranacional foram adesões aleatórias? Procurou-se evidenciar que não. As escolhas teóricas, como não poderiam deixar de ser, partiram de reflexões que buscaram uma apropriação para o uso consciente dos conceitos e do método. Este é o ponto de partida.

1.4. TEORIZAÇÕES SOBRE AGLOMERAÇÕES INDUSTRIAIS

Trazendo o foco para o objeto da pesquisa, a dinâmica industrial em pequenos municípios, há de se refletir sobre a discussão dos processos que envolvem a escolha dos agentes econômicos em relação aos lugares. Teremos nos pequenos municípios do sul catarinense iniciativas que, organicamente, têm sua acumulação a partir da pequena produção mercantil ou do capital comercial local? Será, no entanto, que a região é mais bem caracterizada pelo “transbordamento” das atividades originalmente instaladas nas médias cidades que comandam a economia regional ou teremos ainda as pequenas cidades como lugares “pinçados” por grandes corporações multifuncionais e multilocalizadas, em sua busca do uso mais lucrativo possível do espaço?

Para qualquer uma dessas questões, há necessidade de buscar um arsenal teórico que ajude a desvendar os processos que ocorrem na região em questão. Há necessidade de se considerar os determinantes gerais, estruturais do capitalismo contemporâneo que imprimem enorme dinamicidade ao conteúdo dos lugares, pois não se pode abstrair que qualquer sistema produtivo, em qualquer escala, não seja imune à articulação comandada por gigantescos blocos de capital. Assim, as iniciativas, independentemente da escala de ação e análise, estão sujeitas a ambientes de articulação oligopolista, sob o domínio do capital financeiro, e submetidas a uma dinâmica intersetorial específica que impõe barreiras ou dificulta a entrada em setores-chave, a economia de escalas, a subutilização da capacidade ociosa, entre outros (BRANDÃO, 2003, p. 5). Negligenciar, como o fazem algumas linhas teóricas endogenistas, que o comando dos processos está fora do espaço sob análise é produzir uma interpretação vazia de conteúdo crítico, que abandona a perspectiva da luta de classes, da divisão do trabalho e da hegemonia como fundamentais para a interpretação dos processos²¹.

²¹ Damiani (2006) destaca que as diferenças espaciais inerentes a um determinado sistema econômico (ou seja, decorrentes da divisão social do trabalho, projetadas espacialmente por meio da divisão territorial do trabalho) foram pensadas, sob uma leitura estruturalista-marxista, como diferentes modos de produção agindo simultaneamente, sob o domínio do modo de produção

Santos (1997, p.216-7), ao abordar a relação entre o global-nacional-local, nos mostra que, na dialética do território, a sociedade local comanda, sobretudo, os aspectos técnicos do trabalho local. Os aspectos políticos do trabalho, por sua vez, têm o controle em outras instâncias, superiores e distantes. Assim a questão da hegemonia, sob o prisma gramsciano, é central no debate, visto que os centros de decisão é que detêm a força coercitiva para indicar os limites para o raio de manobra das forças localmente situadas²².

Por outro lado, não se pode cair no determinismo generalizante que atribui todas as decisões e ações aos agentes globais. Não se pode abandonar as especificidades históricas das formações sociais, tanto as determinações dos Estados Nacionais, como as singularidades regionais e locais que dão respostas específicas aos determinantes gerais. Fazer tábua rasa dessas especificidades é também impedir uma interpretação dialética da realidade, visto que o motor da transformação do local está nas contradições entre as especificidades locais e os enquadramentos globais, nacionais e regionais.

Na contemporaneidade, trata-se, pois, de analisar como se dá o enquadramento – tanto temporal quanto espacial – do local no contexto do capitalismo globalizado. Damiani (2006, p.135) aponta que as diferenças temporais e espaciais são imanentes ao próprio modo de produção capitalista, pois este se realiza simultaneamente com formas não capitalistas ou pré-capitalistas de produção. Ou seja, a divisão social do trabalho se desdobra em uma divisão territorial do trabalho, em que momentos diferentes do processo estão se realizando em diferentes lugares, fornecendo especificidades e conteúdo às formações socioespaciais. No que se refere ao processo modernizador do

especificamente capitalista. Na Geografia tal interpretação teve considerável repercussão, sobretudo a partir da adesão às ideias de Alan Lipietz (O capital e seu espaço). Em outra vertente, esta mais interna a uma abordagem marxista, considera-se a lei do desenvolvimento desigual para incluir, no interior da formação econômico-social, o desigual desenvolvimento de setores produtivos, nações, regiões, cidades, dimensões sociais, culturais, políticas e econômicas como inerentes a essa formação.

²² Apesar de ter suas origens na social-democracia russa e em Lênin, é Gramsci que apresenta uma noção de hegemonia mais elaborada e adequada para pensar as relações sociais, sem cair no materialismo vulgar e no idealismo (ALVES, 2010). O sardo, a partir de Lenin, avança na articulação entre superestrutura e infraestrutura, destacando o papel da sociedade civil, da política e da ideologia, tanto quanto da economia, na constituição das relações sociais.

capitalismo, numa abordagem que pretende ser dialética, as diferenças espaciais e temporais não podem ser entendidas como resultantes de um descompasso entre o que é mais ou menos moderno, entre o que é avançado e o que é residual. Ao contrário, são faces de um mesmo processo.

Neste contexto, a interpretação sobre as pequenas cidades abandona a perspectiva evolutiva clássica de que são a face menos moderna do processo modernizador, para compreendê-las como simultaneidade e diferencial, como produtos de uma dinâmica em que há centros dinamizadores em pequenas cidades, bem como elementos residuais nos grandes centros urbanos²³.

Tendo as observações acima como pressupostos básicos, cabe buscar compreender como avança o entendimento sobre a localização das atividades produtivas no espaço, debate caro tanto à Geografia como à Economia.

De modo geral, pode-se afirmar que é com Isard (1956) que se funda a Ciência Regional como uma nova vertente de reflexão da economia, dando ênfase à localização espacial das atividades produtivas. A base de seu pensamento teve como precursores a escola alemã do século XIX, especialmente na figura de Von Thünen, cujos princípios de distribuição das atividades agrárias no espaço foram amplamente utilizados na Geografia²⁴ (WAIBEL, 1955), bem como Losch e Weber (CORRÊA, 1986; VALE e CASTRO, 2010). Nessa corrente marginalista, centrada na ação dos agentes econômicos, destaca-se a formulação dos distritos industriais de Alfred Marshall²⁵, que serviu de

²³ Em consonância, Santos (1997, p. 110-11) destaca que todos os lugares existem em relação ao tempo do modo de produção dominante, embora nem todos os lugares sejam igualmente atingidos por ele. Assim, os lugares se diferenciam por serem diversamente alcançados, seja qualitativamente, seja quantitativamente, pelo modo de produção dominante, mas também, e simultaneamente, pelos modos de produção anteriores.

²⁴ Von Thünen, por meio da obra “O Estado Isolado”, retoma a teoria da renda da terra de David Ricardo e acrescenta a “teoria da intensidade”, segundo a qual os sistemas agrícolas decrescem em intensidade com o aumento da distância.

²⁵ Apesar de tradicionalmente ser caracterizado como um autor neoclássico, Kertenetzky (2004) destaca que a contribuição de Marshall transcende a microeconomia tradicional, por incluir a análise dos arranjos que permitem o relacionamento de agentes e seu conteúdo institucional. Ao formular o conceito de Distrito Industrial (Princípios da Economia, 1890), demonstra como a concentração espacial de firmas traz vantagens competitivas que não existiriam caso elas estivessem atuando em regiões distintas. Essas vantagens,

inspiração para diferentes correntes mais recentes sobre a localização e distribuição das atividades produtivas.

Partindo dessa filiação, houve o desenvolvimento da Nova Geografia Econômica (NGE), cujo expoente, Paul Krugman (1998), associou elementos das tradicionais teorias locacionais (BRAGA, 2008, p. 176) com as economias e deseconomias externas de Marshall, desenvolvendo os conceitos de forças centrípetas e centrífugas²⁶ que são trabalhados a partir de modelagem matemática. Concorde-se com Suzigan (2001, p. 30) ao apontar as limitações da NGE por suprimir as não-homogeneidades presentes em processos locacionais, desprezando a variedade e heterogeneidade de processos interdependentes que conformam as dimensões geográficas do desenvolvimento regional. Parece claro que, para a perspectiva explicativa das formações socioespaciais, o que se procura é exatamente dimensionar e compreender as especificidades que fornecem um comportamento particular às determinações gerais. Contudo, reconhecer a pertinência dessa crítica não se configura em, unicamente, indicar que a limitação da NGE é de tão somente subestimar a economia política das estratégias de desenvolvimento regional, como apontam outros autores de tradição marshalliana, como Porter (clusters), Scott e Storper (novos espaços industriais), Becattini (distritos industriais italianos). A abordagem desse conjunto de autores acaba por imprimir exagerada ênfase nas políticas e ações decorrentes dos arranjos de cooperação e governança local. Mais que isso, a própria escala de análise se centra numa perspectiva que considera, no atual estágio do capitalismo – capitalismo de aprendizagem – (STORPER, 1999, p. 35), os territórios como os “complexos, as economias externas de escala e as vantagens relacionais regionalmente específicas” (ibid., p. 57). Ou seja, as questões tomam um caráter local, pois a análise abandona a perspectiva das hierarquias e dos enquadramentos impostos pela divisão social do trabalho, em que os espaços regionais saltam (e desprezam) escalas, indo do local

denominadas por ele como “economias externas”, não se restringem a aspectos econômicos e organizacionais, mas incluem aspectos socioculturais, como a própria disseminação de informações e experiências entre trabalhadores.

²⁶ Para Krugman as forças centrípetas são as que levam à concentração espacial das atividades econômicas, como os *linkages*, *spillovers* de conhecimento, mercados densos e outras economias externas. Já as forças centrífugas, ao contrário, desestimulam a concentração e são representadas por fatores fixos ou imobilizados, aluguéis, congestionamentos, poluição e outras deseconomias (KRUGMAN, 1998, p. 8-9).

diretamente ao mundo, pois a ênfase está nas redes e fluxos globalizados. Essa visão, abraçada pela escola californiana de Geografia Econômica, vincula-se com a concepção de que o global e o local são as duas instâncias que no mundo globalizado respondem pelas sinergias econômicas e sociais. Borja e Castells (2000, p. 15) defendem que “la articulación entre empresas privadas y gobiernos locales, em el marco de relaciones globales, es la trama institucional y organizativa fundamental de los procesos de creación de riqueza”, ou seja, consideram a articulação dessas duas escalas como as responsáveis pelo padrão de acumulação e geração de riqueza no atual estágio de desenvolvimento capitalista. A partir dessa matriz interpretativa, é possível pensar o local como um marco da atividade econômica e seus “agentes” como capazes de engendrar, por si só, um processo virtuoso de desenvolvimento.²⁷

Essa visão endogenista contém questões que merecem uma análise crítica. Em primeiro lugar, a retomada dos aspectos superestruturais na análise do espaço, em especial da instância política, acabou gerando o uso abusivo e indiscriminado do conceito de território²⁸. As transformações no capitalismo no último século, a emergência das redes e as dificuldades teórico-metodológicas para a análise das profundas mudanças em curso levaram a se considerar esse recorte espacial como a solução explicativa para agentes sociais e políticos cada vez mais diluídos e plasmados. Substitui-se a análise concreta dos agentes e forças, das relações em múltiplas escalas, por tal conceito abstrato, chegando a substituir o próprio Estado pela abstração do território reificado. Como demonstra Brandão (2004, p. 58):

²⁷ O espaço local ou regional próximo, segundo essa linha interpretativa, é colocado não só como o aporte material da atividade econômica, mas como o centro de poder de decisão. Borja e Castells (2000, p. 250) defendem claramente essa posição ao afirmarem: “[...]urbano-regional sería hoy el monumento natural de la actividad económica. Es más que la empresa dependiente cada vez más de su entorno y las sinergias de este; es más que el Estado-nación, desbordado por los procesos de globalización y menos capaces de articular con la diversidad de los actores económicos y sociales privados”.

²⁸ O reconhecimento da instância política do espaço trouxe à tona a discussão sobre o conceito de território que passa a ganhar força em um cenário de crise interpretativa de conceitos tradicionais, como de região, por exemplo. Na busca em reconhecer a espacialização das relações de poder, o território passou a ser identificado, por vezes, como as próprias relações de poder. Interesses de classe, ações dos grupos hegemônicos, alianças e conflitos passam a ser interpretados como produtos do território e não os seus definidores.

O território passa a ser como grande regulador autômato de relações dotado de propriedade de sintetizar e encarnar projetos sociais e políticos. Ou seja, personifica-se e fetichiza-se o território, ao preconizar que o mesmo tenha poder de decisão, desde que dotado do adequado grau de densidade institucional e comunitária.

Trata-se, pois, de não só conceituar como sinônimos Território e Sociedade, como interpretar que a instância material, técnica e política se circunscreve ao “território” local, este definido pelo raio de ação de “agentes”. Santos (1997, p. 217, 270) nos mostra que é a “sociedade nacional, através de seus mecanismos de poder, que distribui, no país, os conteúdos técnicos e funcionais da divisão territorial do trabalho”, ou seja, a sociedade local comanda, sobretudo, os aspectos técnicos do trabalho local, mas tem uma ação residual e incompleta sobre os aspectos políticos do trabalho local, cujo controle se dá em instâncias superiores, incluindo os mecanismos de poder da sociedade nacional.

Ora, ao se remeter à realidade de áreas industrializadas do sul do Brasil, Silva (2011, p. 50) demonstra o equívoco de Storper (1990) ao tentar interpretar o desenvolvimento urbano e regional da área apenas pela mobilização de habilidades e recursos endógenos, abstraindo qualquer relação com as políticas levadas a cabo pelo Estado Nacional brasileiro por meio dos ciclos de substituição de importações. Na área da presente pesquisa, é inegável a importância da ação estatal para a consolidação e o posicionamento desta na divisão social e territorial do trabalho. Não é dispensável lembrar que o setor carbonífero, carro-chefe do distrito industrial marshalliano no sul catarinense, só se consolidou²⁹ por meio de políticas de proteção levadas a cabo pela revolução nacional burguesa de 1930³⁰, que afastou a concorrência internacional, quando esgotado o ciclo depressivo no centro do sistema, após a Segunda Guerra Mundial. Seu declínio, por sua vez, foi diretamente ligado à abertura indiscriminada e desastrosa do setor às importações, política implementada no início dos anos de 1990 pelo governo Collor, no contexto da contrarrevolução neoliberal (MAMIGONIAN, 2011).

Nos anos 1960, por sua vez, somente para ilustrar mais um caso, o parque cerâmico recebeu impulsos que o consolidam por meio de

²⁹ Como será discutido no capítulo 3.

³⁰ Na verdade, a articulação da classe burguesa com os latifundiária feudal (RANGEL, 1999), que sob o domínio político do segundo, caracterizou a revolução passiva brasileira (GRAMSCI, 1987).

políticas estatais de âmbito nacional (criação do BNH) e expressivos financiamentos públicos (BRDE e BADESC), como nos mostra Isoppo (2009). Mais recentemente, mesmo após o duro golpe representado pela entrada concorrencial da cerâmica chinesa e a sobrevalorização do real, o setor tem aquecido suas vendas com a política habitacional retomada em 2009.

Assim, não se pode esquecer que as formações socioespaciais são resultantes da operação dos processos de especialização e diferenciação material da sociedade e que seu estudo não se circunscreve à sua base operativa, ou seja, locus espacial em que se concretizam tais processos, mas também, e sobretudo, à análise dos centros de decisão e dos sujeitos históricos determinantes desses processos. Esses centros e sujeitos encontram-se não somente na esfera de poder das grandes corporações mundiais, mas em esferas de poder intermediárias, especialmente do poder nacional.

Outro ponto fundamental que parece permear as visões que dão sustentação às várias abordagens endogenistas, e que merece um destaque crítico, é a aproximação com pressupostos teórico-metodológicos que, em sua origem, tentaram negar. A concepção individualista de sociedade³¹, que caracteriza a ortodoxia neoclássica, volta ao enfatizar o território como um átomo social, a sociedade local como uma comunidade de atores coesos e solidários, irmanados em produzir interações necessárias ao crescimento econômico e ajuste estrutural às demandas definidas pelas corporações globais.

Logo, há um abandono da perspectiva da luta de classes e, por tal, de uma perspectiva crítica da sociedade. Para tal toma-se o conceito de comunidade, constituída de atores e agentes e não de classes sociais. Castells (1999, p. 28) defende que as sociedades civis estão em processo de desintegração, sendo substituídas por resistências e transformações

³¹ Essa concepção metodológica centra sua análise no indivíduo, ou seja, sua natureza, experiências, disposições, intenções, para explicar a ação e a troca. A soma dos indivíduos é que compõe o coletivo (LLOYD, 1995, p. 60). Feuerbach, na leitura feita sobre a dialética do idealismo alemão, também entende que a consciência é individual e a sociedade é a soma dos indivíduos (LUKÁCS, 1981, p. 81). Com Marx e Engels (1986), contudo, ultrapassa-se essa concepção, pois a sociedade é entendida como uma entidade orgânica supraindividual, com propriedades e poderes superiores aos de suas partes, particularmente o poder de se conservar e se reproduzir mediante o domínio das opções e ações dos indivíduos em seu interior. Com o advento do capitalismo o indivíduo torna-se por si um ser social, simultaneamente sujeito e objeto do devir histórico e social, enquanto classe.

que são forjadas no âmbito da comunidade. Tal visão é abraçada por grande parte dos autores endogenistas que centram a análise na lógica da “ação coletiva”, do bem comum, como resultado do ambiente institucional, como o “contexto cívico, cultural e da tradição política dos atores de determinada localidade, estruturados em torno da confiança e da solidariedade, que geram o êxito ou não das instituições comunitárias” (BRANDÃO, 2003, p. 4).

Se a questão da coesão, da ação coletiva e da presença de atores e instituições com capacidade de aglutinação parece ser a saída para garantir e explicar o êxito de áreas industriais capitaneadas por pequenas e médias empresas, como a Terceira Itália, na linha explicativa dos distritos industriais de Becattini³² ou o sistema local (cultura, tradição familiar) como competência no pós-fordismo de Benko e Lipietz (1994), essa linha interpretativa parece não ser suficiente para explicar os processos que se desenrolam no sul catarinense. Lins (2006)³³ buscou os elementos que demonstrassem a possível ação da regulação local no setor vestuarista do sul catarinense, fortemente impactado, no final dos anos de 1990, pela abertura comercial e pela política cambial adotada durante o Plano Real. O autor, ao investigar elementos indicativos de mecanismos regulatórios de nível local-regional atinentes ao setor, concluiu que as estratégias de cooperação típicas da ambiência da governança não eram nítidas, nem no conjunto de atores (empresários, instituições públicas e privadas, trabalhadores), nem no interior da própria classe empresarial. Observou-se um intenso nível de competitividade entre empresas, em que predominou a “atmosfera de rivalidade, individualismo e desconfiança” (ibid., p. 171).

³² Becattini (1994) é o precursor da abordagem que, partindo do conceito de distrito marshalliano, incorpora a produção flexível e a avaliação das sinergias entre as empresas como resultantes não só de relações mercantis, mas também de aspectos culturais, sociais e históricos comuns. Para o autor, a competitividade das pequenas empresas presentes nos distritos industriais da Emília Romana italiana decorre da capacidade de especialização, cooperação e interação existente no interior das aglomerações.

³³ A referência ao autor não o coloca no rol dos estudiosos que suprimem a importância das escalas intermediárias entre o local e o global para o entendimento dos processos regionais. Pelo contrário, ele reafirma a importância do Estado nacional como o indutor de políticas que se contraponham aos efeitos de valorização desigual de espaço e de mobilidade intensa do capital, capitaneada pelas grandes corporações do mundo globalizado (LINS, 2001).

A explicação de herança sociocultural de disciplina e de dedicação ao trabalho como marcantes da colonização italiana – traço de uma ideologia que mascara os interesses de classe, como apontou Gramsci (2002, p. 73-4), ao desmistificar as relações sul-norte italianas – sequer foi apontada como importante, apesar de ser um discurso enraizado na avaliação do sucesso das áreas industriais no sul colonial brasileiro (MAMIGONIAN, 2011). Para a grande maioria dos empresários entrevistados por Lins, tal “herança” não foi apontada como um elemento de possível coesão e confiança no interior da própria classe empresária. Em contrapartida, expõem-se as contradições das relações de produção e de classe quando o estudo aponta as tensões entre empresas e sindicato de trabalhadores (com transferência de algumas iniciativas para áreas rurais ou municípios próximos), adesão de 90% à subcontratação/tercerização no setor, acirrada competitividade entre firmas. Assim, a resposta desse setor de trabalho intensivo às demandas decorrentes da concorrência internacional (entrada de manufaturados importados de baixíssimo custo) recaiu sobre a agudização e o esgarçamento das relações de trabalho.

A ênfase no endogenismo não está presente apenas nas correntes de inspiração marshalliana, baseadas na organização industrial. A vertente institucionalista serve de inspiração para autores que discutem o significado do fenômeno de aglomeração produtiva. Entre essas inspirações, temos a abordagem que se aproxima mais de uma visão neoclássica ortodoxa, com ênfase na racionalidade econômica³⁴, utilizando-se das ideias de O. Williamson com a Teoria dos Custos de Transação. Para ele, o arranjo organizacional das empresas parte de opções racionais entre os processos de integração e as formas alternativas de coordenação das atividades econômicas. A governança é uma dessas formas alternativas, que vão das mais formais (como os contratos de fornecimentos entre empresas próximas) até o trabalho conjunto, a cooperação e as redes empresariais. Assim, a governança aparece como opção quando o mercado ainda não exige a adoção da concentração vertical para redução dos custos de transação das

³⁴ A escola institucionalista se baseia na premissa fundamental, à qual os neoclássicos se opõem, de que a economia não pode ser separada dos sistemas político e social nos quais ela está inserida. Contudo, a nova economia institucional se aproxima mais dos desenvolvimentos recentes da economia ortodoxa, enfatizando, entre outros, os aspectos da racionalidade dos mercados e das empresas, por si.

empresas³⁵. Essa concepção, transposta para os estudos de aglomerações produtivas, interpreta a integração e cooperação entre os atores produtivos locais como resultado de uma busca conjunta de redução dos custos de transação, o que desembocaria em uma dinâmica territorial própria, sem relação com o todo.

Transitando na vertente oposta, e evitando o excesso de racionalidade da interpretação anterior, os neo-schumpeterianos buscam enfatizar a sinergia entre os agentes econômicos, políticos e sociais locais, como resultantes da evolução histórica, vinculada a um processo de formação da própria identidade do território onde se inserem (VALE e CASTRO, 2010). No Brasil, essa abordagem tornou-se bastante difundida, tanto no meio acadêmico como na definição de políticas de planejamento, por meio da Rede-Sist³⁶. Partindo da importância do conhecimento como elemento distintivo da capacidade competitiva das empresas e dos territórios, essa linha interpretativa valoriza os fatores organizacionais e culturais e a capacidade de adaptação e inovação das instituições locais. Assim, um conhecimento tácito, sem custos de transmissão, vinculado ao próprio processo de formação da identidade desses grupos, torna-se um elemento fundamental para ganhos em competitividade e abertura para adaptações e inovações. Desse modo, a governança, como elemento intrínseco, também aparece como peça-chave para o sucesso das configurações produtivas locais.

³⁵ Chesnais (1996, p. 82-4) apresenta uma interessante crítica à abordagem de Williamson. Para o economista francês, a teoria dos custos de transação tenta justificar a contradição entre a formação das grandes companhias (multinacionais) e o postulado da concorrência perfeita da economia ortodoxa (que sustenta teoricamente, para Chesnais, a Nova Economia Industrial). A concentração das empresas e sua multinacionalização, para a teorização anglo-saxônica, apenas decorreriam da existência de “falhas” no mercado, em que as companhias tendem a executar aquisições e fusões, somente como estratégia para reduzir os “custos de redação e de contratos complexos”. Silva (2005) é consoante com a crítica de Chesnais ao abordar os processos de competitividade e concentração da indústria de equipamentos elétricos no sul do Brasil.

³⁶ Rede-Sist, sediada na Universidade Federal do Rio de Janeiro, é um grupo de pesquisa acadêmica cuja abordagem metodológica é focada em arranjos produtivos locais (APL) e sistemas produtivos e inovativos locais (SPIL). Os autores nacionais mais representativos dessa vertente são Casiolatto e Lastres, que coordenam o grupo (HASENCLEVER e ZISSIMOS, 2006).

Não obstante tal interpretação invoque a “evolução histórica”³⁷ – o que a colocaria à frente da ortodoxia da análise anterior e a aproximaria dos fundamentos da categoria de formação social –, essa aproximação é apenas aparente. Isso porque não se busca resgatar as particularidades das relações sociais, no sentido de desvendar a evolução dialética das lutas de classe e da produção do excedente do ambiente social e geográfico dado, princípio lógico-estrutural da categoria de formação socioespacial. É por meio desse princípio que se pode atingir, como nos aponta Silva (2005), as diferentes esferas sociais, combinada à noção de evolução dialética entre elas. Tal análise inclui as relações interiores dessas esferas e a sua articulação com os marcos mais amplos, permitindo reconhecer o funcionamento específico das variáveis da acumulação industrial.

Quando se parte das relações, como na categoria de formação socioespacial, não se pode metodologicamente cair na visão de que os atores sociais são tão somente fatores de produção organizados de tal ou qual modo a fim de atingirem, com mais eficiência, a capacidade competitiva. Esse parece ser outro ponto fundamental que separa as interpretações porque, de um lado, desconsidera as relações de poder existentes tanto ao longo da cadeia produtiva como entre empresas com potenciais econômicos assimétricos e mesmo entre as empresas e outras instituições. No sul catarinense, não são poucos os exemplos, como em qualquer outra aglomeração produtiva. A forte concentração verificada na cadeia de processamento de proteína animal (aves) ocorrida nos pequenos municípios industriais do sul catarinense (especificamente Forquilha, Nova Veneza e Morro Grande)³⁸ gerou alterações nas relações de poder entre empresas e instituições, sobretudo sindicatos e produtores. O grau de subordinação e exploração dos pequenos produtores integrados só se agudizou, gerando fortes protestos contra a baixa remuneração do frango e contra a estratégia de negociação individual, por produtor, adotada pelo setor, com o intuito de

³⁷ A evolução histórica dos neo-schumpeterianos parte de analogias biológicas (Darwin) para explicar o desenvolvimento evolutivo do capitalismo e, sobretudo, o processo de mudança tecnológica baseada na capacidade de inovação (Schumpeter). Por tal, o caráter histórico está relacionado à análise da evolução do comportamento das firmas, no que se refere aos seus padrões de procedimentos operacionais, regras de decisão, rotinas. Esses “elementos históricos” explicariam as ações tomadas no presente, e por tal a capacidade ou não de inovação, liderança e competitividade regional e global.

³⁸ Referência à aquisição e locação de plantas industriais de abate de aves, atualmente sob o controle do Grupo JBS S.A/Friboi.

desarticular a Associação de Produtores de Aves do Sul de Santa Catarina. Por outro lado, as relações das empresas com o sindicato têm aumentado as tensões em razão direta à imposição da elevação da produtividade por trabalhador³⁹.

Ainda, não se pode pretender restringir a escala de análise, fazendo tábua rasa das forças políticas e econômicas mais amplas ou mesmo restringindo a análise à ação pontual ou excessivamente macroeconômica. Há de se ter em conta de que as formações sociais de âmbito intranacional integram, não sem uma influência determinante, um conjunto de forças mais amplas, cuja síntese passa pelo Estado Nacional, fundamental para o entendimento de seu enquadramento da divisão internacional do trabalho. Há de se ter, por conseguinte, o cuidado de buscar as continuidades e descontinuidades que explicam as especificidades dessas formações.

³⁹ São muitas as demandas conflituosas entre o Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Carnes e Derivados, Frangos, Rações Balanceadas, Alimentação e Afins de Criciúma e Região e as unidades frigoríficas (hoje concentradas pelo grupo JBS). Elas vão desde luta pela redução da jornada de trabalho de 44 horas para 40 horas; redução do tempo de trabalho efetivo em linha de produção refrigerada de 6 horas e 20 minutos para 4 horas; redução da velocidade atual de abate de 4 a 6 coxas e de 6 a 9 peitos de frango por minuto/por trabalhador para, respectivamente 3,2 coxas e 4 a 5 peitos (índices aceitáveis pela Organização Mundial do Trabalho). A Seara Alimentos (unidade de Forquilha) é ainda alvo de ações do Ministério Público do Trabalho. Uma por demissão irregular de funcionários e descumprimento de normas de preservação da saúde de trabalhadores, no valor de 25 milhões de reais, e outra por omissão no registro da Comunicação de Acidentes de Trabalho (CATs), no valor de 48 milhões de reais (SANTA CATARINA, 2013b e 2013c). Em ambos os casos, as ações, julgadas em segunda instância, e que sofreram novo recurso pela empresa, resultam de denúncias feitas pelo sindicato dos trabalhadores.

2. RECORTE DO OBJETO: OS PEQUENOS MUNICÍPIOS INDUSTRIAIS DO SUL CATARINENSE

Ao se discutir o papel da indústria nos pequenos municípios do sul de Santa Catarina, há necessidade de uma aproximação ao debate sobre os papéis e a dinâmica dessas unidades territoriais no Brasil.

No campo da Geografia Urbana, é crescente o número de pesquisadores que elegem os pequenos municípios como objeto de pesquisa⁴⁰. Retrospectivamente, no Brasil, um dos primeiros trabalhos a focar, no campo da Geografia Urbana, os pequenos municípios é o de Pierre Monbeig, publicado em 1941. À época, o autor apontava, de forma comparativa, o estudo das pequenas cidades como mais fácil do que das grandes capitais, visto que reconhecia, basicamente, a função de centro de conexão entre a produção agrícola e a atividade comercial (MONBEIG, 1958)⁴¹. Contemporâneo a Monbeig, destacou-se o

⁴⁰ No âmbito da Geografia Urbana, grande parte das pesquisas que buscam compreender o papel dessas unidades territoriais trabalham com o recorte territorial da cidade, remetendo-se diretamente para o sentido assumido pelo termo cidade e população urbana no país. De acordo com a Constituição Brasileira de 1946, toda sede de distrito é considerada uma cidade, independentemente de seu tamanho territorial ou populacional. Para fins de recenseamento, o IBGE (2008) identifica as situações “urbana” e “rural”. Na situação urbana, consideram-se pessoas e domicílios recenseados nas áreas urbanizadas ou não correspondentes às cidades (sedes municipais), às vilas (sedes distritais) ou às áreas urbanas isoladas. A situação rural abrange a população e os domicílios recenseados em toda a área situada fora dos limites urbanos. Outros países adotam critérios variados ou mistos, como o tamanho populacional (Argentina, Dinamarca, Espanha, Islândia, França, Canadá, Estados Unidos), situação funcional (Itália), padrão da infraestrutura e equipamentos urbanos (Portugal). O Paraguai, tal qual o Brasil, adota também um critério exclusivamente político-administrativo. Melo (2008, p. 441) apresenta um quadro sintetizando exemplos de definição de cidade.

⁴¹ Exemplos de clássicos que abordaram a questão de pequenas cidades no âmbito da Geografia Urbana são Pierre George (*Précis de Géographie Urbaine* de 1961); Harold Carter (*The study of urban Geography*, de 1972) e David Clark (*Urban geography: introductory Guide*, de 1982), entre outros. Na literatura internacional mais recente, Bell & Jayne (2009) apontaram a importância do estudo das pequenas cidades como forma de romper com as abordagens generalizantes, em geral, baseadas nas características das cidades-regiões globais, na tentativa de contribuir para o entendimento da complexidade das cidades e da vida urbana, incluindo o estudo das pequenas cidades como nuances e especificidades que exigem um planejamento urbano próprio. Se por

trabalho de Aroldo de Azevedo (1954), que discutiu a evolução do conceito de cidade no Brasil colonial, incluindo o debate sobre o patamar demográfico para definição de cidade, vila e povoado. A definição de cidade, incluindo a evolução do aspecto legal, e o patamar mínimo de qualificações para que se defina uma aglomeração como urbana foram temas recorrentes abordados por Davidovich e Geiger (1961), levantando elementos para a discussão sobre cidades de menor porte.

Enfocando diretamente as pequenas cidades, nas décadas posteriores, destacam-se o trabalho de Alegre (1970), que discutiu as limitações do critério demográfico com definidor da dimensão desses centros, e o de Juanico (1977), que defendeu o planejamento como estratégia para que as pequenas cidades funcionem como elemento de “equilíbrio” frente ao caráter concentrador dos centros polarizadores. Na mesma década, Santos (1979a) desenvolveu o conceito de “cidade local”, tendo em vista a expansão da informação, do consumo e da modernização tecnológica, apontando a necessidade de observação do domínio territorial desses centros, como será debatido mais a frente.

Sposito (1982), por sua vez, abordou o contexto das migrações, a percepção do espaço e a formação do horizonte geográfico em pequenas cidades da Alta Sorocabana. Fresca (1990) enfocou as cidades pequenas de Inúbia Paulista e Osvaldo Cruz pela análise da rede urbana do Oeste Paulista, transformando o tema em um de seus focos de pesquisa.

Mais recentemente, novas pesquisas têm contribuído para o avanço das discussões, como as de Bernardelli (2004), Endlich (2009), Gil (2007), Melo (2008), Roma (2012), Figueiredo (2008), Moreira Junior (2009), Jurado da Silva (2011) e Leão (2011)⁴², entre outros,

um lado há um avanço na reafirmação de não analisar os pequenos centros a partir do aparato conceitual e metodológico aplicado às cidades globais e metropolitanas, por outro lado, os autores filiam-se às perspectivas endogenistas que, como já apontado, divergem da perspectiva interpretativa das formações socioespaciais. Tal é o caso também de Schwarm e Cutler (2003) que, utilizando a abordagem cara à Nova Geografia Econômica, construíram um modelo específico para o estudo de pequenas cidades. Os autores buscam apreender estatisticamente especificidades das pequenas cidades, de forma a contribuir na elaboração de modelos de equilíbrio da economia regional.

⁴² Bernardelli (2004) abordou o papel das pequenas cidades da região sucroalcooleira de Catanduva como depositárias de força de trabalho vinculada à agroindústria. Em sua tese de doutorado, Gil (2007) analisa a formação econômica e social da Alta Paulista, entendendo a perspectiva teórica do endogenismo como possível solução para a redefinição do papel econômico da

realizados principalmente nos programas de pós-graduação em Geografia da Universidade Estadual Paulista, campus de Presidente Prudente e Rio Claro, e da Universidade Federal de Uberlândia.

Tal produção tem buscado avançar em um debate teórico que defina o conceito e a caracterização desses espaços sem contudo, até o momento, atingir um conjunto de critérios sólidos para tal, sobretudo em decorrência da diversidade da realidade urbana brasileira. Contudo, questiona-se se há possibilidade de um entendimento amplo da estruturação do espaço regional sem uma análise mais apurada sobre os papéis que esses pequenos municípios exercem. É possível uma definição geral para o significado desses espaços? É possível empreender o entendimento dessas realidades utilizando o mesmo referencial teórico-conceitual e metodológico aplicado à análise das grandes cidades e áreas metropolitanas?

região. Melo (2008) enfatizou que as formas espaciais urbanas, estudadas nas grandes e médias cidades, não encontram correspondentes nas pequenas cidades, daí a necessidade de desenvolvimento de uma metodologia que permita a definição dessas unidades territoriais. Para a autora a adoção de critérios populacionais, econômicos e funcionais é um ponto de partida que, contudo, apresenta consideráveis limitações dada a diversidade de papéis que as pequenas cidades exercem no Brasil. Figueiredo (2008), por sua vez, selecionou as cidades de menos de 10.000 habitantes do Rio Grande do Sul para demonstrar as assimetrias econômicas e sociais existentes entre elas, resultando em diferentes condições de qualidade de vida. A segregação urbana foi o tema central da análise de Moreira Júnior (2009), ao abordar a configuração intraurbana e interurbana de Capão Bonito e Ribeirão Grande (SP) a partir da análise da produção da moradia e da segregação em conjuntos habitacionais populares. Roma (2012), por sua vez, partindo do conceito de “cidades locais híbridas”, analisa a estruturação incipiente de pequenas cidades da região da Nova Alta Paulista (SP), relacionando a dinâmica agroindustrial canavieira com os processos de exclusão intraurbana e interurbana. Leão (2011), ao trabalhar com parte do recorte espacial de Roma (idem), destaca a centralidade exercida por Dracena (SP) e reconhece que o tecido industrial da região tem predomínio de iniciativas baseadas no capital local e que se articula com escalas extrarregionais consideravelmente amplas. Jurado da Silva (2011) aborda o papel da indústria em cidades pequenas da região de Presidente Prudente, classificando a região como suplementar-articulada, no âmbito da economia globalizada. Esse autor enfatiza a capacidade de articulação de diversas empresas situadas em pequenos municípios industriais, que romperam o universo de interação regional e participam de mercados em escala internacional.

Maia (2010), ao trabalhar com o conceito de pequenas cidades, aponta para a necessidade de uma discussão particular sobre esses espaços sem, no entanto, perder de vista a noção de totalidade do processo. Há a necessidade de compreender as pequenas cidades brasileiras não como um conhecimento à parte da totalidade, mas como particularidades e singularidades que caracterizam nuances e diferenciações regionais da formação social brasileira. Em consonância, Fresca (2001, 2010) aponta a necessidade de resgate do contexto socioeconômico de inserção das pequenas cidades em uma dada área, região ou rede urbana como condição fundamental para o entendimento não só do papel da pequena cidade como da própria região em que está inserida. No caso dessa proposta de pesquisa, é fundamental dissecar e analisar os pequenos municípios em suas relações, para entender qual o efetivo papel que desempenham no interior da formação socioespacial caracterizada pela pequena produção mercantil no sul catarinense. Será que a gênese e evolução desses municípios, dotados de iniciativas industriais, apresentam especificidades suficientes para que eles possam se diferenciar do papel exercido por outros pequenos municípios, em suas respectivas formações socioespaciais regionais?

Contudo, antes de buscar uma interpretação sobre os papéis dessas pequenas unidades territoriais, sejam elas estudadas no âmbito do município ou do espaço urbano, há necessidade de definir sua adjetivação. Quais os critérios para se considerar um município como “pequeno”? Somos remetidos inicialmente a uma escala de grandeza em que o dado imediato parece ser o contingente populacional. Tal critério, apesar de aparentemente simples, apresenta divergências, pois adotar uma faixa populacional para caracterizar diferentes tipos de municípios pode ser uma generalização perigosa. Para Alegre (1970, p. 159)

[...] é evidente que não se pode usar sem perigo de graves erros uma definição baseada apenas num critério numérico. [...] a cidade compreende atividades das mais diversas e cada qual corresponde a certas funções e necessidades, refletindo formas de organização econômica e social que um simples número não poderá definir.

Além da dificuldade de adoção de uma faixa populacional que abarque a diversidade de situações dos municípios brasileiros, há de se discutir se os parâmetros para a análise devem se basear no conjunto da população do município ou, por outro lado, apenas do contingente da população efetivamente urbana. Apesar de a presente proposta de

pesquisa ter seu foco nos processos de gênese e evolução da indústria, entende-se que os pequenos municípios estão inseridos em uma determinada realidade histórico-espacial em que o predomínio da pequena propriedade na estrutura fundiária torna impossível dissociar as relações entre o rural e o urbano. Por tal, somos consoantes com Corrêa (2011), para quem as pequenas cidades representam a confluência do urbano e do rural e, para que se possa entendê-las, é necessário recorrer às relações históricas de sua gênese, não somente com o rural contíguo, mas com toda a sua hinterlândia⁴³.

É importante destacar que a estruturação do sul catarinense (como toda área da formação socioespacial marcada pela pequena propriedade mercantil) se deu com base na ocupação da pequena propriedade, o que lhe assegura, no presente, uma estrutura fundiária marcada pelo predomínio das propriedades de até 100 hectares (tabela 01). Comparando-a com os indicadores nacionais e estaduais, podemos perceber que o sul catarinense apresenta o maior percentual no número de propriedades de até 100 hectares (96,3%), contra 93,8% e 85,8% de Santa Catarina e do Brasil, respectivamente. E que estas ocupam mais de 75% da área, diferentemente do cenário nacional, em que essa participação não excede 23%⁴⁴.

⁴³ Soares (2007), Soares e Melo (2010), Endlich (2009) e Jurado da Silva (2011) compartilham desse posicionamento, pois entendem o urbano de maneira relacional ao plano analítico do campo, ou seja, que a abordagem é relacional não só na dimensão campo/cidade, mas também em outras escalas extraurbanas. Moreira Júnior (2014) aponta que a maioria das dissertações de mestrado e doutorado realizadas no Brasil nos últimos 15 anos enfocando pequenas cidades fazem um esforço no sentido de avançar conceitualmente na estreita relação entre o urbano e o rural e na definição do tênue limite entre cidade e campo.

⁴⁴ O sul catarinense não se destaca somente no comparativo entre o Brasil e o conjunto do estado de Santa Catarina. Comparando-se as seis mesorregiões geográficas do Estado, o sul catarinense é a que apresenta os maiores percentuais de estabelecimentos com menos de 100 hectares, tanto no que se refere ao número quanto à área ocupada por eles, seguida pelo oeste catarinense. A maior concentração fundiária encontra-se na mesorregião geográfica serrana, formação socioespacial regional marcada pela ocupação do latifúndio.

Tabela 1- Brasil, Santa Catarina e Sul Catarinense - Estrutura Fundiária
 Percentual do número de estabelecimentos e área ocupada
 2006

	Menos de 10 ha		De 10 a menos de 100 ha		De 100 a menos de 500 ha		Mais de 500 ha	
	Nº %	Área %	Nº %	Área %	Nº %	Área %	Nº%	Área %
BRASIL	47,8	3,12	38,09	19,06	7,17	22,95	1,94	55,61
SANTA CATARINA	35,83	5,53	58,06	47,06	3,36	21,20	0,62	26,21
SUL CATARINENSE	47,11	10,87	49,25	64,67	1,49	13,01	0,13	11,45

Organização: Beltrão, L.M.V.

Fonte de dados: BRASIL, 2006.

Bacelar defende uma proposição ao recorte dos estudos urbanos, consoante com a perspectiva do entendimento dos espaços como uma totalidade composta de ligações que não devem ser dissociadas na análise, quando destaca:

As localidades humanas com menos de 50 mil habitantes devem ser elencadas com a expressão de município, pois, no nosso entender, nestas localidades, o rural e o urbano estão muito próximos e, portanto, não seria prudente realizar uma análise em que a realidade rural/urbana estivesse dissociada [...]. Mesmo em localidades onde a população é predominantemente urbana, existe uma significativa porcentagem de pessoas residentes ou trabalhando no meio rural, dispersas no território do município. Podemos observar que, nestas localidades, existe uma forte ligação histórica e produtiva, portanto, social e política com o todo municipal no sentido espacial concreto. (BACELAR, 2003, p.51)

Não somente as relações entre o campo e a cidade são influenciadas pela estrutura fundiária, mas, como nos aponta Corrêa (1999, p. 45), a densidade numérica dos pequenos centros relaciona-se, entre outros fatores, com uma elevada densidade demográfica decorrente de uma estrutura agrária calcada no pequeno estabelecimento rural. Historicamente, a estruturação dos núcleos urbanos de tais municípios esteve relacionada à forte demanda de bens e serviços que, associada à reduzida mobilidade espacial da população, criou condições para a proliferação de inúmeros pequenos centros de mercado.

Contudo, o sul catarinense apresenta apenas sete municípios (15,9%) muito pequenos do ponto de vista populacional, ou seja, municípios com menos de 5.000 habitantes (tabela 2). Neles, exceto um caso, predominam a população rural e a maior participação das atividades agropecuárias em detrimento de atividades industriais⁴⁵. Em três deles (42,8%) está ocorrendo decréscimo populacional absoluto. Isso aponta para o fato de que, não obstante a força da pequena propriedade, os centros de população muito reduzida apresentam tendência ao esvaziamento e seus centros urbanos possuem poucas possibilidades de sustentação, sobretudo com a facilidade de circulação

⁴⁵ Considerando-se o valor agregado bruto e a população ocupada nas respectivas atividades.

e de acessibilidade a centros maiores. Tal fenômeno, guardadas as diferenciações das formações socioespaciais regionais, foi apontado por Endlich (2009); Bacelar (2003); Soares (2007) e Wanderley (2001), nos estudos de pequenas cidades em outras regiões do país. Também foi constatado no Estudo de Desenvolvimento Regional e Estruturação da Rede Urbana realizado por IPEA/ IBGE/ UNICAMP, 2002. Já nos estratos populacionais imediatamente superiores, os pequenos municípios do sul catarinense apresentam uma participação de destaque, superando o percentual brasileiro e catarinense para a faixa entre 5.000 e 20.000 habitantes⁴⁶.

O perfil desses municípios é de predomínio da população urbana (16 entre um total de 25 municípios no sul catarinense, ou seja, 64%) e um equilíbrio entre a economia agropecuária (52%) e a industrial (48%)⁴⁷; 20% deles sofreram decréscimo populacional absoluto entre 1991 e 2010, e nesse caso todos apresentam o predomínio das atividades agropecuárias frente às industriais. Este é outro indicativo diferenciador da região, pois no estudo do IPEA/IBGE/UNICAMP (2002), em termos nacionais, há predomínio de municípios fracamente urbanizados e, sobretudo, com forte domínio das atividades agropecuárias.

⁴⁶ No contexto das mesorregiões catarinenses, o comportamento acima apontado se repete. Entre os municípios demograficamente muito pequenos (menos de 5.000 habitantes) o sul catarinense só apresenta maior percentual que a mesorregião norte catarinense, sendo que no oeste a participação dessa classe demográfica é de 57,7%. Já nas classes entre 5.000 e 50.000, o sul apresenta o segundo maior percentual de municípios (72,6%), após o norte catarinense (80,6%).

⁴⁷ Wanderley (2001, p. 6) em seu estudo sobre as pequenas cidades pernambucanas demonstra que nos municípios considerados “pequenos”, ou seja, que demograficamente apresentavam população inferior a 20.000 habitantes, o percentual de população urbana é pouco representativo, perfazendo 24,9% do conjunto da população municipal, segundo o Censo de 2000. Essa realidade é consideravelmente diversa da que encontramos nos municípios do sul catarinense.

Tabela 2 - Brasil, Santa Catarina e Sul Catarinense: Número de Municípios por Classes Demográficas 2010

Classes Demográficas	Brasil		Santa Catarina		Sul catarinense	
	Nº de municípios	%	Nº de municípios	%	Nº de municípios	%
0 a 5.000	1301	23,4	108	36,9	7	15,9
5.001 a 10.000	1212	21,8	64	21,8	12	27,2
10.001 a 20.000	1401	25,2	60	20,5	13	29,5
20.001 a 50.000	1043	18,7	34	11,6	7	15,9
50.001 a 100.000	325	5,8	15	5,1	4	9,1
100.001 a 500.000	245	4,4	12	4,1	1	2,3
500.001 a mais	38	0,1	0	0	0	0

Organização: Beltrão, L.M.V.

Fonte de dados: BRASIL, 2011.

Há então indícios para uma reflexão sobre o papel das atividades industriais na manutenção populacional dos pequenos municípios. Harvey (1989) demonstra que, com o pós-fordismo, há maior capacidade do capital em valorizar diferencialmente os lugares (buscando elevar o padrão de acumulação), bem como de variar a seleção dos lugares que se tornam rapidamente dinâmicos. Contudo, esse mesmo processo cria espaços intersticiais, incapazes de atrair os fluxos de capital, mesmo que parcialmente. Criam-se zonas de exclusão entre centros urbanos mais dinâmicos. Tais municípios de pequena dimensão, não incluídos em uma agropecuária dinâmica, tendem a declinar e se constituir em espaços que não conseguem captar fluxos econômicos (como demonstrado por Endlich, [2009] ao abordar as pequenas cidades do noroeste do Paraná). Ora, em uma região onde muitos pequenos municípios conseguem dinamizar atividades produtivas industriais, mesmo que de abrangência regional, há uma menor quantidade de espaços de exclusão econômica. Assim, se uma estrutura agrária de base pulverizada pode gerar um percentual representativo de pequenas cidades (até 50.000 habitantes), a diversificação produtiva e a transferência de capitais – historicamente acumulados no campo para as iniciativas produtivas urbanas – podem implicar a permanência e o crescimento dessas pequenas cidades. Em muitas delas, como apontou Beltrão (2001), a acumulação teve gênese nas atividades agrícolas e deu origem a iniciativas industriais de capital local.

Nesse sentido reafirma-se, como nos aponta Soares (2007, p. 471), que a compreensão da dinâmica socioespacial das pequenas cidades não se realiza sem considerar o mundo rural. Acrescenta-se que tampouco pode ser compreendida sem buscar suas relações horizontais, com os espaços de sua hinterlândia, os municípios próximos, onde residem suas conexões mais intensas e as relações verticais, não só no sentido urbano-rural, mas com os centros de comando regional, nacional e mundial.

Se esses argumentos colocam a adequação de se pensar o conjunto qualitativamente, permanece a interrogação da adjetivação quantitativa: qual dimensão populacional deve ser considerada para classificar um município como “pequeno”?

A discussão sobre o limiar demográfico que separa o que se pode conceituar como “pequeno” é controversa. Apesar de genericamente os trabalhos se referirem ao tema “pequenas cidades”, observa-se que tal expressão por vezes considera, conceitualmente, o conjunto da população urbana e rural (população do município) e em outras

população exclusivamente urbana. Segundo Amorim Filho (2007), já em meados da década de 50 do século passado Pierre George ao destacar a importância do estudo das redes urbanas, chamava a atenção para a existência de uma densa rede de pequenas e médias cidades na França. As pequenas cidades foram definidas como “organismos urbanos elementares”⁴⁸ e com população abaixo de 10.000 habitantes. O debate, que prosseguiu na França a partir dos anos de 1970⁴⁹, apontou a necessidade de extrapolar a categoria numérica considerando-se a posição das cidades na hierarquia urbana, associada à relativização do critério demográfico de acordo com os patamares da região onde se encontram esses centros. Assim, Michel (apud Amorim Filho, 2007, p. 70) definiu limites variados para a categoria das pequenas cidades: elas poderiam apresentar quantitativos populacionais inferiores a 20.000, 30.000 ou 50.000 habitantes, conforme as relações que apresentassem nas diversas regiões.

No Brasil o debate sobre a caracterização das cidades não metropolitanas teve início na definição das cidades médias, o que acabava por caracterizar, por extensão, o quantitativo populacional dos

⁴⁸ Essa designação foi dada por Michel Rocheford a partir do estudo dos níveis hierárquicos e funcionais da rede urbana da Alsácia, para as aglomerações com patamares demográficos inferiores a 10.000 habitantes. Em seu estudo, além dos limiares demográficos, considerou-se a organização interna das cidades e suas relações externas (Amorim Filho, 2007).

⁴⁹ A França foi pioneira no debate sobre pequenas e médias cidades dentro da sua política de “*aménagement du territoire*”, que, nos moldes da microeconomia marginalista, buscava o equilíbrio para o desenvolvimento das diversas regiões francesas por meio do “tamanho urbano ótimo” e de “reversão da polarização”. Tais estudos desembocaram em recomendações da ONU no ano de 1974, para o reforço na rede mundial de pequenas e médias cidades, no intuito de frear o acelerado processo de metropolização, sobretudo nos países pobres (AMORIM FILHO e SERRA, 2001). Se pelo lado dos estudos franceses sobre o desenvolvimento regional e a urbanização triunfou, durante longo período, a noção de polo de desenvolvimento de Perroux (1967), entendido como “foco esperado de irradiação do desenvolvimento”, no âmbito da geografia industrial, a partir dos anos de 1980, ganhou corpo a abordagem sobre o desenvolvimento local-regional que enfatiza o atributo dos próprios territórios como aptos a permitir o enfrentamento dos desafios colocados pela globalização, como na teoria do “desenvolvimento endógeno” (BENKO e LIPIETZ, 1994). Assim, os fatores e atores locais seriam os responsáveis por otimizar os potenciais e excedentes gerados localmente para impulsionar o desenvolvimento econômico. A ênfase no local esvazia a análise da esfera do Estado Nacional, como já apontado no capítulo anterior.

pequenos municípios. Nos anos de 1970, Andrade e Lodder (1979), ao classificar as cidades médias, acabaram por definir o limiar superior das pequenas em 50.000 habitantes urbanos.

Já o Instituto de Pesquisas Aplicadas (IPEA) adotou a denominação generalizada de “pequenos centros”, dividindo-os em subgrupos por tamanho populacional (IPEA/IBGE/UNICAMP, 2002). Na análise, apesar de não fixar rigidamente os patamares populacionais na análise macrorregional brasileira, aborda os pequenos centros como os de população total inferior a 50.000 habitantes, sobretudo nas regiões brasileiras dotadas de uma rede urbana mais complexa, como o caso das regiões Sudeste e Sul. Na evolução da rede urbana brasileira, segundo o Instituto, entre os anos de 1970 e 1996, de forma geral “as pequenas cidades, em praticamente todas as regiões, seguem apresentando saldos migratórios negativos (retratado pelo crescimento bem abaixo da média do conjunto das cidades brasileiras); ainda assim, passaram de decréscimos absolutos da população para taxas virtualmente nulas ou ligeiramente superiores a zero” (idem, p. 52). Tais decréscimos na região sul do Brasil impactaram mais os pequenos centros, nas classes de até 20.000 habitantes.

Em Santa Catarina, entre 1970, 1991 e 2010 houve crescimento do número de municípios muito pequenos (menos de 5.000 habitantes), sobretudo entre 1991 e 2010, quando eles passaram de 45 para 108 (gráfico 01). Contudo esse crescimento decorreu, sobretudo, da criação de novos municípios, principalmente a partir de 1991. Esse processo certamente se refletiu no decréscimo do número de municípios com população entre 5.001 e 10.000 habitantes, e no lento crescimento do número de municípios entre 10.001 até 50.000 habitantes, pois muitos deles sofreram desmembramentos. Contudo, não se pode atribuir ao estado catarinense o mesmo comportamento apontado para o conjunto dos municípios brasileiros. Quando analisamos a ocorrência de saldos migratórios e taxa de crescimento anual, percebemos a existência de decréscimos para as classes demográficas de 5.001 a 10.000 e de 20.001 a 50.000, que, contudo, foram compensados com um aumento dos índices de crescimento anual dos municípios com menos de 5.000 habitantes (5,40% a.a. entre 1991 e 2010). No conjunto dos chamados “pequenos centros” do IPEA (até 50.000 habitantes) houve crescimento, entre 1991 e 2010, na ordem de 3,83% a.a. Observa-se, portanto, que em Santa Catarina, as pequenas cidades, não obstante as oscilações entre as classes demográficas selecionadas pelo estudo, apresentaram crescimento para os pequenos centros, contrariando a tendência de

esvaziamento populacional dessas cidades apresentado na Região Sul e em âmbito nacional.

Já no sul catarinense o crescimento do número de pequenos municípios (menores de 50.000 habitantes) não é tão significativo como o catarinense. Entre 1970 e 2010, apesar de a região ter acrescido 11 novos municípios, os com menos de 50.000 habitantes passaram a representar 88,6%, quando em 1970 perfaziam 93,9% do número de municípios da região. Isso demonstra que algumas cidades demograficamente “pequenas” até 1991 alçaram a condição de “cidades médias”, com populações superiores a 50.000 habitantes, como é o caso de Araranguá, Içara e Laguna. Do ponto de vista populacional, os pequenos municípios com menos de 50.000 habitantes tiveram crescimento anual inferior ao catarinense (0,24% contra 3,83% a.a.), não obstante ter apresentado crescimento negativo em apenas uma das classes demográficas de até 50.000 habitantes, enquanto em Santa Catarina o saldo negativo foi registrado entre as classes de 5.001 a 10.000 e de 20.001 a 50.000. É inegável, contudo, que o crescimento dos pequenos municípios tem apresentado evolução bem mais modesta do que os municípios com população superior a 50.000 habitantes, que, no caso em tela, seriam classificados demograficamente como “cidades médias”.

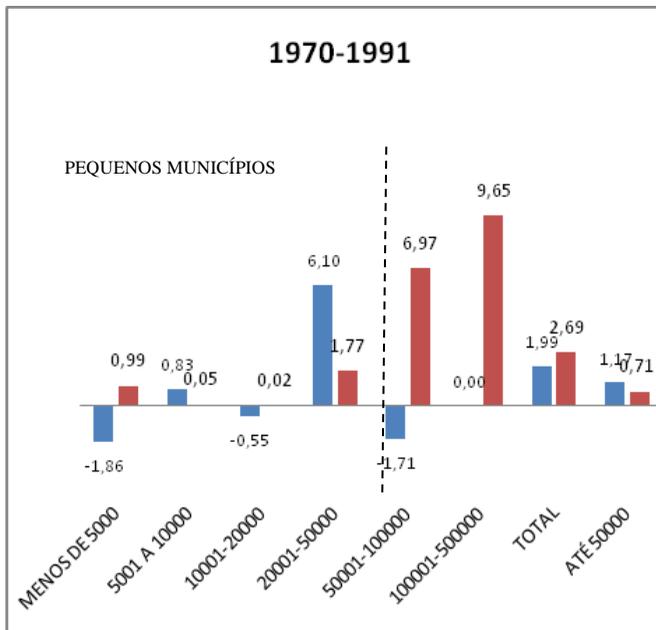


Gráfico 1-Santa Catarina e sul catarinense..Crescimento anual da população municipal por classes demográficas (1970-1991)

Organização: Beltrão, L.M.V.

Fonte de dados: IBGE, 2011

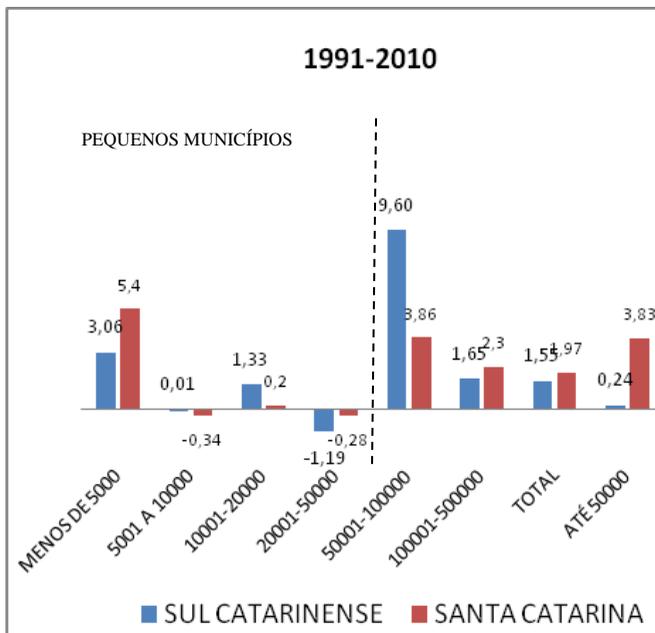


Gráfico 2-Santa Catarina e sul catarinense. Crescimento anual da população municipal por classes demográficas (1991-2010)

Organização: Beltrão, L.M.V.

Fonte de dados: IBGE, 2011

O limite demográfico de 50.000 habitantes para o estudo dos pequenos municípios também é utilizado por Corrêa (1999) ao defender que o aprofundamento da participação brasileira na divisão internacional do trabalho, a partir da segunda metade do século XX, gerou alterações funcionais ou a refuncionalização da maioria dos centros da rede urbana brasileira. A globalização, para o autor, se concretizou no Brasil por meio de aumento da produção industrial de bens de consumo e de produção; urbanização acelerada, com adoção de padrões de comportamento e consumo urbanos; melhoria da circulação de mercadorias, pessoas e informações; industrialização do campo, com reestruturação fundiária e alteração das relações de produção e dos sistemas agrícolas; incorporação de novas áreas à economia global, sobretudo do cerrado e da Amazônia brasileira e participação mais

intensiva na economia de grandes corporações multilocalizadas, estruturadas em rede. (CORRÊA, 1999, p. 46-47). Os efeitos desse processo, no que se refere aos centros com menos de 50.000 habitantes, indica a ocorrência de transformações a partir de duas possibilidades⁵⁰. A primeira diz respeito à perda relativa ou absoluta de centralidade, acompanhada em muitos casos pelo desenvolvimento de novas funções não centrais ligadas diretamente à produção do campo. A inserção da agricultura modernizada, ao alterar a estrutura agrária, atuou no sentido de reduzir as funções de beneficiamento de produtos rurais e o comércio atacadista de distribuição de inúmeros pequenos centros, que perderam seus mercados. A refuncionalização se deu, em muitos casos, pela transformação dos pequenos núcleos em local de concentração de força de trabalho rural que, com o processo de industrialização do campo, foi destituída dos meios de produção e expulsas do meio rural. O hábitat rural disperso ou concentrado em “vilas” no interior de grandes propriedades é recriado na periferia das pequenas cidades. Esse é o quadro apontado por Fresca (1990) ao estudar a formação social regional do oeste paulista e de Endlich (2009) ao focar o noroeste do Paraná. Em ambos, a concentração fundiária causada pela introdução das pastagens e monocultura canavieira no primeiro caso e da soja no segundo demonstrou que os pequenos municípios perderam funções de beneficiamento e comércio de cereais e outros gêneros agrícolas para se transformarem em cidades-dormitório para o novo proletário rural (boia-fria), formado sobretudo por ex-pequenos produtores excluídos do processo de modernização do capitalismo no campo. No sul catarinense, contudo, até o momento não se verificou tal processo de forma tão acentuada. A subordinação se deu com incorporação da pequena propriedade capitalista familiar, por meio dos sistemas de integração como na criação de suínos e aves ou na produção de fumo. Na produção de arroz, em que os processos de mecanização são maciçamente empregados, e se exigiu por isso que os produtores familiares, para sobreviver como tais, adaptassem o processo de produção ao patamar

⁵⁰ O mesmo autor, em artigo posterior (CORRÊA, 2004), acrescenta dois subtipos de refuncionalização de pequenas cidades: 1. Pequenos centros transformados em reservatórios de força de trabalho que perderam várias funções centrais originais, como o apontado por Endlich (2009), para pequenas cidades do noroeste paranaense; e 2. Pequenos centros em área econômica e demograficamente esvaziadas por processo migratório, como o caso de muitas pequenas cidades do semiárido nordestino, exemplificado pelo estudo de Lopes (2010).

imposto pelo desenvolvimento da concorrência capitalista do segmento, observa-se uma diferenciação: agricultores mais capitalizados têm concentrado terras⁵¹. Contudo, não se verifica efetivamente que os centros urbanos desses municípios tenham se transformado em bolsões de proletários rurais, dado o caráter intensivamente mecanizado do processo de produção da atividade orizícola da região, pouco absorvedora de força de trabalho. A dissolução da unidade familiar tradicional, na maioria dos casos, transformou seus membros em proletários urbanos, muitos dos quais disponíveis para exploração por parte das indústrias situadas nos pequenos municípios industriais. Tal interpretação pode ser evidenciada pelo fato de que os pequenos municípios “tipicamente agrícolas” apresentaram crescimento populacional muito baixo, contrastando com o crescimento apresentado pelos pequenos municípios industriais, valores, inclusive, mais expressivos que as taxas de crescimento anual apresentadas pelos municípios com mais de 50.000 habitantes, como se pode observar no gráfico 03.

⁵¹ Tais afirmações não devem, contudo, levar à interpretação de que há um alinhamento com a ideia de desenvolvimento agrícola baseado no fortalecimento da produção “familiar”, pois se partilha da interpretação de Germer (2002, p.11-12) que considera que a unidade familiar (na maioria dos casos também está associada a algum grau de assalariamento) caracteriza-se por um desenvolvimento técnico-gerencial incompleto, pois a força de trabalho é numericamente insuficiente para assegurar a equiparação qualitativa do trabalho individual ao trabalho social médio e pelo mesmo motivo a cooperação técnica é pouco desenvolvida com uma administração não especializada e pouco eficiente. Ou seja, ela representa uma fase retardatária da evolução normal da agricultura capitalista e a tendência histórica é que, em maior ou menor prazo, os “produtores familiares” sejam destruídos, seja pelas grandes empresas patronais, seja pelas empresas “familiares/assalariadas” que atingiram o mesmo grau de desenvolvimento capitalista. Na mesma direção Ribeiro (1988, p. 62) aponta, com base em Marx, que os minifúndios e a pequena propriedade, que emprega sobretudo mão de obra familiar e que absorve poucos insumos intermediários industriais, representam, no campo, sequelas das relações políticas e sociais anacrônicas. Por tal, sua condição é de superação histórica.

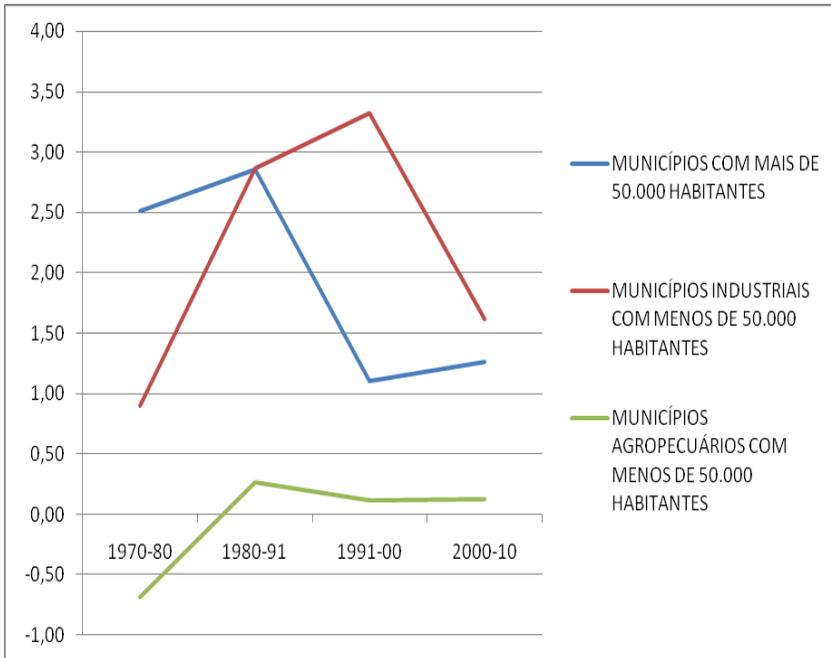


Gráfico 3- Sul catarinense. Crescimento anual da população por classe de municípios
1970-2010

Organização: Beltrão, L.M.V.
Fonte de dados: BRASIL, 2011.

A segunda possibilidade de transformação das funções urbanas (Corrêa, op. cit.) diz respeito à transformação do pequeno núcleo a partir de novas atividades, induzidas de fora ou criadas internamente, que conferem uma especialização produtiva ao núcleo preexistente, em decorrência de uma mais complexa divisão territorial do trabalho. As especializações produtivas conferem aos núcleos urbanos desses pequenos municípios uma singularidade funcional, pois passam a apresentar características que são simultaneamente de diferenciação e de integração com a economia global. A centralidade, na maioria dos casos, é ampliada.

Essa possibilidade é adequada ao processo decorrente da transformação da pequena propriedade camponesa em pequena propriedade capitalista na região, pois a passagem de uma economia

primordialmente de autoabastecimento para uma economia de mercado, com especializações produtivas, gerou um novo patamar de inserção da agricultura regional na divisão do trabalho. No sul catarinense, o já citado cultivo de arroz no sistema pré-germinado⁵², com elevados índices de produtividade e de mecanização agrícola, consolidou indústrias de processamento de grãos em vários pequenos municípios, como Turvo e Jacinto Machado, que sediam grandes cooperativas (COOPERJA, COPERSULCA) e beneficiadoras privadas, como Arroz Fumacense (Morro da Fumaça) e Arroz Realengo (Turvo)⁵³. Um forte processo de concentração levado a cabo sobretudo a partir da crise dos anos de 1990 gerou o fechamento de diversas pequenas beneficiadoras de grãos. Assim, a concentração funcional em tais municípios levou à redução das funções de diversos outros com o mesmo perfil produtivo, mas que, contudo, não sediam as empresas. Como aponta Jurgenfeld (2012), se nos anos de 1990 Santa Catarina contava com doze cooperativas do setor (muitas das quais no sul catarinense, como a Cooperativa de Produtores de Araranguá e a Cooperativa Agropecuária de Meleiro, ambas incorporadas pela COOPERJA), nos anos 2000 elas passaram a ser sete e atualmente apenas cinco. Além da incorporação de cooperativas e da aquisição de

⁵² O estado é o segundo maior produtor nacional de arroz (8,7% da produção nacional), cultivado, sobretudo, em pequenas e médias propriedades capitalistas familiares (64%), o que diferencia o perfil do estado em relação aos demais produtores – onde predomina o cultivo em grandes propriedades patronais (Santa Catarina, 2012). A mesorregião sul catarinense responde por 62% da área plantada e por 59% da produção orizícola do Estado.

⁵³ A orizicultura catarinense tem grande participação de cooperativas empresariais, coordenando o setor de produção, processamento e distribuição do cereal. As cinco maiores cooperativas de Santa Catarina no setor – COOPERJA (Jacinto Machado), COOPERJURITI (Massaranduba), CRAVIL (Rio do Sul), COPAGRO (Tubarão) e COPERSULCA (Turvo) – são responsáveis por mais de 35% da produção do Estado. Elas formaram, em abril de 2013, a Cooperativa Brasileira de Arroz – Brazil Rice, com sede em Imbituba. Apesar de permanecerem independentes, inclusive concorrendo entre si por fatias do mercado, a união tem como objetivo reduzir custos de logística, introduzindo o transporte marítimo, em substituição parcial ao modelo rodoviário, e atingindo mercados internos de maior amplitude, sobretudo o Nordeste, onde o arroz catarinense carece de competitividade em decorrência dos custos de transporte. Esse é um exemplo regional do que Chesnais (1996, p. 117) definiu sobre o caráter oligopolista da concorrência mundial: ele implica a dependência mútua de mercado, bem como a instituição de formas combinadas de cooperação e de concorrência entre os “verdadeiros rivais”.

empresas menores, gerando a concentração horizontal, é forte a integração vertical. A COOPERJA e a COOPERSULCA, por exemplo, dominam desde a produção da semente, passando pela produção do arroz, pela estocagem, pelo beneficiamento e pelo processamento industrial de produtos e subprodutos (farinhas, maracujá, macarrão). Elas estão presentes ainda na distribuição (postos de combustíveis e frota própria ou consorciada) e comercialização, contando com redes de supermercado, lojas de produtos agropecuários, não só no sul catarinense, mas também no Rio Grande do Sul (pesquisa de campo, 2013⁵⁴).

Contudo, como nos aponta Corrêa (1999, p. 50), as especializações produtivas pelas quais podem passar os pequenos municípios não se dão exclusivamente no âmbito da modernização do campo. Em muitos casos, atividades industriais são criadas no bojo da expansão do capital produtivo por meio de filiais localizadas em pequenos núcleos em razão de fatores locacionais positivos, entre eles a existência de uma boa infraestrutura, de mão de obra barata e abundante e de conexões com a cadeia produtiva. Esse processo também está presente na região sul catarinense. Há a atuação de conglomerados estrangeiros, como a unidade da Esmalglass-Itaca⁵⁵ no município de Morro da Fumaça, atraída pelas economias de escala propiciadas pela aglomeração produtiva do setor cerâmico. A atuação de empresa global de capital nacional, como o a Seara Foods/JBS, em Forquilha e Nova

⁵⁴ Entrevista realizada nas dependências do escritório central da Cooperja, em Jacinto Machado, com o diretor administrativo, Sr. Vanir Zanatta, no dia 24 de maio de 2013.

⁵⁵ O grupo espanhol Esmalglass Itaca, divide com a Torrecid a liderança no mercado mundial de fritas, esmaltes e coloríficos para indústria cerâmica. O grupo conta com onze unidades de produção, em oito países. No Brasil, a escolha para a instalação das duas unidades produtivas foi a proximidade com o seu mercado consumidor, visto que a atividade não se resume à venda de matérias-primas, mas o desenvolvimento de design e tecnologia no uso desses insumos pela indústria de revestimento. No Brasil, as unidades da Esmalglass se situam em Morro da Fumaça/SC e Rio Claro/SP. A concorrente global e líder mundial, Torrecid, por sua vez, atua em 23 países. No Brasil tem unidades de produção em Içara/SC e Araras/SP. Como se pode observar em ambos os casos, localizações decorrentes da proximidade com a cadeia produtiva, ou seja, nos dois mais importantes polos de pisos e revestimentos cerâmicos do Brasil (entrevista com Rosmari Santos, chefe do departamento de desenvolvimento e Gilson Barbosa, supervisor de produção industrial da Esmalglass-Itaca, em 07 de junho de 2013).

Veneza, aproveita as possibilidades de exploração da pequena propriedade capitalista familiar no sistema de integração e de um setor preexistente já estruturado. Contudo, em sentido inverso, ou seja, partindo dos pequenos municípios do sul catarinense, como São Ludgero, temos a consolidação de empresa líder nacional do mercado de descartáveis (Grupo Copobrás-Incoplast), com onze unidades fabris instaladas no país. A estratégia para a escolha das localidades que sediaram os investimentos decorreu da necessidade de redução dos custos de transporte, buscando então uma maior aproximação aos mercados consumidores. Por tal, as unidades estão localizadas em diferentes macrorregiões: nos estados do Paraná, Minas Gerais, Paraíba e Amazonas⁵⁶.

Há ainda os casos em que as especializações produtivas podem resultar da criação das elites locais que necessitam encontrar outras atividades que lhes mantém como tais, ou ainda, ser o resultado da ação de grupos sociais emergentes que dispõem de habilidades técnicas apreendidas a partir de outras atividades. Tal condição dá a tônica do desenvolvimento de diferentes especializações produtivas no sul de Santa Catarina. Além do exemplo anterior, que se adequa a essa situação⁵⁷, Goularti Filho (2002, p. 237) abordou a formação de um polo nacional de cerâmica no sul catarinense ao destacar: “A origem das empresas é diversa. Da sociedade entre pequenos comerciantes surgiram CESACA, CEUSA e Cocal. Outras são provenientes de pequenas olarias [...] Outras têm origem na acumulação comercial”. As iniciativas não estão somente concentradas no município pólo. Entre os pequenos

⁵⁶ Sobre o segmento cerâmico no sul do estado merece destaque Isoppo (2009) e sobre a indústria de plástico em São Ludgero, Schlickmann (2012) traz um quadro sobre toda a cadeia produtiva.

⁵⁷ O proprietário do grupo Copobrás, sr. Aloisio Schlickmann, teve sua origem na pequena produção, pois seus pais eram agricultores e ele mesmo, em paralelo ao ofício de professor, tinha um criatório de suínos. Em 1968, sob a influência do padre local e dos seminaristas que tinham amizade com um empresário de Novo Hamburgo, resolve arrebancar capitais modestos entre os agricultores para a compra de máquinas usadas, formando a Indústria Catarinense de Plástico, sob o seu comando. Contudo o negócio não vai adiante, sendo dissolvida a sociedade. Em 1970, o sr. Aloisio encampou as máquinas e fundou a Indústria de Calçados Plin, com objetivo de produzir sandálias baratas para os agricultores locais. Em 1974, passou a fabricar alças para sacolas utilizando o descarte da Canguru, a época produtoras de sacolas plásticas (informações obtidas durante visita à unidade da Copobrás de São Ludgero, em 01 de junho de 2013, prestadas pelo gerente de produção Ezequiel Stang Coan).

municípios o exemplo da Eliane Revestimentos Cerâmicos destaca-se por sua liderança no mercado e por sua elevada capacidade concorrencial no setor de pisos e revestimentos de alto valor agregado, em conjunto com a CECRISA e a Portobello. Com quatro unidades produtivas em Cocal do Sul, uma em Criciúma e uma em Camaçari (BA), conta ainda com um escritório internacional em São Paulo e centros de distribuição no Canadá e Estados Unidos. Ainda, a CEUSA - Cerâmica Urussanga, com duas unidades produtivas no município (CEUSA e Novagres), atua na produção de revestimentos com impressão de imagens em 3D. O complexo madeireiro de Molduras também teve origem com empresas de capital local. Ele situa-se nos municípios de Braço do Norte, Orleans, São Ludgero e Grão Pará, dominando o segmento na América do Sul e destinando grande parte da produção para o mercado externo. Nos últimos anos, a forte concorrência chinesa no mercado internacional e a elevação dos custos de produção, (manutenção e controle de áreas de reflorestamento em área onde o preço da terra é elevado), o setor tem sofrido mudanças produtivas e tecnológicas, com a introdução de molduras, rodapés e acabamentos produzidos com poliestireno (isopor) reciclado, aproveitando rejeitos da indústria de descartáveis, situada na mesma bacia produtiva. Outro exemplo é a da maior empresa de confecção do polo vestuarista do sul, localizada em Nova Veneza, destaque na produção de jeans, com 2,6 mil funcionários. A Damyller Jeans apresenta uma interessante integração da cadeia produtiva à jusante, pois controla a produção, a distribuição e a comercialização, com venda da sua etiqueta em 119 lojas próprias, em todos os estados brasileiros⁵⁸.

Santos (1979a) denominou a pequena cidade como “cidade local”, tendo em vista a expansão da informação, do consumo e da modernização tecnológica. Ela se distingue de uma cidade média, entre outros fatores, por sua influência estritamente local, mas que detém crescimento autossustentado e domínio territorial. Apesar de ela ter nível urbano elementar, possui importância fundamental para a sobrevivência de seu entorno imediato, pois as necessidades dos moradores das vilas e da zona rural, por meio das solicitações de produção, circulação, distribuição e consumo, na medida do possível têm de ser satisfeitas localmente. Assim, fica evidente que ao se buscar

⁵⁸ Informações obtidas em visita ao parque industrial da Damyller, na comunidade de São Bento de Baixo, Nova Veneza, no dia 06 de junho de 2013. As informações foram prestadas por Bruna Posnik, chefe do Departamento de Recursos Humanos da empresa.

entender o papel desses locais é preciso considerar a dinâmica interna, ou seja, aquela que resulta da maior ou menor intensidade e complexidade da vida local (sobretudo nas interações entre o urbano e o rural dos municípios), bem como as formas de inserção em uma dinâmica social externa, pois essas localidades estão integradas a redes urbanas, através de complexas relações.

Como nos lembra Fresca (2001) em consonância com Corrêa, o nível de complexidade urbana é um critério fundamental para a caracterização de uma cidade como pequena. Esse nível depende da análise da sua inserção socioeconômica em uma dada área, região ou rede urbana. Daí a necessidade de buscar o significado desses pequenos municípios no contexto regional. Oliveira e Soares (2001) apontam que a menor acessibilidade e a localização menos privilegiada podem impedir o desenvolvimento das pequenas cidades, fazendo com que elas sejam levadas a um processo de estagnação. Assim, as possibilidades de crescimento e de ampliação dos papéis urbanos podem ser eclipsadas por outros pequenos municípios mais bem localizados e, sobretudo, pelas cidades médias e grandes localizadas no entorno regional. Amorim e Filho (1976), por sua vez, chamam a atenção para o fato de que nem sempre a relação das cidades médias com seu “environment” é de dominação; ao contrário, podem ser também de dinamismo e de estímulo e, em certos casos, até de dependência. Esse é o prisma sob o qual se assenta a hipótese da presente pesquisa: a de que os pequenos municípios industriais do sul catarinense apresentam uma participação mais expressiva na economia regional que os municípios similares em outras formações socioespaciais regionais brasileiras. Esse dinamismo e capacidade de adaptação às mudanças conjunturais e estruturais, emanadas do centro nacional e global, decorrem das especificidades de uma formação socioespacial cuja gênese encontra-se na base pulverizada da pequena produção mercantil⁵⁹. Essa formação de base

⁵⁹ Fresca (2001), ao abordar a evolução das pequenas cidades no noroeste paranaense, reconhece a importância da acumulação gestada no interior da pequena produção mercantil como fundamental para o desenvolvimento da indústria em pequenos municípios. Para a autora, o processo de modernização agroindustrial que desarticulou a pequena propriedade mercantil a partir da década de 1970 na região, transferiu capitais locais e regionais para o investimento na indústria, seja de empresas vinculadas diretamente aos Complexos Agroindustriais, seja focadas em outros setores, como de confecções, de móveis, têxteis, entre outros. Ao abordar diretamente os exemplos de Cornélio Procópio e Cianorte, a autora destaca que essas pequenas cidades não só têm importância regional como se articulam numa divisão

pulverizada, em porções do sul brasileiro, foi feita com similitude ao modelo norte-americano de transição para o capitalismo (LENIN, 1954, 1988), pois os processos de diferenciação permitiram que muitos pequenos produtores acumulassem condições para alçar iniciativas efetivamente capitalistas, muitas das quais se transformaram em empreendimentos industriais, como demonstrou Mamigonian (1986).

No sul catarinense, o estudo do município de Sombrio (BELTRÃO, 2001) evidenciou que o processo de criação e evolução das iniciativas industriais nesse pequeno município teve como origem, sobretudo, a acumulação propiciada pela pequena produção mercantil e o pequeno comércio, associado ao domínio artesanal da técnica, em geral, a partir da cópia ou do conhecimento acumulado por meio do trabalho no setor, em centros maiores. Paralelamente, as alterações conjunturais e estruturais que impactaram negativamente a economia local, seja em termos gerais, seja em setores específicos, tiveram como resposta a reestruturação do parque industrial, mudanças de investimento intersetoriais e estratégias de adaptação que permitiram não só a sobrevivência como a consolidação da atividade industrial. Ou seja, as crises globais, nacionais e setoriais que colocaram em xeque a possibilidade de sobrevivência de pequenas iniciativas industriais, em pequenos centros, não lograram, no sul catarinense, no enfraquecimento da atividade industrial, mas, ao contrário, fortaleceram a posição do município na divisão regional do trabalho.

Definido o critério demográfico para o recorte do objeto de estudo, ou seja, os municípios de até 50.000 habitantes, que representam 88,63% do total de municípios da mesorregião sul catarinense, observou-se ainda a posição dos referidos centros dentro da hierarquia urbana brasileira (IBGE, 2008). Tendo como base Corrêa (1995), privilegiou-se a função de gestão do território, por meio da avaliação dos níveis de centralidade administrativa, jurídica e econômica dos municípios e as ligações entre cidades, de modo a delinear as áreas de influência dos centros e a articulação das redes no território⁶⁰. Partiu-se

territorial do trabalho mais ampla, pois se configuram em polos nacionais especializados em, respectivamente, café solúvel e *jeans*.

⁶⁰ A hierarquização e classificação dos centros urbanos tiveram como critérios a presença da gestão federal e empresarial, a oferta de equipamentos e serviços como a amplitude do comércio, a presença de instituições financeiras, de ensino e saúde, a intensidade de ligações aéreas e outros sistemas de transporte coletivo e de internet (IBGE, 2008). Corrêa (1995, p. 83) definiu como centro de gestão do território as cidades onde se localizam os diversos órgãos de Estado e sedes

do pressuposto de que a posição mais elevada na hierarquia urbana regional descaracteriza a condição de “pequeno centro”, visto que a intensidade de relacionamentos e a participação pronunciada na gestão do território elevam as cidades nessa condição à posição de gestoras na rede regional, mesmo que apresentem porventura patamares demográficos inferiores a 50.000 habitantes. O sul catarinense, contudo, apresenta uma “rede urbana estruturada, com a presença de níveis encaixados e situados a intervalos regulares” (IBGE, 2008, p. 13). Está sob a área de influência de Florianópolis (capital regional A) e, em nível superior, à metrópole de Porto Alegre. O centro em nível mais elevado na hierarquia regional é Criciúma (capital regional C), que comanda diretamente a rede de relações com os municípios de sua hinterlândia imediata (microrregião de Criciúma) e os municípios do extremo sul catarinense, subcomandados por Araranguá (centro sub-regional B). Tubarão (centro sub-regional A), por sua vez, apesar de posicionar-se em nível inferior em relação a Criciúma, não está diretamente subordinado a essa cidade.

Entre os municípios abaixo do limite demográfico selecionado (50.000 habitantes) temos 37 cidades classificadas como “centros locais”, ou seja, cidades cuja “centralidade e atuação não extrapolam os limites do seu município”, e duas cidades classificadas como “centro de zona B, que tem uma ação restrita a sua área imediata e exercem funções de gestão elementares” (ibid., p. 12-13). São elas: Braço do Norte, que exerce influência sobre Grão-Pará, Rio Fortuna e Santa Rosa de Lima; bem como Sombrio, que exerce influência imediata sobre Balneário Gaivota. Assim, não se verificou a existência de centros de expressiva importância regional, entre os limitados demograficamente, que gerassem a exclusão destes entre os selecionados para pesquisa.

Definidos os critérios demográficos e de funcionalidade, passou-se à seleção dos critérios econômicos⁶¹ que indicassem a importância da

de empresas cujas decisões afetam direta ou indiretamente um dado espaço que passa a ficar sob o controle da cidade por meio das empresas nelas sediadas.

⁶¹ Soares e Melo (2010, p. 239-40), ao discutir a limitação e a necessidade de adoção de variáveis para definir as pequenas cidades, apontam os critérios demográfico (tamanho populacional), econômico (população ativa, população ocupada por setores de atividades, etc.) e funcional como fundamentais. Contudo, reconhecendo a limitação dos indicadores e as especificidades dos lugares, indicam a necessidade de se considerar os “pontos de ruptura”, ou seja, o momento em que cada uma das variáveis selecionadas sofre uma mudança brusca. Entende-se que tais pontos de ruptura têm uma relação direta com a configuração desses lugares nas diferentes formações socioespaciais regionais.

atividade industrial em relação às atividades agropecuárias. Para tal optou-se por utilizar dois indicadores: o valor adicionado bruto da produção⁶² e o pessoal ocupado⁶³ em cada um desses setores de atividades, em 2010. Foram selecionados os municípios com menos de 50.000 habitantes que apresentaram valor adicionado bruto da atividade industrial⁶⁴ superior ao percentual apresentado pelas atividades agrícolas, pecuárias, de produção florestal, pesca e aquicultura, e, adicionalmente, que apresentaram os percentuais de pessoal ocupado na atividade industrial superior aos percentuais da atividade agropecuária.

No sul catarinense, composto por 44⁶⁵ municípios, a adoção dos referidos critérios de delimitação apontaram as seguintes classificações: cinco municípios com mais de 50.000 habitantes (tabela 3); 17 municípios com menos de 50.000 habitantes que, contudo, apresentam predominância do valor adicionado bruto e/ou pessoal ocupado nas atividades agropecuárias (tabela 4) e afins superior ao da indústria; e, finalmente, 22 municípios com população inferior a 50.000 habitantes e com o valor adicionado bruto e do pessoal ocupado na indústria superior ao da agropecuária e afins (tabela 5). Esse último grupo compõe os municípios selecionados para pesquisa.

⁶² Valor Adicionado Bruto (VAB): diferença entre o valor bruto da produção e o consumo intermediário absorvido pela produção (bens e serviços utilizados como insumos no processo de produção). O VAB obtido por cada atividade é contabilizado na composição do Produto Interno Bruto (PIB) municipal. (IBGE, 2012b)

⁶³ Pessoal Ocupado: pessoas com 10 anos ou mais, assalariadas e não assalariadas, ocupadas nas atividades produtivas. (IBGE, 2011)

⁶⁴ São seções da atividade industrial: indústrias extrativas, de transformação, de eletricidade e gás, de água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação e a indústria da construção. (IBGE, 2012)

⁶⁵ A partir de 25 de dezembro de 2012 foi emancipado o município de Pescaria Brava, cuja área territorial de 105,169 km² (Lei Estadual nº 12.690 de 25/10/2003) pertencia anteriormente ao município de Laguna. Em decorrência da falta de dados estatísticos oficiais o desmembramento foi desconsiderado no âmbito dessa pesquisa.

Tabela 3- Sul Catarinense - Municípios com mais de 50.000 habitantes
segundo as variáveis selecionadas para pesquisa

Município	População Residente 2010 ⁴	Nível na hierarquia urbana 20076	VAB ¹ Agropecuária ² % 2010 ⁷	VAB Indústria ³ % 2010 ⁷	População Ocupada na Agropecuária % 2010 ⁵	População Ocupada na Indústria % 2010 ⁴
ARARANGUÁ	61.310	Centro Sub-regional B	7,4	23,81	13,03	29,66
CRICIÚMA	192.308	Capital Regional C	0,65	38,08	2,87	34,44
IÇARA	58.833	Centro Local	5,84	37,32	11,19	34,84
LAGUNA ⁴	51.562	Centro Local	10,80	17,65	16,24	25,36
TUBARÃO	97.235	Centro Sub-regional A	5,38	28,75	3,55	28,69

¹ Valor Adicionado Bruto.

² Engloba as atividades agrícolas, pecuárias, de produção florestal, pesca e aquicultura.

³ Engloba as indústrias extrativas, de transformação, de eletricidade e gás, de água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação e a indústria da construção.

⁴Inclui o município de Pescaria Brava

Fonte: ⁵ IBGE, 2011 ⁶ IBGE, 2008 ⁷ IBGE, 2012b.

Organização: Beltrão, L.M.V.

Tabela 4- Sul catarinense- Municípios agropecuários do com menos de 50.000 habitantes, segundo as variáveis selecionadas para pesquisa

Município	População Residente 2010 ⁴	Nível na hierarquia urbana 2007 ⁵	VAB ¹ Agropecuária ² % 2010 ⁶	VAB Indústria ³ % 2010 ⁶	Pop. Ocupada Agropecuária % 2010 ⁴	Pop.Ocupada Indústria % 2010 ⁴
ERMO	2.050	Centro Local	48,22	11,68	51,90	19,32
JACINTO MACHADO	10.609	Centro Local	24,38	32,39	40,93	17,63
GRÃO PARÁ	6.223	Centro Local	34,55	22,36	5,37	22,27
IMARUÍ	11.672	Centro Local	42,78	9,19	36,91	19,99
MELEIRO	7.000	Centro Local	30,75	15,84	33,91	23,46
MORRO GRANDE	2.890	Centro Local	18,13	55,73	45,04	21,99
PASSO DE TORRES	6.627	Centro Local	22,30	19,09	19,32	21,94
PEDRAS GRANDES	4.107	Centro local	41,21	17,71	39,97	29,18
PRAIA GRANDE	7.267	Centro Local	18,71	22,02	32,68	26,95
RIO FORTUNA	4.446	Centro Local	38,32	14,58	52,51	16,35
STA ROSA DE LIMA	2.065	Centro Local	49,89	7,57	57,14	16,64
STA ROSA DO SUL	8.054	Centro Local	26,10	14,96	39,79	15,99
SÃO MARTINHO	3.209	Centro Local	39,92	12,95	48,31	21,73
SÃO JOÃO DO SUL	7.002	Centro Local	35,72	16,69	56,38	13,08
TIMBÉ DO SUL	5.308	Centro Local	36,02	11,59	42,53	22,97
TREZE DE MAIO	6.876	Centro Local	30,61	21,89	30,41	38,99
TURVO	11.854	Centro Local	17,01	40,12	27,18	26,27

¹ Valor Adicionado Bruto.

² Engloba as atividades agrícolas, pecuárias, de produção florestal, pesca e aquicultura.

³ Engloba as indústrias extrativas, de transformação, de eletricidade e gás, de água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação e a indústria da construção.

Fonte: ⁴ IBGE, 2011, ⁵ IBGE, 2008, ⁶ IBGE, 2012b. Organização: Beltrão, L.M.V.

Tabela 5 - Sul catarinense- Municípios industriais do com menos de 50.000 habitantes segundo as variáveis selecionadas para pesquisa

Município	População Residente 2010 ⁴	Nível na hierarquia urbana 2007 ⁵	VAB ¹ Agropecuária ² % 2010 ⁶	VAB Indústria ³ % 2010 ⁶	Pop. Ocup. Agropecuária% 2010 ⁴	Pop.Ocup. Indústria % 2010 ⁴
ARMAZÉM	7.753	Centro Local	19,86	28,39	29,23	33,17
B. ARROIO DO SILVA	9.586	Centro Local	3,98	17,88	12,92	27,88
BALN. GAIVOTA	8.284	Centro Local	15,75	16,30	20,10	31,53
BRAÇO DO NORTE	29.018	Centro Zona B	8,47	38,33	13,91	34,76
CAPIVARI DE BAIXO	21.674	Centro Local	2,10	49,68	3,05	31,72
COCAL DO SUL	15.159	Centro Local	1,19	55,86	6,08	39,23
FORQUILHINHA	22.548	Centro Local	7,36	61,55	12,02	40,30
GAROPABA	18.138	Centro Local	5,54	21,77	8,63	27,45
GRAVATAL	10.635	Centro Local	16,19	31,40	11,56	29,90
IMBITUBA	40.170	Centro Local	3,39	21,07	7,78	22,67
JAGUARUNA	17.290	Centro Local	16,89	27,34	22,36	36,23
LAURO MULLER	14.367	Centro Local	7,68	34,01	14,40	41,40
MARACAJÁ	6.404	Centro Local	12,53	22,78	16,58	34,10
MORRO DA FUMAÇA	16.126	Centro Local	2,37	57,96	5,28	50,51
NOVA VENEZA	13.309	Centro Local	8,16	57,14	13,49	40,74
ORLEANS	21.393	Centro Local	9,53	44,88	24,83	30,61
SANGÃO	10.400	Centro Local	10,40	48,41	9,30	64,16
SÃO LUDGERO	10.993	Centro Local	6,26	43,45	14,88	43,43
SIDERÓPOLIS	12.998	Centro Local	3,40	55,03	14,19	38,24
SOMBRIO	26.613	Centro Zona B	6,97	24,15	11,96	39,54

TREVISÓ	3.527	Centro Local	1,26	76,88	12,57	42,23
URUSSANGA	20.223	Centro Local	5,38	55,81	16,55	36,85

¹ Valor Adicionado Bruto.

² Engloba as atividades agrícolas, pecuárias, de produção florestal, pesca e aquicultura.

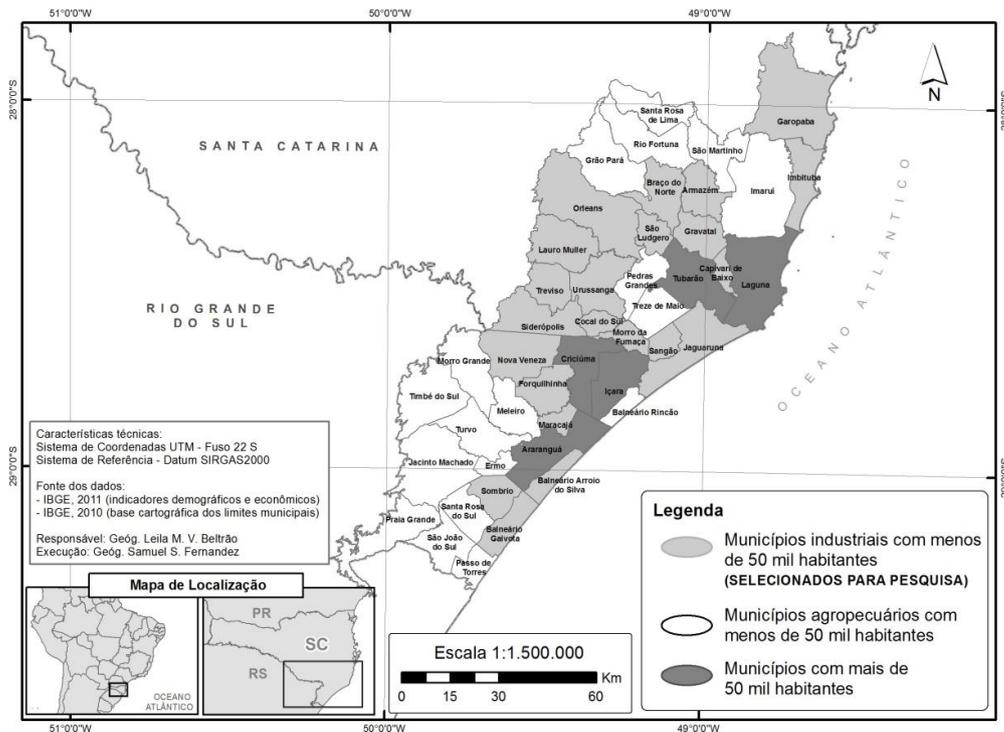
³ Engloba as indústrias extrativas, de transformação, de eletricidade e gás, de água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação e a indústria da construção.

Fonte: ⁴ IBGE, 2011

⁵ IBGE, 2008

⁶ IBGE, 2012b.

Organização: Beltrão, L.M.V.



2.1. APONTAMENTOS SOBRE LIMITAÇÕES NO ESTUDO DE PEQUENOS MUNICÍPIOS

Além das limitações teórico-metodológicas que se buscou discutir até aqui, faz-se necessário o registro sobre as dificuldades para obtenção de dados que possam espelhar, com certa segurança, o comportamento da indústria em pequenos municípios.

Os dados do IBGE, para esse nível geográfico, não são disponibilizados para o subsetores da Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE), restringindo-se ao nível das seções (Indústria Extrativa; Indústria da Transformação; Eletricidade e Gás; Água, Esgoto, Atividades de Gestão de Resíduos e Descontaminação; Construção). Os dados referentes às subseções são divulgados apenas para municípios com mais de 50.000 habitantes (IBGE, 2011). A ausência de dados sobre os pequenos municípios impossibilita uma análise mais apurada, visto que a Indústria de Transformação abriga 25 subsetores. Na mesorregião em estudo, 77% dos estabelecimentos industriais pertence à indústria da transformação, o que exige a análise dos comportamentos subsetoriais.

Além das limitações no desmembramento, há aspectos metodológicos na obtenção dos dados estatísticos, que geram a possibilidade de informações imprecisas. As amostras estatísticas, ao nível das seções econômicas, são pesquisadas diretamente apenas no caso de empresas com 30 ou mais pessoas ocupadas. As empresas abaixo deste corte são pesquisadas com base em amostra probabilística. Isso torna os dados sobre os pequenos municípios mais sensíveis à imprecisão, visto que em muitos deles, predominam as iniciativas com número reduzido de trabalhadores. As informações disponíveis, portanto, não tem o dimensionamento ideal para o objetivo da pesquisa, mas foram utilizados como fonte de informações econômicas como o PIB (Produto Interno Bruto municipal), o VAB (valor adicionado bruto industrial) e o PO (pessoal ocupado). Tais informações são utilizadas na pesquisa como um indicador comparativo entre diferentes escalas espaciais – país, estado, mesorregião, município e classes (PMIs, PMAs e GMs) e, por tal, as distorções contidas na natureza das informações não privilegiam um determinado recorte em relação aos demais.

Outra fonte de dados disponíveis, com a possibilidade de acesso às informações municipais e subsetoriais da classificação do CNAE é o banco de dados do Ministério do Trabalho e Emprego, através da

RAIS⁶⁶ (Relação Anual das Informações Sociais) e do CAGED (Cadastro Geral de Empregados e Desempregados). Elas possibilitam acessar os registros administrativos prestados pelos estabelecimentos ao Ministério do Trabalho, permitindo várias composições de informação em diversas escalas geográficas (menor unidade territorial é o município), setoriais (a menor unidade é o subsetor) e com informações variadas sobre os estabelecimentos e os trabalhadores⁶⁷. Apesar da ampla gama de informações disponíveis, na escala territorial e setorial desejada, há ressalvas importantes a serem destacadas. Em primeiro lugar (como aponta SUZIGAN, 2001), as informações do sistema são administrativas (e por tal sem o rigor metodológico aplicado aos estudos estatísticos), bem como decorrem da auto-classificação, ou seja, as informações disponíveis são compiladas a partir da declaração realizada pelos próprios estabelecimentos, sendo suscetíveis a erros e omissões. Outro elemento, é que os dados RAIS/CAGED só abrangem empregos formais, o que fornece um perfil incompleto do mercado de trabalho e da situação do trabalhador. Da mesma forma que dos dados disponibilizados pelo IBGE, a natureza de uso das informações do RAIS/CAGED nessa pesquisa não é de quantificar precisamente o número de estabelecimentos industriais ou mesmo de pessoal ocupado, mas permitir realizar comparações e obter um dimensionamento aproximado das variáveis selecionadas.

Se os dados acima permitem uma aproximação comparativa com o quantitativo de empresas, há o problema de acesso a informações sobre quem são elas. Nas Prefeituras Municipais, quando há um cadastro com informações sobre as empresas existentes o mesmo não se encontra atualizado ou, como na maioria das vezes, não há esse cadastro. A Secretaria da Fazenda do Estado de Santa Catarina, por sua vez, não disponibiliza as informações contidas na DIME (Declaração de

⁶⁶A RAIS possui um caráter nacional e foi instituída a partir do decreto nº 76.900, de 23 de dezembro de 1975. Segundo a portaria do MTE, de 18 de dezembro de 2002, ficam obrigados a responder à RAIS aqueles estabelecimentos que possuam ou não vínculos empregatícios inscritos no CNPJ (Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica), todos empregadores públicos ou privados e todas as formas de entidades vinculadas à pessoa jurídica, abrangendo completamente os setores da economia brasileira (sendo colocados na informalidade aqueles estabelecimentos que não declararem as informações necessárias ao MTE). (MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO, 2002)

⁶⁷ O RAIS estabelecimento e o RAIS vínculo estão disponíveis para os anos de 1985 a 2002. O CAGED apresenta as informações de 1985 até o presente, com periodicidade mensal e maior número de variáveis de pesquisa.

Informações do ICMS e Movimento Econômico), que poderiam fornecer um quadro sólido sobre quais são as empresas existentes, o seu faturamento, as aquisições de insumos e distribuição das mercadorias (áreas de procedência de matérias-primas e o destino da produção). Dada a impossibilidade de acesso, utilizou-se da pesquisa de campo e dos dados contidos no Cadastro das Indústrias de Santa Catarina, disponibilizado pela FIESC/CIESC. Nele há indicação da razão social, ramo de atividade (subsetor CNAE 2.0), localização (com endereço completo), número de funcionários e se realizou exportações. A limitação desse cadastro é que não contabiliza as empresas que não são filiadas ao sistema FIESC, mas é um instrumento útil para a aproximação ao universo da pesquisa, antes da definição dos trabalhos de campo. Essas observações apontam que a realização de pesquisas em municípios de pequeno porte apresenta desafios e dificuldades consideráveis.

3. A GÊNESE DOS CAPITAIS NO SUL DE SANTA CATARINA E AS ETAPAS DA INDUSTRIALIZAÇÃO.

3.1. VISÕES SOBRE A INSERÇÃO DE SANTA CATARINA NO PROCESSO DE INDUSTRIALIZAÇÃO BRASILEIRA

Podemos diferenciar três matrizes explicativas para a origem da industrialização de Santa Catarina. As duas primeiras como nos apontam SILVA (1999, p. 101 e seguintes) baseiam-se na tese da gênese industrial como obra da consolidação do capital comercial (import-export) ou na capacidade empreendedora do capitalista de origem europeia, o que teria gerado um “modelo econômico catarinense” de desenvolvimento industrial.

Na primeira matriz, a ênfase explicativa recai no papel desempenhado pelo capital comercial, sobretudo na figura das relações entre o vendista (comerciante que expropriava o excedente econômico dos colonos) e o comércio de importação-exportação, sediado em Desterro, Laguna e Rio de Janeiro. Tal perspectiva, além de assentada em uma matriz explicativa que entende a origem do desenvolvimento capitalista como decorrente do avanço do capital comercial (SWEETZ, 1983), alinha-se com a interpretação de um desenvolvimento econômico regional decorrente de formações econômicas periféricas e satelizadas, alinhada à interpretação dependentista de desenvolvimento do capitalismo industrial brasileiro (FRANK, 1976)⁶⁸.

A segunda matriz criticou a interpretação anterior, ao destacar a importância dos recursos gerados no interior da economia colonial, neutralizando as relações do comércio de importação e exportação como fator explicativo para a gênese do capital industrial nas regiões coloniais do sul do Brasil. Em substituição, com base em uma interpretação schumpeteriana, enfatizou a capacidade de liderança de empreendedores, numa quase apologia ao empresário inovador. Hering (1987), ao estudar

⁶⁸ Mamigonian acrescenta que a visão dependentista cepalina inspirou intelectuais de direita, como Fernando Marcondes de Mattos, que enfatizou a relação de trocas desvantajosas de Santa Catarina com o restante do Brasil (interpretação centro-periferia), como intelectuais mais a esquerda como Etienne L.Silva, 1978 e Américo C. Souto (MAMIGONIAN, 2011, p. 81), que aplicaram o mesmo raciocínio ao considerar a indústria catarinense como dependente da paulista, por fornecer insumos industriais, como no caso das indústrias de autopeças e automobilísticas.

a origem da indústria no Vale do Itajaí, reconhece uma dinâmica própria para o desenvolvimento industrial, a partir de recursos autogerados e de existência de mercados internos, decorrentes do certo “isolamento regional” (idem, p. 11). O elemento explicativo central é a poupança individual dos imigrantes que se transformou em investimentos, dando origem a um “modelo próprio de desenvolvimento”, só possível em decorrência do tipo de povoamento e colonização com a presença de “indivíduos dotados de capacidade de liderança e mentalidade industrial” (idem, p. 180)⁶⁹

A terceira matriz, que tem como percussor Armen Mamigonian (1986) considera a industrialização de algumas regiões catarinenses como decorrentes da acumulação gerada pela pequena produção mercantil, aliada a uma representativa divisão social do trabalho entre agricultores independentes, artesãos, operários e pequenos comerciantes⁷⁰. Para o autor, não se pode falar de uma “modelo catarinense”, pois esse tipo de industrialização não ocorreu somente em Santa Catarina, mas também nas áreas de colonização do Rio Grande do Sul e do Paraná, onde as condições acima também se fizeram presentes. Por outro lado, tais condições não abarcaram todo o território catarinense, pois nas regiões da pecuária extensiva, como a Campanha Gaúcha e o planalto de Lages, as relações de produção dominantes não permitiram uma acumulação de base pulverizada⁷¹.

De caráter mais recente, pode-se apontar a existência de uma quarta matriz, defendida por Goularti Filho que, não obstante o

⁶⁹ Silva (1999) e Goularti Filho (2002), apesar de interpretações diferenciadas sobre as matrizes explicativas da industrialização catarinense, são uníssonos a indicar Ondina Bossle, em “História da industrialização catarinense: das origens à integração no desenvolvimento brasileiro” de 1988, como uma autora que busca conciliar as visões, atribuindo a origem ao empreendedor schumpeteriano e o capital comercial do sistema importação-exportação.

⁷⁰ Os pequenos comerciantes, no caso de Blumenau, não se referiam aos relacionados ao sistema da colônia-venda, mas constituíam-se, predominantemente, de representantes comerciais, comerciantes varejistas e funcionários de escritório (MAMIGONIAN, 1965)

⁷¹ Singer (1977, p. 87), em sua interpretação sobre a origem da indústria em Santa Catarina e Rio Grande do Sul, parte do conceito de modo de produção, o que não lhe permite reconhecer a existência de duas formações socioespaciais no sul brasileiro. O autor aponta a coexistência de grandes propriedades pecuárias no planalto e de pequenas propriedades dedicadas à lavoura, nas áreas coloniais, mas não aponta diferenças no processo de desenvolvimento entre elas.

reconhecimento da importância da pequena produção mercantil na gênese do processo industrial sustenta a subordinação do desenvolvimento industrial catarinense ao comando da economia cêntrica (diga-se São Paulo), em um esforço de integração produtiva (GOULARTI FILHO, 2002, p. 372-3) em que Santa Catarina é entendido como um estado periférico.

Trata-se da adesão à interpretação de CANO (2007)⁷² que sustenta a tese de que a integração capitalista do mercado nacional a partir de São Paulo gerou efeitos decisivos sobre as economias periféricas. Tais efeitos foram de estímulo, inibição ou destruição da base comercial e produtiva que “... se manifestam com distintas intensidades em cada uma das regiões impactadas pelo desenvolvimento capitalista da região que lidera o processo de integração” (idem, p. 207). Mas, independente da dinamicidade, trata-se sempre de uma “assimilação de relações capitalistas de produção mais avançadas emanadas a partir do polo” (idem). No caso de Santa Catarina (ao lado de outras áreas próximas e mais antigas como Minas Gerais e Rio de Janeiro), os impactos foram positivos, pois teriam desenvolvido uma “complementaridade industrial” no segmento de bens de consumo simples no período de 1930 a 1970 e de bens de consumo duráveis e de capital, com o advento da industrialização pesada a partir de 1970 (idem, p. 304)

Tal argumentação adotada pelo autor catarinense, contudo, encontra pontos de dissonância quando Goularti Filho reconhece que:

[...] mesmo estando inserido nesta lógica maior, tal dinâmica assume formas diferenciadas em Santa Catarina. Durante o período da integração produtiva, a economia barriga verde, representada pelos setores madeireiros, têxtil e alimentar, que detinham forte inserção nacional, não sofreu bloqueios ou destruição por parte da indústria paulista [...] Entre os anos de 1945 a 1962, a economia catarinense [...] passou a comandar, em menor escala, ao lado de São Paulo, o processo

⁷² Goularti Filho (2002) baseia sua interpretação sobre o desenvolvimento industrial brasileiro nos marcos da tese do capitalismo tardio de João Manuel Cardoso de Mello (1991) e Maria da Conceição Tavares (1998). As ideias desenvolvidas por esses autores foram aplicadas por Wilson Cano (2007) para embasar sua interpretação sobre a posição de comando exercida por São Paulo frente à constituição de uma grande periferia composta pelos demais estados e o interior paulista.

nacional de integração produtiva [...] e após 62, os setores metalmeccânico, cerâmico e plástico passaram a ampliar suas bases produtivas, com a abertura de novas unidades fora do território catarinense. (GOULARTI FILHO, 2002, p. 373).

O esquema interpretativo proposto parece encontrar limites ao se deparar com a forte capacidade competitiva de diversos segmentos produtivos catarinenses, não só por sua precocidade, mas como pela capacidade de crescer em paralelo à expansão vivida por São Paulo, colocando em cheque não só a periodização, como o caráter de subordinação. Silva (2005) demonstra que, tanto Santa Catarina como o Rio Grande do Sul apresentavam movimentos de integração vertical no segmento têxtil e alimentar já nas vésperas da Primeira Guerra Mundial, tanto na montagem de oficinas mecânicas para a produção das próprias máquinas (Garcia e Hering em Santa Catarina, são exemplos) como no controle de cadeias de comercialização (Renner, Rio Grande do Sul). Mamigonian (1965, p. 413), por sua vez, ressalta que em Blumenau, a autonomia técnica foi um dos fatores⁷³ que possibilitou à indústria têxtil se consolidar e atingir o mercado nacional já entre 1914-1918, aproveitando das dificuldades de importação decorrentes do conflito mundial.

Para Silva (2005, p. 69) foi o período entre guerras aquele em que a indústria nas áreas coloniais de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul assumiu um papel mais significativo no interior da economia. Em Santa Catarina, as atividades industriais chegaram a 17,1% de participação na renda interna em 1939. Catapultadas pela liderança dos segmentos de processamento de madeira, alimentar e têxtil⁷⁴, as chamadas “indústrias

⁷³ Adicionalmente, a busca da qualidade, a diferenciação de produtos, a capacidade de tomada local de decisões em setores já verticalizados, permitindo consolidação no mercado (SILVA, 2005, p. 68)

⁷⁴ Ainda em 1939, o segmento têxtil, roupas e calçados atingiu as primeiras colocações no valor da transformação industrial do estado, com 23,34% (seguido pelo segmento alimentar com 22,45% e madeireiro com 18,08%), e no percentual de pessoal ocupado (21,39%, seguido pelo segmentos madeireiro com 19,98% e alimentar com 14,74%). No que tange às exportações, já em 1934 os alimentos, a madeira e os têxteis, fios, roupas e meias, constituem-se nos líderes da pauta, desbancando as exportações de erva-mate. (com base nos dados apresentados por Goularti Filho, 2002, anexos 1, 2 e 3, páginas 433 a 435). A dinâmica do setor têxtil catarinense foi desprezada na análise de Cano que, para caracterizar o desenvolvimento industrial até 1930, utilizou-se de

dinâmicas”⁷⁵ foram responsáveis por 16,6% do valor da transformação industrial e 13,39% do pessoal ocupado do estado, em 1939, apontando que o processo de consolidação não se restringiu às indústrias tradicionais, mas que deu os primeiros passos rumo à gênese de iniciativas do Departamento I.

Há posto, pois, diferenças interpretativas que, de um lado defendem o caráter periférico do desenvolvimento industrial meridional e outro, que o interpretam como parte integrante do centro do sistema industrial brasileiro.

Entre os elementos fundamentais da diferenciação das duas perspectivas, destaca-se o fato de que a tese de Cano (2007) considera que as áreas tornaram-se periféricas porque, além de não possuírem o poder alavancador fornecido pela acumulação decorrente da cafeicultura, não conseguiram fazer metamorfosear o seu capital mercantil regional em capital industrial, seja em decorrência do próprio caráter concentrador da indústria paulista, seja em decorrência do conservadorismo da burguesia mercantil, que desde sua origem manteve-se articulada aos interesses agrário-exportadores.

Se a tese do capitalismo mercantil parece adequar-se à lenta evolução da indústria em formações socioespaciais regionais marcadas pela presença do latifúndio exportador, Mamigonian (1996) demonstra que nas áreas coloniais do Brasil meridional, a gênese do capital industrial não residiu na acumulação propiciada pelo grande capital mercantil, mas pela acumulação gerada no seio da pequena produção e no pequeno comércio, num ambiente de forte concorrência e capacidade de adaptação, como sugere a transição revolucionária descrita por Lenin (1954). Logo, a ênfase não está na metamorfose do grande capital mercantil em capital industrial, mas na diferenciação no interior da pequena produção mercantil, na acumulação gerada entre agricultores, pequenos comerciantes varejistas, artesãos, representantes comerciais e quadros de escritório (MAMIGONIAN, 1965). Tal diferenciação, ainda, não se faz presente somente em manchas do Brasil meridional, mas também se fez presente no interior da economia cafeicultora onde o autor defende a tese da origem imigrante das iniciativas industriais

dados de 1900 e restringiu a economia sulista à produção de charque, erva mate, banha e farinha (CANO, 2007, p. 54-55)

⁷⁵ Nesta categoria foram contabilizados os dados da indústria de minerais não metálicos, papel e celulose, química, metalúrgica, produtos de materiais plásticos, mecânica, material elétrico e de comunicação, material de transporte (idem).

paulistas, opondo-se à tese da transformação do fazendeiro aristocrata em capitalista industrial - defendida por Melo e Cano⁷⁶ - ou do grande capital mercantil em capital industrial, mesmo que tais comerciantes tivessem saído da fileira dos imigrantes, como defendeu Dean⁷⁷

Para embasar a tese de que a aristocracia rural cafeicultora não deu origem à burguesia industrial⁷⁸, Mamigonian (1976) retrocede à formação social dominante antes da imigração, apontando seu caráter fortemente polarizado e hierárquico, onde a aristocracia latifundiária era dotada de um esquema mental e universo social de aversão ao trabalho produtivo, de forte absentismo, de inferioridade em relação à Europa e superioridade em relação aos comerciantes e classes trabalhadoras

⁷⁶ Para Mello (1991) e Cano (1977) é do interior da classe cafeicultora que emerge o grupo social que deu origem à burguesia industrial. Destaca Suzigan (1986, p. 34) que, explicitamente para Cano, e implicitamente para Mello, o capital industrial é considerado como uma extensão do “complexo exportador de café”, o qual inclui a produção e o processamento do café, o sistema de transportes (estradas de ferro, portos, etc.), o comércio de importação e exportação e os serviços bancários.

⁷⁷ Para Dean (1971, capítulo II) a origem do empresariado industrial era composta da burguesia migrante, que se dedicava ao grande comércio de importação, cuja acumulação provinha, indiretamente, da renda gerada pelas exportações de café. Contudo, com o intuito de negar a tese de que os latifundiários constituíram-se em obstáculo político à industrialização afirmou que “os proprietários rurais não somente sobreviveram como classe, mas dirigiram a passagem de uma cultura rotineira de cana-de-açúcar no princípio do século XIX, para um complexo sistema industrial nos meados do século XX” (idem, p. 41). Neste aspecto, Sérgio Silva (1986) compartilha da posição de Dean, não obstante ser, em conjunto com Mello (1991) o autor que supera a tradicional polêmica entre os choques adversos ou expansão das exportações como explicações excludentes para a origem do desenvolvimento industrial brasileiro. Dean foi o percussor da tese de que os períodos de expansão da cafeicultura é que deram base ao processo de desenvolvimento industrial e opunha-se à tese de Celso Furtado, para quem havia uma relação cíclica inversa entre o café e a indústria, sobretudo em função das mudanças nas taxas de câmbio (Bresser-Pereira, 1994, p.08). Suzigan (1986, p.23-73) e Saes (1989) apresentam interessante resenha sobre as posições teóricas na gênese da indústria no Brasil.

⁷⁸ Afastando a possibilidade de uma leitura da transição tal e qual ao do modelo prussiano de Lenin (1954;1988), mas de uma transição do tipo revolucionária (Lenin, 1954, 1988), sob a carapaça superestrutural da aristocracia latifundiária, como combinação específica do caso brasileiro. Trata-se da transição na forma de Revolução Passiva (Gramsci, 1987), onde os latifundiários representaram o sócio maior e a burguesia industrial o sócio menor (Rangel, 1981, 1999).

(idem, p. 84)⁷⁹. Por tal, suas iniciativas, centraram-se em seu mundo especializado de negócios e relacionavam-se à economia agrário-exportadora cafeeira, como na construção de ferrovias, na promoção da imigração e na abertura de bancos. Além disso, o autor demonstra que iniciativas industriais levadas a cabo no início do século XX pelos cafeicultores em São Paulo (em geral, grandes estabelecimentos), passaram às mãos de imigrantes, sobretudo frente à conjuntura imposta pela Primeira Guerra Mundial⁸⁰. Por outro lado, enquanto consumidores, a aristocracia cafeeira não formava um mercado de consumo sólido para as primeiras indústrias, dado sua preferência em consumir importados de origem europeia.

Contudo, isso não significa que o autor despreze a importância da economia cafeeira no processo, sobretudo no que se reveste ao seu caráter propulsor na transição do trabalho compulsório em livre. Tal transição, além de formar um mercado consumidor interno, forneceu trabalhadores para as indústrias, tanto porque entre os imigrantes havia

⁷⁹ Sérgio Buarque de Holanda, ao analisar as raízes da cultura brasileira aponta que a sociedade ibérica, a época da ascensão da burguesia mercantil, nutria aversão ao esforço produtivo e a atividade utilitária, numa negação à moral protestante fundada no culto ao trabalho (HOLANDA, 1995, p. 38-40). Nas palavras do autor: “O resultado foi que os valores sociais e espirituais, tradicionalmente vinculados a essa condição [nobreza], também se tornariam apanágio da burguesia em ascensão. Por outro lado, não foi possível consolidarem-se ou cristalizarem-se padrões éticos muito diferentes dos que já preexistiam para a nobreza, e não se pode completar a transição que acompanha de ordinário as revoluções burguesas para o predomínio de valores novos” (idem, p. 112).

⁸⁰ Para Bresser Pereira (1963), partindo de resultados obtidos em pesquisa histórica, não há dúvidas que os empresários industriais paulistas originavam-se, em sua grande maioria, de imigrantes de classe média, com recursos procedentes de capitais acumulados pelo empreendedor ou pela família, sem a participação de fundos capitalistas privados. Anos depois Bresser-Pereira (1994) atribuiu a maciça adesão da intelectualidade de esquerda à tese de que a origem do empresariado estava no seio da aristocracia cafeeira, (mesmo sem dados empíricos fundamentados), devido à necessidade de negar a interpretação que “enfraquecera as esquerdas [...] ao pensar a burguesia industrial como uma nova classe de origem imigrante, quando, na verdade, não passava de uma manifestação da velha burguesia exportadora que sempre dominara o Brasil” (idem, p. 03) Esta mudança interpretativa foi fortemente influenciada pela publicação da obra de Caio Prado Júnior (1969) e demonstrou o descontentamento com o golpe militar de 1964 e o fim da aliança nacional-populista iniciada em 1930.

levas de trabalhadores urbanos, como porque, nos momentos de crise na cafeicultura, essa expulsava braços gerando êxodo rural⁸¹. Trouxe ainda, artesãos, técnicos, operários, pequenos empresários e comerciantes que igualmente foram expulsos pelas sucessivas concentrações industriais do capitalismo europeu.

Por terem vivenciado o processo no interior de estruturas econômico-sociais capitalistas plenas ou emergentes, tais imigrantes carregaram condições para transplantar para o país a mentalidade do trabalho, acompanhada de princípios como iniciativa, engenhosidade e adaptação, tornando-os aptos para iniciativas capitalistas, mesmo que sem capitais.

Se entre meados do século XIX até as vésperas da Primeira Guerra Mundial, a inserção dos imigrantes teve como principal papel a ampliação de um mercado de consumo regional, a partir da década de 1900 já há um:

incipiente setor industrial doméstico [...] estimulando investimentos em outras atividades, através de ‘linkages’ para a frente e para atrás, como por exemplo, na produção de sacaria de algodão para ensacar farinha de trigo, açúcar, etc., garrafas de vidro para cerveja e outras bebidas, latas para embalar produtos industrializados, maquinaria industrial mais simples”, (SUZIGAN, 1986, p. 72)

Mamigonian (1976) e Prado Júnior (1981) concordam ao assinalar a Primeira Guerra Mundial como um período de crescimento para a indústria brasileira, em especial a paulista. Para o primeiro autor, a queda das exportações de café, associada à alta dos preços dos cereais, criou o paradoxo de “fazendeiros empobrecidos e colonos enriquecidos”

⁸¹ Também para Bresser-Pereira (1963) apenas esse aspecto da influência da economia cafeeira no desenvolvimento da industrialização brasileira é que pode ser absorvido sem maiores controvérsias. As hipóteses de que: a) a burguesia industrial teve origem na burguesia agrícola do café e b) que o capital que serviu de base para a industrialização teria partido do café, são contestadas pelo autor, ao demonstrar com dados, a predominância da origem imigrante dos principais empresários paulistas,, bem como que o capital acumulado com a atividade agrário-exportadora não foi aplicado diretamente nos empreendimentos industriais, mas somente de forma indireta, ao ser financiadora da infraestrutura de transportes, portuária, de energia elétrica e de serviços públicos, além da infraestrutura bancária (idem, p.209-10).

(MAMIGONIAN, 1976, p. 94), gerando a possibilidade de acúmulo de capitais que foram investidos na compra de pequenas propriedades, onde se aplicaram técnicas produtivas mais modernas, ampliando a produção de excedentes. Outro caminho de investimento foi a aplicação em atividades industriais, pois como aponta Prado Júnior (1981, p. 201), boa parte dos industriais brasileiros foi constituída por “indivíduos de origem modesta, sobretudo imigrantes, com empreendimentos a princípio insignificantes”. Tais indivíduos, aplicando um princípio de poupança e tendo um padrão de vida limitado ao essencial, associado aos lucros obtidos em momentos de prosperidade, acumularam recursos para a ampliação da empresa.

O crescimento industrial paulista, que gerou gradativamente a conquista de certos mercados das indústrias regionais brasileiras e mercados ligados às importações estrangeiras não unificou, de forma instantânea e contínua todo o território nacional. Diferenciam-se, na tese de Mamigonian (1976), as áreas de retração ou mesmo deprimidas em função da perda de competitividade frente à indústria paulista (como o caso da indústria têxtil nordestina e da Guanabara- estado do Rio de Janeiro) do sul do país, que por outro lado, acompanhou a tendência de crescimento, ampliando a participação do setor no cenário nacional, como demonstraram os dados apresentados pelo autor, referentes ao pessoal ocupado (idem, p. 95). Consoante com essa tese, Rocha (1997) aponta que a década de 1920 representou um momento de expansão para a indústria têxtil, com a abertura de várias iniciativas industriais tanto em Blumenau como em Joinville, fenômeno que se manteve na década de 1930⁸².

Aliás, como reconhece Goularti Filho (2002, p. 97) a indústria têxtil, cuja origem encontra-se na acumulação gerada pela pequena produção mercantil⁸³, soube aproveitar muito bem o contexto internacional e nacional para se firmar. O período recessivo gerado pela Primeira Guerra Mundial reduziu a capacidade de importar e,

⁸² Nos anos de 1930 a autora destaca a fundação de quatro empresas em Joinville e cinco em Blumenau, várias que se consolidaram, posteriormente, como empresas nacionais e exportadoras, a saber: Altenburg (1922), Haco (1924), Teka (1926). Nos anos de 1930 fundam-se a Cremer (1935), a Artex (1936) e as Linhas Círculo (1938).

⁸³ É o autor que, inclusive, rebate a hipótese de Cano (1977) de que a gênese da indústria têxtil catarinense decorreu de capitais estrangeiros que teriam financiado os empreendimentos de imigrantes dotados de habilidade técnica no vale do Itajaí.

consequentemente, ampliou o mercado interno, incentivando exportações catarinenses de têxteis para outras regiões do país. Neste período, a participação de tecidos, fios, roupas e meias nas exportações de Santa Catarina para os demais estados da federação, pularam de 1,5% em 1913, à véspera o início da Primeira Guerra, para 8% em 1918. Tal crescimento prolonga-se pela década seguinte, atingindo 11% em 1921 e 14% em 1927 (com base nos dados apresentados por Lima & Sanson, 2008, p.124).

Este processo de substituição de importações, iniciado pela indústria de bens de consumo como os têxteis, gerou novas demandas internas que acabaram por incentivar investimentos em oficinas de reparos que logo evoluíram para "fabricações de peças simples e em seguida de conjuntos inteiros, até a transformação dessas oficinas em indústrias de máquinas" não somente em São Paulo (MAMIGONIAN, 1976, p. 95), como também nas áreas coloniais do vale do Itajaí em Santa Catarina (idem, 1965, p. 88) e do Rio Grande do Sul (SILVA, 2005, p. 68)⁸⁴. Não somente no advento da conjuntura positiva representada pela Primeira Guerra Mundial, mas estendendo-se pelo período entre guerras, no esforço de substituição de importações. A tabela 06, expõe os valores da produção industrial e o coeficiente de crescimento dessa produção por categoria e gênero, em Santa Catarina, entre 1920 e 1940.

⁸⁴ Este último autor, apresentando dados que colocam em xeque a tese de Singer (1977) de que a economia gaúcha teria sofrido retrocesso e perda da capacidade competitiva com a entrada de produtos paulistas, possibilitada a partir da abertura da ligação ferroviária entre São Paulo e Rio Grande (SINGER, op.cit., p. 178). Na mesma obra (p. 129-130) Singer defendeu que o dinamismo da "grande indústria" blumenauense integrada ao processo de industrialização do país, a partir do período entre guerras, só se deu em segmentos que não concorriam diretamente com o eixo Rio-São Paulo, como guarnições de cama, mesa e banho, gaitas e porcelana fina.

Tabela 6- Santa Catarina - Valor da Produção Industrial
1920 e 1940

Categoria e Gênero		1920 (em Cr\$ mil)	1940 (em Cr\$ mil)	Coefficiente de aumento
INDÚSTRIAS TRADICIONAIS	Madeira	10.421	41.567	4,0
	Mobiliário	656	7.269	11,0
	Vestuário, calçados e artigos de tecido	605	4.868	12,4
	Produtos alimentares	32.603	103.859	3,2
	Editorial e Gráfica	sd	2.348	-
	Bebidas	sd	7.905	-
	Fumo	sd	2.393	-
	Couro, pele e similares	959	6.411	6,7
INDÚSTRIAS DINÂMICAS	Grupo A			
	Minerais não metálicos	993	3.972	4,0
	Papel e papelão	sd	6.260	-
	Química	3.044	9.689	3,2
	Grupo B			
	Mecânica	sd	2.497	-
Material de Transporte	236	1.738	7,3	

Organização: Beltrão, L.M.V.

Fonte de dados: Cunha apud Silva (2005, p.69-70)

sd: sem dados disponíveis.

Os dados comprovam o significativo crescimento alcançado pelos têxteis e complementares⁸⁵ que apresentaram o maior coeficiente de aumento no período. Observa-se também a expansão de segmentos indústrias mais dinâmicos como a química e de material de transporte, cujo coeficiente assemelha-se a alguns dos segmentos tradicionais. No caso do segmento mecânico, apesar da ausência de dados em 1920, percebe-se que em 1940, o valor da produção já representa cerca da metade daquela obtida pela indústria têxtil.

Neste ponto cabe retomar a importância dos ciclos juglarianos brasileiros, conforme colocados por Rangel (1982, p. 19) onde a cada ciclo médio, a partir da década de 1920, representou uma nova etapa do processo de industrialização por substituição de importações. Tais ciclos levaram à expansão industrial dos investimentos, que se tornavam ociosos nos momentos de crise de consumo. A capacidade ociosa recém-instalada constituía poupança potencial, para financiar a instalação do degrau subsequente do edifício industrial brasileiro, ao longo do século XX. Esse processo em nosso país se deu de forma diversa ao encadeamento observado nos países centrais, ou seja, tendo como degrau inicial as indústrias de bens de consumo simples, indústrias de materiais de construção, indústria de bens de consumo duráveis e indústrias químicas e mecânicas pesadas. Para Mamigonian (1966), não obstante o papel de destaque de São Paulo, a formação socioespacial das áreas coloniais do sul do Brasil participou também de forma dinâmica nesse processo, onde o crescimento do setor têxtil, alimentar e madeiras forneceu condições de acumulação para a consolidação das iniciativas metalmeccânicas, sobretudo no vale do Itajaí e nordeste do estado, que forneciam equipamentos industriais, peças de reposição e material de manutenção para os estabelecimentos já existentes⁸⁶.

Diante dessa perspectiva fica em xeque a tese de Melo (1991), de que somente em "1933 se inicia uma nova fase", porque há um "movimento endógeno de acumulação, em que se reproduzem,

⁸⁵ Somando-se os produtos alimentares e a madeira, que representaram, em conjunto com a erva-mate, as "indústrias originárias" catarinenses, no século XIX e início do século XX.

⁸⁶ São exemplos citados por Silva (1997) e Rocha (1997) a Fundação de Ferro (FAMAC) em Jaraguá do Sul, fundada em 1924, a Mold Motores, fundada em 1925 e que produzia motores marítimos em Joinville, a Metalúrgica Steadele, dedicada ao fabrico de frigideiras, em 1926, em Blumenau.

conjuntamente, a força de trabalho e parte crescente do capital constante industrial" (MELO, op.cit., p. 110). No contexto catarinense, por sua vez, baseado na visão de Melo (op.cit.) e Cano (1977), Goularti Filho (2002) estrutura sua periodização sobre o desenvolvimento econômico e industrial do estado, considerando que as bases produtivas de Santa Catarina não conseguiram avançar para acompanhar a diversificação industrial encetada no período entre guerras, especialmente a partir dos anos de 1920. A saber, avançar das indústrias de bens de consumo simples (as já citadas indústrias alimentares, extrativas e têxteis) para indústrias de bens de produção como a metalmecânica, cerâmica, papel e celulose (idem, p. 136-7).

Já Suzigan (1986, capítulo IV), em contraponto a Melo, apresenta dados que comprovam que desde 1900 o próprio setor industrial nacional, embora ainda incipiente, já passara a estimular investimentos em outras atividades através de encadeamentos intra setoriais, fazendo surgir indústrias do cimento, siderurgia, metal mecânica, papel e celulose, artefatos de borracha, química e farmacêutica, além do já citado desenvolvimento da indústria têxtil e de alimentos. Este autor, pois, fornece subsídios a Silva (2005, 2011) para defender que a industrialização nas áreas da pequena produção mercantil do sul do Brasil, apresenta três fases distintas de expansão, relacionadas a três estágios diferentes de inserção na divisão do trabalho. Na primeira, contemporânea a Primeira Guerra Mundial, houve a consolidação da participação de indústrias no processo de substituição nacional de importações, inaugurada na fase "b" do 3º Ciclo de Kondratieff -1920-1948 (Rangel, 1982, p. 18), através da ampliação das exportações para os demais mercados nacionais, em especial o Rio de Janeiro e São Paulo. Tal possibilidade de expansão se deu não só pela considerável autonomia técnica alcançada, como pela existência de iniciativas a montante do processo de produção (a saber, as oficinas de reparos e manutenção), com o desenvolvimento de tecnologias adaptadas às condições e necessidades regionais. Esta autonomia, como ressalta o autor ancorado em Barros de Castro (1980 apud Silva, 2011, p. 59), "foi a base de outros dois elementos cruciais da referida inserção no mercado nacional, a saber: a busca da qualidade e a diferenciação dos produtos". Tem-se, no período, plenamente estabelecida uma autêntica divisão do trabalho entre cidade e campo, comandada pela indústria.

Na segunda fase, definida entre 1920 e 1940, a divisão do trabalho entre cidade e campo se aprofunda e o processo de acumulação decorrente do crescimento das indústrias "tradicionais" (sobretudo a têxtil), permite a evolução das oficinas de reparos em indústrias que

desenvolvem máquinas e equipamentos. Esta possibilidade de avanço setorial reafirmou a participação dessas regiões coloniais industriais na divisão nacional do trabalho, beneficiadas pela redução das importações no período descendente do 3º Ciclo.

Por fim, parece ser esse um dos pontos nodais nas diferenças de interpretação sobre a evolução da industrialização catarinense que se fez referência ao longo do presente capítulo. Se por um lado, na própria crítica levantada por Goularti Filho (2002) aponta um endogenismo exagerado em Hering (1987) ou ainda uma ausência de articulação entre a periodização catarinense e a nacional em CEAG (1980) e Cunha (1982)⁸⁷, sua interpretação, não obstante o reconhecimento da tese sobre a gênese industrial a partir da pequena produção mercantil de Mamigonian (1966, 1986, 2011), subordina a evolução da indústria catarinense ao contexto explicativo da formação econômica do Brasil, sob o viés do desenvolvimento do capitalismo tardio.

Já o enfoque e a periodização proposta por Silva (2005, 2011) busca articular, lado a lado, em via de mão dupla, as determinações da formação socioespacial regional com os determinantes estruturais da formação brasileira. Isso porque reconhece que, não obstante a transição brasileira para o capitalismo tenha se dado a partir do modelo prussiano (Lenin, 1954), ou seja, marcada pelo trabalho compulsório, pela estrutura latifundiária e pelo comando político de classes conservadoras na perspectiva da dualidade⁸⁸, desenvolveu paralelamente, em seu território, manchas de uma formação de tipo clássica ou norte-americana nas "zonas de pequena produção mercantil que vão se formar a partir da segunda metade do século XIX em áreas como o planalto paulista, o nordeste catarinense e cidades como Caxias do Sul e São Leopoldo no

⁸⁷ Nas palavras do autor: "Hering pensou apenas do ponto de vista microrregional, ao contrário de nós, que pretendemos explicar a formação econômica do Brasil meridional na sua totalidade" (GOULARTI FILHO, 2002, p. 398-9). No caso das interpretações contidas em CEAG e Cunha, outro problema é a definição dos períodos baseado em dados quantitativos e não de mudanças qualitativas (idem, p. 64-6).

⁸⁸ Segundo Rangel (1985, p. 25-6) o estágio de desenvolvimento das forças produtivas, além de mudanças econômicas e tecnológicas impõe alterações na composição de classes que comanda o poder do Estado. No caso brasileiro tal poder é sempre resultado da coalizão de duas classes (dualidades) que se compõem de um sócio hegemônico, politicamente experimentado mas representante do modo de produção que será futuramente dissolvido, ou seja, de caráter mais conservador, associado a um "sócio menor", politicamente inexperiente, mas muito dinâmico, no campo econômico.

Rio Grande do Sul" (SILVA, 1999, p. 106). O efeito desse processo foi a constituição de uma formação regional individualizada, onde o processo de acumulação capitalista teve origem na fileira dos pequenos produtores e não dos grandes comerciantes mercantis. Tal origem formou capitalistas que, para se consolidar, tiveram de demonstrar forte poder de iniciativa e criatividade, pois, desde sempre, estiveram submetidos a forte concorrência, sem o privilégio de mercados cativos. Tal contexto gerou sobre essas formações socioespaciais regionais economias resistentes à satelização pois dotadas de poderosa dinâmica interna, que os possibilitou integrar o centro do sistema industrial brasileiro (MAMIGONIAN, 2011, p. 83).

3.2. A INSERÇÃO DO SUL CATARINENSE NA DIVISÃO DO TRABALHO

Reforçando a importância das especificidades como elemento que fornece concretude às formações socioespaciais, é necessário buscar a gênese histórica da ocupação da região do sul catarinense para verificar as condições básicas para acumulação regional que acabaram por desembocar em iniciativas industriais na região. De modo geral, a ocupação do sul catarinense, a espelho de todo o litoral e encosta, se deu a partir de dois movimentos distintos a saber: a ocupação da franja litorânea, e o posterior povoamento da vertente atlântica da Serra Geral. A primeira área, caracterizada pela ocupação vicentista, açoriana e madeirense, teve início com a fundação de Laguna em 1676⁸⁹. A segunda, foi caracterizada pela chegada de imigrantes alemães e italianos a partir da década de 1870, com a ocupação dos vales dos rios Braço do Norte (alemães) e Urussanga (italianos).

3.2.1. A OCUPAÇÃO DO LITORAL

Contudo, mesmo antes de iniciar-se o movimento colonizador, a região era ocupada originalmente pelos índios Carijós, da família Tupi-

⁸⁹ Não há consonância entre autores no que se refere a data de fundação da póvoa de Laguna. Segundo Cabral (1939) muitos autores como Azevedo Marques consideram a data de 1684, com base na Carta Régia de 1682 que definia Francisco de Brito Peixoto como líder da bandeira colonizadora. Já o decreto municipal nº 15 de 02 de maio de 1975 fixou 29 de julho de 1676 como o dia da fundação oficial, data em que houve a primeira tentativa de Brito Peixoto em alcançar o território de Laguna.

Guarani, a extensão de todo o litoral catarinense (Hobold, 2005)⁹⁰. Silva (1994, p.31) aponta que a apropriação dos recursos naturais dava-se de forma comunal, através do cultivo do milho e da mandioca, além de praticarem a caça, a pesca e a coleta. Sua organização social, contudo, foi transformada com a chegada do colonizador através dos primeiros contatos que se efetivaram no século XVII⁹¹.

Foi através desse contato inicial entre os indígenas e os colonizadores que a região passou a desempenhar sua primeira função econômica na divisão territorial do trabalho no seio da formação social brasileira emergente, inscrita no processo de expansão colonial europeia, sob o comando dinâmico do capitalismo comercial. Ora vejamos:

Após a posse sobre os territórios do Novo Mundo, tanto a Espanha como Portugal, países centrais durante a expansão do capitalismo comercial na Europa, iniciaram o processo de exploração da América. Portugal, mais especificamente, introduziu na colônia um sistema econômico especulativo, realizado segundo Prado Júnior (1981, p. 20) "por homens de posses, em grandes propriedades agrícolas, baseadas em lavouras voltadas ao mercado externo", o que teria fornecido, na visão do autor, à formação econômico-social nascente, uma inserção direta no modo de produção capitalista.

Contudo, em interpretação mais atenta às especificidades e complexidade da formação social brasileira, Rangel (1981) apresenta outro arsenal interpretativo ao destacar que, apesar da expansão do capitalismo comercial na Europa, este não era ainda o modo de produção dominante. Apesar de o capitalismo mercantil ter emergido, com enorme dinamicidade, no interior do feudalismo, foi este modo de produção que, contudo, forneceu a "carapaça externa" e o enquadramento jurídico com o qual a Europa entrou em contato com a América (idem, p.5). E foi, a partir de introdução de relações de caráter

⁹⁰ Segundo Hobold (2005, p. 25) os Carijós ocupavam uma vasta extensão desde o litoral de São Paulo até o rio Tramandaí (RS), concentrando-se na área litorânea em decorrência da abundância e facilidade de obtenção de alimentos, como moluscos, peixes e crustáceos de ambientes costeiros e lacustres.

⁹¹ Tanto Hobold (op. cit.) como Reitz (1988) indicam que antes mesmo do efetivo processo de povoamento, em meados de 1530, padres espanhóis e portugueses já teriam desenvolvido ações de catequização de Carijós, agrupados na área sulina de Ibiazá (Laguna). Da mesma forma, foi contemporâneo o aprisionamento dos índios na região para o comércio escravocrata, levados a cabo por bandeirantes vicentistas. Já no início do século XVII, "os lugares em que os brancos iam resgatar índios eram, além do Porto de Laguna, os rios Araranguá e Mampituba" (Hobold, op.cit., p. 32).

feudal (baseadas na afirmação da nua propriedade e na suserania e vassalagem) que Portugal forneceu o polo externo da dualidade sob a qual se estruturou a formação social brasileira, articulada internamente com um conjunto de formações pré-feudais que acabaram convergindo para a escravidão como forma predominante⁹² (RANGEL, 1981, p. 8-9). Assim, o território colonial não foi explorado diretamente pela Coroa, mas concedido na forma de domínios a sesmeiros, que se articulavam na produção de gêneros de grande interesse ao capital mercantil português.

O ambiente natural para a produção de tais gêneros, dadas as condições materiais e técnicas, era circunscrito ao clima tropical, onde se pode produzir o que era "raro e exótico" ao mercado europeu. O Brasil meridional, com seu clima subtropical, era desinteressante para a instalação de grandes propriedades baseadas no trabalho escravo, o que fez a região permanecer em compasso de espera para sua inserção na divisão territorial do trabalho.

Contudo, a partir do século XVII, quando as bases do mercantilismo português foram abaladas pela elevação da concorrência entre os produtos tropicais e a consequente queda nos preços, a coroa lusa foi forçada a atrelar-se ao capitalismo inglês, realizando concessões e perdendo controle de mercados. É nesse quadro que, segundo Silva (1992, p.29), "emerge o projeto político português, referente à expansão colonizadora" que incluiu a consolidação da ocupação do sul do Brasil, politicamente em litígio constante com os domínios espanhóis, pelo acesso aos territórios do Prata. Para tanto, estimulou o avanço dos vicentistas em direção ao litoral sul.

É importante notar que, com a economia colonial centrada no Nordeste açucareiro, as Capitânicas de São Vicente e São Paulo ainda não se integravam produtivamente ao mercado, permanecendo com uma economia de subsistência, cuja produção não interessava às grandes fazendas canavieiras que "produziam ou adquiriam, em melhores condições, tais produtos do interior da Bahia, Ceará, Maranhão, etc." (SINGER, 1977, p. 143). Contudo, o escravo era uma mercadoria de ampla aceitação na economia canavieira e foi, através do aprisionamento, domesticação e posterior comercialização de indígenas que os paulistas e vicentistas orientaram-se para o litoral, desde São Paulo até o Rio Grande do Sul.

⁹² Porém não exclusivamente, como já apontado no capítulo 1, já que o semiárido nordestino e uma vasta área da Região Sul, onde predominaram atividades ligadas à pecuária extensiva, se constituíram precocemente relações de trabalho feudais (RANGEL, 1993, p. 9-10 e PEREIRA, 2011, p. 15).

É nesse contexto que se consolida a primeira função econômica do litoral sul de Santa Catarina, antes mesmo de uma ocupação efetiva. Já no início do século XVII, "os lugares em que os brancos iam resgatar índios eram, além do Porto de Laguna, os rios Araranguá e Mampituba" (Hobold, 2005, p. 32)⁹³.

No século seguinte, há um aprofundamento da participação do litoral sul catarinense na economia (como parte de toda a costa meridional), através da promoção de uma ocupação efetiva. Quais interesses promoveram essa ocupação? No plano externo, o cenário era de crise para economia lusitana, em decorrência do declínio do comércio ultramarino. Assim, como mostra Campos (1991, p. 20-21), tornou-se interessante e necessário um melhor aproveitamento dos recursos ociosos disponíveis na colônia. Logo, a efetiva dominação do território e sua exploração econômica eram fundamentais. Dominar os limites meridionais, zona de constante choque de interesses com a metrópole espanhola, tornou-se um imperativo, no sentido de estabelecer não só poderio político-militar, mas possibilidade de exploração econômica. No cenário interno, destaca-se a transferência do centro econômico da colônia do Nordeste para a zona aurífera de Minas Gerais e Cuiabá. A necessidade de animais de carga gerou a incorporação dos campos e pampa do sul à divisão territorial do trabalho, no suprimento de gado para a região de exploração do ouro.

Estes elementos ajudam a compreender sob quais circunstâncias partem as subcorrentes de povoamento explicitadas por Viana (2005) na ocupação do Brasil meridional⁹⁴ (mapa 02). Laguna, por sua vez exercia

⁹³ Desde 1538 há registro da passagem e permanência de franciscanos espanhóis para catequização dos Carijós em "área sulina de Santa Catarina, precisamente Ibiazá, hoje Laguna, como centro de operações catequéticas" (HOBOLD, 2005, p. 27). Posteriormente também os jesuítas portugueses atuaram em frentes de catequização, opondo-se frontalmente à ação dos bandeirantes vicentistas, o que culminou, em 1640, com a expulsão dos primeiros de toda a Capitania de São Vicente (idem, p. 33). Singer (1977, p. 142) destaca que, apesar da ação jesuítica colocar-se contra prática da escravidão indígena, a conversão praticada pelos religiosos, tornava os indígenas mais aptos a servir aos interesses paulistas, pois "transformava estas populações sedentárias em reservas potenciais de escravos", facilmente adaptáveis ao trabalho compulsório. Reitz (1988, p. 23) traz relatos de que, em apenas uma incursão de bandeirantes vicentistas ancorados com 15 navios e muitas canoas no estuário de Laguna (Ibiazá), em 1635, houve o embarque de mais de 12 mil carijós cativos.

⁹⁴ Eram duas as subcorrentes: a do litoral e a do planalto. Nas palavras de Viana (2005, p.152-153): "uma subcorrente toma pelo litoral partindo de S. Vicente

a função de último posto militar, antes da Colônia de Sacramento, visto ser ancoradouro seguro para as tropas militares portuguesas que se locomoviam em direção à desembocadura do Prata. Além disso, era posto avançado de expedições de reconhecimento e exploração, que abriram os primeiros caminhos terrestres, paralelos à costa, entre Laguna e a Lagoa dos Patos e, depois disto, até Maldonado e Montevidéu (HOBOLD, 2005, p.53). O gado encontrado disperso pelos campos de antigas missões jesuíticas passou a ser conduzido através da faixa litorânea, até Laguna, e depois enviado para São Paulo. Esse movimento, que gerou a incorporação da região ao comércio com a zona aurífera, ocasionou também o aumento das concessões de sesmarias de Laguna em direção ao sul⁹⁵, com a instalação de estâncias e currais⁹⁶. A articulação comercial de Laguna dava-se através do gado capturado e transportado pelo "caminho da praia" que embarcava no porto em direção a São Vicente e São Paulo, ou ainda, eram reses abatidas, charqueadas e enviadas em forma de fardos de carne seca.

[...] vai contagiando a orla marinha até ao extremo sul, por migrações sucessivas, em pequenos grupos familiares [...] vai distendendo-se por Paranaguá, Desterro, São Francisco até Laguna onde pára. [...]Toma pelo planalto, pelos chapadões pastoris da Serra do Mar, a outra subcorrente do sul. Parte de Sorocaba e vai, através do Paraná e Santa Catarina, passando por Cruz Alta e S. Borja, até o âmago dos pampas. Em 1728, liga-se com o litoral, em Laguna, pela estrada de Araranguá, aberta nos flancos da cordilheira marítima"

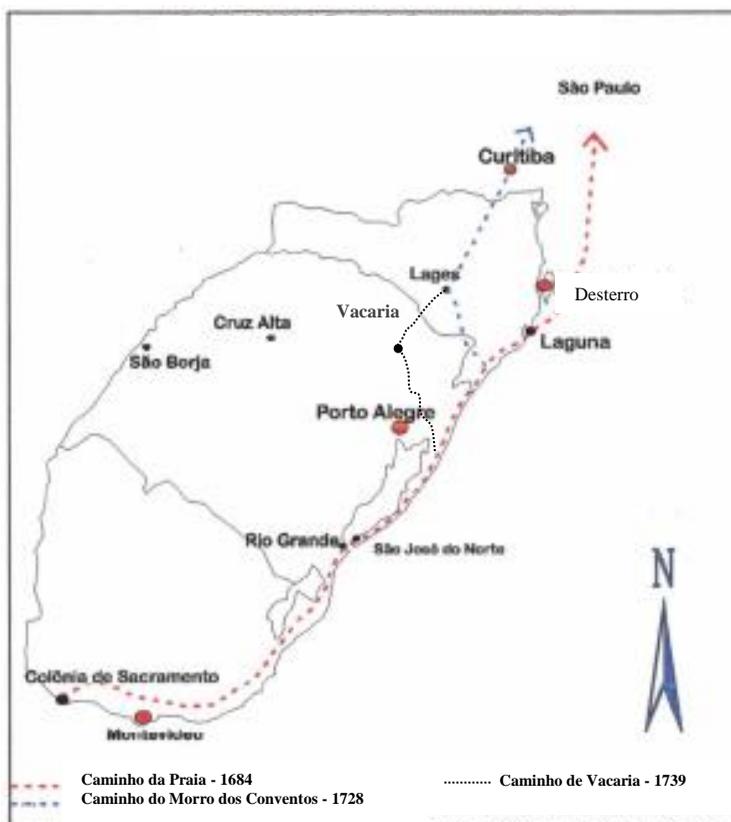
⁹⁵ Reitz (1988, p. 27) destaca que em fins de 1732 começaram a ser concedidas sesmarias em direção ao extremo sul de Santa Catarina, a pedido de lagunenses, interessados em participar do novo eixo comercial, gerando concessões em geral, exploradas através do trabalho escravo (escravismo no lado interno do polo interno, conforme Rangel, 1981). Assim, partindo do mar até os contrafortes da Serra Geral, entre as bacias do rio Urussanga e Mampituba, teve-se: "ao lado norte do rio Araranguá, as sesmarias de Porphírio Lopes de Aguiar; Felicidade Maria da Rosa; José Cardoso dos Santos; Lino dos Santos, José Vieira da Rocha; e outros". Ao lado sul do mesmo rio, "as sesmarias de Dona Brígida; Antônio Tavares; Ozedas e Teixeira; Manoel L. Coelho, João Silveira Bitencourt e outros". (HOBOLD, 2005, p. 67). Já no vale do Rio Tubarão, as sesmarias foram concedidas em 1774 ao Capitão João da Costa Moreira e ao Sargento Mór Jacinto Jacques Nicós (CABRAL, 1939, p.21)

⁹⁶ Hobold (op. cit., p.57) cita que o percurso pelo litoral, "não só alertou, como convenceu os lagunenses que após a era das invernações viria a das estâncias e dos campos de criação, pelo que grande parte deles, a começar em 1733, resolveu abandonar a sua vila e transferir seu púgilo de escravos para nova terra[...] instalando-se nessa época, entre Tramandaí e São José do Norte, nada menos que 27 fazendas de gado"

Com o aumento da demanda por gado em pé, sobretudo equinos e muares⁹⁷, houve a necessidade de abrir caminhos alternativos, sobretudo que representassem uma opção aos gastos com transporte marítimo (LUCENA, 1988, p. 19). Para permitir a ligação entre "os Campos de Curitiba com a terra de Rio Grande de São Pedro" (HOBOLD, 2005, p. 70), foi aberta a estrada do Morro dos Conventos em 1728, ligando o litoral sul com o planalto e constituindo-se em caminho principal até 1739, quando se criou o trecho entre Lages e os campos de Vacaria (Mapa 02).

A estrada do Morro dos Conventos deslocou a economia do porto de Laguna - que com a nova ligação perdeu espaço como porto de embarque de animais-, para a região de Capão da Espera (atual Araranguá) que se tornou ponto obrigatório de parada para tropeiros, antes de iniciarem a subida ao planalto.

⁹⁷ Interessa lembrar que o relevo muito acidentado, entre a zona aurífera e o litoral, do Rio de Janeiro ou São Paulo, dificultava ou quase impedia o uso de carroças e carros de boi para escoar a produção, fato pelo qual, no início, o transporte era realizado por índios e negros escravizados. A solução técnica viável era o uso de animais de carga, tração ou sela como equinos e muares que, escassos na região das Minas, eram abundantes nos campos riograndenses. (PRADO JÚNIOR, 1981, p.43). A integração econômica dos campos do Rio Grande à economia colonial coincidiu, como destaca o mesmo autor, com a decadência da produção pecuária do Sertão Nordeste, incapaz de suprir as necessidades do mercado em expansão (idem, p. 67).



Mapa 2- Caminhos das Tropas
Séculos XVII e XVIII

Fonte: Adaptado de Santos apud Lucena, 1988

Contudo, paralelamente, os interesses militares e de exploração econômica foram motrizes para a promoção de imigração de populações do Açores e Madeira, a partir de 1747, com a formação de vários povoados que, no sul de Santa Catarina, se localizaram inicialmente em Vila Nova (atual distrito de Imbituba) e Garopaba⁹⁸. A elas eram dadas

⁹⁸ Silva (1992, p. 39) destaca os benefícios oferecidos, pelo Conselho Ultramarino de Lisboa, aos açorianos e madeirenses para atraí-los ao litoral meridional brasileiro: o transporte à custa da Fazenda Real; 2\$400 réis para mulheres entre 12 e 25 anos; 1\$000 réis para cada filho dos casais; farinha para

pequenas extensões de terra onde os colonos cultivaram principalmente a mandioca, além do algodão, melado, aguardente, feijão, milho, arroz, pescados e óleo de baleia (CAMPOS, 1991, p. 26) cujos excedentes eram escoados pelo porto de Laguna. Assim, as terras que anteriormente foram concedidas em forma de sesmarias, mas pouco ou nunca ocupadas, começaram a sediar as primeiras unidades produtivas de caráter mercantil, baseadas no açúcar (incluindo aí os alambiques de cachaça), com seus engenhos tracionados a boi. Em 1797, no distrito de Laguna, operavam 54 engenhos de açúcar, que produziam o açúcar mascavo, acondicionado em caixas de madeira e a cachaça em pipas (CABRAL, 1939). A produção tinha três destinos: a maior parte era transportada por embarcações até o porto de Laguna e exportada para outras províncias. Outra parcela destinava-se, via tropeiros, ao comércio com a região serrana e a menor parte, rumava ao sul, em especial para o suprimento de tropas militares destacadas no litoral do Rio Grande do Sul (HOBOLD, 2005, p. 222).

A farinha de mandioca também foi produzida com grande sucesso, a espelho de todo o litoral catarinense. Cultivada também, predominantemente, em pequenas propriedades dos colonos, tinha o caráter mercantil não só por abastecer a província do Rio de Janeiro, mas também por se constituir em prato principal das tropas militares. Conforme demonstra Campos (1991, p. 35-7), a farinha foi, no decorrer dos séculos XVIII e XIX, um dos mais importantes produtos de exportação de Santa Catarina, que competia, no fornecimento ao Rio de Janeiro, com as produções do Rio Grande do Sul, Espírito Santo e Bahia. O comércio de farinha era internamente controlado pelo capital mercantil sediado em Desterro⁹⁹.

o sustento de um ano: um quarto de légua para estabelecer seu sítio ou morada, além de diversos instrumentos de trabalho. Singer (1977, p. 145-7) destaca que a ocupação açoriana e madeirense no Rio Grande do Sul deu-se com a instalação de 2000 casais, que recebiam uma data de 272 ha, dedicando-se ao cultivo de subsistência e de exportação nos núcleos de Capela Grande (Viamão), Porto dos Casais (Porto Alegre), Rio Grande de São Pedro e Santo Antônio da Patrulha.

⁹⁹ Conforme Campos (1991), o comércio de farinha era controlado pelo Rio de Janeiro, pólo comercial do Império, que promovia uma concorrência entre as áreas produtoras, buscando manter os preços em baixa e auferindo lucros bastante favoráveis. Internamente, o comércio era controlado pelo capital comercial de Desterro e Laguna, que manipulavam os preços exercendo uma forte exploração sobre a pequena produção mercantil. As margens de ganho só eram maiores ao produtor quando as exportações atingiam o ápice, motivadas

Outra forma de articulação econômica do litoral sul catarinense a partir do século XVIII foi a instalação de armações de captura da baleia. No sul de Santa Catarina, as armações localizaram-se em São Joaquim da Garopaba (1795) e a Armação da Imbituba (1796), sob o comando de Pedro Quintela e João Ferreira Sola. As armações, como destaca Silva (1992) constituíam-se de enormes instalações marítimas e manufatureiras do litoral de Santa Catarina (além do litoral baiano, paulista e fluminense) que se destinavam a produzir óleo de baleia para o abastecimento do mercado externo, através de concessões de exploração ao capital comercial português, que obtinha consideráveis lucros nas transações. Se pela face externa, essa atividade representava a articulação de tal capital mercantil com o capital industrial nascente (dadas as relações de dependência de Portugal com a Inglaterra), no interior da colônia, entrelaçava modos de produção complexos. Utilizavam-se terras concedidas em sesmarias, o que fornece a evidência de um modo de produção feudal (RANGEL, 1981) no qual se imprimia, no seu interior, relações de produção escravista (propriedade dos capitais comerciais), associada a contratação temporária de pequenos produtores (agricultores-pescadores de origem açoriana e madeirense), remunerados na forma e salário, com ganhos por função e produtividade (SILVA, 1992, p. 72).

Do exposto, denota-se que o sul catarinense, cuja ocupação colonizadora portuguesa, açoriana e madeirense limitava-se às áreas de planícies e pequenos morros, próximos ao mar e lagoas, integrava-se à formação econômica brasileira, através de unidades produtivas que forneciam excedentes controlados pelo capital comercial de Laguna e Desterro. Adicionalmente, porém com menor destaque quando comparado a outras armações baleeiras do litoral catarinense, Garopaba e Imbituba, estavam diretamente subordinados ao capital mercantil português, que tinha a concessão para a exploração dos subprodutos da baleia.

Enquanto as armações baleeiras mantinham um complexo sistema de relações de trabalho (escravismo associado ao trabalho assalariado temporário de pequenos produtores-pescadores)¹⁰⁰, a produção agrícola

por quebra da produção em outras regiões ou ainda por aumento do consumo pelas tropas militares.

¹⁰⁰ Como demonstra Silva (1992, p. 72). No interior das armações a combinação de formas de trabalho era constituída de: "1- trabalho compulsório executado por escravos, propriedade dos capitais comerciais portugueses; 2- trabalho remunerado, executado por pescadores açorianos e madeirenses, com ganhos

era desenvolvida por uma pequena "classe senhorial" (formada por sesmeiros portugueses) e pequenos produtores independentes, donos de seus meios de produção, de origem açoriana e madeirense que constituíram, de forma bastante precoce, uma pequena produção mercantil, baseada em relações de trabalho familiar.

Apesar da precocidade dessa pequena produção mercantil e de sua capacidade de gerar diferenciações em seu seio, como já apontado no caso da transição norteamericana (Lenin, 1955), vários entraves vão dificultar a evolução das relações pré-capitalistas. Entre eles, como nos aponta Campos (1991) e Pereira (2011), vale destacar o papel concentrador do capital mercantil do Rio de Janeiro, Desterro e Laguna¹⁰¹; a fragmentação excessiva dos pequenos lotes por herança; o grau de exploração gerado pelas constantes requisições de produtos e de homens para as milícias, o esgotamento do solo arenoso, com consequente queda da produtividade. Tais impedimentos reduziam e pulverizavam as possibilidades de acumulação, dificultando a formação de uma pequena classe de produtores capazes de transformarem-se em capitalistas.

Adicionalmente, vale ressaltar que, no seio do pequeno produtor independente, havia uma forte capacidade de autossuficiência que, aliada à reduzida possibilidade de acumulação monetária, diminuía substancialmente suas condições/necessidades de consumo, não só de gêneros agrícolas, mas também de manufaturados e produtos artesanais. Assim, além da produção dos gêneros, confeccionavam-se roupas em teares caseiros, produziam-se móveis, louças de barro, ferramentas e utensílios caseiros dos mais variados. Tais fatores dificultavam a formação de um mercado que estimulasse a evolução da produção artesanal para uma manufatura de maior porte, que representasse uma maior divisão social e espacial do trabalho. Contudo, os condicionantes

que variavam de acordo com a produtividade e o ofício e 3- trabalho compulsório, realizado por escravo de aluguel, cuja renda era auferida por seus proprietários". O trabalho remunerado na pesca da baleia era executado por pequenos produtores agrícolas organizados em torno do trabalho familiar que, em alguns casos, conseguiam alçar uma ascensão social, resultante da acumulação propiciada pela dupla jornada.

¹⁰¹ Campos (1991, p. 37) expõe que a acumulação do excedente se dava de forma escalar: os maiores lucros eram auferidos, pela capital comercial carioca, que controlava o mercado nacional; em segundo lugar, pelos comerciantes de Desterro, que exerciam poder sobre os comerciantes lagunenses que, em última análise exploravam o pequeno produtor. Tal interpretação assemelha-se ao esquema interpretativo de Gramsci (1987) para o Mezzogiorno.

acima apontados, não retiraram a importância que a produção de excedentes realizada no seio dessa pequena produção forneceu ao litoral catarinense, pois a projetou à posição de destaque na produção de gêneros alimentícios (farinha) e combustível (óleo de baleia) no contexto colonial da época.

3.2.2. A PEQUENA PRODUÇÃO NAS ENCOSTAS FLORESTADAS: O APROFUNDAMENTO DA DIVISÃO DO TRABALHO E AS CONDIÇÕES PARA A ACUMULAÇÃO

O segundo movimento de ocupação do sul catarinense, especialmente na encosta florestada da Serra Geral, com destaque para os vales dos rios Tubarão, Urussanga e Araranguá é caracterizado pela sucessão de correntes migratórias de europeus (notadamente alemães e italianos, na região) que iniciaram seu processo de instalação nas décadas finais do século XIX. Os numerosos fluxos de imigrantes tiveram sua gênese a partir da intensa movimentação demográfica decorrente do avanço tardio das relações capitalistas de produção em Estados Nacionais, que sofreram atraso em seu processo de unificação, particularmente da Alemanha e da Itália¹⁰².

¹⁰² Enquanto a Inglaterra e a França já haviam realizado a constituição de seus Estados Nacionais e avançaram no desenvolvimento do capitalismo com a Revolução Industrial no século XVIII, a Alemanha permanecia retalhada em numerosos reinos, principados e ducados. Ali a classe burguesa não conseguiu proceder, revolucionariamente, no avanço das forças produtivas. A transição fez-se então, sob a batuta da classe feudal prussiana que promoveu a unificação alemã em 1871 e procedeu ao avanço em direção ao capitalismo mantendo, contudo, a mesma superestrutura (LENIN, 1988, p. 10). No processo emigraram milhões de camponeses expulsos pela revolução agrícola, mas também "artesãos e trabalhadores da indústria doméstica arruinados pela concorrência das grandes empresas e proletários lançados ao desemprego pelas crises de conjuntura (SINGER, 1977, p. 87). De modo semelhante, como apontado por Gramsci (1987, p. 8), a unificação da Itália deu-se através de uma forma atrasada de Revolução Passiva, visto que a burguesia do norte precisou aliar-se à aristocracia rural do sul para realizar a fundação do Estado Moderno Italiano. Em tal processo, levas de camponeses e semiproletários do norte, mais atingidos pela avanço do capitalismo, bem como camponeses do sul, ainda sob o jugo de relações feudais e fortemente prejudicados pela crise gerada pelo "protecionismo alfandegário" (SILVA, 2013, p. 26) formaram o caldo de emigrantes que afluíram para a América, alguns dos quais instalaram-se em

A instalação de alemães se dá em 1872 quando 52 famílias de colonos oriundos do norte da Alemanha¹⁰³ e inicialmente instalados na Colônia de Teresópolis (atual bairro rural de Águas Mornas) solicitaram a concessão de lotes no vale do rio Braço do Norte¹⁰⁴. As terras foram adquiridas em "lotes de 150 braças de frente, por 883,3 braças de fundo, medidas a custo do Governo, pelo mínimo preço da lei" (DALL'ALBA, 1973, p. 72), valor considerado muito baixo dadas as características de fertilidade e posição da colônia¹⁰⁵. Apesar do predomínio de camponeses havia também artesãos (ferreiros, oleiros), operários especializados, religiosos, comerciantes. Após as primeiras colheitas (idem, p. 79) passaram a gerar excedentes (como açúcar, farinha de mandioca, batata e melado) que deram início à formação de pequenas produções mercantis cujas safras eram drenadas pelos próprios comerciantes da colônia que as transportavam com uso de mulas até o porto de Gravatá¹⁰⁶ e posteriormente para a foz do rio Braço do Norte

Santa Catarina, sobretudo no sul, onde foi circunscrita a maior colônia italiana do estado.

¹⁰³ Segundo Jochem (2002, p. 45), tratava-se de alemães católicos e luteranos provenientes, em sua maioria, da região da Renânia e Vestfália.

¹⁰⁴ O principal fator para a transferência estava na dificuldade técnica de produção na região do vale do Rio Cubatão, onde foi instalada a Colônia de Teresópolis, pois o solo pobre e o relevo extremamente íngreme era tecnicamente diverso do existente na região da Renânia, onde predominam extensas planícies de alta fertilidade natural (ALVES, 2008, p. 40). No vale do rio Braço do Norte, encontram condições muito mais favoráveis, onde o vale é mais amplo e plano e a fertilidade natural bem superior à encontrado nas margens do rio Tubarão. O território dos colonos assentados na margem direita do rio Braço do Norte pertence, atualmente, a Orleans. Os da margem esquerda, ao atual município de São Ludgero (SANTA CATARINA, 1991).

¹⁰⁵ Segundo a tese de Schlickmann (2012, p. 43-4) os interesses que teriam levado o Governo Imperial facilitar a fundação da Colônia de São Ludgero estariam vinculados à: 1- interesse na proteção, via povoamento, do caminho de Imaruí, que ligava Lages e Laguna, e representava um eixo comercial entre o planalto e o porto; 2- as perspectivas de crescimento da mineração de carvão na região e 3 - gerar excedentes para a substituição de importações de produtos primários visando abastecer os grandes centros nascentes no Brasil, sobretudo Rio de Janeiro, dentro da lógica da 2ª Dualidade (RANGEL, 1999).

¹⁰⁶ Segundo Dall'Alba (1973, p. 56) Gravatá "era um centro de irradiação de estradas: para a serra, para Imaruí, para Teresópolis, para a vila de Tubarão. Sem contar sua via principal, o rio, que conduzia a maioria dos produtos coloniais para Laguna". A partir da construção da ferrovia Tereza Cristina

(SCHLICKMANN, 2012, p. 47). Lá obtinham sal, café, querosene, tecidos, e ferramentas fornecidas por casas comerciais de representantes do capital comercial de Tubarão e de Laguna. Comércio mais vantajoso aos pequenos produtores era realizado com os tropeiros que utilizavam a estrada de Imaruí, onde se trocava carne de porco, banha, torresmo, manteiga e cachaça por charque e gado, incluindo os animais de tração (ALVES, 1960, p. 60).

Schlickmann (2012, p. 49) mostra que havia considerável diversificação produtiva no interior da pequena propriedade, como pode-se observar na tabela 7, bem como o desenvolvimento de uma divisão do trabalho, não só no interior da pequena propriedade, mas entre esta e o centro da vila, onde se instalaram ferrarias, tanoarias e tamancarias. Esta diversificação produtiva associada à divisão do trabalho, nas palavras do autor,

[...] garantiu a geração de excedentes que foram drenados através de inúmeras relações desiguais para as mãos dos comerciantes import-export; para os comerciantes locais; colonos abastados e artesãos [...] O tipo de colonização também criou um vasto mercado consumidor graças à variada e ampla divisão social do trabalho que se estabeleceu [...] gerando uma estrutura social e econômica bastante democrática (idem, p. 50).

(1884) o centro comercial passou a ser a foz do rio Braço do Norte, em entroncamento com os trilhos da ferrovia.

Tabela 7- Manufaturas das colônias do vale do Braço do Norte
1878/1881

Atividades	1878	1881
Moinhos com motor a água	3	5
Atafonas (polvilho, sagu, farinha, farinha)	4	8
Engenhos para farinha (de milho) com tração hidráulica	3	7
Engenhos para farinha (de milho) com tração animal	18	24
Engenhos de açúcar	14	18
Alambiques	9	14
Teares	6	12
Olarias	1	3
Serrarias com tração hidráulica	0	1

Fonte: Dall'Alba apud Schlickmann (2012, p. 50)

A colonização italiana, que no sul de Santa Catarina também teve como berço o vale do rio Tubarão, iniciou-se em 1877 quando imigrantes da região do Vêneto, fundaram a colônia de Azambuja (atual Pedras Grandes). A região, que era ponto de passagem de tropeiros na ligação do planalto com Laguna, apresentava potencialidades para o crescimento econômico, visto que no ano anterior havia sido assinada a permissão para a exploração de carvão na bacia do rio Tubarão¹⁰⁷. Contudo, o mais importante núcleo italiano no sul de Santa Catarina foi Urussanga, fundada em 1878, do qual se expandiu a colonização para Criciúma (1880), Cocal (1882), Nova Veneza (1890), Nova Belluno/Siderópolis e Nova Treviso (1891). O extremo sul, por sua vez, só recebeu colonos italianos no início do século XX, como extensão do núcleo de Urussanga e Criciúma na fundação de Turvo (1911) e Jacinto Machado (1926). Já os colonos alemães chegaram a essa região antes, em meados do século XIX, provenientes de Torres (numa segunda expansão de colonos da região de São Leopoldo/RS) e do norte, das colônias de Grão-Pará e Orleans (HOBOLD, 2005, p.116)

Tanto a colônia de Urussanga, como as próximas, apresentavam condições semelhantes na sua ocupação: lotes entre 20 e 35 hectares

¹⁰⁷ Decreto 2737 do Governo Imperial, que concedeu ao Visconde de Barbacena o direito de realizar a lavra do carvão às margens do rio Passa Dois, afluente do rio Tubarão (MARTINS, 2005, p. 31)

(GOULARTI FILHO, 1995, p. 107), organizadas em terrenos movimentados, pedregoso e de acesso bastante difícil. Apesar das dificuldades no início da instalação, como era a tônica dos primórdios das colônias, os italianos desenvolveram as culturas do milho, feijão, arroz e cana-de-açúcar, além da viticultura (com a produção de vinho colonial), do mel artesanal e do cultivo do bicho da seda (BALDIN, 1999, p. 13), caracterizando-se por uma considerável diversidade produtiva. Além da subsistência, a pequena propriedade comercializava seus excedentes, pois em 1894 a produção comercial da colônia já havia atingido 49.000 sacas de milho, 2.540 sacas de arroz, 1.610 sacas de feijão e 600 sacas de açúcar (DALL'ALBA, 1983, p. 54). Além desses gêneros, o mesmo autor cita que em 1890 a colônia também contava com cerca de "50 ou 60 engenhos de cana e alambique, 16 moinhos, 6 ferrarias [...] além da exportação de vinho, especialmente para as colônias vizinhas" (idem, p. 55). A comercialização de excedentes se fazia pelo sistema de colônia-venda (MAMIGONIAN, 1966), sendo que na última década do século XIX já contava com 19 comerciantes de secos e molhados (BALDIN, 1999, p. 14). O destino regional eram as casas comerciais de Laguna (escoado via estrada de Pedras Grandes) de onde seguiam, em grande parte, para o Rio de Janeiro.

A produção de excedentes avançou, mesmo antes do início da exploração do carvão na colônia (1917), pois Goularti Filho (1995, p. 108) indica que em 1907, segundo o IBGE, Urussanga possuía "85 engenhos, 56 casas de comércio, 28 fábricas de produtos suínos, 26 atafonas, 14 padarias, 11 ferrarias, 9 sapatarias, 7 olarias, 4 curtumes, 3 cervejarias, 1 farmácia, 1 tipografia, 1 fábrica de louça e barro e 1 de óleo".

A expressividade econômica atingida por Urussanga também se fez presente nas colônias próximas. A vila São José de Cresciúma, fundada dez anos após (1880) foi também povoada por italianos setentrionais, sobretudo de Veneza, Beluno e Treviso. Foram, inicialmente, 22 famílias italianas as quais se uniram, em 1890, trinta pessoas de origem polonesa e em 1912 colonos de origem alemã. As atividades tiveram início com "a derrubada da mata, a construção de moradias e, logo a seguir, o preparo da terra para a agricultura, que seria, durante os 30 anos iniciais, a principal atividade da colônia" (DALL'ALBA, 1983, p. 60).

A produção, inicialmente voltada à subsistência, transformou-se com a produção de excedentes. Além de gêneros agrícolas, a produção direcionou-se também para manufaturados desses excedentes, como "a farinha de milho, o arroz descascado, a farinha de mandioca, o açúcar, o

pó de café, o vinagre e o vinho" e, na produção animal, "o salame, a banha, o toucinho, o torresmo, o leite, a nata, o charque e outros" (GOULARTI FILHO, 1995, p. 109). O mesmo autor aponta que em 1895, Criciúma já contava com "12 engenhos de açúcar e alambique, 5 moinhos, 4 casas comerciais e 1 fábrica de cerveja" que evoluíram, no início do século XX para "12 comerciantes, 6 moinhos, 5 mercenárias, 3 serrarias, 3 ferrarias, 2 olarias" (idem, p. 109-110).

O comércio, a espelho de toda a região, era dominado pelo capital comercial de luso-brasileiro sediado em Laguna e realizado através de carros de boi até Jaguaruna e de lá, de canoa até Laguna, quando seguia para Florianópolis de navio, sobretudo o Max, da Firme Hoepcke (MILANEZ, 1990, apud GOULARTI FILHO, op. cit., p. 109). Na conexão entre os pequenos produtores e os atacadistas portuários, estava a figura do dono da venda que se transformou aos poucos na figura mais importante do núcleo colonial. Pela possibilidade de extrair excedentes do produtor, diferenciou-se economicamente desses, apesar de ter saído das mesmas fileiras. Assim, o negociante "detém a confiança e a preferência" dos colonos, passando a ocupar uma "posição de mando que evolui para a condição de representante político da vila" (TEIXEIRA, 1995, p. 94) já que é o elo com a economia extracolonial, escoando a produção e disponibilizando as mercadorias necessárias para a vida e para a expansão produtiva da pequena produção (querosene, sal, instrumentos de trabalho). Ao mesmo tempo, o comerciante do sistema colônia-venda vai aos poucos se transformando também em prestamista, emprestando dinheiro aos colonos ou beneficiando-se com a "guarda das economias alheias, com relativa segurança" (FONTANELLA, 2001, p. 30).

Salvadas as devidas especificidades das formações econômico sociais, a lenta diferenciação que vai transformar alguns pequenos produtores em prósperos comerciantes (e posteriormente, em industriais) e outros, em subordinados à condição de assalariados, segundo Dobb (1988, p. 181)¹⁰⁸:

[...] podem encontrar seus paralelos em quase todas as regiões do mundo. Assim "[...] o kulak se tornou arrendatário de terra e de instrumentos agrícolas, negociante local de cereais e prestamista da aldeia, instituía as indústrias kustarny de aldeia e começava a empregar seus clientes sem dinheiro, e devedores, no sistema de

¹⁰⁸ Ao analisar as condições da transição na Rússia.

trabalho domiciliar. Mais tarde [...] se tornavam bastante ricos, mudando-se para as cidades e tornando-se donos de fábricas modernas, e muitos deles iriam constituir o alicerce da classe capitalista russa.

No sul de Santa Catarina, especialmente nas colônias instaladas no vale do rio Tubarão, o vendista enfrentou inicialmente o domínio exercido pelos comerciantes de origem luso-brasileira, sobretudo de Tubarão e de Laguna, que se instalavam nas proximidades das próprias colônias, carreando parte considerável dos excedentes obtidos na pequena produção. Não só no controle do porto de Gravatá, como já citado, mas na sede da vila de Orleans (pertencente à colônia mista de Grão Pará) o comércio era controlado pelas famílias Pinho, Cabral, Teixeira, Cunha Costa, Pacheco, Cascaes (ZANELATTO, 2012, p. 158), todas de origem luso brasileira e de relações com o litoral.

Já nas áreas colonizadas ao longo do vale do Urussanga e Araranguá, onde o domínio do capital mercantil litorâneo foi menos direto (dada a maior distância e dificuldade de acesso), as casas comerciais surgiram entre indivíduos diferenciados no interior da pequena produção. Urussanga, por exemplo, a mais importante colônia italiana, entre 1904 e 1906 contava com mais de 19 casas comerciais controladas por membros das famílias Bratti, Pellegrin, Búrigo, Cechinel, Bianchini, Damiani, De Brida e De Villa. Criciúma, no mesmo período, tinha casas comerciais nas mãos de Pedro Benedet, Marcos Rovaris, Frederico Minatto e Antonio De Luca. A colônia de Nova Veneza, por sua vez, tinha como vendistas os Irmãos Bortoluzzi, Luigi Trippa, G.B. Crivanzi e Giuseppe Canella (ZANELATTO, 2012, p. 154). Forquilha teve o controle comercial exercido por Gabriel Arns e a colônia de Mãe Luiza por Giacomo Búrigo (TISCOSKI, 1994, p. 20).

Tais relações, de maior ou menor grau de subordinação ao capital comercial de Laguna foram expressões da integração da região no contexto da segunda dualidade básica da economia brasileira, de 1889 a 1930 (RANGEL, 1981). O capital mercantil¹⁰⁹, no momento de crise no

¹⁰⁹ Como lembra Rangel (1981), o sócio hegemônico é representado pelos grandes comerciantes de exportação-importação, conectados ao capitalismo industrial do centro dinâmico, fornecendo matérias-primas e adquirindo mercadorias industriais. Já a base da classe mercantil, representando o "cúspide do edifício social" foi representada pelos comerciantes em cada uma das "ilhas" que então compunham "arquipélago econômico brasileiro" (idem, p. 25).

centro do sistema (fase recessiva do segundo ciclo longo de Kondratieff), foi chamado a comandar o processo de substituição de importações, incentivando a produção interna por processos artesanais e manufatureiros¹¹⁰. A produção nas áreas coloniais, sob o comando, mais ou menos direto, conforme o caso, do capital mercantil luso brasileiro presente em Laguna (e de Tubarão e Araranguá, como intermediários), foi responsável pela produção dos excedentes, para atender as necessidades crescentes dos centros urbanos que se consolidavam no cenário nacional.

Contudo, o processo de substituição de mercadorias não resultou, no interior da formação social latifundiária, numa "preparação para a industrialização substitutiva de importações" (RANGEL. op.cit., p. 25), empreendida na posterior fase recessiva do 3º Kondratieff. Ao contrário, como sustenta a tese de Mamigonian (1965, 1976, 1986, 2011) foi nas áreas da pequena produção mercantil que tais condições se apresentaram, pois a acumulação primitiva do capital ocorreu sob a égide de uma estrutura social e econômica bastante democrática¹¹¹.

Tal base apontada por Mamigonian nos remete à tese de transição democrática de Lênin (1954, p. 34) "onde não há fazendas de latifundiários" e predomina o camponês que "vai evoluindo até converter-se em granjeiro capitalista". Trata-se daquela parcela que executa a agricultura mercantil sob todas as formas e/ou torna-se proprietária de estabelecimentos industriais e comerciais. Contudo, no

Regionalmente tal base é representada pelo capital mercantil luso-brasileiro de Laguna, subordinado aos comerciantes de Desterro.

¹¹⁰ Tal produção participa da transição de uma economia natural, voltado ao autoconsumo, para uma produção pré-capitalista de mercadorias, permitindo o amplo desenvolvimento do capitalismo mercantil no lado externo do polo interno da 2ª dualidade (RANGEL, 1982, p. 20).

¹¹¹ Teixeira (1995) discute duas interpretações para explicar o processo de diferenciação que ocorre no interior das colônias de imigrantes do sul catarinense. Para uma vertente, o sucesso de alguns colonos em detrimento da futura proletarização de outros, decorre do tratamento desigual na concessão de lotes e de financiamentos para adquirir terras, por parte do governo e dos agentes colonizadores. Assim, a ênfase está nas relações superestruturais apesar de não apresentar dados que corroborem a tese. A outra linha interpretativa busca apoio nas condições materiais, apontando a relação entre a terra disponível e o número de braços para a exploração como o elemento determinante para a produção de excedentes comercializáveis. Marx (1987), ao abordar a acumulação primitiva e a colonização no Novo Mundo fornece o ponto de partida para compreender os processos de diferenciação, dentro de sua complexidade.

processo de diferenciação que ocorre de "forma incomparavelmente mais rápida que nas áreas latifundiárias" (idem, p. 36), há muitos outros pequenos camponeses que perdem seus meios de produção e tornam-se o objeto de exploração dos capitalistas emergentes e os que, uma condição intermediária entre esses dois polos, oscilam em época de crise, podendo seguir o caminho da expropriação total ou parcial (LENIN, 1988) ¹¹².

Contudo, considerando que as "combinações são infinitamente diversas" (idem, p. 11) e as especificidades não só da formação social brasileira, mas também do Brasil meridional formam um quadro complexo, a coexistência de manchas da pequena produção mercantil (SILVA, 1999, p. 106), ao lado do latifúndio feudal gerou um enquadramento das forças capitalistas mais dinâmicas, nascidas no seio da pequena produção, sob a hegemonia de forças conservadoras. Regionalmente, as contradições decorrentes do grau de exploração imposto pelo capital mercantil de origem luso-brasileira aos pequenos produtores e aos próprios comerciantes locais frente ao lento processo de acumulação gestado no interior da colônia, fizeram conflitar os interesses na esfera política. Zanellato (2012) explicita a luta pelo poder entre as lideranças políticas que despontam no interior das colônias (e que constituirão a elite emergente local) ¹¹³ frente à resistência das classes dominantes regionais, representantes do pacto de poder da 2ª dualidade. No caso de Urussanga, o movimento pró-emancipatório enfrentou forte

¹¹² Tal expropriação parcial ou lenta é observável na região em inúmeros casos de pequenos produtores que, não obstante manterem a produção mercantil independente vendiam sua força de trabalho nas minas de carvão, sobretudo nas primeiras décadas do século XX ou mesmo, mais recentemente, na figura do camponês-operário, bastante comuns na indústria de plásticos de São Ludgero e Orleans, na indústria da confecção de Nova Veneza, nos frigoríficos de abate de aves em Forquilha. Diversa é a posição de pesquisadores como Alves (2008) que interpretam esse movimento como efeito da "pluratividade no seio da agricultura familiar", decorrente da incapacidade do meio rural de fornecer as respostas às "aspirações pessoais dos seus membros" que então "voltam-se às oportunidades desencadeadas no meio urbano" (idem, p. 351).

¹¹³ Para registro, as lideranças que encarnavam, politicamente, as bandeiras de interesse da classe dominante emergente no seio da pequena produção, pertenciam às fileiras dos comerciantes e industriais, como por exemplo, os líderes emancipacionistas Giacinto de Brida e Lucas Bez Batti em Urussanga; Irmãos Bortoluzzi em Nova Veneza e Pedro Benedet e Marcos Rovaris em Criciúma (ZANELATTO, 2012, p. 155).

resistência da elite luso-brasileira de Tubarão¹¹⁴. Para tal, a elite tubaronense exerceu forte pressão para que o pedido de emancipação fosse reiteradamente negado pelo governo estadual (idem, p. 160-161). No caso da emancipação de Orleans, o mesmo autor evidencia o posicionamento dos grupos políticos locais e regionais, alinhados às oligarquias latifundiária (Ramos) e urbano-mercantil (no período, representada por Hercílio Luz no poder)¹¹⁵.

Zanelatto (2011) aponta a resistência do capital mercantil luso brasileiro como um dos fatores que justificam um relativo atraso das colônias do sul de Santa Catarina em relação às do vale do Itajaí, atraso esse defendido não somente pelos meios de comunicação da época, como por vários intérpretes da historiografia regional e estadual¹¹⁶. Entre os argumentos, apesar de reconhecer a capacidade da pequena produção em gerar excedentes também no sul, muitos outros "entraves" justificariam o atraso. O isolamento e as dificuldades de transporte, a presença de colônias mistas, o predomínio de italianos agricultores, com pouca ou nenhuma habilidade artesanal ou manufatureira, presença de muitos dialetos, dificultando a unidade pela língua, pouca representatividade política no poder estadual e federal.

Contudo, é necessário um exame um pouco mais pormenorizado da questão. Em primeiro lugar, compara-se o sul com os dois modelos mais exitosos de colônias, a saber, Blumenau e Joinville. Contudo, nem todos os núcleos de colonização europeia em Santa Catarina desenvolveram a mesma capacidade de acumulação e de divisão do trabalho, conseguindo avançar de manufatura à indústria. As que atingiram tal estágio, não percorreram necessariamente a mesma trajetória temporal. Ou seja, nem todas as colônias prosperaram para as

¹¹⁴ Esta, interessada em manter domínio político de um contingente eleitoral representativo, pois em 1899 o distrito de Orleans contava com cerca de 900 votos; as prerrogativas de indicação de nomes para cargos públicos e, sobretudo, a drenagem dos impostos, que entre 1897 e 1899 atingiu 25 contos de réis recolhidos em favor do município de Tubarão (ZANELATTO, 2012, p. 155).

¹¹⁵ Tal alinhamento, como exemplo da complexidade das relações, uniu politicamente a pequena produção do sul catarinense (representante das forças produtivas mais avançadas) à oligarquia latifundiária dos Ramos contra capital mercantil de Tubarão, que fornecia apoio aos liberais Hercílio Luz e os Konder, do Partido Republicano, representante dos industriais blumenauenses e os comerciantes do litoral. Sobre o episódio consultar Zanelatto (op. cit. p.154-162).

¹¹⁶ Tais como Dall'Alba (1973, 1983), Hobold (2005), Tiscoski (1994), CEAG (1980).

iniciativas industriais. Nem todas que avançaram para tais iniciativas, o fizeram no mesmo momento e na mesma intensidade de Blumenau e Joinville¹¹⁷.

Assim, a indústria têxtil de Blumenau e Joinville¹¹⁸, cuja gênese decorreu da capacidade de acumulação da pequena produção mercantil, já tinha alçado um grau de participação competitiva durante a Primeira Guerra, colaborando no esforço de substituições de importação no contexto nacional, apresentando, inclusive, uma integração vertical a montante, através do crescimento de oficinas mecânicas e manufaturas de peças de reposição (SILVA, 2005, p. 68). As condições para o surgimento e consolidação do mesmo tipo de iniciativas no sul catarinense sofreu forte interferência da exploração de carvão, cujos desígnios não foram forjados diretamente pelas forças endógenas.

3.3. ETAPAS DO PROCESSO INDUSTRIAL: A ECONOMIA DO CARVÃO E A INTEGRAÇÃO DO SUL CATARINENSE AO CAPITALISMO INDUSTRIAL

3.3.1. O PERÍODO ENTRE GUERRAS

Em Santa Catarina, o período que transcorre entre as duas grandes guerras mundiais é aquele em que a indústria irá assumir um papel mais significativo no interior da economia. No sul catarinense, esse papel será protagonizado pelo crescimento da atividade carbonífera. Mas como o carvão se insere na economia do sul de Santa Catarina, levando-a à condição de maior produtor do combustível do país?

Apesar de sua descoberta "acidental" (por tropeiros) e o início de sua exploração ter ocorrido ainda de forma dispersa e artesanal, nas proximidades de Laguna, a história da exploração de carvão no sul de Santa Catarina esteve relacionada a interesses e personagens de enquadramento nacional e internacional. Já em 1861 o conhecimento sobre a existência de depósitos de carvão fez com que o Governo

¹¹⁷ São exemplos dessa diacronia as colônias do vale do Tijucas e do Cubatão, como por exemplo São Pedro de Alcântara, Angelina, Leopoldina (Antonio Carlos), Vargem Grande (Santo Amaro da Imperatriz, Rancho Queimado e Águas Mornas) entre os alemães e de Nova Trento e São João Batista entre os italianos.

¹¹⁸ Como demonstrado por Mamigonian (1965) e Rocha (1997) para Joinville.

Imperial fornecesse concessões de extração ao Visconde de Barbacena, em terras adquiridas por ele na região de Tubarão¹¹⁹.

Apesar da concessão, Barbacena não possuía capitais necessários para empreender a exploração das minas e, sobretudo, implantar um aparato que possibilitasse escoar a produção. Por tal, associa-se a investidores ingleses que, em 1876 organizam a empresa The Donna Thereza Christina Railway Company Limited¹²⁰, para construir uma ferrovia que viabilizasse o escoamento da futura produção e, em 1883, a The Tubarão Brazilian Coal Mining Company Limited para explorar o carvão (GOULARTI FILHO, 2002, p. 86).

Mesmo com os trechos entre Laguna e Imbituba e a ponte sobre o canal de Laranjeiras terem ficado prontos em 1884, a produção é logo abandonada em virtude da má qualidade do carvão, da pouca quantidade inicialmente extraída e da dificuldade de transporte, em decorrência das constantes enchentes do rio Tubarão que interceptavam os trilhos da ferrovia¹²¹.

Com o abandono do negócio por parte dos ingleses, a concessão das lavras foi transferida à firma carioca Lage & Irmãos que realizava comércio de importação e exportação (incluindo importação de carvão inglês), além do transporte de cabotagem entre o porto do Rio de Janeiro e os do sul do país, até a região do Prata (RIBEIRO, op. cit., p. 42).

Contudo, a atuação nas atividades de exploração do carvão mineral permaneceu em compasso de espera, visto que para a viabilidade do negócio seriam necessários maiores investimentos de infraestrutura, não só na conservação e expansão da linha férrea, como na adequação dos portos de Laguna e Imbituba. Ao mesmo tempo, é importante destacar que a importação do mineral recebia maiores incentivos, pois era isenta de diversos tributos, o que não era aplicado ao similar nacional.

¹¹⁹ Anteriormente, contudo, o Governo Imperial já tinha conhecimento sobre a extensão das jazidas e sobre a qualidade do minério existente no local, através de relatórios realizados pelos pesquisadores entre 1832 e 1838 (RIBEIRO, 2007, p.41)

¹²⁰ Que recebeu, como remuneração pelo capital investido, juros de 7% ao ano do Governo, sobre um montante de 4000 contos de reis.

¹²¹ O primeiro carregamento de 2000 toneladas de carvão no porto de Imbituba, despachado para a Buenos Aires em 1886, causou prejuízos de 38 contos de réis, em decorrência, sobretudo, do atraso em 60 dias no transporte da área de produção até o porto, indicando aos ingleses a inviabilidade da transação (RIBEIRO, 2007, p.32). Além disso, o carvão de baixa qualidade atingia preço semelhante ao carvão inglês, de qualidade superior, importado.

O quadro mudou com a ocorrência da Primeira Guerra Mundial, que contraiu a capacidade de importar do país e colocou na ordem do dia a necessidade reduzir a dependência de carvão externo. Antecipou-se o início de um novo processo de substituição de importações¹²² que, neste primeiro momento, segundo Rangel (1981, p. 26) ainda buscou repetir a experiência da segunda dualidade, promovendo a diversificação da produção interna por via artesanal, sob a liderança do capitalismo mercantil, não apenas regionalmente, mas setorialmente, em segmentos em que ainda não era possível modernizar ou industrializar.

Se, até o momento, a ausência de uma política de incentivos consolidada atendia aos interesses do capital de importação-exportação, mais interessado em comercializar o carvão importado, com as limitações impostas pela I Guerra Mundial há uma mudança de estratégia. Parcela do capital mercantil que controlava o transporte marítimo e de cabotagem, como o grupo de Henrique Lage, passou a investir efetivamente no trinômio carvão, ferro e navio, focando as atividades em iniciativas industriais verticalizadas (RIBEIRO, 2007, p. 76), como veremos mais adiante.

Iniciaram-se ações para incentivar a produção nacional¹²³ e as áreas de lavra do minério no sul catarinense se expandiram. Em 1917, o grupo Lage e Irmãos, que já explorava o carvão em Lauro Muller (pertencente a época ao município de Orleans), passou a minerar em Criciúma (então distrito de Araranguá) com a fundação da Companhia Brasileira Carbonífera de Araranguá (CBCA)¹²⁴ e da Companhia de

¹²² Nas palavras de Rangel (1981, p. 26) "[...] a I Guerra Mundial refletiu sobre a nossa economia sob a forma de uma aguda crise comercial, que teve o efeito de induzir um energético, posto que temporário, esforço artesanal de substituição de importações, antecipando a Grande Depressão Mundial, já na fase b do 3º Kondratieff".

¹²³ Em 1915 é aprovada a lei que isenta, de taxa de conservação dos portos, os navios transportadores de carvão mineral. No ano seguinte foram aprovadas: 1. a lei que autorizou o acordo do governo com as companhias de navegação para redução dos custos do frete do carvão nacional; 2.a lei catarinense que isentou de impostos estaduais as empresas organizadas para a exploração do carvão em pedra; 3. a lei que isentou de impostos a importação de maquinários destinados à exploração, briquetagem e beneficiamento do carvão nacional. Paralelamente o governo taxou em 2% a importação de carvão (RIBEIRO, op. cit., p. 81).

¹²⁴ Criada a partir da aquisição de terras de colonos pelo engenheiro Paulo de Frontin em sociedade com o empresário Conrado Jacob de Niemayer. Imediatamente conseguiram a transferência do contrato de arrendamento da E.F. Donna Thereza Christina para exploração. Em 1918, abriram o capital da

Mineração Barro Branco (esta em 1922)¹²⁵. Em Urussanga a mineração teve início em 1918 com a Companhia Carbonífera de Urussanga (CCU)¹²⁶. Estas empresas, de iniciativa de empresários, políticos, engenheiros e outros liberais cariocas representavam as três maiores empresas mineradoras¹²⁷, atreladas aos interesses do grande capital comercial nacional, até então ainda "sócio maior da segunda dualidade" (RANGEL, 1981). Junto com essas grandes firmas, foram fundadas mineradoras de menor envergadura, ao longo da década de 1920, como a Carbonífera Próspera¹²⁸, a Companhia Carbonífera União, a Mina Rovaris e a Mina Minato, entre outras (BERNARDO, 2004, p. 55). Estas eram de propriedade de pequenos empresários e comerciantes originados no contexto da pequena produção mercantil que, naquele momento, inseriam-se na economia carbonífera na forma de coadjuvantes, visto que, em geral vendiam o produto das lavras para as maiores empresas.

É importante destacar que a extração de carvão no país foi beneficiada no período da I Guerra e mesmo depois, em decorrência da

empresa para possibilitar a aquisição de equipamentos para lavra e beneficiamento, sendo o controle acionário adquirido por Henrique Lage. Tornaram-se os novos sócios minoritários Cândido Gafreé, José Martinelli, Zózimo Barroso do Amaral e Theodoro Gomes (RIBEIRO, op. cit., p. 86).

¹²⁵ Tendo como sede o Rio de Janeiro, a empresa tinha como sócios majoritários os irmãos Henrique e Renaud Lages e minoritários os senhores Carlos Alberto Brandão Martins de Oliveira, Ernani Bittencourt Cotrim, José D. Rache, Oswaldo dos Santos Jacintho, Augusto Rocha, A. Parnanhos Fontanelle, Arnaldo Werneck e Arthur Rocha (RIBEIRO, op. cit., p.120).

¹²⁶ Sociedade Anônima criada no Rio de Janeiro por Antonio Pacheco Leão, José Monteiro Ribeiro Junqueira, Gastão de Azevedo Villela e Fidelis Botelho Junqueira com contrato de lavra com Pio Corrêa (proprietário das terras) em período de 90 anos (BERNARDO, 2004, p. 66).

¹²⁷ Para se ter a dimensão do complexo montado pelas empresas, no caso da CCU foi construído um lavador com capacidade para 300 toneladas de carvão em 10 horas diárias de trabalho, canal artificial para transportar água para o lavador, vila operária com 59 casas de madeira, a própria mina com galerias e via férrea no seu interior, depósito sobre os trilhos da Estrada de Ferro Tereza Cristina com capacidade para 500 toneladas (NASCIMENTO, 2004, p. 57).

¹²⁸ Fundada por Pio Correia e Frederico Minatto e gerenciada por Jorge da Cunha Carneiro (esposo de Vitória Búriço). Tinha como sócios Marcos Rovaris, Pedro Benedet, Pacifico Nunes de Souza e Francisco Meller, passando a se denominar Sociedade Carbonífera Próspera Ltda (TEIXEIRA, 1995, p. 103)

redução de capacidade de importar o carvão. Assim, como reconhece SUZIGAN (1986, p. 55), "as indústrias que processavam matérias-primas domésticas aumentaram a sua produção, ocupando as margens de mercado que antes da guerra ainda eram supridas por importações". Contudo, para o mesmo autor, "o crescimento da produção durante a guerra foi limitado pela escassez de matérias-primas e insumos importados e, ao final da guerra, também pela falta de maquinaria importada". Observa-se, porém, que a produção de carvão no período, ao receber o conjunto de incentivos que, inclusive reduziram as taxas para a importação de equipamentos e maquinaria, cresceu consideravelmente, como se pode observar no gráfico 4:

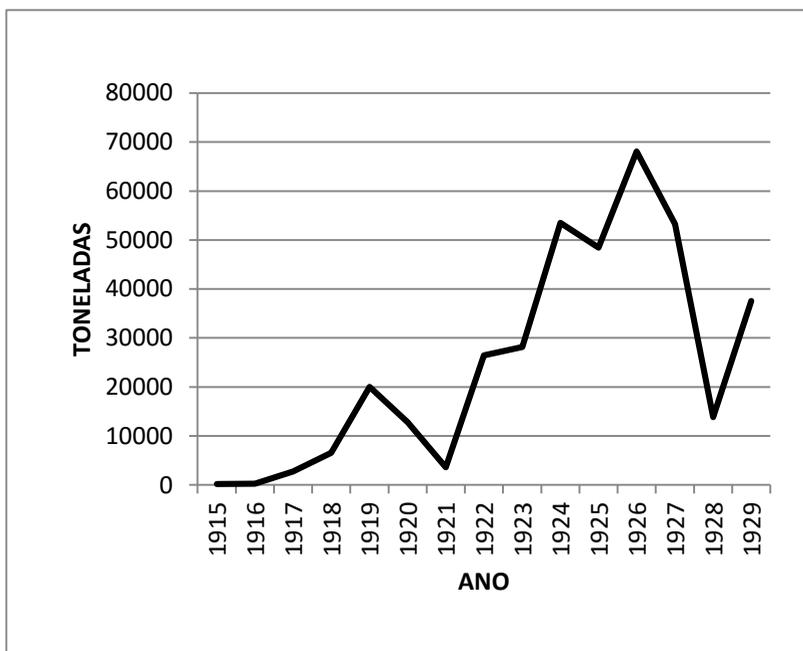


Gráfico 4- Santa Catarina. Produção de Carvão Bruto (ROM)
1915-1929 (em toneladas)

Organização: Beltrão, L.M.V.

Fonte de dados: GOULARTI FILHO, 2002, p. 436.

A tendência geral de crescimento, que fez a produção crescer quase 200 vezes, somente foi rompida, pontualmente, em 1921, ainda como reflexo imediato da forte queda das exportações em 1920 e a subsequente desvalorização da moeda que paralisou o transporte, grande consumidor de carvão nos navios e trens. A situação foi logo contornada¹²⁹, gerando aumentos seguidos que só foram revertidos às vésperas da crise de 1929.

Destaca-se que, de modo geral, a década de 20, com a política de aquisição dos excedentes cafeeiros e a Grande Depressão, acabaram por provocar um forte desequilíbrio interno contornado por uma desvalorização do câmbio, muito propícia para o desenvolvimento de um novo movimento de substituição de importações, que se acelerou a partir de 1933 (SUZIGAN, 1986, p. 88-89). Contudo, tal esforço não se efetivou no campo da diversificação da produção por via artesanal (como na experiência da segunda dualidade), mas com o surgimento de um capitalismo urbano e industrial que exigiu, contudo, um novo pacto de poder. Ao romper com o domínio do capital mercantil aliado ao latifúndio escravista, a nova classe industrial, dotada de enorme dinamismo econômico, necessitou da maturidade da classe latifundiária feudal para o exercício da hegemonia política (RANGEL, 1985, p. 26), evidenciando o processo de modernização pela via prussiana (LENIN, 1954), ou seja, pelo alto, sem ruptura total com as classes antecedentes.

Enquanto os negócios com a extração e o processamento da importante matéria-prima cresciam, os demais negócios de Henrique Lage, passaram a sofrer reveses, sobretudo aos ligados ao comércio de importação e exportação (transporte marítimo e de cabotagem)¹³⁰, setor bastante prejudicado com a crise internacional e as medidas de desestímulo às importações. Os empréstimos realizados para aquisição de navios no exterior, como forma de modernizar e ampliar a frota mercante foram majorados com a desvalorização da moeda nacional, gerando mais endividamento e penhora de parte dos navios para saldar dívidas. Além disso houve forte queda dos lucros em decorrência da

¹²⁹ O incentivo ao consumo de carvão nacional por parte das ferrovias e a melhoria da qualidade do carvão produzido (uso de fornalha própria no beneficiamento) permitiu que a CBCA aumentasse o abastecimento de carvão para a Estrada de Ferro Central do Brasil, passando de 14.000 toneladas em 1921 para 32.000 toneladas no ano seguinte (RIBEIRO, 2007, p. 114).

¹³⁰ Na época (1931) pertenciam ao grupo a Loyd Nacional e a Cia Nacional de Navegação Costeira que, em conjunto com a Cia de Navegação Loyd Brasileiro e a Cia Comércio e Navegação eram as mais importantes do setor.

nova regulamentação do preço dos fretes. Avista-se que, os lucros decorrentes da circulação do capital, privilegiados no âmbito da segunda dualidade¹³¹, foram preteridos no cenário da terceira dualidade, dado o foco para as políticas de apoio ao crescimento industrial nacional.

Contudo, o empresário transitou da condição de comerciante para industrial e, logo muito cedo, adotou uma postura empresarial arrojada ao priorizar investimentos verticalizados através do trinômio carvão-ferro-navio. Consoante com o movimento que teve início nos países centrais ao final do século XIX, a que Chandler (1998) chamou a atenção através dos estudos sobre a integração vertical¹³², Henrique Lage ampliou seus empreendimentos, assumiu novas funções econômicas e diversificou o seu ramo de negócios. Assim focou "para trás" ao investir no controle de matérias primas que necessitava (exploração de carvão em Santa Catarina e de ferro no Paraná e Minas Gerais), na produção siderúrgica (usinas e fábrica de coque), garantindo condições para a produção de navios (estaleiros da Ilha Vianna e Guanabara) e aviões (primeiros aviões produzidos no país), bem como "para frente", ao atuar no transporte marítimo e de seguros, entre outros¹³³.

O ciclo de crescimento, no cenário de substituição de importações e de um novo pacto de poder, contou com diversos mecanismos de

¹³¹ Destaca-se que os negócios da família Lage começaram efetivamente a crescer com a fundação da Cia de Navegação Costeira, constituída pela aquisição do espólio das empresas de navegação estrangeiras que, com o advento da República, foram nacionalizadas, demonstrando o apoio ao capital mercantil nacional frente ao estrangeiro, o que marca a passagem dos pactos de poder da primeira para a segunda dualidade brasileira.

¹³² Para Chandler (op. cit. , p. 172-173) a integração vertical proporcionou, já nas duas últimas décadas do século XIX, a mudança da forma descentralizada de grande número de pequenas empresas familiares, para a forma centralizada, principalmente através de fusões e aquisições, surgindo, assim, a grande empresa industrial integrada. Neste processo a verticalização foi uma das estratégias mais utilizadas, integrando setores e empresas a montante (fornecimento de matérias primas e insumos) e a jusante (distribuição).

¹³³ A adoção dessa estratégia empresarial não foi exclusividade de Henrique Lage. Muitos outros empresários utilizaram a mesma estratégia de integração como aponta Ribeiro: o exportador Giuseppe Martinelli adquiriu uma frota de navios para embarcar seu café e para proceder a manutenção das embarcações, investindo na montagem de um estaleiro. Matarazzo, por sua vez, importava farinha e produzia banha, o que o levou a montar fábricas de sacos e latas. Roberto Simonsen adquiriu jazidas de argila para fornecer à sua indústria cerâmica (RIBEIRO, 2007, p. 107-108)

intervenção direta do governo no comércio exterior, através de operações cambiais e de restrição às importações com a elevação das alíquotas de impostos (SILVA, 2005, p. 73). É sob tal ambiente que a produção de carvão passou a receber novos incentivos como a obrigatoriedade do consumo de 10% do carvão nacional em 1931 (Decreto nº 20.089 de 09/06/1930) ¹³⁴.

Neste contexto de crescimento, as indústrias têxteis, de madeira, alimentar e carbonífera catarinense elevaram a participação do estado na produção industrial nacional (MAMIGONIAN, 2000). Contudo, não somente o segmento de bens de consumo ou de extração mineral, mas também as iniciativas ligadas às empresas do Departamento I, como a metal-mecânica com a criação da Eletro-Aço Altona em Blumenau e a Wetzell e a Fundação Tupy em Joinville (SILVA, 2005, p. 73).

O crescimento da produção de carvão, por sua vez, aumentou a participação da economia sul catarinense na divisão territorial do trabalho em contexto nacional, quando a produção de carvão passou de pouco mais de 56 mil toneladas em 1930 para 106 mil em 1937. No período, as mineradoras de Henrique Lage foram responsáveis pela maior parte da produção de Santa Catarina. O crescimento continuou com a elevação da obrigatoriedade de consumo do carvão nacional para 20% em 1937 (Decreto nº 1828 de 21/07/1937), com efeitos visíveis a partir do ano seguinte.

Em 1942 novos fatos acabam por manter a escalada ascendente da produção de carvão. Em agosto o governo de Getúlio Vargas assina o decreto que "institui, como medida de emergência, a entrega obrigatória ao Governo Federal de todo o carvão nacional" (decreto nº 4.613 de 25/08/1942), definindo que 75% do carvão produzido seria retido pelo governo para racionamento e fixando o preço em 20 réis por mil caloria-quilo. Tal medida criou um mercado garantido para a produção do carvão nacional, política reafirmada cinco dias depois pela assinatura do

¹³⁴ O decreto previa: 1. a compra de toda a produção de carvão nacional pelo Governo Federal, através da EF Central do Brasil e Cia de Navegação Lloyd Brasileiro, que passou a ter preferência no transporte do carvão; 2. a obrigatoriedade de compra, aos importadores de carvão, de 10% da quantidade em equivalente nacional; 3. a fixação do preço de venda do carvão para particulares, pelo governo; 4. a isenção, por 5 anos, de impostos e taxas aplicados à importação de equipamentos para o setor; 5. a proibição, por 10 anos, dos estados e municípios, de lançar impostos e taxas sobre as empresas, o transporte e os produtos da mineração; 6 - a isenção de impostos e taxas portuárias às embarcações que transportavam carvão nacional (SANTOS, 1995, p. 36-37).

decreto que colocou o país em "estado de guerra"¹³⁵, reforçando o interesse no controle de matérias-primas e combustíveis por parte do governo. Assim, a produção de carvão elevou-se de 432.594 toneladas em 1942 para 815.678 toneladas em 1945 (vide gráfico 5), um crescimento de 88% em apenas três anos e o carvão passou de 7º colocado entre os produtos mais exportado de Santa Catarina em 1930, para 4º colocado em 1943, ultrapassando as exportações de erva-mate, manteiga e arroz¹³⁶.

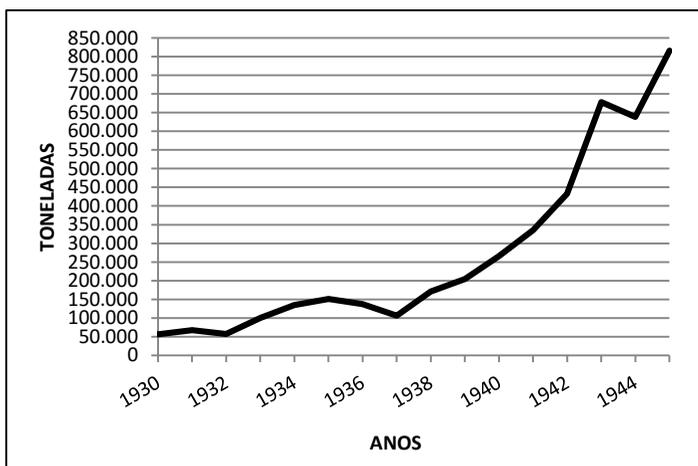


Gráfico 5- Santa Catarina. Produção de Carvão Bruto (ROM)
1930-1945 (em toneladas)

Organização: Beltrão, L.M.V.

Fonte de dados: GOULARTI FILHO, 2002, p. 436.

Além dessas medidas institucionais, como destaca Goularti Filho (2002, p. 89), foram feitos investimentos estatais diretos, como o reaparelhamento do porto de Imbituba e a construção do Lavador de

¹³⁵ Decreto nº 10.358 de 31 de agosto de 1942.

¹³⁶ Por ordem de valores (em mil réis), em 1930 os produtos mais exportados foram: erva-mate, madeira, banha, têxteis, manteiga, arroz e carvão. Já em 1943 teve-se: madeira, têxteis, banha e carvão (GOULARTI FILHO, 2002, p. 435)

Capivari e da UTEC (Usina Termelétrica de Capivari, que fornecia energia ao Lavador), responsável pelo beneficiamento do carvão destinado à Companhia Siderúrgica de Volta Redonda, fundada em 1941 e com início das atividades em 1946. Ao final desta década, o sul catarinense já havia começado a constituir um complexo carbonífero¹³⁷ que integrou a extração, beneficiamento, distribuição e transformação do combustível, o que inseriu a região de forma definitiva no processo de industrialização nacional.

Contudo, tal quadro pode levar a pensar que, numa visão superficial, a inserção da economia do sul catarinense no movimento da industrialização brasileira se fez exclusivamente pela presença do carvão e que, ainda, a classe de futuros capitalistas industriais foi filha do capital mercantil forâneo, excluindo a presença das iniciativas locais. De fato, com o carvão, a região sul catarinense modificou seu enquadramento no movimento geral da economia, ao oferecer mais que excedentes da pequena produção mercantil e alterar sua subordinação econômica do capital mercantil regional (comando de Laguna, Tubarão, Araranguá) para os grandes capitalistas mercantis nacionais¹³⁸. Em tal processo, terras de colonos foram transformadas em áreas de lavra, pequenos produtores menos prósperos foram levados à proletarização ou semi proletarização, fazendo parte da força de trabalho das minas, em conjunto com outros expropriados, como ex-pescadores e produtores agrícolas das áreas de Laguna, Imbituba, Jaguaruna e Imaruá (MARTINS, 2005, p. 65). Contudo, a base pulverizada da pequena propriedade, como não poderia deixar de ser, continuou seu movimento intrínseco de diferenciação incluindo a atividade mineira como um fator de acumulação para alguns agricultores e comerciantes. Esses passaram a se dedicar ao "negócio do carvão", mesmo que de forma subordinada aos interesses das grandes mineradoras controladas pelo capital mercantil.

Já foi citado que, em paralelo às maiores mineradoras instaladas no contexto positivo da I Guerra Mundial e do movimento de

¹³⁷ Tal complexo carbonífero foi integrado pela Carbonífera Próspera, tornada subsidiária da CSN; pelo Lavador de Capivari (a época no município de Tubarão, hoje Capivari de Baixo), responsável pelo beneficiamento do carvão bruto; o Porto de Imbituba; a Indústria Carboquímica Catarinense que transformou os rejeitos sólidos (pirita) em enxofre e a Estrada de Ferro Dona Tereza Cristina.

¹³⁸ Fazendo perceber uma inserção no movimento de substituição de importações "por cima", como sugere a via prussiana.

substituição iniciado com a 3ª dualidade, várias pequenas minas eram exploradas por colonos, fosse pelo próprio agricultor (que passava a acumular a ação mineradora e agricultura), fosse por comerciantes, funcionários ou outros residentes urbanos que extraíam carvão em terras de terceiros ou ainda adquiriam terrenos onde abriam pequenas minas. A exploração era realizada de forma muito rudimentar, com o uso da picareta e carros de boi para levar o minério até a linha férrea. Parte considerável da atividade era realizada na forma de "empreitada" para as mineradoras constituídas, que assim podiam explorar (indiretamente) áreas sem a concessão oficial de lavra. Contudo, com o aumento dos níveis de extração de carvão gerados com as políticas de incremento da produção, no âmbito do movimento de substituição de importações, o número de tais iniciativas eleva-se e os "pequenos mineradores" passam a ampliar a sua capacidade de acumulação. Isoppo (2009) faz um relato pormenorizado da trajetória de Diomício Freitas¹³⁹ expondo sua origem a partir da pequena produção mercantil até tornar-se importante empresário da mineração. Sua trajetória se cruza, na forma de sociedade, com a de Santos Guglielmi (comerciante do sistema colônia venda), levando-os a crescer na conjuntura favorável e adquirir, a partir de 1959, mineradoras de empresários e investidores ligados ao Rio de Janeiro.

¹³⁹ Um dos maiores empresários do sul catarinense, cujo grupo desenvolveu negócios nos ramos de mineração, cerâmica (CECRISA), agropecuária, comunicação (Rede Eldorado), construção civil, reflorestamento, metalúrgico e turismo. Também foi deputado federal. Nascido em 1911, filho de agricultor, carpinteiro e produtor de banha na colônia de Orleans, iniciou a vida profissional com 12 anos como aprendiz da EF Donna Thereza Christina, onde trabalhou até os 18, já como responsável pela estação de Sangão. Em 1939 decide iniciar atividade mineradora em terreno próximo de sua casa que adquire com os recursos da demissão e da venda de sua residência. Posteriormente, em sociedade com o irmão e com um pequeno comerciante, de nome Balsini, começou a explorar carvão nas minas Barracão e Ouro Fino, na forma de empreitada. A alavancagem dos negócios ocorreu com a sociedade com o comerciante Santos Guglielmi, adquirindo rejeito fino de carvão diretamente nas minas e revendendo para os sistemas de beneficiamento. Em 1943, com empréstimos do antigo banco privado catarinense Inco (Banco Indústria e Comércio de Santa Catarina) adquiriram a primeira mina legalmente registrada (Mina Caeté, em Urussanga) que com a aquisição da mina Cocal deu início à Sociedade Carbonífera Criciúma. Em 1950, com mais empréstimos, investem na compra de dois navios para transporte do carvão e em 1959 adquiriram a Carbonífera Metropolitana, essa fundada em 1936 e de propriedade de político mineiro e engenheiro Euvaldo Lodi.

Neste processo de ampliação e pulverização das iniciativas de exploração, outros nomes podem ser citados com a abertura de minas e carboníferas: "Francisco Meller e Ernesto Lacombe exploravam a mina João Pessoa", em 1942 entraram também em atividade as "Companhias Carboníferas Rio Maina, Catarinense e São Marcos, sob a liderança de João Zanette, Luiz Pirola, Luiz Barato, Dino Gorini e outros" (MARTINS, 2005, p. 69).

3.3.2. O PERÍODO DO PÓS II GUERRA: AMPLIAÇÃO E DIVERSIFICAÇÃO PRODUTIVA DO TIPO "BOLA DE NEVE"

É no período entre 1945 e o início dos anos de 1960 que Santa Catarina verificou uma diversificação e ampliação da base produtiva, resultante não apenas da expansão dos setores que já, tradicionalmente, tinham destaque nas exportações do estado, como a madeira, os alimentos, o carvão e a indústria têxtil, mas também de novos setores como o papel, o papelão, a pasta mecânica, o cerâmico, o metal-mecânico, o plástico, os materiais elétricos e as indústrias ligadas ao transporte (GOULARTI FILHO, 2002, p.141).

Destaca Silva (2005), com base nos dados apresentados por Cunha, que se observa uma redução relativa da participação dos ramos tradicionais em detrimento do crescimento de segmentos mais dinâmicos como a indústria mecânica, metalúrgica, de material elétrico, entre outros. Expõe o autor:

Em Santa Catarina, para o período de 1939 a 1965, enquanto os ramos alimentar e têxtil têm, respectivamente, uma queda na participação da produção industrial estadual de 36,9% para 27,8% e de 22,1% para 19,5%, indústrias ligadas ao complexo metal-mecânico registram importantes ganhos de participação, no exemplo da indústria metalúrgica, que passa de 3,5% para 5,7%, da indústria mecânica de 0,9% para 1,9% e da indústria do material elétrico e comunicações, que alcança no ano de 1965 3,3%, ultrapassando amplamente um ramo já estabelecido desde os anos 1920 como o do material de transporte, que no período em causa passa apenas de 0,6% para 0,8% (SILVA, op.cit., p.76).

Tal crescimento deu-se sob o domínio de uma fase ascendente do 4º ciclo longo de Kondratieff (1948-1973) porque o processo de substituição de importações não se interrompeu com o advento da fase expansiva. Rangel (1985) expõe dois motivos centrais e concomitantes para o este prolongamento. Em primeiro lugar, a reativação do comércio entre os países centrais (que em períodos anteriores, acelerava as trocas com a periferia, fazendo aumentar as importações de produtos industriais e fazendo cessar o ciclo de substituição) ocorreu muito mais entre os próprios países do que entre esses e a periferia, pois segundo dados apresentados pelo autor, entre 1950 e 1965 o comércio entre países centrais elevou-se 3,2 vezes, enquanto nos países subdesenvolvidos, tal crescimento foi de apenas 1,8% (RANGEL, 1985, p. 29). Em segundo lugar, conseguiu-se manter internamente, o crescimento do produto interno bruto e do produto industrial, mesmo sem realizar uma abertura às importações.

O quadro, acrescido pela flutuação dos ciclos juglarianos brasileiros¹⁴⁰ apontou, para os períodos recessivos internos, a adoção de medidas institucionais. No primeiro lustro da década de 1940, o incentivo setorial à produção nacional teve importante papel para o crescimento do sul catarinense, elevando a produção do carvão no contexto da Segunda Guerra, como já apontado. Na década de 1950, a adoção da Instrução nº 70 da SUMOC (Superintendência da Moeda e Crédito), que estabeleceu, a partir de 1952, uma depreciação orientada da moeda nacional, levou a reserva de mercado da indústria leve para certas áreas da indústria pesada. Já no período recessivo da década de 1960, as mudanças institucionais foram centradas na correção monetária, utilizada como aparelho de intermediação financeira (RANGEL, 1983, p. 42).

No sul catarinense, o refluxo das exportações de carvão, geradas pelo fim da garantia de compra de 75% da produção pelo governo, visto que já havia cessado o conflito bélico mundial, gerou uma crise entre os anos de 1947 e 1949 conhecida como "batalha do carvão" (GOULARTI FILHO, 2002, p. 147). Os empresários e os políticos que representavam o setor solicitavam a garantia da compra de toda a produção pela

¹⁴⁰ Tomando como ponto de partida o conceito de ciclos médios do estudioso francês Juglar, Rangel aponta que, após o início da industrialização brasileira, a economia passou a apresentar flutuações endógenas de cerca de 10 anos aproximadamente. Segundo o autor, os primeiros cinco anos de cada década, têm comportamento recessivo, enquanto o segundo quinquênio é caracteristicamente expansivo.

Companhia Siderúrgica Nacional, numa tentativa de prolongar a proteção aplicada em 1942, além de outros pontos explicitados em um documento, direcionado ao governo federal, que sugeria 30 medidas para manter o ritmo de crescimento nos mesmos patamares do verificado no período da guerra.

Estas medidas foram implementadas no momento recessivo do ciclo juglar médio, ou seja, nos primeiros anos da década de 1950 e compreenderam a criação do Plano Nacional do Carvão (PNC) e da Comissão Executiva do Plano do Carvão Nacional (CEPCAN), cuja função era a de coordenar a pesquisa, lavra, beneficiamento, transporte, distribuição e consumo do carvão. No mesmo decreto (nº 1.886 de 11/06/1953), autorizou o governo a promover financiamentos para as empresas privadas do setor, incluindo operações internacionais de crédito para financiar projetos previstos no PNC. Em julho do mesmo ano, abriu crédito especial de cerca de 13 milhões de cruzeiros para custear a aquisição de "carvão lavador" para a CSN, beneficiando 15 companhias mineradoras (Decreto 33.233 de 03/07/1953)¹⁴¹.

A adoção de tais medidas logo se refletiu no aumento da produção de carvão em Santa Catarina, catapultada pelo crescimento acelerado da indústria pesada na fase expansiva da 4ª dualidade (1948-1973). Há de se destacar ainda que Santa Catarina era produtor exclusivo de carvão metalúrgico, cuja demanda tornou-se crescente com a construção das usinas Belgo Mineira (1953), COSIPA e USIMINAS (1956), além de Cia Siderúrgica de Volta Redonda, em efetiva operação desde 1946.

A produção de carvão em Santa Catarina espelha o contexto acima descrito, como se pode observar pelo gráfico 6. Em 1947, a produção total de carvão mineral em Santa Catarina atingiu 2.055.553 toneladas, passando para 1.773.029 em 1950, num decréscimo de 11,6%. Contudo, o maior impacto foi sobre a produção de carvão metalúrgico, que decresceu 47% no mesmo período (passando de 275 mil para 146 mil toneladas) e do carvão pré-lavado (CPL) que declinou 25% (de 827 mil para 621 mil toneladas). Mesmo estando a economia nacional em fase de expansão do ciclo médio de Juglar, visto que a taxa média anual de crescimento do produto industrial, no período da Segunda Guerra Mundial foi de 4,7% e pulou para 7,3% no segundo

¹⁴¹ As empresas que receberam os maiores pagamentos foram a Cia Nacional de Mineração Barro Branco a CBCA, ambas no espólio da viúva de Henrique Lage, sob a administração de Francisco Catão, e a Cia Carbonífera Metropolitana de propriedade do engenheiro e deputado mineiro Euvaldo Lodi.

lustro da década de 1940 (BRESSER PEREIRA, 1982), o fim temporário da política de aquisição garantida do carvão teve os efeitos de redução da produção acima descritos.

Tomadas as medidas de apoio e com o crescimento do número de usinas siderúrgicas em funcionamento, a linha ascendente é retomada (vide gráfico 6), com um crescimento de 27,7% da produção total do carvão entre 1951 e 1955 e do desempenho destacado do carvão metalúrgico, que cresceu 52,7%. O segundo lustro da mesma década também foi positivo, com crescimento de, respectivamente, 10,9% para a produção total de carvão e 38,9% do carvão metalúrgico (cálculos realizados com base nos dados apresentados por Goularti Filho, 2002, p. 436).

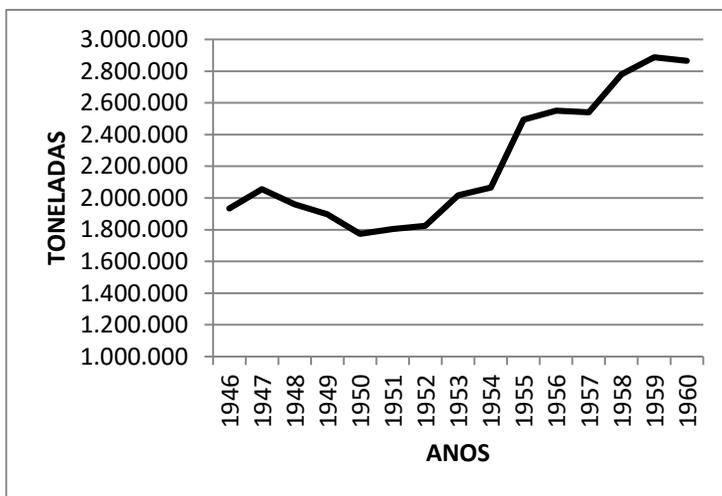


Gráfico 6- Santa Catarina. Produção de Carvão Mineral¹
Em toneladas
1946-1960

¹Inclui o Carvão bruto (ROM), o pré-lavado (CPL) e o metalúrgico
Organização: Beltrão, L.M.V.

Fonte de dados: GOULARTI FILHO, 2002, p. 436.

Um dos efeitos marcantes desse processo foi a ampliação do número de minas abertas em toda a área carbonífera. Goularti Filho (op.cit., p. 149) lista um conjunto de 24 companhias mineradoras no sul catarinense, sendo que 15 delas estavam sediadas em Criciúma, mas

também existiam mineradoras em pequenos municípios industriais, como 6 em Urussanga e 3 em Lauro Muller, em 1956¹⁴².

Neste período observa-se dois movimentos: 1. a saída do capital forâneo (principalmente do Rio de Janeiro) do controle das principais empresas mineradoras. Com o falecimento de Henrique Lage houve incorporação temporária de parte de suas empresas ao patrimônio da União que, contudo, posteriormente, foram adquiridas pelo político catarinense Sebastião Netto Campos e pelo engenheiro Álvaro Luis Bocaiuva Catão (de Imbituba)¹⁴³. A Companhia Carbonífera Metropolitana, por sua vez, passou das mãos do deputado mineiro Euvaldo Lodi para a sociedade de Diomício Freitas e Santos Guglielmi em 1959, ambos empresários originados do contexto da pequena produção mercantil; 2. um processo de concentração da propriedade das empresas de mineração e áreas de lavra, antes pulverizado entre diversos pequenos proprietários. Tal é o caso da própria Metropolitana, que ao longo de 1945 a 1966 incorporou as minas Zanette, Colombo, De Brida, Colonial, Bratti, Moretti e União (TEIXEIRA, 1995, p. 43). Já a

[...] Cia Carbonífera Urussanga comprou 11 carboníferas entre 1948 e 1967. Santo Guglielmi e Dionísio Freitas criaram a Carbonífera Caeté em 1949 e a Criciúma em 1958. Adquiriram depois a Cocal, a São Marcos, União, Pinheirinho e Metropolitana [...] (GOULARTI FILHO, 2002, p. 245)

A efetiva e crescente incorporação do sul catarinense na divisão do trabalho, intensificada com o crescimento da atividade carbonífera no gerou a possibilidade de verticalização e de diversificação dos investimentos, caracterizando o processo de "bola de neve", exposto por

¹⁴² No que se refere à produção, apesar da dispersão das minas entre diversos municípios do sul catarinense, 71% da produção bruta de carvão de 1956 foi realizada por empresas sediadas em Criciúma, 17,1% fora obtida pelas mineradoras de Urussanga e 11,86% em Lauro Muller (GOULARTI FILHO, 2002, p. 149)

¹⁴³ A CBCA e a Companhia Nacional de Mineração Barro Branco foram incorporados ao patrimônio da União, no contexto do estado de guerra decretado por Getúlio Vargas. Tais bens, contudo, foram devolvidos à viúva do empresário em 1946 (Decretos Lei 4648 de 02/09/1942 e 9521 de 26 de julho de 1946), quando passaram a ser administrados por Francisco Catão até a venda a Sebastião Netto Campos e Álvaro Catão em 1968. Ainda, em 1953 a Carbonífera Próspera foi estatizada, passando o seu controle para a Cia Siderúrgica Nacional.

Mamigonian (1976, p. 84-5), que aponta a diversificação e ampliação da indústria nas áreas da pequena produção mercantil do sul do país. No processo onde "indústria atrai indústria" observou-se processos de integração ascendente e descendente da atividade carbonífera, como os investimentos da família Zanette que a partir da Companhia Carbonífera Urussanga (criada em 1918) e da aquisição da Indústria Carbonífera Rio Deserto, investiu em ramos complementares como a Coque Rio Deserto, a Elétrica Magliole e a Metalúrgica Millano, que prestavam serviços de manutenção de peças e equipamentos para a indústria do carvão (MARTINS, 2005, p. 71), demonstrando que setores dinamicamente inseridos no mercado nacional, como o complexo do carvão, favoreceram o aparecimento de iniciativas industriais locais de fornecimento de equipamentos a montante do processo de produção. Outro exemplo, associando o comércio e a indústria, é o da família Búrigo que iniciou com o comércio de produtos para mineração evoluindo para a metalurgia em 1958, quando passou a fabricar ferramentas e equipamentos para mineiros através da Mecril¹⁴⁴ (GOULARTI FILHO, 1995, p. 33)

Paralelamente, "o aparecimento de novos ramos por pura e simples multiplicação financeira" (MAMIGONIAN, op. cit., p. 85) contou também com determinantes locais, pois a existência de capitais acumulados em função do crescimento da indústria do carvão (e não só no seu interior, mas decorrente também do comércio que passou a atender um público muito mais amplo, visto que a economia carbonífera levou aos municípios produtores, principalmente Criciúma, consideráveis levas de trabalhadores mineiros), a existência de oficinas e indústrias de reposição e de fornecimento de equipamentos ao setor carbonífero, associado à presença de argilas de qualidade¹⁴⁵ constituiu um quadro favorável aos investimentos no setor de produção de azulejos e cerâmicas.

Apesar da inserção da indústria de azulejos no sul catarinense ter se dado em 1925, pela diversificação produtiva da Companhia Cerâmica de Imbituba, de propriedade de Henrique Lage (RIBEIRO, 2007), o desenvolvimento do setor ocorreu apenas décadas mais tarde, unindo capitais acumulados regionalmente com o conhecimento técnico de

¹⁴⁴ Mais tarde, em 1982, a Mecril incorporou cotas da Metalúrgica e Mecânica Millano e fundou a Elmar Eletroequipamentos Ltda, produzindo ferragens galvanizadas para o setor elétrico.

¹⁴⁵ Trata-se de depósitos argilosos encontrados na camada Barro Branco, entre os veios de carvão (SANTA CATARINA, 1991).

profissionais italianos que haviam vindo para a região trabalhar na diversificação da produção de azulejos da empresa de Lage. Tais iniciativas ocorreram a partir de 1947 com a Cesaca (Cerâmica Santa Catarina Ltda), quando pequenos comerciantes e industriais de Criciúma se uniram a um dos técnicos ceramistas italianos (Afredo Del Priore) e iniciaram a produção de louças de mesa e azulejos. A iniciativa foi seguida pela fundação da CEUSA (Cerâmica Urussanga S/A) essa, a primeira empresa do setor nos pequenos municípios industriais, que foi formada pela união de capitais de diversos pequenos proprietários do município de Urussanga, destinou-se, inicialmente, à produção de pisos e lajotas a partir de cerâmica vermelha, já que a empresa evoluiu da produção de tijolos em uma olaria artesanal (GOULARTI FILHO, 2002, p. 157). Também em pequenos municípios, foi formada em Cocal do Sul a Cerâmica Cocal Indústria e Comércio¹⁴⁶, que após breve inserção na produção de louças, investe na produção de azulejos. Em 1959 foi adquirida por Maximiliano Gaidzinski (um dos sócios da Cesaca) já quase em processo falimentar, dando origem no ano seguinte à Cerâmica Eliane, que se tornou, posteriormente, uma das maiores empresas cerâmicas do país (FONTANELLA, 2001, p. 44)¹⁴⁷

Se as condições materiais (capital+matérias primas+conhecimento técnico) estavam disponíveis, a nova configuração institucional e suas políticas industrializantes forneceram as possibilidades para o desenvolvimento de um novo patamar de crescimento para a indústria não só do sul, mas das demais áreas de base pulverizada de Santa Catarina. Tal processo levou o estado catarinense a processos de diversificação produtiva e de participação ainda mais expressiva no mercado nacional e internacional (com exportações de têxteis, cerâmica, produtos agroindustriais, metal-mecânicos, etc.). No sul catarinense, novos segmentos produtivos entraram em cena, como a expansão da própria indústria cerâmica, da

¹⁴⁶ Fundada em 1954, seu capital foi constituído através da formação de uma cooperativa com 460 quotas de dez mil cruzeiros, distribuídas entre 215 sócios, cujas maiores cotas eram de propriedade do técnico italiano Del Priore e de comerciantes como Paulo Carneiro, Afredo Savi Mondo, Otávio Búrigo e Irmãos Manfro. As possibilidades de consolidação da iniciativa eram muito promissoras, dado o conhecimento técnico de Del Priore e a abundância de caulim e argila, cujas jazidas haviam sido descobertas em Cocal (FONTANELLA, 2001, p. 42).

¹⁴⁷ Segundo Goularti Filho (2002, p. 158) no início dos anos de 1960 havia ainda uma pequena indústria de azulejo de Abel Maccari e Demício Joaquim Mendes em Morro da Fumaça.

indústria de descartáveis plásticos e da indústria da confecção, como setores de maior destaque. É nesse período também que muitas das indústrias situadas entre os pequenos municípios industriais se consolidaram.

3.3.3. CONSOLIDAÇÃO DO CAPITAL INDUSTRIAL E POLÍTICAS ESTATAIS A PARTIR DE 1960

Nos lembra Bielschowsky (2000, capítulo 7) que, para Rangel, a questão prioritária na promoção do desenvolvimento nacional passava pela capacidade de "acionar alavancas" para o desenvolvimento das forças produtivas, papel desempenhado por mudanças institucionais que permitiram levar adiante as sucessivas substituições de importações que promoveram a construção do processo de industrialização brasileiro. Nos anos de 1960, a fase ascendente do ciclo médio de Juglar (a priori, entre 1965-1970), coincidiu com a etapa final da fase ascendente do ciclo longo (concluído em 1973), o que para Rangel, talvez, tenha prolongado o ciclo médio ascendente e comprimido a fase descendente, fazendo com que o ciclo endógeno recessivo dos anos de 1970 tenha sido mais curto e mais ameno. O "milagre econômico" de 1968-1974, representa esse prolongamento (PEREIRA E REGO, 1993, p.113-114).

Rangel, em sua teorização, apontou que nas fases recessivas de cada ciclo endógeno, existem setores que acumulam capacidade ociosa e que precisam ser transferidos para os que apresentam insuficiências e estrangulamentos. Ou seja, a capacidade ociosa representa a poupança e as áreas de estrangulamento o polo de investimento futuro. Cabe ao aparelho de intermediação financeira proceder as mudanças que tornam possível essa transferência. Contudo, quando o problema não se resolve, o Estado é chamado a intervir, "no sentido de mover e orientar os fluxos financeiros do polo de poupança para o polo do investimento" (RANGEL, 1985, p.35)¹⁴⁸.

O Plano de Metas de Juscelino Kubitschek¹⁴⁹, foi o instrumento adotado para dar continuidade ao processo de substituição de

¹⁴⁸ O que faz, contudo, que as finanças públicas sejam colocadas em crise, fato que ocorreu na depressão de 1962-1965, quando houve queda do PIB em torno de 3,2% ao ano e o processo inflacionário imprimiu importantes perdas para as finanças públicas (RANGEL, idem, p. 36)

¹⁴⁹ Lançado em 1956, o Plano de Metas postulava investimentos diretos do governo no setor de energia-transporte e em algumas atividades industriais

importações que já havia se desenrolado nas duas décadas anteriores, priorizando a implantação do Departamento I (indústria de bens de produção) e do capital básico de apoio ao setor.

Contudo, não obstante o seu poder alavancador, o plano demonstrou-se também concentrador, o que levou os diversos governos estaduais da Região Sul a estabelecer duras críticas à política econômica do governo que, no lugar de irradiar para diferentes regiões o desenvolvimento, teria promovido a concentração espacial (SILVA, 2002, p. 82)¹⁵⁰.

Em Santa Catarina, a infraestrutura social básica e os arranjos institucionais, num primeiro momento, não estavam preparados para alavancar o desenvolvimento das forças produtivas para um estágio superior. Os setores dinâmicos catarinenses, já reunidos em torno de grandes empresas de atuação nacional ou internacional, apresentavam as potencialidades que, contudo, estavam apenas latentes, esperando pela institucionalização de instrumentos ativos de políticas econômicas para implantar e ampliar a infraestrutura social básica e para financiar o capital privado. Tais instrumentos passaram a ser utilizados pelo Estado, através do uso de instrumentos de planejamento e financiamento que foram aplicados nas áreas de concentração dinâmica como o agroalimentar na região oeste, o têxtil e metal-mecânico do nordeste e vale do Itajaí e o de minerais não metálicos no sul do estado, envolvendo sobretudo a indústria cerâmica.

O conjunto de ações estatais¹⁵¹ em Santa Catarina teve início em 1955, com o governo de Irineu Bornhausen ao implementar o Plano de Obras e Equipamentos (POE) que contudo, se restringiu ao campo da infraestrutura, aplicando 45% dos recursos em estradas de rodagem, 35% no setor de energia elétrica, 10% na agricultura e 10% na educação (GOULARTI FILHO 2012, p.125), utilizando-se para tal de recursos decorrentes do aumento em 20% no imposto de vendas e consignações.

Contudo, o subsídio direto do capital industrial passou a ser efetivado por meio do Plano de Metas do Governo (PLAMEG), durante

básicas, notadamente siderurgia e refino de petróleo, bem como estímulos ampliados à expansão e diversificação do setor secundário, produtor de equipamento e insumos com funções de produção de alta intensidade de capital (LESSA, 1987, p. 27).

¹⁵⁰ Em reação, conjuntamente, os estados da região se articularam para a formação do Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE) no início dos anos de 1960.

¹⁵¹ Para um detalhamento dos planos, fomentos e programas de incentivo fiscal ver Goularti Filho (2012), Silva (1997) e Ronçani e Goularti Filho (2013).

a administração de Celso Ramos (1961-65), através do FUNDESC (Fundo de Desenvolvimento da Empresa Catarinense) que atuava num primeiro momento, através da aquisição de ações e debêntures de empresas catarinenses, utilizando para tal recursos orçamentários do governo estadual (SILVA, 2005, p. 86). Contudo, sua ação foi mais eficaz quando passou a fornecer incentivos fiscais que foram concedidos sobretudo para empresas sediadas nas regiões de Chapecó (20%), Joinville (16%) e Blumenau (14%), priorizando a indústria alimentar (43,2% dos investimentos entre 1970-1978), seguido pela indústria têxtil (15,8), metalurgia (10%) e indústria plástica (10,5%). O sul catarinense teve pouca participação na aplicação dos recursos, visto que não foram destinados investimentos para a indústria extrativa e somente 2,8% para a indústria de minerais não metálicos (com base nos dados apresentados por GOULARTI FILHO, 2002, p.451).

Os programas de incentivo estenderam-se, sucessivamente, através do PROCAPE (Programa Especial de Apoio à Capitalização das Empresas) entre 1975-1982 (governos Konder Reis, Jorge Bornhausen e Esperidião Amin) e o PRODEC (Programa de Desenvolvimento da Empresa Catarinense), instituído em 1988 e ainda em atividade. No PROCAPE, que sucedeu o FUNDESC, os recursos passaram a ser canalizados também para o comércio e os serviços, sendo que os segmentos industriais mais beneficiados foram o alimentar (20% dos recursos), seguido pela metalurgia (17,8%) e os minerais não metálicos (14,4%), o que beneficiou empresas cerâmicas do sul do estado, como a Eliane Pisos e Revestimentos Cerâmicos que, a época, recebeu recursos do Programa (FONTANELLA, 2001, p. 36).

Já sob a égide do governo oposicionista do PMDB, em substituição ao PROCAP, extinto após denúncias de fraudes e desvios de verba (1984), o PRODEC ofereceu apoio fiscal, sob forma de postergação de repasse do ICMS, a ser gerado pelo próprio projeto beneficiado, incentivando a implantação e expansão de empresas, além de facilidades para importação de máquinas e equipamentos, entre outros. A região sul teve uma participação pouco expressiva no destino dos incentivos (9,3%), atrás do norte, oeste e vale do Itajaí que, juntos acumularam 74,4% em 1999 (GOULARTI FILHO, 2012, p. 234). O setor do sul catarinense que recebeu incentivos do programa foi, novamente, o cerâmico (9,3% dos recursos foram destinados ao setor de minerais não-metálicos entre 1988-1999), sendo que a De Lucca Revestimentos Cerâmicos recebeu pouco mais de 13 milhões de reais, figurando entre as 10 maiores beneficiadas pelo Programa entre 1988 e 1996 (idem, p. 233).

Se por um lado o aparato financeiro colocado à disposição do setor industrial catarinense foi fundamental para a ampliação e integração produtiva em Santa Catarina, é importante frisar que, como destaca Silva (2005), havia uma capacidade ociosa previamente acumulada pela indústria, na forma que os investimentos públicos subsidiados “sempre foram associados a um percentual expressivo de recurso das próprias firmas” (idem, p. 87), ao contrário de outras unidades da federação onde o “capital estatal financiava e isentava projetos privados ou investia diretamente” (GOULARTI FILHO, 2002, p. 200), demonstrando que em Santa Catarina os incentivos à disposição das empresas ajudam a explicar a transformação da estrutura produtiva do estado.

Assim os gêneros tradicionais da economia estadual perderam espaço tanto no valor da produção industrial, como no percentual de pessoal ocupado (tabela 8), principalmente entre 1970 e 1980, com declínios expressivos nos gêneros de madeiras e mobiliário e ainda o têxtil. Em 1985, há uma leve recuperação na categoria, puxada pelo aumento da participação da indústria alimentar, vestuário e calçados, esta com forte participação do sul catarinense no conjunto da produção estadual. Em contrapartida, entre 1970 e 1980 se expandiram as indústrias dinâmicas, a exceção do gênero papel e celulose. Em 1985 há um refluxo, não obstante os gêneros de mecânica e material elétrico e comunicação tenham mantido a escalada de crescimento.

Tabela 8 - Santa Catarina - Valor da Transformação Industrial e do Pessoal Ocupado segundo os principais gêneros 1970 – 1985 (em %)

CATEGORIA E GÊNERO	Valor da Transformação Industrial				Pessoal Ocupado			
	1970	1975	1980	1985	1970	1975	1980	1985
INDÚSTRIA EXTRATIVA MINERAL	6,03	3,36	3,62	3,22	5,64	4,1	3,6	3,91
INDÚSTRIAS TRADICIONAIS	57,93	54,21	53,37	57,03	64,35	62,31	60,57	61,14
Madeira	18,36	16,15	11,5	6,32	23,97	22,08	19,05	13,81
Mobiliário	2,81	3,36	3,55	3,19	5,26	5,06	5,38	5,71
Têxtil	17,57	7,38	11,07	11,5	18,27	9,63	12,63	9,05
Vestuário e calçados	1,15	10,18	11,92	13,18	2,27	11,4	10,46	17,0
Produtos alimentares	14,26	14,06	12,09	18,93	10,58	10,23	9,87	12,04
Gráficas	0,73	0,76	0,65	0,56	1,07	1,11	1,13	1,22
Bebidas	1,07	0,92	0,57	0,5	0,97	0,72	0,62	0,48
Outros	1,98	1,4	1,97	2,85	2,15	2,07	1,43	1,83
INDÚSTRIAS DINÂMICAS	36,0	41,73	42,28	39,71	30,31	33,6	35,81	34,88
Minerais não-metálicos	4,81	7,44	7,68	5,74	8,21	8,95	10,06	8,16
Papel e celulose	6,89	5,17	3,88	4,93	4,5	2,82	2,45	2,89
Química	2,02	1,8	4,19	2,35	1,68	1,24	1,29	1,25
Metalúrgica	4,74	6,68	6,17	5,55	4,36	5,7	5,96	5,8
Produtos de materiais plásticos	5,77	6,37	5,6	5,07	2,03	2,64	2,21	2,71
Mecânica	5,55	8,47	7,74	8,65	4,87	6,78	7,37	7,59
Material elétrico e comunicação	1,18	2,17	2,14	3,77	0,79	1,18	1,87	2,81
Material de transporte	2,4	1,78	2,43	1,65	1,72	2,34	1,75	2,04
Outros	2,64	1,85	2,45	2,0	2,12	1,95	2,85	1,63

Fonte: IBGE, Censos Econômicos, vários anos, citado por GOULARTI FILHO, 2002, p. 433 e 434.

Organização: Beltrão, L.M.V.

A indústria extrativa mineral, não obstante ter reduzido sua participação no valor da transformação industrial, continuou sendo objeto de investimentos estatais no período, encetados principalmente por políticas da esfera federal, dado sua característica de matéria-prima estratégica. Pode-se contudo assinalar dois momentos distintos no comportamento da produção. O primeiro expressa o auge da produção, catapultada pela importância que o carvão adquire com a crise do petróleo de 1973, marco do início do período recessivo do 4º Kondratief. No período intensifica-se a política de investimentos completando as estruturas de produção-transporte-beneficiamento-transformação, sobretudo com a construção da Indústria Carboquímica Catarinense (ICC) em Imbituba e a ampliação da Usina Termelétrica Jorge Lacerda (atual Capivari de Baixo), que receberam investimentos diretos no II Plano Nacional de Desenvolvimento¹⁵²

Como subsídio direto ao capital industrial foram aplicados recursos para a mecanização das minas (Programa Pró-Carvão), utilizando maquinário importado dos Estados Unidos. Adotou-se ainda o subsídio total dos custos de transporte, o que alavancou a produção de carvão aos maiores níveis da história (SANTOS, 1995, p. 61), passando de cerca de 7 milhões de toneladas em 1975 para 18 milhões em 1979, num crescimento de 2,5 vezes, como se pode observar no gráfico 7.

Tal patamar produtivo foi acompanhado do processo de concentração da produção nas mãos de poucas empresas, que ampliaram consideravelmente suas condições de lavra em decorrência da mecanização dos processos. Em 1985, apesar da produção ser realizada por doze companhias de mineração, somente quatro delas concentram 75% do volume de carvão extraído: Carbonífera Próspera (24,4%), Carbonífera Urussanga (23,95%), Carbonífera Criciúma (14,59%) e Metropolitana (12,6%)¹⁵³

¹⁵² Segundo Messias e Goularti Filho (2015, p.299) durante o I PND (1972-1974) foi desenvolvido o Projeto Litoral Sul de Santa Catarina, sob o comando da SUDESUL (Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul), visando consolidar o caráter estratégico do combustível no desenvolvimento industrial do país, não somente de seu destino metalúrgico, mas também para produção energética e de subprodutos como o enxofre. No II PND (1975-1979) 55,1% do total dos investimentos previstos para a grande região sul foram destinados ao Projeto Litoral Sul Catarinense.

¹⁵³ A exceção da Próspera, explorada pela CSN, as demais pertenciam a fortes grupos empresariais consolidados no bojo da economia do carvão como o Grupo Zanete (Carbonífera Urussanga), Grupo Freitas (Carbonífera Criciúma) e Grupo Guglielmi (Carbonífera Metropolitana). Todos esses grupos diversificaram seus

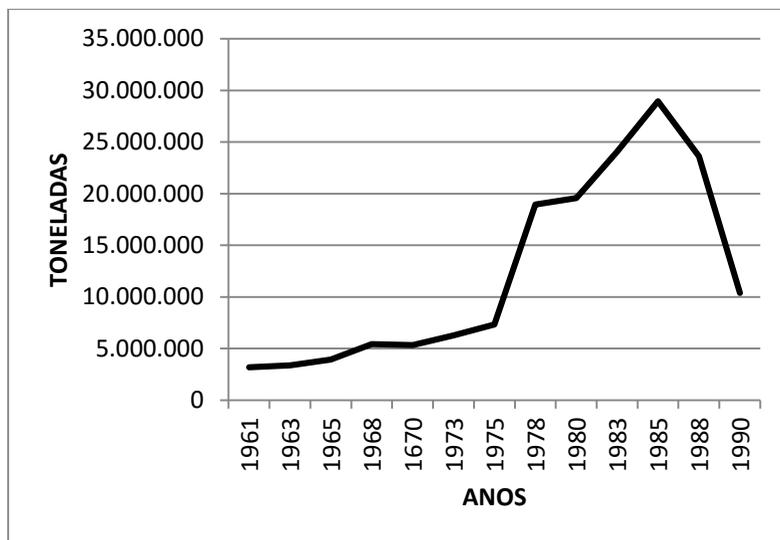


Gráfico 7- Santa Catarina. Produção de Carvão Mineral¹
1961-1990 (em toneladas)

¹Inclui o carvão bruto (ROM), o pré-lavado (CPL) e o metalúrgico entre 1961-1975; carvão bruto (ROM), pré-lavado (CPL), energético e metalúrgico entre 1978-1990.

Organização: Beltrão, L.M.V.

Fonte de dados: GOULARTI FILHO, 2002, p. 436.

O período recessivo do Ciclo de Julgar, no início dos anos de 1980, associado com a recessão mundial, indicou o início do processo de crise e desmonte do sistema carbonífero no sul de Santa Catarina, no bojo da adoção de medidas neoliberais a partir de Nova República. Tal processo teve início com a retirada gradual e sistemática dos subsídios a partir de 1983, tanto para os fretes como na garantia de venda das cotas de produção, sendo completada em 1990, com a total desregulamentação do setor e definição de alíquota zero para a importação (Portaria nº 801 de 17 de setembro de 1990).

Como efeito, houve o desmonte da estrutura estatal no complexo carbonífero: privatização da CSN (Próspera) em 1990 (cuja maior parte das áreas de mineração foi adquirida por Realdo Guglielmi, que fundou a

investimentos em processos de verticalização e horizontalização do capital. Os dados para o cálculo das participações foi obtido em Santos (1995, p. 72).

Nova Próspera), a liquidação da ICC em 1994 e a privatização do Complexo Termelétrico Jorge Lacerda (adquirido pela multinacional Tractebel) em 1996. Houve então uma brutal redução do número de trabalhadores que decaiu de 13 mil no fim dos anos de 1980 para cerca de 3,6 mil no início dos anos de 2000 (MAMIGONIAN, 2011, p. 107).

O crescimento da participação da indústria dinâmica de minerais não-metálicos entre 1970 e 1980 (gráfico 8) expressa, sobretudo, o crescimento da indústria cerâmica que teve expansão com o aumento da demanda da construção civil, relacionada à criação do Sistema Nacional da Habitação (SNH) e do Banco Nacional da Habitação (BNH) que forneceram as condições de financiamento para aquisição da casa própria. Contudo, como nos lembra Rangel (1985), o processo que criou tal possibilidade de alavancagem, com reflexos diretos em toda cadeia produtiva ligada às demandas da construção civil, nada mais é do que a expressão do “Estado como orientador dos fluxos financeiros do polo de poupança para o polo de investimento” (idem, p. 35). A correção monetária, adotada para contornar a crise econômica do período recessivo entre 1958 e 1963, foi um mecanismo que possibilitou a formação de um sistema nacional de poupança, que trouxe

[...] uma redistribuição das atividades econômicas, suscitando um novo setor público ao lado de um novo setor privado. A construção residencial, tão importante, num país que expandia sua população urbana a ritmos tão galopantes, teve reforçadas ou criadas suas próprias bases financeiras, por certo sob a supervisão do Estado, via Sistema Nacional de Habitação (SNH) e Banco Nacional da Habitação (BNH), mas movendo fundos privados em escala sem precedentes. Com recursos antes comprometidos com aplicações no próprio setor público, o Estado empreendeu, noutras áreas, um gigantesco esforço de formação de capital—notadamente no campo da indústria pesada, da energética, dos serviços urbanos, dos transportes pesados rodoferroviários, etc. (RANGEL, 1985, p. 46)

A partir da adoção dessas políticas anti-recessivas e de fomento à industrialização, houve uma expansão considerável da produção cerâmica em Santa Catarina, fortemente concentrada no sul. Cresceu também a participação da produção catarinense no conjunto da produção nacional,

chegando ao ápice histórico, em 1980, com 46,2%, como se pode observar nos gráficos 08 e 09.

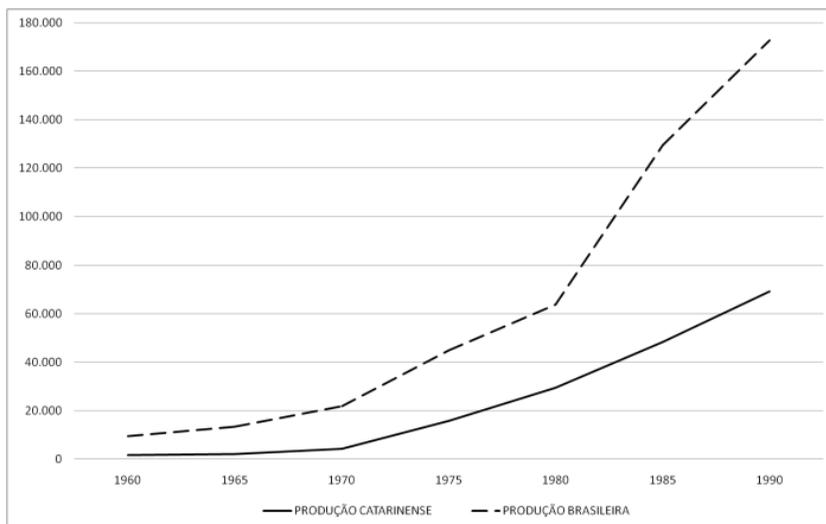


Gráfico 8- Brasil e Santa Catarina. Produção de Revestimentos Cerâmicos
1960 -1990
(em mil/m²)

Organização: Beltrão, L.M.V.

Fonte de dados: GOULARTI FILHO, 2002, p. 454.

Tal crescimento, elevou consideravelmente a capacidade de acumulação das empresas cerâmicas¹⁵⁴, dando início a acelerados processos de modernização produtiva, expansão, aquisição e diversificação de investimentos, não só na própria região como em contexto nacional. Nesse processo, além dos incentivos decorrentes das políticas estatais acima descritas, houve ainda concessão de empréstimos como à Eliane Piso e Revestimentos em 1969, quando um financiamento

¹⁵⁴ A consolidação do polo cerâmico expressa as condições dos capitais acumulados regionalmente em buscar alternativas de reprodução, aproveitando não só potencialidades naturais, mas também técnicas, visto que já havia na região empresas metalúrgicas voltadas à produção de equipamentos e máquinas para o setor carbonífero e que foram aproveitadas como fornecedoras para a indústria cerâmica. Sobre o tema, Aguinaldo Pereira Gonçalves (Metalúrgica Spillere) em 01/09/2014 declarou: “[...] técnicos especializados em mecânica e metalurgia empregada na manutenção de equipamentos de mineração deram suporte para a formação de dezenas de pequenas empresas no setor metal-mecânico”

do BNDES permitiu a modernização e expansão do parque fabril que passou de uma produção de 10.000m²/mês para 300.000 m²/mês, gerando grandes ganhos de escala (pesquisa de campo, 2013¹⁵⁵). Em termos estaduais, Goularti Filho (2002, p. 239) destaca que o setor cerâmico “absorveu 9,6% de todos os recursos públicos destinados pelo estado à indústria catarinense”, sendo que a “Cecrisa e a Incocesa foram, respectivamente, a segunda e a quarta empresa mais beneficiadas com recursos do FUNDESC”.

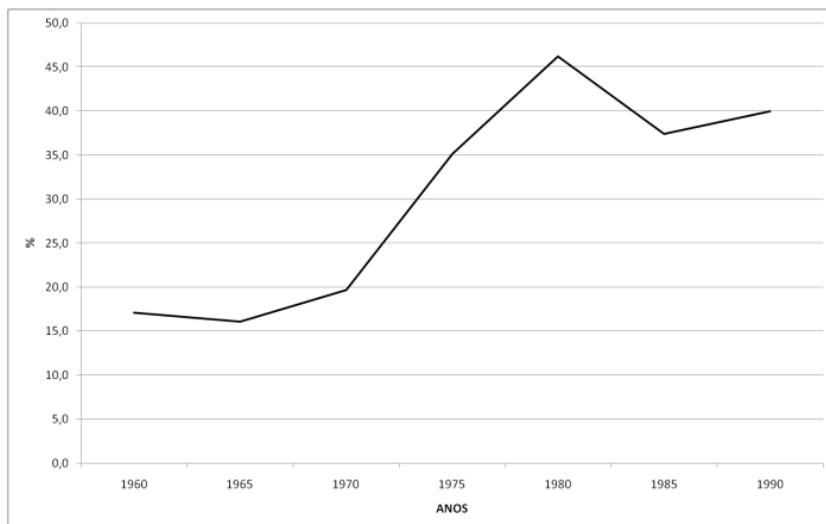


Gráfico 9- Santa Catarina. Participação da Produção de Revestimentos Cerâmicos no total nacional

1960 -1990

(em %)

Organização: Beltrão, L.M.V.

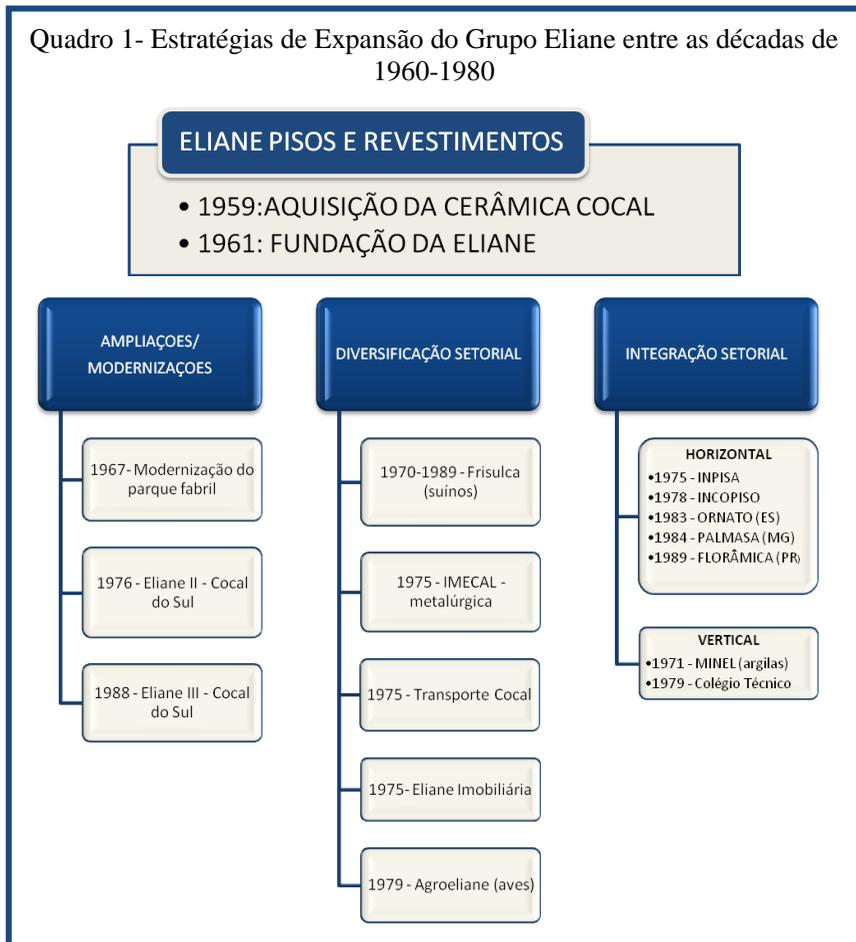
Fonte de dados: GOULARTI FILHO. 2002. p. 454.

No caso da Eliane, maior exportadora de revestimentos cerâmicos do país (ELIANE REVESTIMENTOS CERÂMICOS, 2014) e segunda maior empresa em faturamento da região sul catarinense (AMANHÃ,

¹⁵⁵ Entrevista concedida por Fernanda Zampoli, jornalista do Departamento de Comunicação da Eliane Pisos e Revestimentos, em visita à empresa, em 12 de junho de 2013.

2014), o momento gerou um forte processo de expansão, com instalação de novas unidades (Eliane II e III, em Cocal do Sul), bem como grande número de aquisições de unidades produtivas no Paraná, Minas Gerais e Bahia, caracterizando uma dispersão espacial em busca da participação em todo o mercado nacional. Observa-se que as estratégias de expansão e consolidação no mercado, desenvolvidas ao longo dos anos de 1970 e 1980, envolveram a modernização e ampliação do parque fabril em Cocal do Sul, como a busca da integração horizontal (aquisição de empresas em localizações estratégicas), como vertical, no sentido de garantir parte das matérias primas (aquisição da Minel, no fornecimento de argilas especiais) e do Colégio Técnico Maximilano Gaidzinski, visando a formação de mão de obra especializada.

Quadro 1- Estratégias de Expansão do Grupo Eliane entre as décadas de 1960-1980



Fonte: Pesquisa de campo, 2013 e site da empresa
Organização: Beltrão, L.M.V.

Além dos investimentos para consolidação da empresa no setor, destacando-a no mercado nacional e elevando sua participação no mercado externo, houve a adoção de estratégias de diversificação setorial, investindo em outros segmentos como na indústria alimentar (Frisulca-Agroeliane), metalurgia (IMECAL) e de serviços (transporte e

imobiliária). O quadro 01 sintetiza os principais movimentos adotados pela Eliane entre 1960 e 1980¹⁵⁶.

O período de expansão das empresas cerâmicas do sul de Santa Catarina foi revertido, a partir da segunda metade da década de 1980, com os efeitos do desmonte do Sistema Nacional de Habitação que mergulhou toda a cadeia ligada à construção civil em grande crise, sobretudo entre os anos de 1982 e 1985. No período, os mecanismos de financiamento foram abandonados, pois a política econômica centrou-se no combate à inflação, adotando medidas de restrição ao crédito e elevação dos juros¹⁵⁷ e o consumo de materiais de construção se restringiu a unidades habitacionais de alto luxo (sem necessidade de financiamento) bem como de unidades habitacionais populares (COHAB) que, em geral, absorviam pouco os acabamentos disponibilizados pelas indústrias cerâmicas do sul. Assim, o setor manteve-se praticamente com o mercado interno de reformas e pela inserção mais intensiva no mercado de exportações, o que fez a produção manter-se em ascensão, porém em um ritmo bem menos intensivo do que os quinze anos anteriores (ver gráfico 9).

No cenário recessivo as empresas cerâmicas tiveram que investir na melhoria dos níveis de produtividade e de inovação, bem como na adoção de processos gerenciais mais enxutos e de reposicionamento, com atuação em múltiplas plantas produtivas, buscando ampliar os mercados e reduzir os custos de distribuição.

¹⁵⁶ A mesma estratégia foi utilizada pela maior concorrente regional, a CECRISA que adquiriu, entre 1974 e 1988, sete empresas cerâmicas, incluindo unidades em Goiás, Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais, bem como a modernização do parque fabril com a construção da Portinari, destinada à produção de revestimentos de maior valor agregado (GOULARTI FILHO, 2002, p.240). Houve ainda um intenso processo de diversificação dos investimentos, consolidando um grande grupo empresarial que na década de 1980 contava com investimentos de urbanização e construção civil (Balneário Conventos, Construtora Conventos, Conventos Obras Rodoviárias e Terraplanagem), comunicação (Radio Difusora e TV Eldorado, Intelbrás), agropecuária (Agropecuária e Florestal Conventos), hotelaria (Hotel e Camping Morro dos Conventos), mineração (Cominas e Mineração São Marcos), entre outros (ISOPPO, 2009, p. 118).

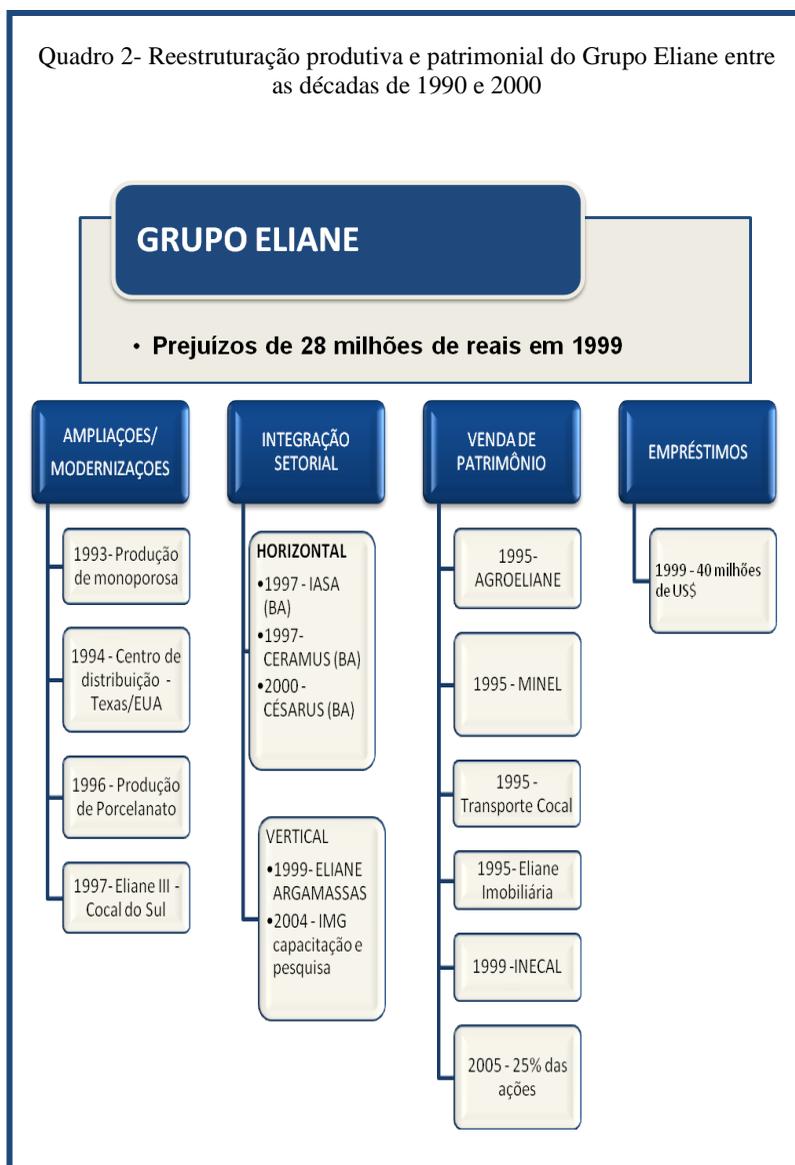
¹⁵⁷ Para Rangel, a condução das medidas anti crise através da retração da demanda para reduzir a inflação é equivocada, colocando-o em contraposição às análises dos monetaristas e estruturalistas. Para Rangel era fundamental incentivar o crescimento econômico, utilizando a alavanca do sistema financeiro para transferir capitais de setores superavitários para os deficitários (BIELSCHOWSKY, 2000).

Além dos determinantes do enquadramento mais geral, é necessário destacar que o setor cerâmico do sul catarinense viu estruturar-se, apoiado pelos mesmos instrumentos que haviam catapultado a sua produção nos anos de 1970 (a saber, as políticas de incentivo e financiamento), um pólo de produção instalado no interior paulista com forte capacidade concorrencial¹⁵⁸. Segundo Isoppo (2009, p. 73) as regiões da Grande São Paulo e de Mogi-Guaçu experimentaram um forte crescimento da produção, beneficiando-se do suporte financeiro do BNDES, enquanto a região de Rio Claro, em especial o município de Santa Gertrudes, inseriu-se no mercado com a adoção da tecnologia de baixo custo, permitindo-lançar produtos mais acessíveis destinados às faixas populares de mercado. Em função da consolidação desse novo polo, a participação do Estado de Santa Catarina no total da produção de revestimentos cerâmicos nacional caiu a partir dos anos de 1980, como se pode observar no gráfico 09.

A saída para as cerâmicas do sul, foi então avançar tecnologicamente para melhor competir no mercado nacional e, sobretudo, consolidarem-se no mercado de exportação, enfrentando países detentores de tecnologia como a Espanha e a Itália e de economia de escala, como a China. Para possibilitar os investimentos necessários para a inovação (por exemplo, o processo de monoqueima nos anos de 1980 e de porcelanatos nos anos de 1990) as empresas necessitaram concentrar seu capital na atividade ceramista, abandonando a estratégia de diversificação setorial e aplicando os capitais na integração produtiva, nas modernizações e ampliações, como se pode observar no quadro 02.

¹⁵⁸ O polo cerâmico do estado de São Paulo envolve três regiões produtivas: a região da grande São Paulo, com destaque para São Caetano, Diadema, Suzano e Jundiaí; a região de Rio Claro, com destaque para Santa Gertrudes e a região de Mogi-Guaçu (AFANCER, 2013).

Quadro 2- Reestruturação produtiva e patrimonial do Grupo Eliane entre as décadas de 1990 e 2000



Fonte: Pesquisa de campo, 2013 e site da empresa.
Organização: Beltrão, L.M.V.

Observa-se que o grupo desfez-se da Agroeliane, Minel, Transporte Cocal, Eliane Imobiliária e a INECAL, buscando fluxo de caixa para novos investimentos e para o pagamento de dívidas, visto que ao final dos anos de 1990 a empresa acumulou prejuízos de R\$ 28,36 milhões. Recorreu ainda a um empréstimo internacional junto a IFC – Cooperação Financeira Internacional¹⁵⁹ no valor de US\$ 40 milhões, cobrindo as dívidas a curto prazo e estendendo o endividamento até a década seguinte (2009). As estratégias para recompor o fluxo de caixa permitiram colocar em ação o processo de modernização produtiva (monoporosa e porcelanato), ampliar a participação no mercado internacional através da instalação do centro de distribuição no Texas (os Estados Unidos é o maior importador mundial de revestimentos cerâmicos¹⁶⁰), adquirir plantas industriais na Bahia (do Grupo Brennand), expandindo-se para o Nordeste e aproveitando conhecimentos na produção de cerâmica artística, de maior valor agregado. Além disso, partiu para a adoção de uma administração gerencial, quando em 1995, sob a pressão dos demais sócios, a família Gaidzinski deixou a direção executiva do Grupo. Adicionalmente, elevou os investimentos em qualificação da força de trabalho, transformando o Colégio Técnico em Instituto Maximiliano Gaidzinski, ampliando a capacitação e introduzindo a atividade de pesquisa. Tais ações deixam claro que a Eliane

[...] passou a se constituir como grande empresa no plano nacional, o que implica, ao mesmo tempo, que ela é resultado de um processo mais ou menos longo e complexo de concentração e centralização do capital [...], de modo que os pontos fortes e fracos de sua base nacional e a ajuda que recebeu do Estado serão componentes de sua estratégia e de sua competitividade (CHESNAIS, 1996, p. 73).

Contudo não foi apenas o cerâmico o setor de diversificação da economia no sul a partir dos anos de 1960. A indústria de transformação do plástico surgiu, ao longo da década, através da instalação de pequenas iniciativas como a Plazom em 1968, em Orleans, a Indústria Catarinense de Plástico em 1962 (São Ludgero) e a Canguru em 1970, em Criciúma (NAPOLEÃO, 2011, p. 141), todas de empreendedores locais e com uma capacidade produtiva limitada. Nos destaca Schlickmann (2012, p. 80)

¹⁵⁹ Braço do Banco Mundial voltado ao financiamento de empresas privadas em “países em desenvolvimento” (IFC, 2015, disponível em <http://www.ifc.org/>. Acessado em outubro de 2015)

¹⁶⁰ Com base em Anfacer (2013).

que tais empresas não passavam, a época, de iniciativas bem modestas pois, no sul catarinense, nos anos de 1970, só havia registro de 23 funcionários empregados em três empresas. Em São Ludgero, a Incoplast utilizava exclusivamente trabalho familiar até 1983.

Ou seja, enquanto os anos de 1960-70 representaram momentos de crescimento intensivo das economias do carvão e da cerâmica, a indústria de plásticos no sul ainda não se configurava como um setor propriamente dito¹⁶¹. Tal quadro mudou, exatamente em um momento de crise da economia nacional (1985-1994), alavancado pela oferta de matérias-primas da indústria do plástico, decorrentes da instalação do Complexo Petroquímico de Triunfo (em 1982), onde empresas de primeira e segunda geração petroquímica, passaram a disponibilizar resinas, películas e outros materiais necessários ao desenvolvimento da indústria plástica (BROGHIROLI, 1999). Antes da consolidação do polo, a produção de matérias primas concentrava-se em Cubatão (SP) e Camaçari (BA), o que elevava os custos de logística e o próprio volume de resinas produzidas. A proximidade e o aumento da oferta de matérias primas, disponibilizaram às pequenas empresas do sul de Santa Catarina, a possibilidade de investir no aumento da produção, até aquele momento bastante modesto. Assim é que com um parque petroquímico consolidado, a partir dos investimentos realizados no II PND¹⁶², a oferta de resinas plásticas pode apresentar-se

¹⁶¹ A época Joinville havia se configurado, precocemente, em um pólo de transformação do plástico que já se encontrava consolidado e que cresceu, consideravelmente, durante o período de substituição de importações do 4º Kondrafielt (NAPOLEÃO, 2011, p.142). Contudo, a produção do norte catarinense estruturou-se em torno da produção de plásticos para a indústria da construção civil, altamente beneficiada no II PND. Já o sul, se consolidou com uma década de atraso, porém focado no setor de descartáveis. Schlikmann (2012), numa perspectiva neoclássica, atribui aos novos hábitos de consumo das famílias urbanas a causa central para o desenvolvimento da indústria de descartáveis, postulando o aumento de demanda como elemento central para alavancagem das empresas nascentes. Somos consoantes com Goularti Filho (2002, p. 298) que aponta a instalação do Pólo Petroquímico gaúcho como elemento fundamental nesse processo, pois ampliou a oferta e facilitou o acesso às matérias-primas para o segmento de embalagens plásticas no sul de Santa Catarina, que pode oferecer toda uma gama de substitutos do papel e do vidro para a indústria de bens de consumo não duráveis.

¹⁶² Como destaca Napoleão (2011, p. 26) a Cadeia Produtiva Petroquímica-Plástica (CPPP) foi estruturada de forma reversa, ou seja, através de processo substitutivo de importações, iniciado no final da Segunda Guerra Mundial, que orientou a produção interna de produtos plásticos transformados, progredindo, nas

como opção para todo o segmento de embalagens e, posteriormente, de descartáveis. Tal oferta de insumos acelerou as possibilidades de substituição das embalagens de papel e vidro por similares plásticas, alavancadas por alterações no padrão de consumo urbano.

O compasso de espera, entre as iniciativas pioneiras e a consolidação do setor foi marcado, como aponta Schlickmann (2002, p. 83) “por múltiplas incertezas e limitações”, garantindo um ambiente de “intensa seletividade” para as iniciativas tão pouco capitalizadas e de demanda ainda frágil. Além disso, os esforços nacionais e estaduais estavam muito mais focados nas demandas dos setores do carvão e da cerâmica para a região, fornecendo pouco ou nenhum incentivo para as primeiras iniciativas do segmento plástico.

É interessante observar que Schlickmann rebate a visão de que a indústria plástica decorreu de inversões do carvão e da cerâmica¹⁶³

[...] pois o ramo plástico é oriundo de acumulação endógena de capital no interior da pequena produção mercantil, de modo independente aos demais setores, aproveitando-se indiretamente das infraestruturas postas pelo desenvolvimento da época e não pela diversificação dos negócios carboníferos e cerâmicos. Praticamente inexistiam inversões de capitais cerâmicos ou carboníferos para o plástico (SCHLICKMANN, 2012, p. 88-89).

Tal análise reforça a perspectiva interpretativa das formações socioespaciais, que buscam compreender os enquadramentos gerais em mão dupla com as especificidades locais. Assim, nem toda “periferia” enquadra-se da mesma forma aos comandos do centro, nem toda nova iniciativa decorre das inversões e expansões dos capitais já consolidados.

Antes da maturação da CPPP e na ausência de incentivos diretos por parte do Estado (ao contrário do setor plástico sediado em Joinville, alavancado pelas políticas públicas de incentivo à habitação) a indústria do plástico do sul catarinense começou a evoluir lentamente e em 1972 a

três décadas posteriores, para resinas plásticas, bem como máquinas e equipamentos.

¹⁶³ Tal afirmação não quer dizer, contudo, que o autor não reconheça que o aparato de infraestrutura, serviços auxiliares e investimentos realizados no sul catarinense em função do carvão e da cerâmica foram muito importantes para a consolidação da indústria plástica.

Canguru Embalagens Criciúma¹⁶⁴ passou a produzir embalagens para produtos de higiene e limpeza, além de sacolas. Em 1974, abriu a primeira fábrica de descartáveis do sul do Brasil, a Inza (Indústria Zanatta), contudo, os indicadores da indústria plástica ainda eram pouco expressivos, como se pode observar nos gráficos 10 a 12.

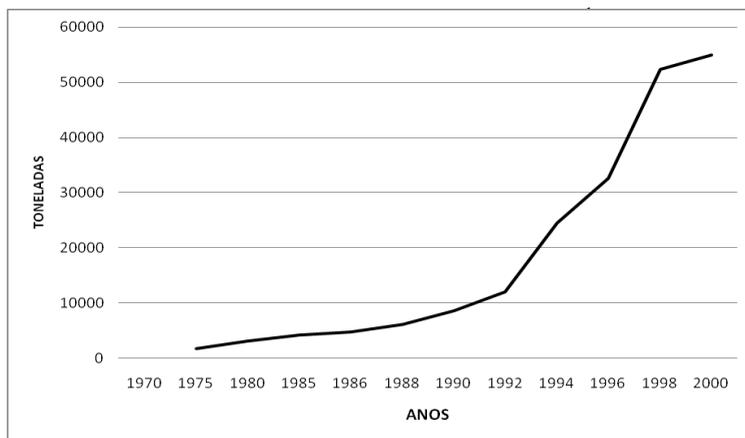


Gráfico 10 - Sul de Santa Catarina. Produção de Descartáveis Plásticos

1970 -2000 (em toneladas)

Organização: Beltrão, L.M.V.

Fonte de dados: GOULARTI FILHO, 2002, p. 300.

¹⁶⁴ Mesmo estando no centro econômico do carvão e da cerâmica, o capital para a instalação da Canguru decorreu do acúmulo obtido com o comércio de ferragens, utilidades domésticas e implementos agrícolas da Jorge Zanatta & Cia Ltda, localizado em Criciúma, sem ligação direta com as “indústrias motrizes”. Seus pais eram agricultores da comunidade de Linha Torres em Urussanga e o próprio Zanatta trabalhou como balconista em Morro da Fumaça (NAPOLEÃO, 2011, p. 141-142)

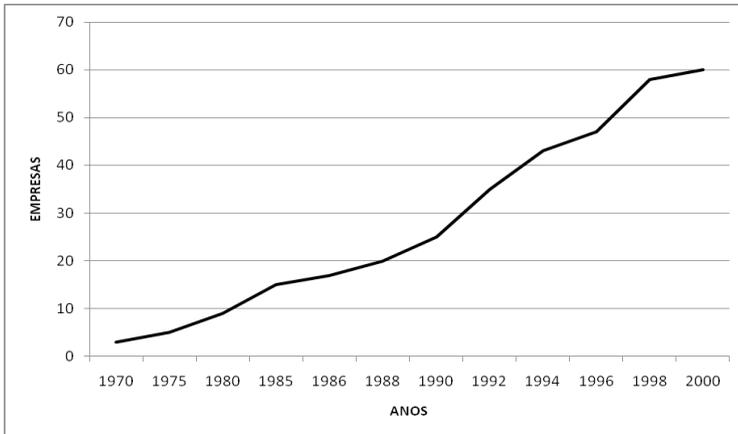


Gráfico 11- Sul de Santa Catarina. Número de Empresas de Descartáveis Plásticos 1970 -2000

Organização: Beltrão, L.M.V.

Fonte de dados: GOULARTI FILHO, 2002, p. 300.

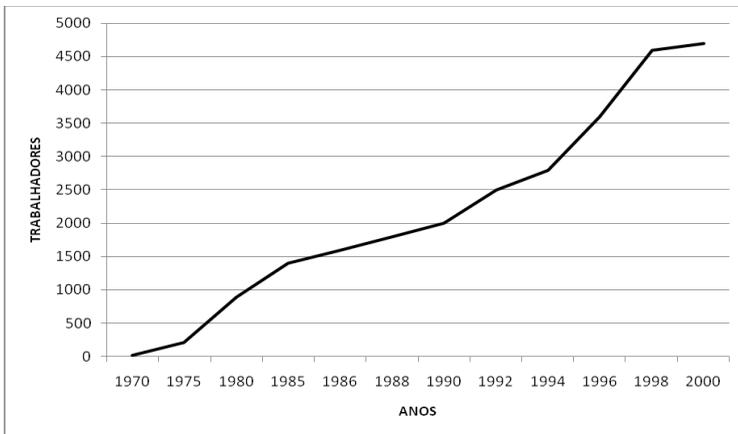


Gráfico 12- Sul de Santa Catarina. Número de Trabalhadores da Indústria de Descartáveis Plásticos 1970 -2000

Organização: Beltrão, L.M.V.

Fonte de dados: GOULARTI FILHO, 2002, p. 300.

O crescimento verificado entre as décadas de 1970-1990, foi considerável, visto que a produção e o número de empresas quintuplicou e o número de funcionários deu um salto de 2000% no período. Esse desempenho foi conseguido, basicamente, com o crescimento do Grupo Canguru de Criciúma em maior destaque, seguido pela Plaszom de Urussanga. É ao final dos anos de 1980 que tem início o efeito “bola de neve” (MAMIGONIAN, 1976) para o setor plástico do sul catarinense, que foi marcado pela “[...] consolidação daqueles precursores e pela cópia do sucesso pioneiro” (SCHLIKMANN, op.cit., p. 87), aumentando a demanda por matérias-primas, equipamentos e acirrando a competitividade.

Os efeitos do movimento de multiplicação e cópia, agora sob a oferta de insumos mais acessíveis se alargou rapidamente a partir dos anos de 1980, fazendo surgir várias iniciativas em todo o sul do estado, que avançou de 9 empresas em 1980 para 25 iniciativas em 1990 (gráfico11). Entre os pequenos municípios industriais, São Ludgero se inseriu no cenário, estabelecendo-se de forma arrojada no mercado, através da Incoplast que cresceu a partir de 1982¹⁶⁵, passando a competir na produção de sacolas e embalagens plásticas em geral.

Aproximaram-se os anos de 1990, que foi marcado por uma ampla reestruturação econômica, decorrente da substituição do desenvolvimentismo inaugurado com o pacto de poder dos anos de 1930, para a imposição do neoliberalismo e sua política de abertura comercial indiscriminada às importações. O movimento de contra-revolução gerou sobre o sul de Santa Catarina um conjunto de mudanças estruturais, com a redução das atividades estatais, as reestruturações da indústria cerâmica, o desmonte parcial do complexo carbonífero, mas também um rearranjo das forças produtivas, resultando na consolidação de novos setores como a própria indústria de plástico.

¹⁶⁵ Schlikmann (2012, p.90) destaca que o crescimento da Incoplast representou a mudança das forças produtivas locais, com a generalização das relações de assalariamento, marcando a consolidação das relações capitalistas industriais no município. O poder local participou desse processo doando terrenos para a expansão da indústria do plástico.

3.3.4. A DESARTICULAÇÃO POLÍTICA, REESTRUTURAÇÃO ECONÔMICA E NOVOS ARRANJOS

Desde a revolução de 1930, como apontado, o processo de industrialização do país seguiu um movimento geral de expansão e consolidação, não obstante as variações cíclicas do capitalismo mundial e dos ciclos internos do país. Neste processo houve a construção, degrau a degrau, do edifício industrial brasileiro, marcado por uma forte atuação do Estado no processo de remoção dos “gargalos”, promovendo a transferência de capitais de setores em ociosidade para setores onde eram necessários os investimentos (RANGEL, 1985).

Em Santa Catarina, a resposta a tal quadro foi uma inserção bastante dinâmica, visto que em 1940, a participação do estado na produção industrial brasileira era de apenas 1,8%, chegando ao final do período a 3,9%, com diversos setores estruturados e plenamente competitivos no cenário nacional. Santa Catarina passou de uma economia periférica para “ascender à condição de parte integrante do centro dinâmico da economia brasileira” (MAMIGONIAN, 2011, p. 90).

Há, contudo, uma mudança de quadro a partir dos anos de 1990, quando o país é forçado, por imposição do consenso de Washington, a seguir o modelo neoliberal, substituindo a política de condução interna das políticas industrializantes, por um processo de abertura comercial indiscriminada, que provocou graves alterações econômicas e sociais, cujos efeitos foram a desindustrialização, a desnacionalização e o desemprego.

Nos destaca Goularti Filho (2002) que o período entre 1930 até o final dos anos de 1970, os governos latino-americanos tiveram margem de manobra para manipular políticas econômicas industrializantes, visto que tinham um relativo mando sobre as moedas nacionais, já que o “Acordo de Bretton Woods regulou a violência da moeda e inibiu a mobilidade de capitais, reduzindo a vulnerabilidade dos mercados financeiros” (idem, p. 331).

Contudo, a partir da crise mundial de 1973, inaugurou-se uma nova etapa no centro do capitalismo, com o domínio das finanças internacionais na condução da ordem econômica mundial. Num primeiro momento, a oferta abundante de crédito internacional¹⁶⁶ reduziu os juros, propiciando

¹⁶⁶ Com o aumento dos preços do petróleo, os países produtores, sem condições de engendrar uma demanda interna de importações que absorvesse os enormes saldos obtidos, encaminham os recursos ao mercado mundial de capitais, na busca de aplicações rentáveis. Tal cenário propiciou a oferta abundante de crédito

aos países periféricos elevar o seu endividamento. Mas a crise aberta no seio da 4ª dualidade reduziu as exportações mundiais, tanto na periferia como nos países centrais, elevando a inflação (sobretudo a partir de 1982), com efeitos sobre o aumento da taxa de juros mundial¹⁶⁷.

Os países, como o Brasil, que haviam contraído empréstimos nos anos anteriores se viram paralisados e vulneráveis diante do endividamento externo e das pressões dos organismos internacionais para interferir na condução da economia. Como lembra Chesnais (1996, p. 219), “para os países cujos governos e classes dirigentes mergulharam em cheio na armadilha do endividamento, o preço foi alto”. O Estado perdeu o papel de planejador do processo de acumulação interno e a economia passou a sofrer interferência direta do capital financeiro internacional no sentido de adotar a orientação neoliberal de abertura aos mercados, em detrimento da política desenvolvimentista-nacionalista que havia marcado o período de 1930 a 1970.

A indústria nacional foi duramente penalizada com tal orientação, já que o capital multinacional financeiro passou a comandar o processo de acumulação. O Estado, paralisado com a dívida externa e a crise fiscal e financeira, sofreu a desarticulação de sua capacidade de planejamento e condução econômica. Para o capital produtivo nacional, a abertura exigiu uma rápida resposta ao novo cenário concorrencial, gerando processos intensos de reestruturação produtiva, reorganização geográfica da produção e, sem dúvida, processos de centralização do capital com inúmeras falências, fusões e aquisições, muitas vezes a partir do controle acionário de empresas pelo capital financeiro externo¹⁶⁸.

e facilitou o processo de endividamento brasileiro, cuja entrada de capitais externos, patrocinou a conclusão da implantação do novo parque da indústria pesada (RANGEL, 1985, p. 55).

¹⁶⁷ Além disso, como destaca Rangel (idem, p. 54) os descomunais déficits do orçamento do governo federal estadunidense, forçaram a emissão de papéis públicos que acabaram por desvalorizar o dólar. Como medida, houve uma elevação das taxas de juros, visando sobrevalorizá-lo. Os efeitos dessa política foram impactantes para todos os países que haviam realizado endividamento, pois associaram recessão econômica mundial com aumento expressivo da taxa de juros.

¹⁶⁸ Os “novos proprietários do capital” (fundos de investimento, fundos de pensão, companhias de seguro), livres para atuar a partir da liberação das economias nacionais, exercem fortíssima pressão sobre seus investimentos produtivos, no sentido de “eliminar gorduras” ao máximo, garantindo a mais alta e rápida rentabilidade do capital investido (CHESNAIS, 1996, p. 306).

No sul catarinense, os efeitos mais intensos vieram na forma de desmonte parcial do complexo carbonífero e a reestruturação da indústria cerâmica para o enquadramento em um novo patamar competitivo. Ao mesmo tempo, a pressão sob a qual as indústrias nacionais foram colocadas para responder ao cenário de crise, criou demandas que possibilitaram o destaque de novos setores na economia regional, como no caso da indústria plástica, que se consolidou como líder nacional. No movimento interno do sul catarinense, a crise, contudo, não representou uma maior concentração do capital em torno do centro regional (Criciúma) e os PMIs mantiveram sua participação significativa na economia.

O desmonte quase total do complexo carbonífero ocorreu a partir de 1990, como já se fez referência anteriormente, e teve fortes efeitos sobre a região. Apesar de Criciúma sediar as grandes empresas carboníferas, alguns PMIs também foram impactados com a destruição do sistema. Capivari de Baixo sofreu com o fechamento do Lavador de Capivari, o que causou um desemprego imediato de 500 pessoas (MARTINS, 2005, p. 45) e com o processo de privatização da Termelétrica Jorge Lacerda, que passou para o comando da Empresa Tractebel do grupo franco belga Engie. Contudo, mesmo com a transferência do parque ao capital estrangeiro, a termoelétrica ampliou sua capacidade de geração, elevando as saídas líquidas da indústria da transformação municipal de R\$14,8 milhões em 1995, para R\$ 291,6 milhões em 2001 (vide anexo 02). Tal elevação teve reflexos no Produto Interno Bruto de Capivari de Baixo que cresceu 18,27% entre 2000 e 2005 e 35,19% entre 2005 e 2010 (IBGE, 2012b), acima do verificado sul catarinense (cuja média foi de 17,17%).

Tal crescimento não se expressou, contudo, em uma ampla diversificação da indústria em Capivari de Baixo. Assim, observando-se o anexo 1 onde figuram as exportações dos municípios do sul catarinense, verifica-se a fraca participação de Capivari de Baixo no conjunto do estado e da mesorregião, bem como o Guia da Indústria de Santa Catarina (CIESC, 2011) registra a Tractebel como a grande empregadora com 340 funcionários, seguida de apenas duas empresas com número de funcionários superior a 50: a Pozosul (antiga Pozolana Indústria e Comércio Ltda), com 58 funcionários e a Tinabrunelli Ltda, que produz confecções em couro, com 55 funcionários.

A Pozosul, como representante da aplicação de capitais locais na indústria de Capivari de Baixo, iniciou suas atividades em 1970, comercializando a cinza da queima de carvão do Complexo Termelétrico para a indústria cimenteira. A atividade, a época, restringia-se a ensacar as

cinzas para expedição. Após a pesquisa sobre a aplicação deste resíduo na produção do cimento, o proprietário da empresa, sr. Aryovaldo Búriço, passou a produzir o cimento Portland Pozolânico¹⁶⁹ tornando-se um “misturador”, ou seja, empresa que adquire cimento Portland e transforma-o em Pozolânico, através da mistura das cinzas. Em 1984 iniciou as operações produzindo 20.000 sacos de cimento ao mês. Após a automatização dos processos de mistura (1998) e de certificação do Inmetro, a produção saltou para 100.000 sacos/mês, ampliando a atuação no mercado que, contudo, é regional, visto a enorme concorrência no setor do cimento¹⁷⁰.

Imbituba, por sua vez, é outro PMI que foi muito impactado com o desmonte do complexo carbonífero, visto que a ICC foi fechada em 1994 e o Porto de Imbituba entrou em ociosidade, sem as exportações de carvão metalúrgico. Assim a atividade do porto para embarque de carvão, que chegou a quase 3 milhões de toneladas em 1987, foi totalmente desativada em 1994 (GOULARTI FILHO, 2002, p. 447) fazendo declinar consideravelmente as operações. Por tal, como aponta Neu (2011, p. 449), o porto “teve que mudar radicalmente a sua história, procurando diversificação de cargas e remodelando os terminais exclusivos para o mineral”. Passou a condição de operador para de gerente de operações portuárias¹⁷¹, arrendando os terminais e privatizando o primeiro terminal para carga congelada. Houve a partir de então um crescimento da movimentação que saltou de 974 mil toneladas em 1998 para 1,6 milhão em 2008 e 3,3 milhões em 2015¹⁷².

¹⁶⁹ O cimento pozolânico é um composto que utiliza cinzas volantes (naturais ou residuais de outros processos industriais) para a obtenção de um cimento de maior impermeabilidade, normalmente utilizado em obras realizadas em grandes centros urbanos, devido à proteção que oferece contra chuva ácida, fuligem de automóveis e fábricas, bem como de águas contaminadas de rios e córregos. Este tipo de cimento também é indicado para a construção de barragens e fundações expostas a líquidos agressivos, obras submersas ou de zona costeira (PORTAL DO CONCRETO, 2014).

¹⁷⁰ Informações coletadas junto à empresa e prestadas pelo proprietário, sr. Marcos Carvalho Búriço em 29 agosto de 2013.

¹⁷¹ Em dezembro de 2012, a administração do Porto de Imbituba foi delegada ao Estado de Santa Catarina, por intermédio da empresa SC Par Porto de Imbituba S.A., subsidiária integral da holding estadual SC Participações e Parcerias S.A. (PORTO DE IMBITUBA, 2016).

¹⁷² Dados obtidos em Goularti Filho (2002, p. 447), Neu (2012, p. 448) e Porto de Imbituba (2016).

Apesar do aumento da atividade portuária, concorda-se com Goularti Filho (op.cit., p. 343) que o comando exercido pelo porto e pela própria ICC, não dinamizou a economia local a ponto de constituir uma atividade industrial consolidada. A Icisa, que teve um papel pioneiro na produção cerâmica no sul catarinense, não conseguiu proceder os ajustes impostos ao setor e encerrou suas atividades em 2009, após decretar falência. Assim, apesar do município ter apresentado crescimento considerável do PIB entre 2000 e 2005, na ordem de 32,21% e de 29,68% entre 2005 e 2010, a participação nas saídas líquidas da indústria de transformação (anexo 02) são modestas quando comparadas a outros PMIs.

A indústria com maior destaque em Imbituba é a SPO Indústria e Comércio Ltda, fundada em 1998 e que iniciou suas atividades no beneficiamento de sal para uso animal e industrial, incorporando mais uma unidade fabril na produção de suplementos animais (farinha de ostra e fosfato bicálcico) em 2003. Ambas as unidades localizam-se em Imbituba e empregam cerca de 50 funcionários¹⁷³.

O carvão, mesmo após o declínio da produção, ainda tem uma participação efetiva na economia industrial dos PMIs. Os dados do anexo 03 indicam que o valor das saídas líquidas ainda é muito expressivo nos municípios de Forquilha, Lauro Muller, Siderópolis e Treviso onde operam as Carboníferas Criciúma, Catarinense, Belluno, Metropolitana, Gabriella, Comin e Cooperminas (ver quadro 5, com a distribuição das áreas de atuação das mineradoras). No caso mesmo de Treviso e Lauro Muller¹⁷⁴, trata-se de PMIs, cuja atividade de extração responde por uma parcela muito substancial da produção industrial, o que pode ser observado no anexo 02, com a pequena participação das indústrias de transformação no volume de saídas líquidas. No caso de Forquilha, a participação da extração de carvão é secundária dada a amplitude e diversidade industrial. Além de sediar a maior empresa em número de funcionários entre o PMIs, a Seara Foods/JBS, com 2500 funcionários (CIESC, 2011), apresenta ainda empresas de destaque na metalurgia, como a Metalúrgica Santa Líbera e a Fundicril (ambas atuando na produção de equipamentos e peças para vários segmentos industriais,

¹⁷³ Dados obtidos no site da empresa: <http://www.spo.ind.br/>. Acessado em dezembro de 2015.

¹⁷⁴ Além da mineradoras Catarinense e Belluno, destacam-se em Lauro Muller a Cerâmica Librelatto (refratários) com 160 funcionários e a Indústria e Comércio de Bebidas Spricigo Ltda, com 18 funcionários, voltada à produção de refrigerantes (CIESC, 2011)

incluindo a indústria cerâmica). A indústria de capital local com maior expressão no município é a Rampinelli Industrial (beneficiamento de arroz e feijão), que conta com unidades de produção em Triunfo e Eldorado do Sul/RS e de produção e distribuição em Caruaru (PE), com atuação nos mercados da região Sul, Sudeste, Nordeste e no Mato Grosso do Sul. A indústria foi oficialmente fundada em 1986, mas é precedida por um engenho de arroz que funcionava no interior de Nova Veneza, de propriedade de Fortunato Rampinelli¹⁷⁵.

Um dos setores bastante impactados com a crise econômica a partir dos anos de 1990, como já apontado no tópico anterior, foi a indústria cerâmica. A saída, como ilustrado no caso da Eliane Revestimentos Cerâmicos S/A, foi concentrar os investimentos, buscando melhoria na qualidade dos produtos, com vistas à inserção no mercado externo. Tal exigência alterou os métodos de produção e de gestão e consolidou a Eliane como empresa líder no cenário nacional, ao lado das concorrentes Cecrisa (Criciúma) e Portobello (Tijucas), que se tornaram referência em tecnologia e design.

A presença da Eliane em Cocal do Sul é responsável pela forte participação do município na economia do sul catarinense. O anexo 02 demonstra que o município está entre os de maior volume de saídas líquidas, em grande parte decorrente das vendas da empresa cerâmica. O domínio econômico da Eliane gerou efeitos no perfil das indústrias do município, já que a montante da cadeia produtiva tem-se a atuação da CMC Construções Mecânicas Cocal¹⁷⁶, fundada em 1993, exatamente no bojo da reestruturação do setor. Ela fornece equipamentos e ferramentas para a indústria cerâmica (como matrizes, prensas, moldes), além de reforma e adaptação de máquinas. A empresa é representante da marca alemã Laeis, que domina tecnologia na produção de prensas para a indústria cerâmica. Ao prestar assistência técnica para a marca alemã, a CMC conseguiu aperfeiçoar seus próprios produtos e se tornar fornecedora de moldes para a Laeis, o que abriu as portas para o desenvolvimento de projetos integrados e inserção da CMC no mercado internacional, realizando vendas casadas (CMC + Laeis) para mais de 10 países, com destaque para a própria Alemanha, Inglaterra, Japão e China.

¹⁷⁵ Informações obtidas em visita à unidade de produção de Forquilha no dia 01 de agosto de 2013.

¹⁷⁶ Informações obtidas na empresa em 13 de maio de 2013, em entrevista com o gerente comercial Hamilton Dias. A trajetória da CMC se assemelha, em menor dimensão, a da Incon (Industrial Conventos) de Criciúma, abordada por Goularti Filho (2002).

A absorção de tecnologia por observação e aprendizado, reduzindo a necessidade de investimentos em P&D, é uma estratégia importante para o crescimento da indústria que não domina a nova tecnologia. A partir desse intercâmbio a CMC passou a oferecer soluções específicas para a indústria cerâmica (setor de projetos especiais), além de avançar em ferramentas e equipamentos para outros setores, como o de moldes para a indústria do plástico e para a indústria “off shore” (naval e petrolífera) no fornecimento de bóias, cabos e flutuadores para operações em alta profundidade.

O processo de integrar a cadeia produtiva da indústria cerâmica por iniciativas regionais esbarra, sem dúvida, no domínio concorrencial internacional, já que este segmento é dominado por países de forte tradição produtiva e detentores da nova tecnologia nos elos a montante da produção do revestimento propriamente dito. Assim, além da dependência de maquinário importado (para a qual as iniciativas regionais têm buscado absorver a baixo custo), há o domínio do fornecimento de matérias primas como fritas, esmaltes e corantes. Este segmento é fortemente oligopolizado por empresas espanholas e italianas (líderes mundiais no setor) que se instalaram nos polos cerâmicos mundiais, controlando o fornecimento do insumo e definindo avanços tecnológicos. No sul catarinense há a atuação das espanholas Vidres, Torre Cid e Esmalglass que competem em escala mundial. No Brasil, além da presença no polo cerâmico do sul catarinense, a Torre Cid e a Esmalglass estão presentes com unidades fabris em Araras e Rio Claro, respectivamente, controlando o fornecimento de insumos para o polo cerâmico paulista. No sul catarinense, a Esmalglass está localizada no município de Morro da Fumaça, cujo parque industrial é bastante diversificado, não só em função da tradição na produção de cerâmica vermelha, mas também em revestimentos cerâmicos esmaltados (Moliza), na indústria do plástico (Cristal Embalagens), na do vestuário (Ricciari Confecções), de alimentos (Matiola) e molduras (Mundial), somente para ilustrar com alguns exemplos.

Se a crise instalada no Brasil exigiu de alguns setores forte capacidade adaptativa e concorrencial, outros foram beneficiados com períodos de valorização do dólar frente a moeda nacional, impulsionando a formação de segmentos industriais especializados, alguns desses, concentrados espacialmente. Esse é o exemplo do segmento de molduras, dominado pelos PMIs de Braço do Norte, São Ludgero, Orleans e Grã Pará. O segmento instalou-se em um típico processo de cópia e

aprendizado¹⁷⁷, suprindo com baixos preços e grande qualidade o mercado internacional de molduras artísticas (quadros) e acabamentos para a construção civil (rodapés, sancas, guarnições). A origem se deu em 1961, em Braço do Norte, quando o Sr. João Effing, já com 20 anos de domínio na produção de espelhos (Fábrica de Espelhos Santa Luzia) resolveu inovar ingressando no ramo de molduras. A matéria-prima básica desse tipo de produto é, tradicionalmente, a madeira em seu 5º grupo de aproveitamento, ou seja, aparas que são rejeitadas por outros desdobramentos industriais. Com facilidade no acesso a matérias primas baratas (Santa Catarina contou com um forte ciclo madeireiro) e conhecimento técnico no ramo de molduragem de espelhos e quadros, passou a produzir o insumo que antes consumia. O sucesso do empreendimento foi rápido e gerou a abertura de outras iniciativas em sucessão: Molduras Moldurarte (1961), que hoje conta com 04 unidades industriais em Braço do Norte e São Ludgero; a MB molduras com 01 unidade em Braço do Norte; a Molduras Santa Luzia, com 01 unidade também em Braço do Norte, são os grupos empresariais mais importantes. O proprietário da MB Molduras, em entrevista, afirmou que entre 2000 e 2004 a região transformou o país no maior produtor mundial de molduras, aproveitando-se da forte valorização do dólar no período, visto que a produção de molduras tem como destino principal o mercado externo, sobretudo o estadunidense. Com a alta do real entre 2010 e 2013 o setor perdeu muito em competitividade e reduziu suas exportações, o que gerou o fechamento de unidades como a Ambrás Industrial do grupo MB Molduras. É também a partir desse período, que a China passou a competir, acirrando a concorrência, sobretudo de molduras de menor valor agregado. O novo cenário tem exigido, por parte do setor, medidas de diversificação e verticalização, como:

- 1- Instalação de fazendas de reflorestamento de eucalipto e pinus para suprimento de matérias-primas, utilizando inclusive de sistemas de integração com pequenos produtores regionais (fornecimento de mudas e assistência técnica) com prioridade de compra nos desbastes e corte final;
- 2- uso de aparas de MDF e produção de aglomerado com aproveitamento da serragem ;

¹⁷⁷ Nas palavras do proprietário da MB Molduras, Sr. Saulo José Possamai, em entrevista concedida nas dependências da empresa, no dia 01 de junho de 2013: “[...] o mercado de molduras é design. Então os funcionários que aprendiam o ofício e participavam da criação dos modelos, logo partiram para abrir seu próprio negócio. De funcionário para patrão”

3- aproveitamento de rejeitos da indústria plástica de descartáveis e embalagens (associação Copobrás/Moldurarte) para a produção de acabamentos em poliestireno (isopor) reciclado;

4- fornecimento de plano de negócios para empreendedores do setor no varejo, visando ampliar clientela no mercado interno e divulgar a marca;

5- criação de uma linha de acabamentos para molduras, como colas e massas de acabamento, para fornecimento a lojas de molduras.

Com essas ações o segmento de molduras na região vem buscando expandir sua atuação no mercado interno e reduzir custos para voltar a dominar o mercado mundial.

O quadro acima exposto buscou demonstrar como se deu a inserção da economia sul catarinense na divisão do trabalho e, especificamente na economia industrial. Observou-se que, a partir dos enquadramentos cíclicos da economia mundial e nacional, o sul catarinense teve oportunidade de alavancar suas forças produtivas a partir de condições nascidas do processo de diferenciação no seio de uma estrutura agrária pulverizada, associada com possibilidades técnicas de superação do estágio artesanal para o manufatureiro.

4. PEQUENOS MUNICÍPIOS INDUSTRIAIS: COMPARATIVO EM DIFERENTES RECORTES TERRITORIAIS

Definido o recorte dos municípios a serem pesquisados e, analisadas as condições histórico-econômicas da região sul catarinense, há necessidade de uma reflexão sobre a pertinência da hipótese ora sustentada. Terão, os pequenos municípios industriais do sul catarinense, um papel diferenciado na dinâmica regional quando comparado com municípios semelhantes em formações socioespaciais diversas? Neste momento cabe a busca de informações e dados que possam indicar ou não a existência de singularidades que apontem para um papel diferenciado desses municípios na formação socioespacial marcada pela presença da pequena produção mercantil. Trata-se, portanto de pensar a espacialidade social regional, pois se considera, como exposto anteriormente, que o espaço geográfico é parte condicionante e expressão de dinâmicas econômicas, políticas e sociais, visto que, a sociedade ao produzir-se, produz também o espaço em que vive com atributos que só podem ser compreendidos no contexto dessas relações.

4.1. COMPARATIVO ENTRE BRASIL, SANTA CATARINA E MESORREGIÕES CATARINENSES.

Santos (1997, p. 252) destaca que o regime de acumulação da sociedade atual, globalizada, gera uma multiplicidade de ações que faz do espaço um campo de forças multicomplexo. Nele, os lugares não podem ser entendidos isoladamente, pois a totalidade mundo se encontra em toda a parte.

A distribuição das atividades pelo espaço, ou seja, a distribuição da totalidade dos recursos resulta da divisão do trabalho¹⁷⁸ que é também, a divisão territorial do trabalho, pois a definição conjunta e individual dos recursos depende de uma dada localização¹⁷⁹. A cada momento, cada

¹⁷⁸ Santos (1997, p.106-7) destaca que todos os recursos disponíveis (coisas materiais ou artificiais, relações compulsórias ou espontâneas, ideias, sentimentos e valores) constituem uma totalidade cujo valor não depende de sua existência em separado, mas de sua qualificação geográfica, isto é, da significação conjunta que todos e cada qual obtêm pelo fato de participar do lugar. Fora dos lugares os recursos, por mais concretos que pareçam, são abstrações.

¹⁷⁹ Como já apontado nas seções anteriores, é também por isso que a formação socioespacial fornece a concretude para o entendimento da história e do presente.

lugar recebe determinados vetores e deixa de acolher outros. Por isso não devem ser aceitas visões que simplifiquem e determinem processos homogêneos para todos os lugares. O papel dos pequenos municípios é o mesmo em todas as formações socioespaciais, tanto pensadas no âmbito das formações nacionais, como entendidas como parte de formações econômico-sociais regionais? Defende-se que não. E é partindo do comparativo entre dados estatísticos que se buscam semelhanças e diferenças. Estas podem auxiliar na qualificação dos processos e das características que conferem especificidades ao sul catarinense, como parte da formação socioespacial marcada pela pequena produção mercantil.

Como ponto de partida comparativo, observa-se que o sul catarinense apresenta uma expressiva quantidade de pequenos municípios industriais (PMIs). Como já apontado, do universo de 44 municípios da mesorregião, 50% deles são classificados, pelos critérios adotados na pesquisa, como tal. No contexto nacional (tabela 9) a participação desses municípios é bem mais modesta, pois dos 5564 municípios da federação, apenas 750 ou 13,48% podem ser considerados como PMIs¹⁸⁰. Em Santa Catarina, onde a formação regional caracterizada pela presença da pequena produção mercantil está presente nos vales litorâneos e no oeste, a participação dos PMIs é de 30,03%, ou seja, 88 dos 293 municípios do estado. Do ponto de vista populacional, ou seja, participação percentual em relação à população total, também se observa a maior expressividade dos PMIs no sul catarinense: enquanto no Brasil a participação é de apenas 8,05% e em Santa Catarina o percentual é de 24,93%, a participação no sul catarinense atinge 38,54%. Ampliando o quadro, dados interessantes apontam o papel de destaque das PMIs no sul catarinense: os pequenos municípios onde predominam as atividades agropecuárias (PMAs) têm uma participação muito discreta tanto no número de municípios como no percentual populacional quando comparado aos apresentados no conjunto do país e no estado de Santa Catarina, como se pode observar na (reveja a tabela 9). No extremo oposto, há pequena participação dos municípios com mais de 50.000 habitantes no conjunto da população do sul catarinense, quando comparado aos percentuais catarinense e brasileiro. Isso pode indicar que, não obstante o sul de Santa Catarina se caracterize pelo predomínio da pequena propriedade, os centros urbanos que lhe dão suporte, conseguiram desenvolver iniciativas industriais que foram capazes de

¹⁸⁰ Aplicando-se os critérios adotados na pesquisa, para o universo nacional e estadual, aos dados disponíveis em IBGE, 2011.

alterar o seu papel no conjunto das atividades econômicas regionais, ou seja, tais cidades passaram a ter outra posição na divisão territorial do trabalho. Por outro lado, os municípios maiores, não apresentam um caráter tão concentrador como no contexto nacional, onde somente 10,93% dos municípios com mais de 50.000 habitantes concentram 66,45% da população.

Tabela 9 -Brasil, Santa Catarina e sul catarinense. Número de municípios e população residente segundo classes demográficas
2010

	Municípios com mais de 50.000 habitantes				Municípios industriais com menos de 50.000 habitantes				Municípios agropecuários com menos de 50.000 habitantes			
	Municípios		População		Municípios		População		Municípios		População	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Brasil	608	10,9	126750881	66,4	750	13,4	15363376	8,0	4207	75,6	48618545	25,5
Santa Catarina	27	9,2	3609287	57,7	88	30,0	1558018	24,93	178	60,75	1081131	17,30
Sul de SC	5	11,3	461248	48,8	22	50	356558	38,5	17	38,6	107259	11,6

Fonte de dados: IBGE, 2011.

Organização: Beltrão, L.M.V.

Aprofundando as comparações, cabe analisar se há diferenças entre as mesorregiões catarinenses. Tais diferenciações, se existentes, confirmam o pressuposto de que Santa Catarina apresenta duas formações socioespaciais distintas? Pode-se perceber, analisando os dados dos gráficos 13 e 14, que há similaridade no percentual de municípios e na participação da população entre as mesorregiões típicas da colonização europeia dos vales litorâneos, precisamente as do Norte, Sul e Vale do Itajaí.

Este comportamento fornece mais uma evidência de que a base pulverizada, a partir da qual se deu a ocupação nas zonas coloniais de origem europeia, propiciou uma gênese e evolução das relações capitalistas diferenciadas, com efeitos até o presente. Uma base economicamente mais democrática, do ponto de vista do processo de acumulação, que revela uma maior diferenciação social, mas que resulta numa relativa equânimidade na distribuição das atividades econômicas no espaço¹⁸¹.

A partir dessa concepção, podem-se fazer inferências que ajudem explicar o comportamento expresso pelos dados dos gráficos 13 e 14. Ora, em primeiro lugar eles evidenciam grande diferença entre a zona de domínio do latifúndio (serrana) e as zonas coloniais de origem europeia. Remontando à gênese, Vieira (2011) demonstra que a estrutura latifundiária do planalto (formação política feudal e mercantil) não possibilitou à pequena produção cabocla uma ascensão social e econômica que permitisse uma transição democrática, impondo uma condição, em geral, de futura proletarização a seus sujeitos. Essa formação socioespacial concentradora em suas relações sociais deu origem à especificidades espaciais. Do ponto de vista urbano, esta mesorregião possui um único município mais populoso e concentrador das atividades industriais (Lages), apenas três municípios de pequeno porte com o desenvolvimento da atividade industrial e vinte e seis municípios de base agropecuária.

¹⁸¹ A luz do modelo norteamericano de Lenin, os capitalistas e os proletários saem das mesmas “fileiras”, ou seja, partem de uma estrutura fundiária de base pulverizada. Isso acelera o desenvolvimento das forças produtivas, aprofundando o processo de diferenciação social.

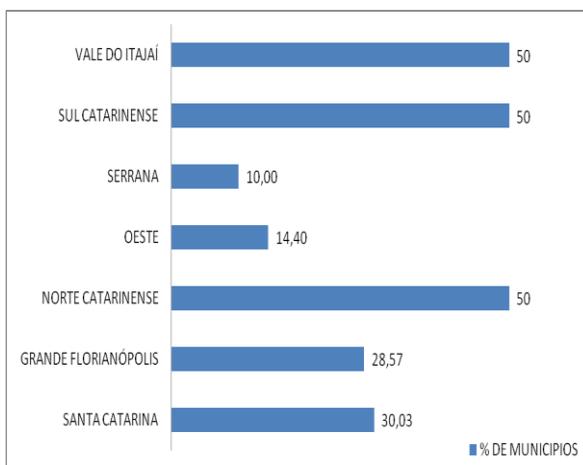


Gráfico 13- Mesorregiões Geográficas de Santa Catarina - Municípios Industriais com menos de 50.000 habitantes 2010 (em %)

Organização: Beltrão, L.M.V.

Fonte de dados: IBGE, 2011

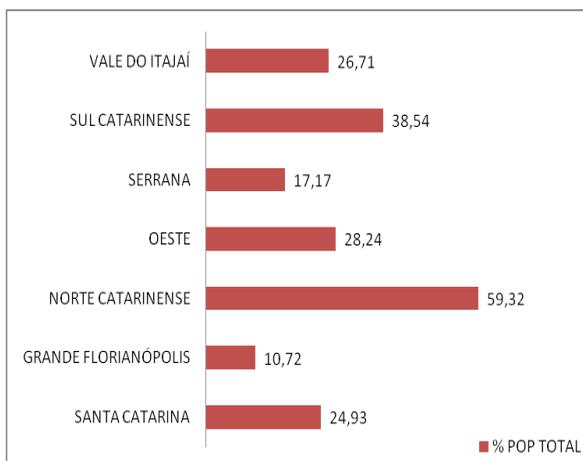


Gráfico 14 -Mesorregiões Geográficas de Santa Catarina - População dos Municípios Industriais com menos de 50.000 habitantes 2010 (em %)

Organização: Beltrão, L.M.V.

Fonte de dados: IBGE, 2011

Contudo, as diferenças entre o comportamento das classes de municípios não se verificam somente entre as formações socioespaciais do latifúndio e da pequena produção mercantil (MAMIGONIAN, 1976, 1986). Entre as áreas de colonização a partir da pequena produção em Santa Catarina, apesar de maior similaridade, ocorrem diferenças entre as classes de município. As mesorregiões que englobam os vales litorâneos, cuja ocupação dominante foi efetivada pelos imigrantes europeus no século XIX, são os que consolidaram o maior percentual de pequenos municípios industriais e os maiores percentuais de população residente para essa classe (Vale do Itajaí, Norte e Sul Catarinense). O mesmo comportamento, contudo, não se verifica na mesorregião da Grande Florianópolis e do Oeste catarinense, apesar destas também estarem inseridas na formação socioespacial da pequena produção mercantil.

Seguindo a mesma linha, qual seja, a de buscar na gênese histórica elementos que auxiliem no entendimento da dinâmica atual, pode-se considerar que se consolidaram diferenças entre as áreas imigratórias de origem luso-açoriana, que ocupou as franjas litorâneas e a de origem ítalo-germânica, que ocupou os vales no século XIX. Talvez essas diferenças genéticas possam auxiliar no conjunto de fatores que levaram a Grande Florianópolis a apresentar um caráter urbano mais concentrador (83% da população nos quatro municípios com mais de 50.000 habitantes de um lado e de um percentual bem mais significativo de pequenos municípios agropecuários, ou seja, 52%, de outro). É interessante lembrar que, não obstante uma ocupação também baseada na pequena produção, tanto os açorianos e madeirenses que se estabeleceram no litoral, como o capital comercial que drenava para si os ganhos da produção excedente, tinham suas origens nas relações tipicamente feudais dominantes na metrópole (PEREIRA, 1997). Isso significa dizer que ao capital mercantil local não interessava fazer avançar as forças produtivas e que o colono, por sua vez, trazia em seu universo social, as formas de organização camponesas tradicionais, que não o dotavam “daquele mínimo de cultura que se torna indispensável ao desenvolvimento capitalista”. (MAMIGONIAN, 1976, p. 89). Ou seja, tais imigrantes litorâneos trouxeram consigo ainda muito das estruturas econômico-sociais de um feudalismo pouco alterado pela transição¹⁸². Talvez esse seja um elemento, no universo que explica a

¹⁸² Em analogia, guardadas as devidas diferenciações entre as formações sociais, Dobb (1988, p. 29-30) demonstrou que o capital mercantil, em diversas partes da Europa, prosperou a sombra de relações não capitalistas e o seu desenvolvimento, por inúmeras vezes, gerou processos de recrudescimento na evolução das forças produtivas. De mesmo modo Gramsci (1987, p. 156), apontou o caráter

gênese da FSE mercada pela pequena produção, que pode lançar luzes para as diferenças que se estruturaram posteriormente.

Já no Oeste, a evolução da pequena propriedade mercantil de colonos gaúchos com origem ítalo-germânica, se deu em outro estágio de inserção da economia regional e nacional na divisão do trabalho. Isso porque, a expropriação da posse cabocla, a exploração madeireira e posterior comercialização de terras se deram sob o contexto do imperialismo no centro da economia capitalista mundial, o que submeteu os espaços da periferia a um maior grau de exploração de matérias-primas e expansão de mercados consumidores¹⁸³ (VIEIRA, 2011, p. 42). Sucessivamente, com avanço da ligação entre Rio Grande do Sul e São Paulo propiciado pela ferrovia, houve uma maior integração da região à divisão do trabalho que, se por um lado abriu as portas do mercado paulista para os frigoríficos suínos do oeste (o que originou diversas iniciativas industriais), ocasionou, em contrapartida, a rápida entrada de produtos vindos do Sudeste para o consumo na região, tornando o mercado menos promissor à diversificação nas iniciativas industriais locais. Logo, a inserção econômica de muitos dos pequenos municípios foi através da produção agropecuária, sobretudo na forma de “integração-subordinação” ao setor agroalimentar que, em um mercado extremamente competitivo, tenderam à centralização a partir dos anos de 1970¹⁸⁴. Assim,

conservador da pequena burguesia no sul da Itália, visto que ela originou-se da aristocracia rural, com quem não rompera os laços orgânicos. A ação conservadora do capital mercantil pode ser um dos fatores que explica o conjunto de obstáculos que os pequenos produtores independentes de origem açoriana enfrentaram, para converterem-se em empresariado industrial, mesmo após acumularem alguns recursos no processo de diferenciação. Sobre essas dificuldades e a ocupação litorânea de Santa Catarina ver Silva (1992) e Campos (1991).

¹⁸³ A exploração e ocupação das terras do oeste se deu através da ação do Estado que entregou grandes extensões de terras, muitas das quais já ocupadas pela posse cabocla, às empresas de colonização privadas. Adicionalmente concedeu à Southern Brazil Lumber and Colonization Company, subsidiária da Brasil Railway, o direito de exploração de madeiras e terras às margens da ferrovia em construção. Tais concessões não se limitavam a Santa Catarina. Havia negócios de concessão e construção de serviços públicos por todo o país, como linhas de bonde, portos, navegação, iluminação pública e ferrovias (SINGER, 1977, p. 42).

¹⁸⁴ Espíndola (2011, p. 380-1) demonstra que, a partir dos anos 70, com o milagre econômico e os Planos Nacionais de Desenvolvimento (1º e 2º PND), colocaram-se em prática medidas para a modernização de alguns setores agroindustriais (carne, cana-de-açúcar, soja, entre outros), apoio às exportações e programas de desenvolvimento tecnológico e industrial. Esse cenário de políticas

o oeste catarinense conta com apenas três municípios com mais de 50.000 (2,5%), dezessete PMIs (14,4%) e a expressiva maioria, ou seja, 98, são pequenos municípios agropecuários (83%). Contudo, apesar de pouco expressivos em número, os PMIs apresentam forte desempenho econômico, como será sinalizado a seguir. Os dados apresentados demonstram que há um comportamento numérico e demográfico singular dos pequenos municípios industriais na formação socioespacial marcada pela gênese na pequena propriedade mercantil. Contudo, esses municípios apresentam diferenças econômicas que reforcem esse comportamento singular? Ao se analisar a evolução do Produto Interno Bruto¹⁸⁵ (PIB) das três classes de municípios elencados na pesquisa, observa-se também interessantes diferenciações.

industrializantes alavancou o processo de investimentos produtivos dos maiores grupos agroindustriais de suínos e aves de Santa Catarina, gerando um considerável crescimento vertical e forte processo de concentração do capital.

¹⁸⁵ O IBGE utiliza a seguinte conceituação para Produto Interno Bruto: total de bens e serviços produzidos pelas unidades produtoras residentes sendo, portanto, a soma dos valores adicionados pelos diversos setores, acrescida de impostos, líquidos de subsídios, sobre produtos não incluídos na valoração da produção. (IBGE, 2012)

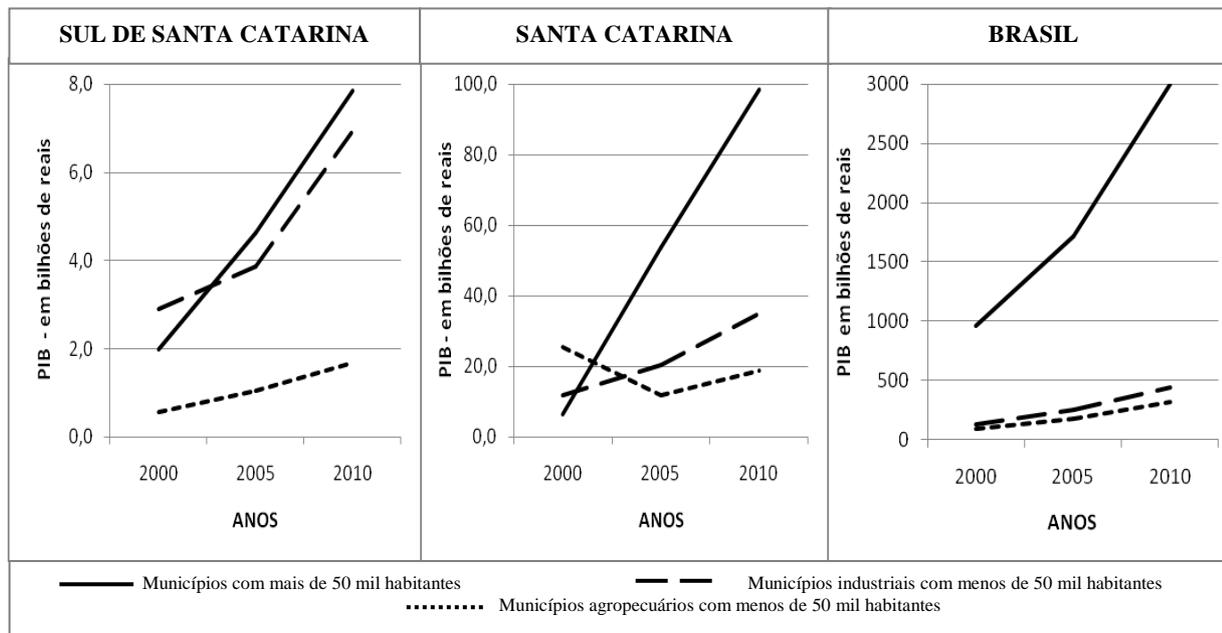


Gráfico 15- Brasil, Santa Catarina e Sul de Santa Catarina. Produto Interno Bruto dos municípios por categoria demográfica e econômica 2000, 2005 e 2010.

Organização: BELTRÃO, L.M.V.

Fonte dos dados: Brasil, 2012.

Em comum, evidencia-se a forte participação do PIB dos municípios de mais de 50.000 habitantes, indicando que há concentração econômica em torno das áreas mais urbanizadas, sejam elas as metropolitanas ou classificadas como cidades médias. Assim, os processos de desconcentração da produção, ao gerarem uma dispersão das atividades produtivas para áreas não metropolitanas, tenderam a se transferir não para pequenos municípios, mas para cidades médias que apresentem melhores condições de reprodução do capital, tanto no âmbito da redução de custos do capital variável como do capital constante, como as instalações, infraestruturas de acesso à informação, ao transporte, etc. Este é um enquadramento das determinações gerais, pois o atual estágio de desenvolvimento do capitalismo, sem abandonar seu caráter concentrador, tem gerado processos cada vez mais acelerados e desiguais de valorização dos lugares. Tais pontos de valorização têm confirmado seu caráter concentrador, drenando capitais e consolidando sua condição de centros médios com forte capacidade atrativa. No oposto, os pequenos municípios de domínio das atividades agropecuárias, aparecem com os menores PIBs, nas três escalas territoriais, chamando a atenção para a queda, até 2005, nos pequenos municípios de Santa Catarina. Essa queda no PIB associa-se a um conjunto de fatores que geraram quebras na produção agropecuária do país, sobretudo no Centro-Sul e com um impacto direto na produção de grãos como soja e milho. Segundo Lourenço (2009), entre 2004 e 2006, problemas climáticos (três anos consecutivos de estiagem no Centro-Sul), queda no preço médio de commodities agrícolas (safras positivas nos EUA) e a manutenção de uma política de juros altos e câmbio baixo, derrubaram o desempenho e a rentabilidade da produção de grãos, impactando negativamente os estados do Sul. Santa Catarina sofreu os efeitos desse quadro, com queda do crescimento do PIB em pequenos municípios agropecuários na ordem de 10,82 %¹⁸⁶ (IBGE, 2012).

Contudo, o elemento de maior destaque, é a diferença do PIB entre os pequenos municípios industriais, comparando-se o conjunto do país, Santa Catarina e o Sul catarinense. Enquanto no contexto brasileiro os pequenos municípios industriais aproximam-se do PIB dos pequenos municípios agropecuários, demonstrando a concentração econômica nas

¹⁸⁶ As mesorregiões cujos pequenos municípios agropecuários acumularam as maiores perdas no PIB foram a região Serrana com decréscimo 12,58% e o oeste com decréscimo de 10,52% (IBGE, 2012).

metrópoles e cidades médias, no sul catarinense os pequenos municípios industriais apresentaram um desempenho que os aproxima do PIB dos municípios com mais de 50.000 habitantes. Evidencia-se que o comportamento singular sinalizado na análise demográfica, se faz também presente em indicadores econômicos. Se, adicionalmente, analisamos o comportamento do Valor Adicionado Bruto (VAB) e o Pessoal Ocupado (PO) na Indústria no ano de 2010, novamente os pequenos municípios industriais do sul catarinense alcançam a maior expressão percentual: o VAB industrial perfaz 43,6% do total e o Pessoal Ocupado 36,1%. No âmbito nacional esses mesmos indicadores acumulam os percentuais de 41,8% e 30,2%, respectivamente, e Santa Catarina, 40, 6% e 35, 5%.

Retomando a análise para as mesorregiões catarinenses, agora enfatizando o comportamento de indicadores econômicos, observa-se que na década houve crescimento do PIB (gráfico 16) para todos os pequenos municípios industriais das mesorregiões catarinenses, acompanhando o crescimento nacional que, apesar de variações anuais, foi de 3,6% a.a., maior que os 2,6% da década anterior.¹⁸⁷

Contudo, foi um período de fraco crescimento para a indústria catarinense, visto que o desempenho foi de apenas 0,5%, contra 3,5% da indústria nacional. Segundo Ronçani e Goularti Filho (2013), as maiores quedas foram dos setores de vestuário, madeira e automotores (taxas negativas), seguidos pelo têxtil e minerais não-metálicos, com taxas inferiores a 1%. No sentido inverso, a indústria metal-mecânica sofreu a maior alta, com um crescimento de 5,5% de crescimento anual para a década.

¹⁸⁷ Contudo, é interessante destacar que nas décadas anteriores, o desempenho do PIB catarinense sempre foi superior à média nacional, respectivamente, 3,5% e 1,7% ao ano para o período 1990-2000 e 5,3% e 2,3% ao ano no período 1980-1990 (RONÇANI e GOULARTI FILHO, 2013).

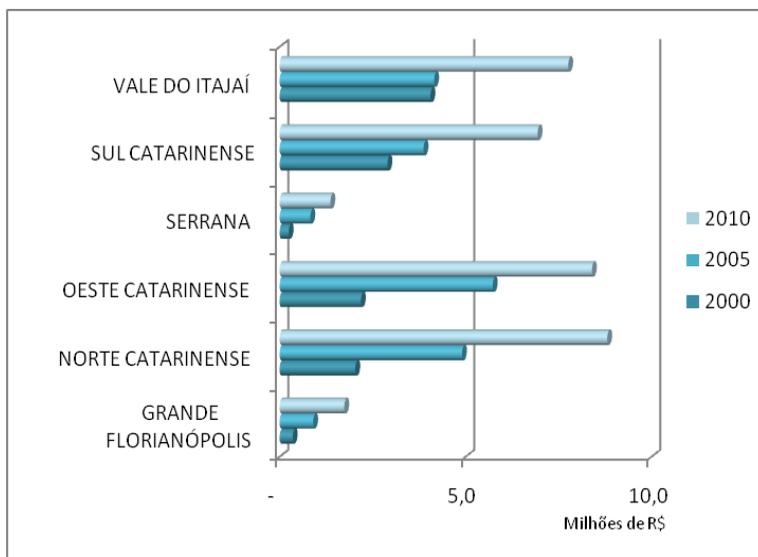


Gráfico 16 - Mesorregiões Catarinenses - Produto Interno Bruto dos Municípios Industriais com menos de 50.000 habitantes 2000/2005/2010
R\$ milhões

Organização: BELTRÃO, L.M.V.

Fonte dos dados: IBGE, 2012.

Este fator ajuda a compreender porque o desempenho dos PMIs das mesorregiões Vale do Itajaí, Sul Catarinense e Serrana tenham apresentado as taxas de crescimento do PIB mais baixas, sobretudo no primeiro quinquênio. Já os PMIs do Norte Catarinense apresentaram os índices mais robustos de evolução do PIB, provavelmente influenciados, entre outros fatores, pelo melhor desempenho do setor metal-mecânico. O oeste, por sua vez, ao conseguir elevar o crescimento das exportações no período (RONÇANI e GOULARTI FILHO, op. cit.), também apresentou um ritmo constante de crescimento do PIB em seus PMIs.

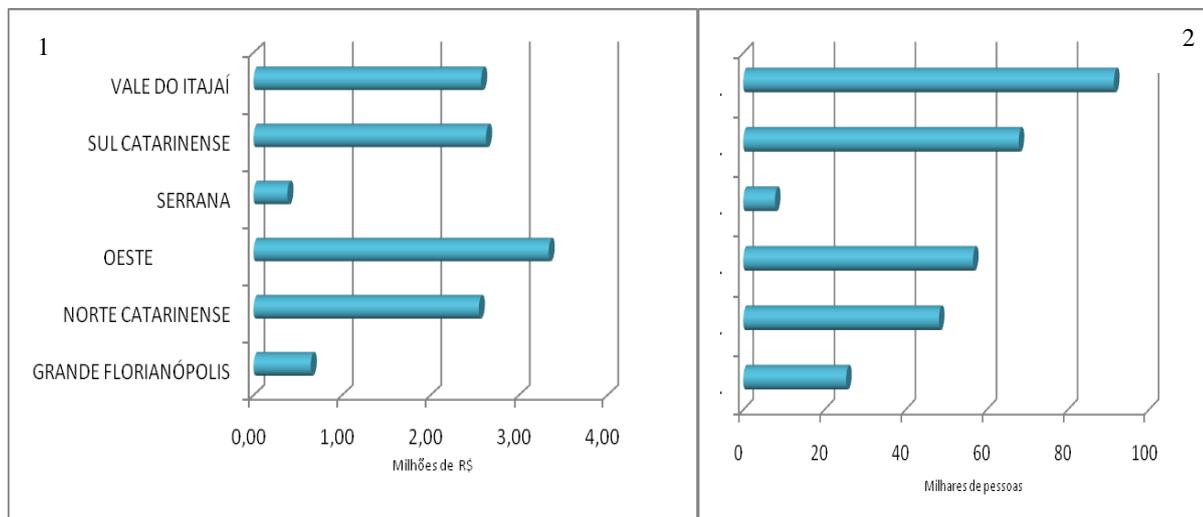


Gráfico 17– Mesorregiões Catarinenses - Valor Adicionado Bruto (1) e Pessoal Ocupado na Indústria (2) dos Municípios Industriais com menos de 50.000 habitantes

2010

Organização: BELTRÃO, L.M.V.

Fonte dos dados: IBGE, 2012

Os dados contribuem para evidenciar diferença no desempenho dos PMIs entre formações socioespaciais regionais do domínio do latifúndio e da pequena produção mercantil. Os PMIs da região serrana apresentam o pior desempenho do PIB, do Valor Adicionado Industrial e do Pessoal Ocupado (gráficos 16 e 17). Tal comportamento se repete para o grupo de municípios de mais de 50.000 habitantes (IBGE, 2012). Esse retrato reforça a constatação de que a origem latifundiária resultou em estruturas industriais de escassa complexidade e capacidade de aglomeração. No interior da formação caracterizada pela pequena produção mercantil, contudo, também se evidenciam diferenças, dada a pouca expressão das PMIs na mesorregião da Grande Florianópolis. Nela o caráter concentrador dos centros de mais de 50.000 habitantes é consideravelmente pronunciado, pois o Valor Adicionado Bruto Industrial deste grupo de municípios é 4,13 vezes maior que o gerado nos PMIs da mesorregião (IBGE, 2012).

Na década de 2000, os pequenos municípios industriais do sul catarinense tiveram um crescimento constante do PIB sem, contudo, atingir os saltos de crescimento apresentados pelo Norte, Oeste e Vale do Itajaí. Porém, quando se observa o comportamento do Valor Adicionado Bruto (VAB) e do Pessoal Ocupado na Indústria, o sul catarinense apresenta um desempenho constante, sendo o de segundo melhor desempenho entre as mesorregiões para os dois indicadores. Há, portanto, no sul catarinense, uma maior dispersão das atividades econômicas no espaço, com menor grau de concentração nos maiores municípios, visto que a diferença entre o PIB dos PMIs e das cidades com mais de 50.000 habitantes é de apenas 1,12 vezes, o menor entre as mesorregiões de gênese a partir da pequena produção mercantil. Se nos detivermos somente no desempenho industrial, o VAB dos PMIs é superior ao alcançado pelos municípios com mais de 50.000 habitantes, fenômeno que se repete apenas na mesorregião oeste¹⁸⁸.

¹⁸⁸ No sul catarinense, em 2010, o VAB acumulado para os pequenos municípios industriais foi de R\$ 2.629.059,00 e o apurado nos municípios com mais de 50.000 habitantes foi de R\$ 2.212.055,00. No oeste catarinense, os valores foram, respectivamente, de R\$ 3.336.613,00 e R\$ 2.492.526,00. (IBGE, 2012)

4.2. DESEMPENHO DOS PEQUENOS MUNICÍPIOS NOS SEGMENTOS INDUSTRIAIS DO SUL CATARINENSE.

Uma breve análise sobre a posição das maiores empresas do sul catarinense (tabela 10) entre as 100 maiores¹⁸⁹ de Santa Catarina em 2014 (AMANHÃ, 2015), revela fatos que levam a pensar sobre as especificidades dessa região. O sul catarinense figurou com um total de 13 empresas, atrás das regiões Norte (22), Vale do Itajaí (21) e Grande Florianópolis (18). Ficou a frente do Oeste (12), do Planalto Norte (7) e Planalto Sul (7). Contudo, esse não é o elemento que chama mais a atenção, porque as duas regiões melhor colocadas são reconhecidas por seu elevado grau de industrialização, cuja gênese responde tipicamente à acumulação propiciada no interior da pequena produção mercantil (MAMIGONIAN, 1965). Não causa estranheza também que a região da Grande Florianópolis apresente relevo, dado o seu papel de centro político administrativo¹⁹⁰

¹⁸⁹ Segundo o VPG - Valor Ponderado de Grandeza, que relaciona patrimônio líquido, receita bruta e lucro obtido ao longo de um ano (AMANHÃ, 2015).

¹⁹⁰ Como se discutiu nos capítulos 3 e 4, apesar da região litorânea ter tido a ocupação luso-açoriana, baseada na pequena produção mercantil, um conjunto de fatores definiram um menor grau de aprofundamento da divisão do trabalho e de acumulação quando comparado ao das regiões de colonização europeia dos vales litorâneos.

Tabela 10 - Santa Catarina - Número de Grandes Empresas¹ segundo classes de municípios
2014

	Grandes Municípios GM ²		Pequenos Municípios Industriais – PMIs ³		Pequenos Municípios Agropecuários – PMA ⁴		TOTAL
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	
Norte/Nordeste	22	100	0	-	0	-	22
Vale do Itajaí	18	85,7	03	14,3	0	-	21
G ^{de} Florianópolis	18	100	0	-	0	-	18
Sul catarinense	06	46,1	06	46,1	01	7,7	13
Oeste	08	66,7	02	16,6	02	16,6	12
Planalto norte	07	100	0	-	0	-	07
Planalto sul	04	57,1	02	28,6	01	14,3	07
Total	83		13		04		100

¹Entre as 100 maiores empresas segundo o VPG (valor ponderado de grandeza que relaciona patrimônio líquido, receita bruta e lucro obtido).

²Municípios com mais de 50.000 habitantes

³Municípios com menos de 50.000 habitantes, onde predominam as atividades industriais frente às agropecuárias.

⁴Municípios com menos de 50.000 habitantes, onde predominam as atividades agropecuárias frente às industriais.

Fonte: Amanhã, 2015.

Organização: Beltrão, L.M.V.

O dado que se destaca, e que interessa diretamente, é que no sul, ao contrário das demais regiões, as empresas não se concentram nos grandes municípios (a saber, com população superior a 50.000 habitantes). Ao contrário, estão dispersas entre os pequenos municípios, especialmente naqueles que se caracterizam pela maior importância da indústria frente às atividades agropecuárias (PMIs). Assim é que das 13 maiores empresas, 4 estão sediadas em Criciúma, 1 em Içara e 1 em Tubarão, totalizando 6 iniciativas nos grandes municípios (GMs). Igual número encontra-se pulverizada entre os PMIs de São Ludgero, Cocal do Sul, Imbituba, Siderópolis, Urussanga e Orleans. Uma iniciativa está no pequeno município de economia agropecuária (PMA) de Jacinto Machado (tabela 11). Nas demais regiões, o quadro não se repete, pois a participação dos PMIs entre as maiores empresas do Estado oscila de 28,6% (Planalto Sul) a 0% (Norte/Nordeste, Planalto Norte e Grande Florianópolis).

Se nos atentamos para as empresas efetivamente industriais, vamos excluir, no sul catarinense, o Supermercado Angeloni de Criciúma, a Union Armazenagem e Operações Portuárias de Imbituba e a Universidade do Sul (UNISUL) de Tubarão, atividades de comércio e serviços. A partir de então, teremos um aprofundamento das diferenças, pois os PMIs passam a representar a metade do número de grandes empresas no sul catarinense.

No exame mais detalhado do perfil das dez maiores indústrias da região, alguns dados interessantes podem ser observados (ver tabela 11):

1. Há uma dispersão espacial das grandes indústrias na região sul catarinense pois entre as sedes das dez maiores, figuram sete municípios diferentes e somente dois entre os grandes municípios com mais de 50 mil habitantes (Criciúma e Içara). Já entre os pequenos municípios, tais indústrias estão dispersas, localizando-se tanto na microrregião de Tubarão (São Ludgero e Orleans), quanto na microrregião de Criciúma (Urussanga, Siderópolis e Cocal do Sul) e de Araranguá (Jacinto Machado). De tal quadro deduz-se que há um comportamento diferenciado na distribuição da indústria no sul catarinense e que os pequenos municípios não abrigam apenas iniciativas modestas, pelo contrário, as duas maiores empresas do ranking em 2014, estão no recorte dos PMIs.

2. Apesar de variedade na idade das iniciativas, sete delas se concentram entre os anos de 1960-1980, período não só marcado pela notável desenvolvimento da economia brasileira, como de consolidação da inserção da região sul catarinense na economia nacional.

3. Todas as iniciativas decorrem de capitais intra regionais e a maioria delas tem uma origem relacionada à presença da pequena

produção mercantil ou à atividade comercial que se relaciona com a sustentação dessa organização econômica, indicando que a atuação de capitais externos é uma condição acessória à formação socioespacial marcada pela presença da pequena produção mercantil, ao menos no recorte do sul catarinense.

4. Há uma grande variedade de segmentos industriais entre as maiores empresas, desde os mais tradicionais como o alimentar, o carvão, a cerâmica, como segmentos de consolidação mais recente, pertencente ao ramos das indústrias de transformação dinâmicas como o plástico. Destacam-se ainda empresas de segmentos ainda em início de consolidação como o químico, a metalurgia e a indústria mecânica.

Tal quadro fornece indicativos das especificidades que permeiam a consolidação da indústria em formações socioespaciais de base democrática, não só no que se refere à forte participação dos capitais endógenos, como uma capacidade de diversificação e ajuste aos determinantes macroeconômicos que resistem aos processos de absorção por parte de grandes capitais externos.

A capacidade de ajuste e adaptação aparece bem claramente através de uma distribuição menos concentrada do capital no território regional, permitindo uma considerável equanimidade na distribuição das atividades econômicas do espaço quando comparada à formações socioespaciais marcadas pela desigualdade social em sua gênese.

Tabela 11 - Sul de Santa Catarina- Características das dez maiores indústrias
2013

INDÚSTRIA	MUNICÍPIO	ANO DE FUNDAÇÃO	ORIGEM DO CAPITAL	PRODUTOS INICIAIS	PRODUTOS ATUAIS	NÚMERO DE UNIDADES	VPG ¹ (em milhões de R\$)
COPOBRÁS	São Ludgero	1970	PPM local	Sacolas e sandálias plásticas	Descartáveis, Envelopes Embalagens, EPS, Pet Food,	12	366,08
ELIANE PISOS E REVESTIMENTOS	Cocal do Sul	1961	PPM + Comércio (sistema colônia venda)	Azulejos	Revestimentos cerâmicos	06	363,11
LIBRELATO	Orleans	1969	PPM + comércio (serraria)	Carrocerias	Implementos rodoviários, reboques, caçambas, eixos	04	278,45
CECRISA	Criciúma	1970	Indústria (extração de carvão-Metropolitana)	Azulejos	Revestimentos cerâmicos	05	277,04
COOPERJA	Jacinto Machado	1969	PPM (cota parte)	Arroz	Arroz, farinha de arroz, macarrão, semente de arroz, maracujá	03	182,57
SETEP CONSTRUÇÕES	Criciúma	1970	Comércio	Projetos topográficos e cadastrais	Construção de rodovias, saneamento, brita, massa asfáltica, urbanização	05	148,39
CARBONÍFERA METROPOLITANA	Siderópolis	1936	PPM	Carvão bruto	Carvão bruto	01	119,9
ANJO QUÍMICA	Criciúma	1986	PPM	Massa Plástica	Massa plástica, tintas automotivas, imobiliárias, de impressão, solventes	07	114,9

IBRAP	Urussanga	1979	Comércio (serralheria)	Esquadrias de alumínio	Produtos de alumínio, portas janelas, plásticos extrusados, telhas	04	90,7
TINTAS FARBEN	Içara	1993	Indústria (Grupo Zanatta)	Tintas	Tintas e vernizes para móveis, automotivos e imobiliário.	03	88,8

¹Valor Ponderado de Grandeza (VPG) – relação ente o patrimônio líquido, a receita bruta e o lucro ou prejuízo obtido pela empresa em um ano.

 Grandes municípios

 Pequenos Municípios Industriais

 Pequenos Municípios Agropecuários

Fonte: AMANHÃ, 2015; pesquisa de campo; sites das empresas

Organização: Beltrão, L.M.V .

Para avançar no dimensionamento do desempenho e da participação dos pequenos municípios industriais na economia fabril do sul catarinense, passa-se a analisar a participação das indústrias desses municípios no mercado exportador.

O sul catarinense tem uma participação pouco expressiva nas exportações do estado, representando em 2013, 5,0% do total e 4,7% das exportações de produtos industrializados (MDIC, 2014). Os destaques são o fumo, carne de frango e revestimentos cerâmicos. Dos 205 municípios catarinenses que exportaram em 2013, vinte e seis localizam-se na mesorregião do sul catarinense (12,7%). Entre eles, 54,6% das exportações são realizadas pelos cinco municípios com mais de 50.000 habitantes, 38,2% pelos pequenos municípios industriais e 7,2% pelos pequenos municípios agropecuários. O anexo 01 apresenta o panorama das exportações dos municípios do sul catarinense. Apesar do melhor desempenho das exportações dos municípios com mais de 50.000 habitantes, há de se ressaltar que parcela substancial dos valores refere-se à exportação de fumo não manufaturado, processado com baixo grau de tecnificação, o que o classifica como uma atividade industrial básica. Extraíndo-se os valores deste item da pauta, as exportações dos pequenos municípios industriais praticamente igualam-se às apresentadas pelos municípios mais populosos da mesorregião

A indústria fumageira, principal exportadora do sul catarinense, tem unidades de processamento de fumo em folha e fumo picado em Araranguá e Sombrio¹⁹¹. O país, como maior exportador de fumo mundial, sedia empresas multinacionais que atuam de forma oligopsônica e que, no Brasil, instalaram suas unidades no entorno das áreas de cultivo, localizadas nos estados da Região Sul. Em Santa Catarina, a mesorregião do Sul e a do Vale do Itajaí são as que possuem maior área de cultivo, impondo um grau de exploração intenso ao pequeno produtor, através do sistema de integração produtiva. Essa indústria tradicional básica não é, contudo, grande empregadora, visto que realiza poucos processos de transformação da matéria-prima bruta, que se restringem à operações de seleção, secagem e moagem da folha. As duas maiores empresas, com exportações superiores a 50 milhões de dólares cada uma, em 2013, empregaram 82 e 19 funcionários respectivamente. O PMI de Sombrio é

¹⁹¹ São elas: Alliance One Brasil Exportação de Tabacos Ltda, CTA Continental Tobaccos Alliance S.A., JTI Continental Tobacco em Araranguá e Premium Tabacos do Brasil Ltda em Sombrio.

responsável por 5% do mercado de exportação de fumo na região do sul catarinense.

O segundo produto em expressão dos valores exportados é o de abate e processamento de aves. Como já apontado, o setor, historicamente forte em Santa Catarina, sobretudo no oeste sofreu, a partir dos anos de 1990, processo de fusões, aquisições e reestruturações. No sul de Santa Catarina a gênese da atividade teve início com a criação da Frisulca (Frigorífico Sul Catarinense) em 1963, em Forquilha, com investimento de pequenos produtores mercantis e do pequeno capital comercial regional, como forma de agregar valor à produção agropecuária.

O frigorífico foi uma iniciativa de colonos descendentes de italianos, alemães e lusos, que com seus capitais e de outros pequenos investidores da região, resolveram aplicar 10 milhões de cruzeiros velhos para a montagem de uma estrutura capaz de processar carne suína e bovina. A iniciativa vem no bojo de abertura da região de Forquilha a uma maior integração comercial e produtiva, visto que em 1959 havia sido constituída a Cooperativa de Eletrificação Rural e em 1962 a comunidade já contava com uma indústria de beneficiamento de arroz, com maquinário elétrico. O frigorífico entrou em funcionamento em 1962 e produziu cortes de bovinos, suínos, banha, linguiças, salames. Contudo, a dificuldade de gerenciamento, a falta de capital de giro e a inflação em ascensão corroeram as reservas e a empresa foi adquirida pelo Grupo Eliane em 1970¹⁹² (ver quadro 3).

Como já apontado, aquisição do frigorífico pelo grupo Eliane, veio no bojo de diversificação produtiva encetada pelo grupo, buscando a diversificação e a atuação em um dos setores que mais avançava em Santa Catarina, o de processamento de carnes. Ao mesmo tempo a pressão econômica que o grupo empreendeu sobre os acionistas acelerou a negociação, já grande parte das cotas estava espalhada entre vários pequenos investidores, que foram levados a acreditar que a venda das ações por valores abaixo do mercado representava uma boa opção, frente às possíveis perdas decorrentes da falta de capital de giro do empreendimento (ZANELATTO E OSÓRIO, 2015, p.359)

Assim se constituiu a Agroeliane que foi aos poucos migrando do processamento de suínos para o de aves, buscando abastecer mercados regionais. Apesar dos bons resultados, a crise pela qual passou o grupo entre o final dos anos de 1980 e a década seguinte, levou aos esforços para catapultar o setor cerâmico, levando ao processo de venda

¹⁹² Segundo Zanelatto e Osório (2015, p.359)

patrimonial, no ano de 1995. A empresa produtora de carne de frango foi adquirida pela Seara Alimentos (já sob o controle acionário do grupo Ceval). Antigos funcionários de cargos técnicos e de gerência da Agroeliane, então, reuniram recursos e montaram a Agroveneto (Nova Veneza, em 1999), destinando-se também ao abate e processamento de aves.

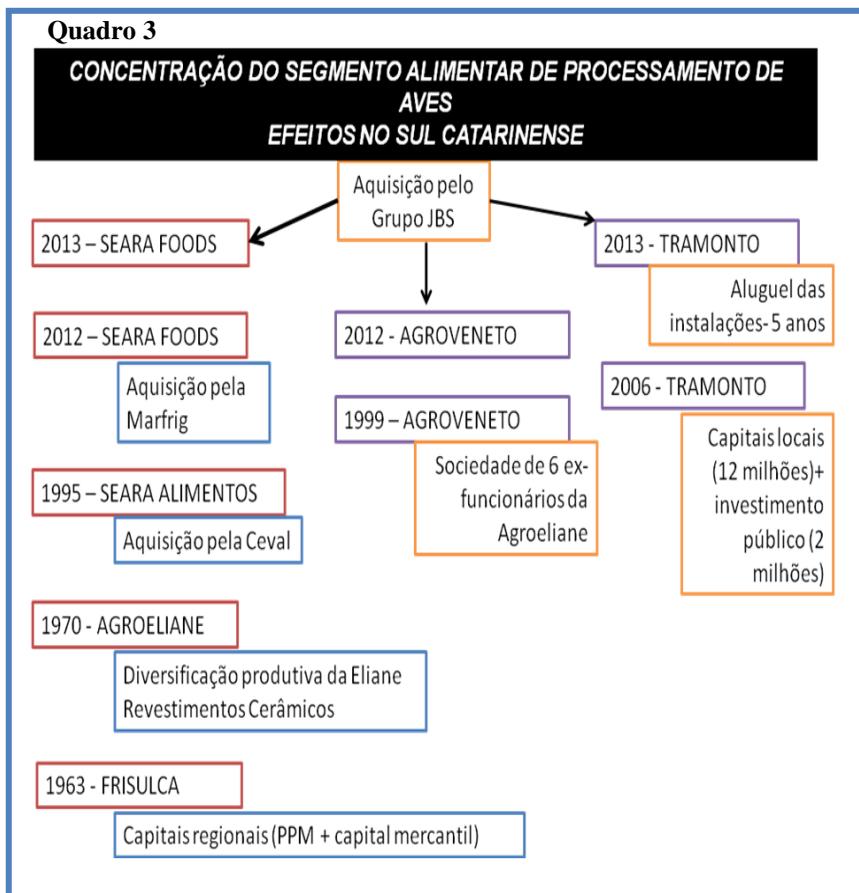
O processo de fusões e aquisições pelo qual passou o setor a partir dos anos 1990 intensificou-se. A Seara Alimentos passou ao controle do Grupo Marfrig em 2012. A concorrente JBS/Friboi¹⁹³ adquiriu, em 2012, a Agrovêneto e em 2013 a antiga Seara Alimentos, então já reestruturada na forma de Seara Foods S/A. Paralelamente, concluiu o controle de áreas de abate e processamento de aves na região com o arrendamento das instalações da Tramonto Alimentos em Morro Grande¹⁹⁴. As unidades de Forquilha (Seara Foods) e de Nova Veneza (Agroeliane) estão entre os maiores empregadores do sul catarinense, totalizando, respectivamente, 2100 e 1700 funcionários¹⁹⁵. O quadro 3 sintetiza o processo.

As três unidades produtivas do setor de abate e processamento de aves localizam-se em pequenos municípios industriais, e as exportações, em 2013 atingiram a cifra de US\$ 189.868.469,00 (MDIC, 2014).

¹⁹³ O Grupo JBS/Friboi é, segundo a Associação Catarinense de Avicultura, a maior empresa integradora do estado, com 753 integrados (ACAV, 2013). Em termos globais é o maior grupo de processados de proteína animal do mundo e a empresa brasileira com maior índice de transnacionalização e de número de funcionários no exterior (FUDAÇÃO DOM CABRAL, 2013).

¹⁹⁴ Os investimentos para a construção da unidade da Tramonto no município de Morro Grande foram da ordem de R\$ 12 milhões, aplicados pelo setor privado e R\$ 2 milhões de investimento público municipal, através da doação do terreno e serviços de infraestrutura (informação prestada pelo Presidente do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Carnes e Derivados, Frangos, Rações Balanceadas, Alimentação e Afins de Criciúma e Região – SINTIACR, Sr. Célio Elias, no dia 31 de maio de 2013). A locação tem duração prevista para cinco anos (2013-2018) e inclui a marca Tramonto, a fábrica para o processamento de até 120 mil aves por dia (em pleno funcionamento e aprovada para os principais mercados de exportação) e a fábrica de ração. O valor mensal do aluguel acordado em contrato foi de R\$ 70 mil (informações contidas em cópia do contrato, disponível no site da Tramonto: <http://www.tramontoalimentos.com.br/Tramonto.JBS.contrato.locacao.pdf/> Acessado em julho de 2013.

¹⁹⁵ Informações prestadas pela Srta Cleide Bordignon, chefe do setor de recursos humanos da Seara/Unidade Forquilha, em entrevista realizada nas dependências da empresa no dia 30 de maio de 2013.



Fonte: Pesquisa de campo, 2013.

Organização: Beltrão, L.M.V.

Os exemplos acima demonstram que, mesmo que se sustente a hipótese da origem agrária democrática como causa para o surgimento e consolidação de um número expressivo de iniciativas industriais locais exitosas, os determinantes do enquadramento geral se fazem presentes, impondo sua lógica e força.

É Herzog (1974, p. 200) que, no debate sobre o conceito de formação econômico social chama a atenção à necessidade de se observar a constante renovação das especificidades, ou seja, captar, em todo o

momento não só as inter-relações entre as diversas esferas, mas também como elas se expressam em arranjos específicos. Assim, o imperialismo, enquanto estágio do desenvolvimento histórico do capitalismo, resulta em novos arranjos, na síntese com as especificidades das formações. Logo, a ação externa altera o conteúdo da FSE.

Assim, se os setores acima exemplificados tiveram sua origem ligada a uma base produtiva baseada na pequena propriedade mercantil, seja como produtores diretos ou como empreendedores de indústrias ligadas ao abate e processamento de aves, o enquadramento imposto pelo desenvolvimento capitalista absorveu a característica original dessas iniciativas, submetendo produtores e pequenos empresários à sua lógica concentradora. Em ambos os setores, no sul catarinense, tem-se exemplos da ação de cadeias mercantis globais (HOPKINS & WALLERSTEIN, 2000, p. 74) que se apropriam dos excedentes obtidos nas mais diversas escalas espaciais, em benefício de suas posições hegemônicas nos fluxos mercantis. Nesse processo, tais cadeias incorporam áreas a sua lógica de acumulação, aproveitando condições pré-existentes e impondo transformações nos lugares. Como já apontado, os lugares não são o mero receptáculo de uma razão global, pois respondem à “lógica global” com individualidades que não podem ser desprezadas.

Por tal, apesar da presença de setores fortemente controlados extra regionalmente, há outros, de grande destaque no sul catarinense, onde predominam iniciativas locais e regionais no controle das atividades produtivas, inclusive no comando de processos de expansão e incorporação de outras áreas. Esse é o caso das demais iniciativas do setor alimentar que, apesar da reduzida dimensão frente aos grupos estruturados globalmente, competem em um mercado bastante competitivo, controlado pela atuação de grandes cooperativas, como já demonstrado, para o caso do arroz (tabela 12)

Tabela 12- Sul de Santa Catarina - Principais empresas¹ do segmento alimentar dos pequenos municípios industriais do sul de Santa Catarina
2013

Município	Empresa	Segmento de atuação	Ano de fundação	Número de funcionários	Exportações em 2013 (em milhões US\$ FOB)
Forquilha	Seara Alimentos	Derivados de frango	1998	2100	Mais de 50
Nova Veneza	Agroveneto/JBS	Derivados do frango	1996	1700	10 a 50
Braço do Norte	Áurea Alimentos	Conservas alimentares	1977	200	Até 1
Forquilha	Rampinelli Agroindustrial	Beneficiamento de arroz	1986	180	Até 1
Morro da Fumaça	Arroz Fumacense	Beneficiamento de arroz	1983	140	-
Morro da Fumaça	Matiola Alimentos	Beneficiamento de arroz	1966	50	-
Forquilha	Frigorífico Genebra	Defumados e linguiças	1999	30	-
Maracajá	Agroindústria Pavei	Abate de carne bovina	1997	30	-

¹Empresas de até 30 funcionários.

Fonte: MDIC, 2014; FIESC, 2013; Pesquisa de campo.

Organização: Beltrão, L.M.V.

Também é o caso do setor cerâmico¹⁹⁶. Regionalmente dividido entre as empresas destinadas à produção de pisos e revestimentos cerâmicos e à produção de telhas e tijolos de cerâmica vermelha, possui destaque internacional, visto que a Eliane S/A e a Cecrisa–Cerâmica Criciúma S/A são, respectivamente a segunda e terceira maiores exportadoras de cerâmica do país (MDIC, 2014), e segunda e quarta maiores empresas do sul catarinense por faturamento (ver tabela 11).

Neste segmento, como já detalhado no capítulo 3, é maciça a presença de iniciativas industriais originadas pelo capital local-regional, aproveitando-se da existência de matérias-primas abundantes, como argila de boa qualidade. Tais empreendedores tiveram, na maioria dos casos, origem no pequeno comércio, em cerâmicas artesanais que evoluíram para produção em maior escala, na pequena propriedade mercantil ou são remanescentes de outras empresas, em geral do mesmo setor, num exemplo de expansão por iniciativa e aprendizado (ver quadro 4)

A origem das iniciativas da indústria cerâmica, como aponta Isoppo (2009) tem ligação direta com a acumulação propiciada pela pequena produção mercantil, visto que não foram exclusivamente encetadas por empresários do carvão e, mesmo esses, quando originados localmente, saíram das mesmas fileiras. Contudo, além da origem social democrática, (dadas as condições de acumulação de pequena produção mercantil), a localização das reservas de argila de qualidade, fizeram com que as iniciativas fossem geradas em diversos municípios do sul catarinense, e não somente em Criciúma, pulverizando pelos pequenos municípios industriais empresas que lentamente se consolidaram.

Os determinantes naturais e a constituição das condições de acumulação que caracterizam a formação socioespacial do sul catarinense, também foram responsáveis pela existência de um aglomerado industrial

¹⁹⁶ Segundo a ANFACER – Associação Nacional dos Fabricantes de Cerâmica para Revestimentos, Louças Sanitárias e Congêneres, o Brasil ocupa a segunda posição mundial em produção e consumo de revestimentos cerâmicos (logo após a China), tendo atingido em 2012 uma produção de 865,9 milhões de toneladas de metros quadrados. Cerca de 92% da produção, destina-se ao mercado interno e está em franco aquecimento em decorrência da expansão da construção civil. As exportações, apesar de terem apresentado queda desde 2007, realizaram vendas para 113 países, totalizando US\$ 270,7 milhões em 2012 (ANFACER, 2013).

de cerâmica vermelha¹⁹⁷, destinada à produção de telhas, tijolos, plaquetas, lajotas e refratários. Ele se localiza entre os municípios de Jaguaruna, Morro da Fumaça e Sangão, além de iniciativas em Lauro Muller, Cocal do Sul e Sombrio, todos pertencentes ao grupo dos PMIs. É importante ressaltar, contudo, que a atividade oleira, cujo domínio foi fundamental para a constituição das colônias, sempre esteve presente em todo o sul catarinense, muitas vezes no interior das pequenas propriedades e com função de auto-abastecimento e realizada de forma artesanal.

Segundo Cunha (2002) a produção de cerâmica estrutural na região, apesar de datar do início do século XX, teve condições para crescer a partir dos anos de 1960 em decorrência de um conjunto de fatores. Em primeiro lugar, o aumento do consumo de materiais de construção a partir das políticas habitacionais levadas a cabo pelo Estado, no período expansivo da economia brasileira, fator que já foi mencionado como propulsor de toda a indústria cerâmica do sul catarinense. Contudo, esse impulso dependeu da oferta de condições técnicas para expandir a produção, o que foi alcançado no final dos anos de 1960, com a instalação da Cooperativa de Eletrificação Rural de Morro da Fumaça que permitiu a expansão das iniciativas em direção aos depósitos de argila no interior dos municípios. Adicionalmente, a dragagem do rio Urussanga expôs uma longa faixa de terrenos de várzea que passaram a ser explorados, constituindo fontes de matérias-primas e, finalmente, como destaca Zanelatto (1998), a conclusão da BR-101 abriu condições para uma distribuição mais rápida da produção.

¹⁹⁷ Compreende aqueles materiais com coloração avermelhada empregados na construção civil (tijolos, blocos, telhas, elementos vazados, lajes, tubos cerâmicos e argilas expandidas) e também utensílios de uso doméstico e de adorno. As lajotas muitas vezes são enquadradas neste grupo, porém o mais correto é em Materiais de Revestimento (ABCERAM, 2014). Em Santa Catarina, além do sul, a concentração de indústrias de cerâmica vermelha ocorre no vale do Itajaí, do Tijucas e no Oeste (CUNHA, 2002).

Quadro 4 - Sul de Santa Catarina - Localização e origem do capital e do empresariado das indústrias cerâmicas pioneiras

Iniciativas Pioneiras	Data da Fundação	Origem do Capital	Origem/Perfil do Empresário	Localização
INCISA	1941	Comércio+ conhecimento técnico	João Rinsa associou-se com o técnico italiano Alfredo Di Priori e adquiriu a Cia Cerâmica Imbituba de Henrique Lage	Imbituba
CESACA	1947	Pequena produção mineira+serviços+comércio+ conhecimento técnico	Jorge Cechinel, José Balsini e Maximiliano Gaidzinski associaram-se a Alfredo Di Priori que forneceu as bases técnicas da produção de azulejos	Criciúma
Cerâmica Urussanga	1953	Comércio + agricultura + conhecimento técnico	Vários pequenos proprietários e comerciantes da comunidade de Urussanga, com apoio técnico de Alfredo Di Fiori	Urussanga
Cerâmica Cocal Indústria e Comércio Ltda	1953	Cooperativa + conhecimento técnico	250 sócios entre agricultores e comerciantes (incluindo Maximiliano Gaidzinski) formam uma cooperativa sob a liderança de Alfredo Di Priori	Cocal do Sul

Fonte: Isoppo (2009); Goularti Filho (2002); Fontanella (2001); Teixeira (1995)

Organização: Beltrão, L.M.V.

Segundo Beltrão (2001), ao estudar a indústria de cerâmica vermelha de Sombrio, a melhoria das vias de distribuição foram fundamentais para que a produção alcançasse mercados extra-estaduais, uma estratégia utilizada pelas cerâmicas mais estruturadas para ampliar as vendas, considerando que em termos locais a concorrência é muito acirrada, devido à presença de inúmeras pequenas olarias que trabalham com custos de produção rebaixados (trabalho familiar, informalidade fiscal, etc.). Outra característica foi voltar-se para produtos de maior valor agregado como telhas esmaltadas, telhas de cobertura em poliéster, tijolos maciços, plaquetas decorativas e refratários. Assim, as vendas do polo ceramista são mais expressivas para os estados do Rio Grande do Sul, Paraná e São Paulo do que para o próprio estado, apesar de que as maiores indústrias distribuem seus produtos em todo o território nacional. Contudo, dadas as características da cerâmica estrutural (volume e peso elevado e baixo valor por unidade), a tendência é ampliar os mercados para os países do Mercosul (notadamente Paraguai, Uruguai e Argentina), reduzindo as distâncias e os custos de distribuição (tabela 13).

Entre as maiores empresas do sul catarinense na produção de cerâmica vermelha, destacam-se aquelas que investiram em produtos de maior valor agregado. A CEJATEL (Sangão) constituída em 1973 foi uma das primeiras empresas no Brasil a produzir telhas esmaltadas em sistema de forno contínuo e a primeira em obter certificação nos Estados Unidos para comercialização de telhas de argila. É ainda pioneira nas Américas e Europa no desenvolvimento e produção de telhas Semi-Grés pelo processo de Revestimento Cerâmico. Possui três unidades de produção, sendo duas destinadas à produção de telhas esmaltadas, telhas de poliéster e telhas naturais, e a nova unidade, em Jaguaruna, que produz pisos cerâmicos utilizando a tecnologia com impressão full HD – 100% digital na produção de pisos e revestimentos com texturas de alto padrão de qualidade. Assim a empresa produziu em 2013, 7 mil m² de pisos e 50 milhões de telhas que são distribuídas em todo o território nacional e exportadas para mais de 50 países (Mercosul, América Central, África)¹⁹⁸.

No segmento de telhas destaca-se o grupo Silva (Cerâmica Silva e Cerâmica Cemasil), em Sangão, que produz um variado mix de acabamentos em telhas como a impermeabilizada, a resinada, a de cobertura em poliéster e as naturais, em diversas cores. Suas vendas

¹⁹⁸ Informações obtidas em visita às instalações da unidade de produção de Sangão, em 10 de julho de 2013.

destinam-se aos mercados do Sul, Sudeste e Mato Grosso do Sul, com exportações para os países do Mercosul.

No segmento de refratários, duas empresas se destacam: a Reframa, instalada em 1991, no município de Morro da Fumaça, que além de produzir tijolos, placas e plaquetas refratárias, desenvolveu uma linha de matérias-primas para construção de fornos, como massa úmida, concreto e terra refratária. Seus produtos são distribuídos em todo o território nacional e as exportações são destinadas a Argentina, Paraguai e Uruguai e Angola, países onde a Reframa, além de fornecer tijolos e placas, é responsável pela instalação de fornos refratários para uso industrial¹⁹⁹. Outra concorrente regional é a Librelato Refratários (do Grupo Librelato), localizada em Lauro Muller, que desde 1992 atua na fabricação de argamassas, concretos e tijolos refratários e isolantes, com o uso de tecnologias como forno de túnel (para queima uniforme). A empresa produz 1000 toneladas/mês de produtos cerâmicos que são distribuídos nos mercados do Sul e Sudeste e no Mato Grosso do Sul e exportações para o Mercosul (Paraguai).

¹⁹⁹ Informações obtidas em entrevista com o proprietário, Sr. José Volmir Macari, em 11 de julho de 2013.

Tabela 13 - Sul de Santa Catarina - Principais empresas do segmento cerâmico¹ dos pequenos municípios industriais
2013

Município	Empresa	Segmento de atuação	Ano de fundação	Número de funcionários	Exportações em 2013 (em milhões de US\$ FOB)
Cocal do Sul	Eliane S/A	Revestimentos cerâmicos; porcelanato	1969	2000	10 a 50
Urussanga	Cerâmica Urussanga S/A	Revestimentos cerâmicos; porcelanato	1966	340	1 a 10
Morro da Fumaça	Esmalglass	Matéria-prima e obras para cerâmica	1994	190	1 a 10
Jaguaruna	Cerâmica San Marcos	Pisos e telhas	2000	170	1 a 10
Morro da Fumaça	Moliza Revest. Cerâmicos	Piso esmaltado decorado	1982	140	1 a 10
Sangão	Cejatel	Telhas e tijolos	1991	120	Até 1 milhão
Morro da Fumaça	Reframa Refratários	Placas refratárias e tijolos	1991	17	Até 1 milhão
Sangão	Cerâmica Silva	Telhas e tijolos	1998	100	-

Sangão	Cerâmica Silva - Cetesa	Telhas e tijolos	1998	100	-
Cocal do Sul	Cerâmica Meneghel	Telhas e tijolos	2008	70	-
Sangão	Cemisil	Telhas, tijolos	1992	70	
Sombrio	Cerâmica Monteiro	Telhas e Tijolos	1983	62	-
Jaguaruna	Cerâmica Felisbino	Telhas, tijolos	1993	60	-
Sombrio	Sul Produtos Cerâmicos	Telhas, tijolos	1985	60	-

¹Empresas de até 60 funcionários.

Fonte: MDIC, 2014; FIESC, 2013; Pesquisa de campo.

Organização; Beltrão, L.M.V.

Tabela 14 - Sul de Santa Catarina - Principais empresas do segmento plástico¹ dos pequenos municípios industriais
2013

Município	Empresa	Segmento de atuação	Ano de fundação	Número de funcionários	Exportação em 2013 (em milhões US\$ FOB)
São Ludgero	Copobrás S/A I	Pratos e copos descartáveis	2006	900	1 a 10
São Ludgero	Copobrás S/A II	Embalagem e acondicionamento	1970	1000	Até 1
Orleans	Plaszom Zomer I	Bobinas, sacos e sacolas plásticas	1967	1000	Até 1
Morro da Fumaça	Cristal Indústria e Comércio	Bobinas, sacos e sacolas plásticas	1998	325	Até 1
Urussanga	Minasplast	Copos, pratos e potes plásticos	1997	270	Até 1
São Ludgero	Strawplast	Talheres e copos plásticos	1998	190	Até 1
Urussanga	Plaszom Zomer II	Bobinas, sacos e sacolas plásticas	1991	171	Até 1
Siderópolis	Tubezan	Tubos de PVC	1989	170	-
Urussanga	Thermovac	Garrafas Plásticas	1997	70	-
Urussanga	Sandrini Ind. E Com. de Plástico	Garrafas Plásticas	2002	52	-

São Ludgero	Jhonas Schlickmann Bianco	Potes plásticos	1997	55	-
São Ludgero	Artplast	Resinas plásticas	2003	45	-
São Ludgero	Bianplast	Tubos e conexões	1987	30	-
Urussanga	Induplast	Embalagens Plásticas	1999	30	-

¹Empresas de até 30 funcionários.

Fonte: MDIC, 2014; FIESC, 2013; Pesquisa de campo.

Organização; Beltrão, L.M.V.

Com o mesmo perfil, no que se refere à origem local das iniciativas industriais nos pequenos municípios industriais, tem-se o segmento de produtos plásticos, com destaque para os descartáveis e embalagens (tabela 14). Como já apontado, partindo da acumulação da pequena produção, através da exploração da pequena propriedade, houve início de uma aglomeração produtiva que se expandiu através de unidades fabris em diversos estados do país e alcançou o domínio do segmento, destacando-se na liderança da produção sulamericana (ver tabela 14).

Da mesma forma que a indústria plástica, outro segmento do sul catarinense que encontra as maiores iniciativas situadas nos pequenos municípios industriais é o madeireiro, com destaque para a exportação de molduras e de portas (tabela 15). O segmento, que teve sua origem com o desdobramento de madeira, apresenta forte integração produtiva com a presença de madeiras, fábricas de insumos, equipamentos e máquinas de pequeno e médio porte (GOULARTI FILHO, 2002, p. 267). A atividade que se originou do conhecimento artesanal a partir da confecção de espelhos, evoluiu para uma produção voltada prioritariamente para o mercado externo, onde compete com capacidade criativa e adaptação às tendências da arquitetura e design. O setor de molduras utiliza-se dos cortes de pinus e eucalipto que são provenientes de reservas cultivadas pelas próprias empresas, ou de áreas cultivadas pela pequena produção agrícola regional, onde se destaca a criação de suínos e a pecuária leiteira. A forte competitividade internacional tem gerado a necessidade de diversificação e sofisticação do produto, bem como a inserção de matérias-primas alternativas, como rejeitos da indústria de descartáveis (poliestireno expandido), para fabricação de molduras e de rodapés.

Tabela 15 - Sul de Santa Catarina - Principais empresas do segmento madeireiro¹
em pequenos municípios industriais
2013

Município	Empresa	Segmento de atuação	Ano de fundação	Número de funcionários	Exportações em 2013 (em milhões US\$ FOB)
São Ludgero	Molduras Moldurarte I	Varetas para molduras	2007	334	1 a 10
São Ludgero	Molduras Moldurarte II	Molduras	2008	96	1 a 10
São Ludgero	Molduras Moldurarte III	Varetas para molduras	2008	82	1 a 10
Forquilha	Hence do Brasil	Portas de madeira	2002	68	1 a 10
Braço do Norte	Molduras Santa Luzia	Molduras	1982	205	Até 1
Braço do Norte	MB Molduras	Vara para molduras	1985	133	Até 1
Morro da Fumaça	Mundial Molduras	Molduras	2003	28	Até 1
São Ludgero	Sizenando Ind e Com. de madeira	Desdobramento	1979	70	Até 1
São Ludgero	Cruzeiro Ind. Com.	Portas de madeira	1989	65	-
Braço do Norte	Artmold Molduras	Molduras	1993	40	-
Bal. Arroio do Silva	Com. de Madeira Arroio do Silva	Casa Pré-fabricada	1980	20	-
Jaguaruna	Eranil Ind. Com.	Madeira beneficiada	1988	20	

¹Empresas de até 20 funcionários.

Fonte: MDIC, 2014; FIESC, 2013; Pesquisa de campo.

Organização: Beltrão, L.M.V.

Quadro 5 - Santa Catarina - Maiores mineradoras por produção, localização e setores de atuação do grupo controlador
2013

Empresa ¹	Produção 2013 (em mil toneladas) ¹	Municípios de atuação ³			Grupo econômico controlador ²	Setores de atuação do grupo controlador ³
		Gestão	Lavra	Beneficiamento		
Carbonífera Criciúma S.A.	2.140	Criciúma	Forquilha	Forquilha	Gazolla, Friederich, Castro	Mineração
Carbonífera Metropolitana S.A.	2.086	Criciúma	Treviso Capivari de Baixo	Treviso	Guglielmi	Mineração Hospitalar Imobiliário Agropecuário
Carbonífera Belluno Ltda	1.951	Criciúma	Treviso Siderópolis	Siderópolis Lauro Muller	Salvaro	Mineração Transporte Comunicação Imobiliário
Indústria Carbonífera Rio Deserto Ltda	1.938	Criciúma	Criciúma Içara Treviso	Urussanga	Zanette (Heitor, João e Valcir)	Mineração Siderurgia Cerâmico Alimentar Transporte

Carbonífera Catarinense Ltda	1.385	Lauro Muller	Lauro Muller	Lauro Muller	Fidélis Barato	Mineração Transporte Const. civil
Cooperminas	1.355	Cricúma	Forquilha	Forquilha	Cooperativa de Trabalhadores	Mineração
Gabriella Mineração	164	Siderópolis	Siderópolis	Siderópolis	Zanette (Gilson, Daniel, André)	Mineração Metalurgia Cerâmico
Comin e Cia Ltda	33	Treviso	Treviso Urussanga	Treviso	Vilson e Jaimir Comin	Mineração

Fonte: ¹ SIECESC (2013); ² BRASIL MINERAL (2014); ³ Pesquisa de Campo (2013)

Organização: Beltrão, L.M.V.

Tabela 16 -Sul de Santa Catarina - Principais empresas do segmento mineral¹
em pequenos municípios industriais
2013

Município	Empresa	Segmento de atuação	Ano de fundação	Número de funcionários	Exportações em 2013 (em milhões US\$ FOB)
Jaguaruna	Cysy Mineração	Farinha de concha de ostra	1988	48	Até 1
Lauro Muller	Carbonífera Catarinense	Extração de carvão	1987	500	-
Morro da Fumaça	Mineração Nossa Sra do Carmo	Extração de Fluorita	1966	67	-
Forquilha	Sul Óxido	Óxido de zinco	2000	50	-
Treviso	Comin e Cia	Extração de carvão	1984	35	-
Siderópolis	Gabriella Mineração	Extração de carvão	2004	32	-

¹Empresas de até 30 funcionários.

Fonte: MDIC, 2014; FIESC, 2013; Pesquisa de campo.

Organização: Beltrão, L.M.V.

O setor carbonífero, indutor dos diferentes setores e segmentos da indústria sul catarinense, tem a grande maioria de empresas sediadas em Criciúma que, contudo, exploram minas em PMIs, como é o caso da Carbonífera Metropolitana que explora a Mina Fontanella em Treviso, a Carbonífera Belluno que retira carvão da mina Cantão em Siderópolis, a Criciúma que explora em Forquilha. A produção de carvão, como já exposto, foi motriz no desenvolvimento industrial do sul catarinense, atraindo investimentos de infra-estrutura que dotou a região de condições para uma maior inserção na divisão do trabalho em contexto nacional. A atividade mineira também gerou investimentos em vários pequenos municípios industriais como Cocal do Sul, Lauro Muller, Treviso, Forquilha, Siderópolis e Urussanga, não só na exploração do minério, mas também nos processos de beneficiamento e gestão (quadro 5).

Os capitais acumulados na atividade carbonífera que, inicialmente, esteve nas mãos do grande capital comercial carioca (Henrique Lage), foi aos poucos se concentrando nas mãos dos capitalistas locais, muitos dos quais, oriundos das bases da pequena produção mercantil. Apoiadas com medidas de proteção durante os processos de construção dos sucessivos degraus do parque industrial brasileiro, os empresários da indústria da mineração constituíram fortes grupos econômicos com atuação verticalizada (beneficiamento, transporte, siderurgia e metalurgia) e horizontalizada (agropecuária, serviço hospitalar, cerâmico, comunicação, empreendimentos imobiliários), como exemplificado no quadro 5.

A partir de uma indústria motor da economia, como o carvão, há o desenvolvimento de empresas complementares formando uma aglomeração produtiva que pode evoluir até a formação de um complexo. O sul catarinense adequa-se bem a esse conceito porque o desenvolvimento da indústria carbonífera acabou gerando iniciativas a jusante e a montante do processo de produção, contribuindo para uma notável diversificação produtiva, a espelho do que demonstrou Chardonnet (1965), ao analisar a evolução de centros carboníferos europeus. Um dos setores que teve sua gênese ligada ao suporte da indústria carbonífera e, posteriormente à indústria cerâmica, é o metal-mecânico. As empresas desse ramo são expressivas não só no mercado interno, como também apresentam participações no mercado de exportação (tabela 17).

Tabela 17 - Sul de Santa Catarina - Principais empresas do segmento metal mecânico¹ em pequenos municípios industriais
2013

Município	Empresa	Segmento de atuação	Ano de fundação	Número de funcionários	Exportações em 2013 (em milhões US\$ FOB)
Sangão	Funderg Hipper Freios	Discos de freio para automóveis	2000	700	1 a 10
Braço do Norte	Inmes Industrial	Equipamentos de transmissão para fins industriais	1993	90	1 a 10
Morro da Fumaça	Bertan Ind. e Com. de Máquinas	Ferramentas e máquinas operatrizes industriais	2005	40	Até 1
Forquilha	Ind. Metalúrgica Santa Líbera	Peças e acessórios para máquinas industriais	1987	280	-
Siderópolis	Imepel	Roletes, cavaletes e tambores	1996	96	-
Urussanga	Coopermaq	Máquinas para avicultura	2004	74	-
Forquilha	Bock do Brasil Ind. de Equipamentos	Equipamentos para frigoríficos	1996	70	-

Forquilha	Metalúrgica Zenit	Equipamentos para engenho de arroz	1999	60	-
Cocal do Sul	Cardall Cardoso	Filtros para clarificação de águas industriais	1997	50	
Siderópolis	Roberge Automotiva	Peças e aros para caminhões	1999	23	-
Nova Veneza	Jemavel	Peças e acessórios para máquinas industriais	1985	20	-

¹Empresas de até 20 funcionários.

Fonte: MDIC, 2014; FIESC, 2013; Pesquisa de campo.

Organização; Beltrão, L.M.V.

A Funderg Hipper Freios (Sangão), por exemplo, é maior empresa metal-mecânica do sul catarinense, líder na América do Sul de discos e tambores de freios que são exportados para mais de 20 países. A empresa detém 55% do mercado nacional de discos e tambores de reposição. Foi fundada por dois irmãos que se dedicavam à produção artesanal de grades e janelas em 1991. Com o desenvolvimento da indústria cerâmica passaram a produzir crivos de reposição e realizar usinagem de peças, inclusive para tratores. Em 2001 iniciaram a produção de discos e tambores de reposição.

A Inmes Industrial (Braço do Norte), por sua vez, também teve sua origem em capitais locais, com três sócios que resolveram desenvolver equipamentos para a indústria de molduras, fornecendo grampeadoras industriais. Na evolução, a indústria avançou para a produção seriada de máquinas de grampeamento de perfis de madeira, alumínio e plástico, grampos e sistema portáteis de exaustão para indústrias de móveis e esquadrias de alumínio, plástico e madeira, entre outros. Atualmente exporta para países como os EUA, Itália, Japão, Austrália, México, África do Sul e Argentina.

Como se pode observar, a indústria metal-mecânica no sul de Santa Catarina decorreu de necessidades dos setores consolidados, sobretudo cerâmico e agroalimentar, visto que um grande número de empresas destinou-se à produção de máquinas e equipamentos para tais segmentos, mesmo que, posteriormente, tenham diversificado o perfil produtivo (como a Hipper Freios). Mesmo nos municípios mais populosos da mesorregião, as empresas apresentam essa integração produtiva, como a Icon (Criciúma) que produz moldes para indústria cerâmica ou a Usipe (Içara) que realiza usinagem e peças de reposição para diversos segmentos industriais. Em Siderópolis, a Indústria de Produtos Metalúrgicos Olivo produz acessórios e componentes para a indústria avícola enquanto a Olivo Produtos Elétricos (da mesma família) produz equipamentos de iluminação industrial, desenvolvendo projetos de acordo com as especificidades das unidades produtivas e apresentando liderança nacional na produção de refletores industriais, luminárias para iluminação pública e projetores de luz (ELETRICIDADE MODERNA, 2015).

No perfil de empresas de destaque que, contudo, não participam do mercado de exportação, a Metalúrgica Spillere em Nova Veneza, é uma das mais tradicionais entre as situadas nos PMIs, tendo iniciado suas atividades ainda em 1946, por pequenos produtores agrícolas: os irmãos Dovílio Spillere, João Spillere e Jerônimo Spillere com o intuito de fornecer implementos para os produtores da região, como foices, arados e grades, utilizando de caldeiras a vapor no processo de produção. Com a

crise gerada no âmbito da Segunda Guerra Mundial, a metalúrgica iniciou a produção de folhas de serra para madeira e arados de tração animal, participando do processo de substituição de importações, o que deu novo impulso produtivo à iniciativa.

Com o crescimento econômico da região a empresa passou a produzir produtos de fundição, laminação e trefilação para a indústria em geral. Em 1999, iniciou um processo de expansão, com a abertura da Spillere Aços em São Paulo, produzindo aços laminados e trefilados para linha ferroviária. Em 2003, adquiriu a FabSpil em Panambi (RS), ampliando a produção de ferros e aços fundidos, produzindo peças para elevadores (guias e talas de junção). A diversificação produtiva, em integração vertical, veio nos anos seguintes com as novas plantas em Içara e Lages (Empresa Rodomesil) com implementos agrícolas (caçambas, carretas, tanque irrigador, plaina para trator, etc.) e rodoviários (caçambas, coletores de lixo, rodotrens, reboques, guindastes, terceiro eixo), que utilizam ligas produzidas na sede, em Nova Veneza. No mesmo município, em 2005, abriram nova empresa (Spilrod), fabricante de cilindros hidráulicos, bombas pneumáticas, catracas para sider entre outros, voltados para os setores de implementos rodoviários e agrícolas²⁰⁰.

A tradição da família Spillere no segmento metal-mecânico deu origem a outras iniciativas no distrito de Caravaggio (Nova Veneza), como a Metalúrgica DS, de Délcio Spillere, fundada em 1962, e inicialmente voltada à fundição de metais. Em 1986 a empresa passou por um processo de expansão, diversificando para a produção de rolamentos. Após a modernização do maquinário (importado da Alemanha) passou a produzir discos e tambores de freios de substituição para automóveis, em 1994. A empresa produz peças de reposição para as marcas Chery, General Motors, Ford, Toyota, Land Rover e Hyundai. A Siderúrgica Colina surgiu em 1995 e resultou da experiência obtida pelo primeiro proprietário (Ivo Spillere) que trabalhou na montagem de arados na empresa do pai: a Metalúrgica Spillere. Atualmente a empresa é administrada pela terceira geração de empresários da metalurgia: Paulo e Rogério Spillere. A siderúrgica processa a fundição de diversos tipos de liga de ferro e aço. A mais jovem empresa, da família Spillere é a Fundação Nobre, instalada em 2001, produzindo ferro fundido nodular e cardans para o segmento agrícola, automotivo, da construção civil e eletro

²⁰⁰ Informações prestadas pelo Engenheiro Aguinaldo Pereira Gonçalves, em visita à Metalúrgica Spillere em 01 de setembro de 2014.

ferragens, voltada ao mercado regional e contando com 110 funcionários²⁰¹.

Este quadro demonstra um processo de complementaridade entre as empresas do clã Spillere, onde o domínio do conhecimento técnico a partir do trabalho de fundição resultou na existência de uma verticalização entre firmas familiares, onde algumas produzem insumos para as outras, numa aglomeração de indústrias do segmento metal-mecânico. Contudo, não somente a clã Spillere é responsável pela existência de um aglomerado de empresas especializadas no município. A Mademil Polias, também estruturada a partir de capitais locais originados no seio da pequena produção mercantil, possuiu duas unidades no Caravaggio, com 200 empregados. A empresa foi fundada em 1985, produzindo pés para fogões e equipamentos agrícolas e especializou-se a partir de 1990 com a fabricação de polias para os mais diversos usos²⁰².

Na metalurgia, a maior empresa entre os PMIs é a IBRAP/ESAF (Urussanga), que é a nona maior empresa do sul de Santa Catarina em volume de faturamento (vide tabela 11) que atua na fabricação de produtos e alumínio e plásticos extrudados com uma ampla linha de produtos para a construção civil como esquadrias, laminados e telhas, empregando mais de 800 funcionários e com exportações na casa de 1 milhão de reais (MDIC, 2014). No mesmo município, a Maestro do Brasil, que se originou de uma pequena metalúrgica fundada em 1956, produz carrinhos de mão, escadas e fogões a lenha. É a segunda maior empregadora do segmento nos PMIs (375 funcionários) com exportações para diversos países. Outro exemplo é a IBMF - Metasul, localizada em Braço do Norte, com 240 funcionários e que produz ferramentas e materiais para construção. Essa empresa teve sua origem em 1992 com a produção de baldes de aço para concreto.

Um setor fortemente consolidado no sul catarinense que, contudo, não apresenta tanto destaque nas exportações é o de vestuário. A maior empresa do setor se localiza em um pequeno município industrial, Nova Veneza, e conta com uma filial recém inaugurada em Criciúma. Apesar de não participar do mercado de exportações, a Damyller é uma empresa cujo capital original vem da pequena produção familiar que financiou a abertura de uma iniciativa para produção de calças de veludo masculinas. Ao ampliar os negócios, iniciou a produção de uma etiqueta própria, em tecidos planos (jeans). A partir de uma concentração vertical, a estratégia da Damyller foi o de controlar, além da produção, o processo de

²⁰¹ Site da empresa e entrevista na Metalúrgica Spillere.

²⁰² Site da empresa.

distribuição, comercialização e marketing da marca, contando com mais de 100 lojas próprias instaladas em todas as unidades da federação. Apesar de nenhuma outra empresa do segmento se aproximar das dimensões da Damyller, elas são numerosas na região, com destaque para o conjunto de indústrias que produzem para a marca Mormaii, em Jaguaruna, como a Neo Prene Brasil Ltda, a Renz e a Bonganha. Essas empresas terceirizadas exportaram cerca de um milhão de reais, cada uma, em 2013 (MDIC, 2014). Em Sombrio, outro PMI de destaque no setor do vestuário e calçados, sobressaem-se as empresas Carlota Costa (vestuário), Vuldalfor e Italianinho (calçados), com exportações para diversos países da Europa (principalmente Espanha) e da América do Sul.

Os dados apresentados evidenciam que o crescimento industrial é um fenômeno pulverizado no sul catarinense e que os pequenos municípios industriais dessa mesorregião sediam não só um número expressivo de iniciativas industriais, como algumas dessas iniciativas possuem uma ampla articulação econômica, com destaque nacional ou internacional nos segmentos em que atuam. Por tal, a presença dos PMIs não se restringe a um número reduzido de setores, ou mesmo a indústrias tradicionais de trabalho intensivo. Como se pode observar no gráfico 19, os PMIs dominam as iniciativas em diversos subsetores, desde os mais tradicionais, com uso de trabalho intensivo, a espelho da indústria do vestuário, alimentos, madeira e mobiliário, até os mais dinâmicos, de capital intensivo, como a indústria química e material de transporte.

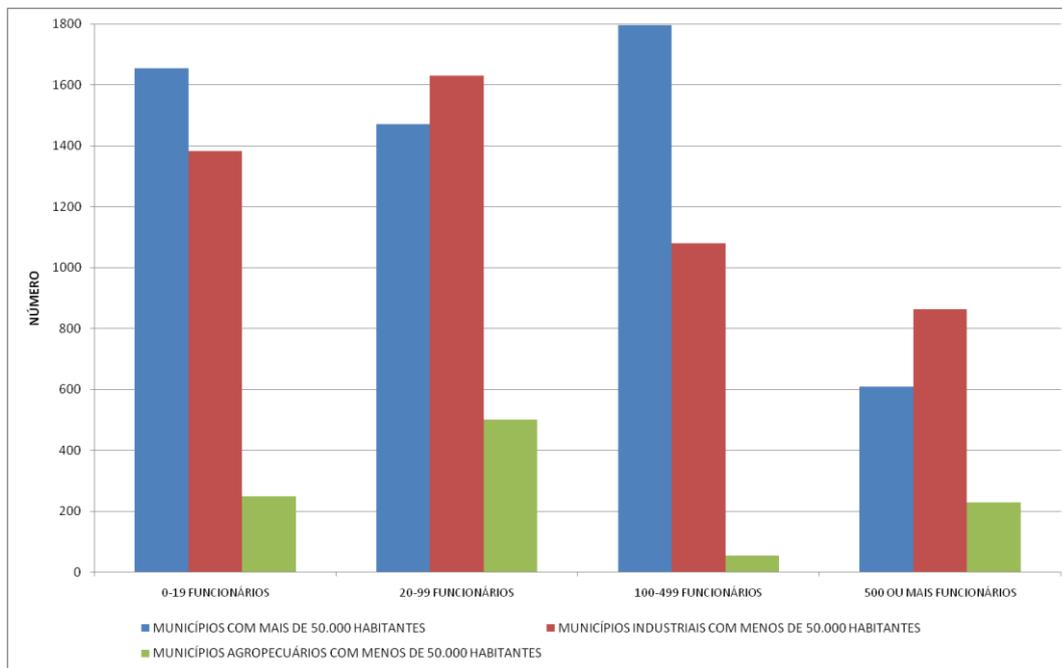


Gráfico 18 - Sul Catarinense - Número de funcionários segundo classes de municípios
Janeiro de 2014 (em %)

Fonte dos dados: EMPREGO, RAIS/CAGED, 2014.

Organização: BELTRÃO, L.M.V.

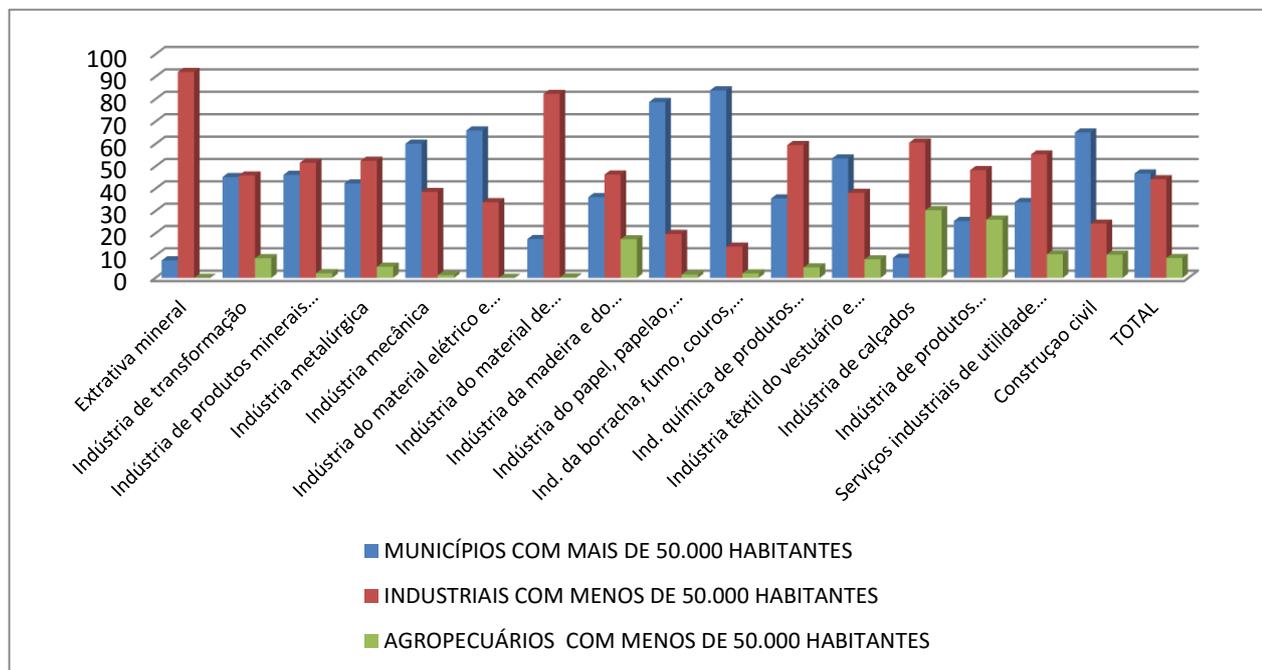


Gráfico 19 - Sul catarinense - Empresas por subsetores industriais por classes de municípios

Janeiro de 2014 (em %)

Fonte dos dados: EMPREGO, RAIS/CAGED, 2014.

Organização: BELTRÃO, L.M.V.

Evidencia-se ainda que a dimensão das empresas por número de funcionários (gráfico 18) não expressa diferenças marcantes entre os “grandes municípios” (mais de 50.000 habitantes) e os pequenos municípios industriais. Segundo dados de EMPREGO/RAIS/CAGED, 2014, apesar de um predomínio de iniciativas nos municípios de mais de 50.000 habitantes no total de empresas (48% contra 43% dos PMIs), os últimos dominam no número de empresas com 20 a 99 funcionários (45% contra 40% dos “grandes municípios”) e de empresas de 500 funcionários ou mais (50% e 36%, respectivamente). Tal desempenho para empresas de grande porte é puxado pela presença de indústrias absorvedoras de volumes expressivos de mão de obra nos setores agroindustrial, cerâmico, metal-mecânico e vestuário, presentes nos pequenos municípios industriais, como Seara/JBS, Eliane Pisos e Revestimentos, Hipper Freios e Damyller, entre outros.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tradicionalmente, parte considerável dos estudos sobre espaço e indústria na Geografia brasileira enfoca a relação entre indústria e áreas metropolitanas, buscando explicações para a formação de polos e aglomerações nas alterações na divisão social e espacial do trabalho. Pouco espaço é atribuído ao estudo das pequenas cidades que, muitas vezes, são caracterizadas como apêndices, numa posição de exclusiva subordinação e dependência.

Contudo, será que tal concepção dá conta de compreender toda a gama de especificidades presentes nestes locais? Ou melhor, será que tal leitura reconhece a existência destas especificidades? Será que todas pequenas cidades são iguais no que se refere à forma como se enquadram nos determinantes gerais?

Ao se propor o estudo da indústria nos pequenos municípios do sul de Santa Catarina, partiu-se de outra perspectiva. Buscou-se na gênese do processo de diferenciação social as condições para compreender como a região foi enquadrando-se na divisão territorial do trabalho.

Procurou-se demonstrar aqui que as especificidades da formação socioespacial originada pela presença da pequena produção mercantil foi um fator fundamental para a constituição do sul catarinense como uma região industrial, com forte presença de capitais endógenos, que respondem de forma dinâmica, aos enquadramentos mais amplos do capitalismo.

O caminho percorrido constatou que os pequenos municípios da mesoregião sul catarinense realmente apresentam um comportamento singular no que se refere à presença de iniciativas industriais. Este viés da estruturação econômica ficou evidenciado tanto no que se refere aos aspectos demográficos como nos indicadores econômicos, no comparativo com a mesma classe de municípios brasileiros e de Santa Catarina.

A base explicativa para tais diferenças encontra-se na existência de distintas formações socioespaciais regionais que, em sua gênese, evoluem de forma diferenciada e se inserem na divisão territorial do trabalho com graus distintos de integração. Ao contrário das regiões cuja gênese decorre de uma estrutura agrária concentradora, marcada pelo latifúndio, a Região Sul e mais precisamente as zonas ocupadas pela pequena produção mercantil (na qual se insere o sul catarinense), estruturaram-se a partir de uma base agrária mais democrática, permitindo que os processos de acumulação que deram origem às iniciativas industriais fossem mais pulverizados.

Esta base genética determinante é confirmada, pela análise da indústria dos pequenos municípios nas mesorregiões catarinenses. Tanto do ponto de vista demográfico como do ponto de vista econômico, fica claro a diferenciação entre a formação socioespacial regional latifundiária (mesorregião serrana) e a formação baseada na presença da pequena produção mercantil. Na zona de domínio do latifúndio há grande concentração das atividades industriais em um pequeno número de grandes municípios em contraponto a um expressivo percentual de municípios que não conseguiram evoluir de uma base econômica predominantemente rural. Também entre os pequenos municípios industriais se confirma a existência de uma condição singular para as zonas marcadas pela pequena produção mercantil.

Contudo, entre as mesorregiões que compõe a área de domínio da pequena produção mercantil, existem nuances. O comparativo entre o comportamento das classes de municípios demonstrou que há uma tendência maior a concentração na área cuja gênese esteve mais exposta à força do grande capital comercial. Na mesorregião da Grande Florianópolis, as atividades industriais aparecem com um maior grau de concentração em municípios mais populosos que as demais, apresentando traços que a colocam a “meio termo” entre a formação latifundiária e da pequena produção mercantil, da qual faz parte.

No interior desta formação socioespacial, o sul catarinense se destaca por uma considerável dispersão das atividades econômicas no espaço, evidenciada pela proximidade do valor do PIB entre os pequenos municípios industriais e os centros regionais de destaque (os cinco municípios com mais de 50.000 habitantes), bem como pelo maior valor adicionado bruto na indústria. Nesta mesorregião, a forte relação entre os condicionantes naturais e o desenvolvimento de setores industriais motrizes talvez tenha auxiliado na dispersão das iniciativas que, contudo, já contavam com um processo de acumulação pulverizada, como é a tônica da formação socioespacial ao qual a região está inclusa. Isso porque, ao mesmo tempo em que o carvão consolidou o papel de Criciúma enquanto centro do comando econômico, a existência de depósitos dispersos (Lauro Muller, Siderópolis, Forquilha, Treviso, etc.) que passaram a ser explorados, permitiu o desenvolvimento de outros tipos de atividades, gerando uma integração produtiva menos concentrada no espaço. O setor cerâmico também, ao apropriar-se de matérias primas de qualidade que se encontram dispostas em diferentes pontos da mesorregião, apresentou-se como uma oportunidade de investimentos dos recursos acumulados no interior da pequena produção ou no pequeno comércio. Tais iniciativas floresceram em um número considerável de

municípios, ajudando a dispersar os vetores do crescimento das iniciativas industriais.

Contudo, a base agrária mais democrática não anula o enquadramento dos determinantes gerais, visto que as formações socioespaciais refletem o arranjo concreto do desenvolvimento das relações de produção e das forças produtivas no modo de produção. Assim, o enquadramento imposto pelo desenvolvimento capitalista em seu movimento geral, absorveu a característica original das iniciativas locais e submeteu-os ao comando direto do capital hegemônico, impondo uma lógica fortemente concentradora como a verificada no setor de alimentos, com a substituição das iniciativas regionais no processamento de aves, por grupo de atuação global. É a expressão concreta de como o processo de imperialismo se articula no interior das formações sociais, gerando quadros dotados de especificidades.

Nos demais segmentos industriais que compõe o complexo industrial do sul catarinense, e que estão presentes nos pequenos municípios industriais, predominam a gênese e controle do capital local/regional. Não obstante as determinantes gerais, com os efeitos do desenvolvimento cíclico do capitalismo, as determinações político econômicas do Estado nacional, e os efeitos das conjunturas setoriais, os segmentos industriais nos PMIs têm demonstrado capacidade competitiva em mercados de diversas dimensões. Assim, temos o segmento cerâmico, plástico e de molduras, composto de empresas que são líderes no mercado nacional e com forte participação nas exportações. Temos empresas metal-mecânicas que suprem parte do mercado regional/local buscam se consolidar a partir de cadeias de fornecimento para as indústrias de bens de consumo.

A trajetória da indústria nos pequenos municípios do sul catarinense nos indica que o papel das cidades de pequeno porte nesta parcela da formação socioespacial é carregada de muitas especificidades. Se como demonstrou Mamigonian (1965), temos em partes do sul do Brasil uma industrialização original, construída a partir de respostas únicas às designações emanadas do centro, os pequenos municípios não podem ser vistos como subordinação. Eles têm muita mais vitalidade e autonomia do que normalmente estamos acostumados a enxergar.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABCERAM ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE CERÂMICA (São Paulo). **Informações Técnicas:** conceitos e classificações. 2014. Disponível em: <<http://www.abceram.org.br/>>. Acesso em: 30 jan. 2014.

ACAV. ASSOCIAÇÃO CATARINENSE DE AVICULTURA (Santa Catarina) (Ed.). **Produtores e JBS discutem crise na avicultura em Florianópolis, SC.** 2013. Disponível em: <<http://www.acavsc.org.br/>>. Acesso em: 06 nov. 2013.

AFANCER (São Paulo). **O momento atual da indústria de revestimentos cerâmicos brasileira.** 2013. Disponível em: <<http://www.anfacer.org.br/site/default.aspx?home.>>. Acesso em: 06 ago. 2013.

ALEGRE, Marcos. **Aspectos do fato urbano no Brasil:** análise quantitativa pelo método cartográfico. Presidente Prudente: FFCLPP-Unesp, 1970. 290 p.

ALVES, Ana Rodrigues Cavalcanti. O conceito de hegemonia: de Gramsci a Laclau e Mouffe. **Lua Nova**, São Paulo, n. 80, p.71-96, maio 2010. Quadrimestral.

ALVES, Maurício. **Entre o canto do galo e o apito da fábrica:** a pluriatividade na agricultura familiar de São Ludgero/SC. 2008. 395 f. Tese (Doutorado) - Curso de Geografia, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008.

AMORIM FILHO, Oswaldo B.. Origem, evolução e perspectivas dos estudos sobre cidades médias. In: SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão (Org.). **Cidade médias:** espaços em transição. São Paulo: Expressão Popular, 2007. p. 69-87.

AMORIM FILHO, Oswaldo B.. Um esquema metodológico para o estudo das cidades médias. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFOS, 17., 1976, Belo Horizonte. **Anais...** . Belo Horizonte: UFMG, 1976. p. 6 -

15.

AMORIM FILHO, Oswaldo B.; SERRA, Rodrigo V.. Evolução e perspectivas do papel das cidades médias no planejamento urbano e regional. In: ANDRADE, Thompson A.; SERRA, Rodrigo A. (Org.). **Cidades médias brasileiras**. Rio de Janeiro: IPEA, 2001. p. 1-34.

ANDRADE, Thompson A.; LODDER, Celsius. **Sistema urbano e cidades médias no Brasil**. Rio de Janeiro: IPEA, INPES, 1979. 146 p.

AZEVEDO, Aroldo de. Vilas e cidades do Brasil colonial. **Anais da Associação dos Geógrafos Brasileiros**, São Paulo, v. 09, p.147-162, 1954-55. Tomo I.

BACELAR, Winston Kleiber de A.. **Os mitos do sertão e do triângulo mineiro**: as cidades de Estrela do Sul e de Uberlândia nas teias da modernidade. 2003. 212 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Geografia, Departamento de Instituto de Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2003.

BALDIN, Nelma. **Tão fortes quanto a vontade**: história da imigração italiana no Brasil: os vênetsos em Santa Catarina. Florianópolis: Insular; UFSC, 1999. 279 p.

BECATTINI, Giacomo. O distrito marshalliano: uma noção socioeconômica. In: BENKO, Georges; LIPIETZ, Alan. **As regiões ganhadoras**. Distritos e redes: Os novos paradigmas da geografia econômica. Oeiras, Portugal: Celta, 1994. p. 19-32.

BELTRÃO, Leila Maria Vasquez. **A industrialização em Sombrio/SC: gênese e evolução**. 2001. 162 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Geografia, Departamento de Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2001.

BELTRÃO, Leila Maria Vasquez; MAMIGONIAN, Armen. Industrialização de Sombrio/SC: gênese e evolução. In: SCHEIBE, Luiz Fernando; FURTADO, Sandra Maria de Arruda; BUSS, Maria Dolores (Org.). **Geografias Entrelaçadas**: ambiente rural e urbano no sul de

Santa Catarina. Florianópolis: Editora da UFSC, 2005. p. 345-387.

BELL, David & JAYNE, Mark. Small Cities? Towards a Reserh Agenda. **International Journal of Urban and Regional Research**. New York, v.33, n.3,p. 683-699, set. 2009.

BENKO, George. Economia, **Espaço e Globalização na aurora do século XXI**. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1996. 266 p.

BENKO, Georges; LIPIETZ, Alan. O novo debate regional. In: BENKO, Georges; LIPIETZ, Alan. **As Regiões ganhadoras**. Distritos e redes: Os novos paradigmas da geografia econômica. Oeiras, Portugal: Celta, 1994. p. 3-18.

BERNARDELLI, Maria Lúcia Falconi da Hora. **Pequenas cidades na região de Catanduva - SP**: papéis urbanos, reprodução social e produção de moradias. 2004. 350 f. Tese (Doutorado) - Curso de Geografia, Faculdade de Ciência e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2004.

BERNARDO, Roseli Terezinha. Carvão nacional: do discurso formado à ação concretizada. In: GOULARTI FILHO, Alcides. **Memória e cultura do carvão em Santa Catarina**. Florianópolis: Cidade Futura, 2004. p. 63-74.

BIELSCHOWSKY, Ricardo. **Pensamento Econômico Brasileiro**. 5. ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000. 496 p.

BORJA, Jordi; CASTELLS, Manuel. **Local y global**: La gestion de las ciudades en la era de la información. Mexico: Santillana Ediciones, 2000. 395 p.

BOSSLE, Ondina Pereira. **Henrique Lage e o desenvolvimento catarinense**. Florianópolis: UFSC, 1981. 79 p.

BRAGA, Rhalf Magalhães. Tendências e perspectivas locacionais no capitalismo contemporâneo. **Geografares**, Vitória, n. 6, p.167-179, 2008.

BRANDÃO, Carlos Antonio. O modo transescalar de análise e de intervenção pública: notas para um manifesto antilocalista. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR, 10., 2003, Belo Horizonte. **Anais...** . Belo Horizonte: ANPUR, 2003. p. 01 - 12. Disponível em: <<http://www.anpur.org.br/revista/rbeur/index.php/anais/article/viewFile/1807/1775>>. Acesso em: 20 mar. 2013.

BRANDÃO, Carlos Antonio. Teorias, estratégias e políticas regionais urbanas recentes: anotações para uma agenda do desenvolvimento territorializado. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba, n. 107, p.57-76, jul./dez. 2004. Semestral.

BRASIL MINERAL: As maiores empresas do setor mineral. São Paulo: Signus Ltda, v. , n. 342, jul. 2014. Mensal.

BRENNER, Robert. **El debate Brenner:** estructura de clases agraria Y desarrollo economico en la Europa preindustrial. Barcelona: Crítica, 1988. 408 p. Edição de T.H. Aston y C.H.E. Philpin.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Empresários, suas origens e as interpretações do Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 9, n. 25, p.1-24, jun. 1994. Quadrimestral. Disponível em: <http://www.anpocs.org/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=212:rbc-25&catid=69:rbc&>. Acesso em: 10 nov. 2014.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Origens étnicas e sociais do empresário paulista. **Revista de Administração**, São Paulo, v. 3, n. 11, p.83-106, jul./set. 1963. Disponível em: <<http://www.bresserpereira.org.br/view.asp?cod=164>>. Acesso em: 10 nov. 2014.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Seis interpretações sobre o Brasil. **Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 25, n. 3, p.269-306, 1982.

BROGHIROLI, Maria Luíza S. **A capacidade e aprendizagem tecnológica na terceira geração da indústria petroquímica do Rio Grande do Sul.** 1999. 131f. Dissertação (mestrado) - Curso de Administração. Escola de Administração, UFRS, Porto Alegre, 1999.

CABRAL, Oswaldo Rodrigues. **Laguna e outros ensaios**. Florianópolis: IOESC, 1939. 183 p.

CAMPOS, Nazareno José dos. **Terras comunais na Ilha de Santa Catarina**. Florianópolis: FCC/UFSC, 1991. 162 p.

CANO, Wilson. **Desequilíbrios regionais e concentração industrial no Brasil**. 3. ed. São Paulo: UNESP, 2007. 387 p.

CANO, Wilson. **Raízes da concentração industrial em São Paulo**. São Paulo: DIFEL, 1977. 317 p.

CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade**: A era da informação: economia, sociedade e cultura. São Paulo: Paz e Terra, 1999. 491 p. Volume II.

CEAG CENTRO DE ASSISTÊNCIA GERENCIAL DE SANTA CATARINA (Santa Catarina). **Evolução histórico-econômica de Santa Catarina**: estudo das alterações estruturais (século XVII-1960). Florianópolis: SEBRAE/CEAG, 1980. 217 p.

CHANDLER, Alfred. **Ensaio para uma teoria histórica da grande empresa**. Rio de Janeiro: FGV, 1998. 342 p.

CHARDONNET, Jean. **Géographie Industrielle: L'industrie**. Paris: Sirey, 1965. 460 p. (Tomo 2).

CHESNAIS, François. **A mundialização do Capital**. São Paulo: Xamã, 1996. 335 p. Tradução de Silvana Finzi Foá.

CIESC CENTRO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA (Santa Catarina). Federação das Indústrias de Santa Catarina. **Guia da Indústria de Santa Catarina**: 2010. 3. ed. Florianópolis: Editora Empreendedor, 2011. 518 p.

CORRÊA, Roberto Lobato. As pequenas cidades na confluência do urbano e do rural. **Revista GEOUSP**: espaço e tempo, São Paulo, v. 30,

p.05-12, 2011.

CORRÊA, Roberto Lobato. Globalização e reestruturação da rede urbana: uma nota sobre as pequenas cidades. **Território**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 6, p.43-53, jan./jun. 1999. Semestral.

CORRÊA, Roberto Lobato. Identificação dos centros de gestão do território. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v. 57, n. 1, p.83-102, jan./mar. 1995. Trimestral.

CORRÊA, Roberto Lobato. O enfoque locacional em Geografia. **Terra Livre**, São Paulo, v. 1, n. 1, p.62-66, 1986.

CORRÊA, Roberto Lobato. Rede urbana: hipóteses e questionamentos sobre um tema negligenciado. **Cidades**, Presidente Prudente, v. 1, n. 1, p.65-78, nov. 2004. Semestral.

CUNHA, Idaulo José da. **Evolução econômico-industrial de Santa Catarina**. Florianópolis: Fundação Catarinense de Cultura, 1982. 169 p.

CUNHA, Yasmine Moura da. **Aspectos da paisagem oleira de Morro da Fumaça - SC**. 2002. 241 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Geografia, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2002.

DALL'ALBA, João Lenoir. **Imigração italiana em Santa Catarina**: documentário. Caxias do Sul: EDUCS, 1983. 180 p.

DALL'ALBA, João Lenoir. **O vale do Braço do Norte**. Orleans: Ed. do Autor, 1973.

DAMIANI, Amélia Luisa. Cidades médias e pequenas no processo de globalização. In: LEMOS, Amélia Inés G. de; ARROYO, Monica; SILVEIRA, Maria Laura. **América Latina: cidade, campo e turismo**. São Paulo: CLACSO, 2006. p. 135-147.

DAVIDOVICH, Fany R.; GEIGER, Pedro P.. Aspectos do fato urbano no Brasil. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 2,

p.263-362, abr./maio 1961.

DEAN, Warren. **A industrialização de São Paulo: 1880-1945**. São Paulo: Difusão Europeia do Livro/USP, 1971. 269 p.

DOBB, Maurice. **A evolução do capitalismo**. 3. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1988. 282 p. (Os economistas).

ELETRICIDADE MODERNA. São Paulo: Aranda Editora Técnica e Cultural, v. 44, n. 501, dez. 2015. Mensal.

EMPREGO, Ministério do Trabalho e; RAIS; CAGED. **Bases Estatísticas RAIS e CAGED**. 2014. Disponível em: <<http://bi.mte.gov.br/bgcaged/inicial.php>>. Acesso em: 03 mar. 2014.

ENDLICH, Ângela Maria. **Pensando os papéis e significados das pequenas cidades**. São Paulo: UNESP, 2009. 357 p.

ENDLICH, Ângela Maria. O estudo das pequenas cidades e os desafios conceituais: áreas de comparabilidade e complexidade mínima. **Huellas**: Santa Rosa, Santa Rosa, Argentina, v. 15, p.149-165, 2011. Semestral.

ESPÍNDOLA, Carlos José. Gênese, evolução e dinâmica das agroindústrias de carne de Santa Catarina. In: MAMIGONIAN, Armen et al (Org.). **Santa Catarina: Estudos de Geografia Econômica e Social**. Florianópolis: GCN/CFH/UFSC, 2011. p. 363-417. (Livros Geográficos IV).

FIGUEIREDO, Vila Dominga Monfardini. **Pequenos Municípios e Pequenas Cidades do Estado do Rio Grande do Sul: Contrastes, perfil do desenvolvimento e de qualidade de vida, 1980–2000**. 2008. 265 f. Tese (Doutorado) - Curso de Geografia, Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 2008.

FONTANELLA, Maria Bernardette. **A indústria cerâmica e a construção do espaço urbano**. 2001. 99 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Geografia, Centro de Filosofia e Ciências Humanas,

Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2001.

FRANK, Andrew Gunder. Desenvolvimento do subdesenvolvimento latino-americano. In: PEREIRA, Luiz (Org.). **Urbanização e subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Zahar, 1976. p. 25-38.

FRESCA, Tânia Maria. **A dinâmica funcional da Rede Urbana do Oeste Paulista**: Oswaldo Cruz e Inúbia Paulista. 1990. 282 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Geografia, Departamento de Departamento de Geografia, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1990.

FRESCA, Tânia Maria. Centros locais e pequenas cidades: diferenças necessárias. **Mercator**: Revista de Geografia da UFC, Fortaleza, v. 9, n. 20, p.75-81, set./dez. 2010. Trimestral. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=273619430006>>. Acesso em: 26 jan. 2014.

FRESCA, Tania Maria. Em defesa dos estudos das cidades pequenas no ensino de Geografia. **Geografia**, Londrina, v. 10, n. 1, p.27-34, jan./jun. 2001. Semestral.

FUNDAÇÃO DOM CABRAL (Minas Gerais) (Ed.). **Ranking FDC das multinacionais brasileiras 2013**: Os impactos da política externa na internacionalização das empresas brasileiras. 8. ed. Nova Lima: FDC Núcleo de Negócios Internacionais, 2013. 51 p. (Caderno de Ideias). Disponível em: <http://www.fdc.org.br/imprensa/Documents/2013/ranking_multinacionais_brasileiras2013.pdf>. Acesso em 06 out. 2014.

GERMER, Claus M.. A irrelevância prática da agricultura familiar para o emprego agrícola. **Reforma Agrária**, Brasília, v. 31, n. 1, p.47-62, jan./jun. 2002.

GIL, Izabel Castanha. **Nova Alta Paulista, 1930-2006**: entre memórias e sonhos: do desenvolvimento contido ao projeto político de desenvolvimento regional. 2007. 411 f. Tese (Doutorado) - Curso de Geografia, Faculdade de Ciência e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2007.

GOULARTI FILHO, Alcides . **A inserção da indústria do vestuário na economia do sul de Santa Catarina.** 1995. 176 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Geografia, Centro de Ciências Humanas, Ufsc, Florianópolis, 1995.

GOULARTI FILHO, Alcides. **Formação Econômica de Santa Catarina.** Florianópolis: Cidade Futura, 2002. 500 p.

GOULARTI FILHO, Alcides. A indústria cerâmica do sul catarinense: participação estatal, rupturas tecnológicas e mercado externo. **Geosul**, Florianópolis, v. 12, n. 24, p.69-76, jul./dez. 1997. Trimestral.

GOULARTI FILHO, Alcides. As condições de acumulação diferenciada: o desempenho da pequena produção mercantil no sul de Santa Catarina. **Geosul**, Florianópolis, v. 10, n. 19, p.102-116, 1995. Semestral.

GOULARTI FILHO, Alcides. Crédito, planos e planejamento em Santa Catarina. **Política & Sociedade.** Florianópolis, v. 11, n.22, p. 119-154, 2012.

GRAMSCI, Antonio. **A questão meridional.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. 168 p.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere:** Volume 5. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. 461 p. Edição e tradução de Luiz Sérgio Henrique e Carlos Nelson Coutinho.

GRAMSCI, Antonio. **Maquiavel, a política e o Estado Moderno.** 7. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1989. 444 p. Tradução de L.M. Gazzaneo.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna:** uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. São Paulo: Loyola, 1994. 349 p.

HASENCLEVER, Lia; ZISSIMOS, Isleide. A evolução das Configurações Produtivas Locais no Brasil: uma revisão de literatura. **Estudos Econômicos**, São Paulo, v. 36, n. 3, p.407-433, jul./set. 2006.

Trimestral.

HERING, Maria Luiza Renaux. **Colonização e indústria no Vale do Itajaí: o modelo catarinense de desenvolvimento**. Blumenau: Editora da FURB, 1987. 334 p.

HERZOG, Pierre. El punto de vista de un economista. In: LUPORINI, Cesare et all. **El concepto de formación económico-social**. Buenos Aires: Siglo XXI, 1974. p. 196-200. (Cuadernos Pasado y Presente 39).

HOBOLD, Paulo. **A história de Araranguá**. 9. ed. Araranguá: [s.n.], 2005. 311 p. Complementada e atualizada por Alexandre Rocha.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. 26 ed. São Paulo: Cia das Letras, 1995. 226p.

HOPKINS, Terence K.; WALLERSTEIN, Immanuel. Commodity chains in the World-Economy prior to 1800. **Review Magazine**, Santa Cruz, Califórnia, v. 1, n. , p.157-170, summer 1986.

IBGE INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Cadastro Central de Empresas: 2011**. Rio de Janeiro: IBGE, 2012. 177 p. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/cadastroempresa/>>. Acesso em: 10 dez. 2013.

IBGE INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Produto Interno Bruto dos Municípios 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2012b. 105 p. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/pibmunicipios/2010/>>. Acesso em: 05 maio 2013.

IBGE INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Agropecuário. 2006**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/default.shtm>>. Acesso em: 20 jul. 2013.

IBGE INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA.

Censo Demográfico 2010: Características da população e dos municípios. Rio de Janeiro: IBGE, 2011. 270 p. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/>>. Acesso em: 05 maio 2013.

IBGE INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Regiões de Influência das cidades 2007.** Rio de Janeiro: Ibge, 2008. 201 p. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/geociencias/geografia/regic.shtm?c=6>>. Acesso em: 12 maio 2013.

IPEA/IBGE/UNICAMP. **Caracterização e tendências da rede urbana do Brasil:** desenvolvimento regional e estruturação da rede urbana. Brasília: IPEA, 2002. 127 p. Volume 3.

ISARD, Walter. **Location and Space Economy.** Cambridge: Massachusetts Institute, 1956. 213p.

ISOPPO, Keity Kristiny Vieira. **Gênese e evolução da indústria cerâmica na Região de Criciúma** - SC. 2009. 243 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Geografia, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2004.

JOCHEM, Toni Vidal. **A formação da colônia alemã Teresópolis e a atuação da Igreja Católica: 1860-1910.** 2002. 155 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de História, Centro de Filosofia e Ciência Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2002.

JUANICO, Meliton B. O desenvolvimento em cidades pequenas no Terceiro Mundo. **Boletim Geográfico**, Rio de Janeiro, v. 35, n. 252, p.24-35, jan./mar. 1977. Trimestral.

JURADO DA SILVA, Paulo Fernando . **Cidades Pequenas e Indústria:** Contribuição para a análise da dinâmica na região de Presidente Prudente. 2011. 277 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Geografia, Faculdade de Ciência e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2011.

JURGENFELD, Vanessa. Cooperativas de arroz de Santa Catarina criam a Brazil Rice. **Valor Econômico**. São Paulo, p. 1-1. 7 maio 2012. Disponível em: <<http://www.valor.com.br/agro/2648258/cooperativas-de-arroz-de-sc-criam-brazil-rice>>. Acesso em: 11 abr. 2014.

KERSTENETZKY, Jaques. Organização empresarial em Alfred Marshall. **Estudos Econômicos**, São Paulo, v. 34, n. 2, p.309-392, abr./jun. 2004. Trimestral.

KRUGMAN, Paul. What's new about the new economic geography? **Oxford Review of Economic Policy**, Oxford, v. 2, n. 14, p.7-17, 1998. Trimestral.

LEÃO, Carla de Souza. **A inserção das pequenas cidades na rede urbana**: o caso das cidades de região de governo de Dracena - SP. 2011. 136 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Geografia, Faculdade de Ciência e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2011.

LENIN, Vladimir. **O programa agrário da social democracia na primeira revolução russa de 1905-1907**. Rio de Janeiro: Editora Vitória, 1954. 277 p.

LENIN, Vladimir. Prefácio a segunda edição. In: LENIN, Vladimir. **O desenvolvimento do capitalismo na Rússia**. 3. ed. São Paulo: Nova Editorial, 1988. p. 9-12.

LESSA, Carlos. O Plano de Metas: 1957-1960. In: LESSA, Carlos. **Quinze anos de Política Econômica**. São Paulo: Brasiliense, 1981. p. 27-117.

LIMA, Juliana Daldegan; SANSON, João Rogério. O surto da industrialização do setor têxtil a partir de 1880: Blumenau e Brasil. **Heera**: Revista de História Econômica e Economia Regional Aplicada, Juiz de Fora, v. 3, n. 5, p.107-130, 2008. Semestral.

LINS, Hoyêdo Nunes. **A questão regional na aurora do século XXI**: os desafios da globalização. Ensaio, Porto Alegre, v. 22, n. 2, p.78-101,

2001. Semestral.

LINS, Hoyêdo Nunes. Regulação local: problemática e ensaio de observação. **Ensaio**, Porto Alegre, v. 27, n. 1, p.153-178, maio 2006. Semestral.

LLOYD, Christopher. **As estruturas da história**. Rio de Janeiro: Zahar, 1995. 295 p.

LOPES, Diva Maria Ferlin. Cidades pequenas do semiárido: dinâmicas sociodemográficas e marginalização. In: LOPES, Diva Maria Ferlin; HENRIQUE, Wendel (Org.). **Cidades Médias e Pequenas: teorias, conceitos e estudos de caso**. Salvador: Sei, 2010. p. 77-92. (Estudos e Pesquisas n.87).

LOURENÇO, Gilmar Mendes. A crise internacional e o agronegócio. **Análise Conjuntural**, Curitiba, v. 31, n. 2-3, p.11-13, mar./abr. 2009.

LUCENA, Liliâne Monfaredini Fernandes de. **Laguna de ontem a hoje: espaços públicos e vida urbana**. 1988. 165 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Geografia, Departamento de Geografia, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1988.

LUKÁCS, George. Marxismo e questões de método na ciência social: o marxismo ortodoxo. In: LUKÁCS, George. **Sociologia**. São Paulo: Ática, 1981. Cap. 1. p. 59-86. Organização de José Paulo Neto.

LUKÁCS, Gyorg. Questões metodológicas preliminares. In: LUKÁCS, Gyorg. **Os princípios ontológicos fundamentais de Marx**. São Paulo: Editora Ciências Humanas Ltda, 1979. p. 11-74.

MAIA, Doralice Sátyro. Cidades médias e pequenas do Nordeste. In: LOPES, Diva Maria F.; HENRIQUE, Wendel (Org.). **Cidades médias e pequenas: teorias, conceitos e estudos de caso**. Salvador: SEI, 2010. p. 13-41. (Estudos e Pesquisas n.87).

MAMIGONIAN, Armen. A Geografia e a Formação Social como teoria e método. In: SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia de. **O mundo do**

cidadão. Um cidadão do mundo. São Paulo: HUCITEC, 1996. p. 198-206.

MAMIGONIAN, Armen. A indústria de Santa Catarina: dinamismo e estrangulamento. In: MAMIGONIAN, Armen (Org.). **Santa Catarina: Estudos de Geografia Econômica e Social.** Florianópolis: GCN/CFH/UFSC, 2011. p. 73-120. (Livros Geográficos IV).

MAMIGONIAN, Armen. A localização industrial no Brasil: notas metodológicas e exemplos. **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, n. 51, p.79-92, 1976.

MAMIGONIAN, Armen. Estudo geográfico das indústrias de Blumenau. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v. 27, n. 3, p.63-155, jul./set. 1965. Separata.

MAMIGONIAN, Armen. Indústria. In: SANTA CATARINA. Gaplan. Secretaria de Estado do Planejamento. **Atlas de Santa Catarina.** Florianópolis: Gaplan, 1986. p. 105-106.

MAMIGONIAN, Armen. Introdução ao pensamento de Ignácio Rangel. **Geosul**, Florianópolis, v. 3, p.63-71, jan./jul. 1987. Semestral.

MAMIGONIAN, Armen. O processo de industrialização em São Paulo. **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, n. 50, p.83-99, mar. 1976.

MAMIGONIAN, Armen. Teorias sobre a industrialização brasileira. **Cadernos Geográficos**, Florianópolis, n. 2, p.1-49, maio 2000. Publicação do Departamento de Geociências da UFSC.

MAMIGONIAN, Armen. Vida regional em Santa Catarina. **Revista Orientação**, São Paulo, n. 2, p.35-38, 1966.

MARTINS, Adroaldo Alves. **Socioeconomia do carvão em Santa Catarina: uma contribuição ao estudo de sua trajetória.** 2005. 186 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Economia, Centro Sócio Econômico, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2005.

MARX, Karl. **Contribuição à crítica da economia política**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1983. 351 p.

MARX, Karl. **Formações econômicas pré-capitalistas**. 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986. 136 p. Introdução de Eric Hobsbawn.

MARX, Karl. **O Capital**: crítica da economia política. 11. ed. São Paulo: Difel, 1987. 933 p. Livro I.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã: Feuerbach**. 5. ed. São Paulo: HUCITEC, 1986. 138 p.

MDIC. **Estatísticas do Comércio Exterior**. 2014. Disponível em: <<http://www.mdic.gov.br/sitio/interna/index.php?area=5>>. Acesso em: 05 fev. 2014.

MELLO, João Manuel Cardoso de. **O capitalismo tardio**. 8. ed. São Paulo: Brasiliense, 1991. 182 p.

MELO, Nágela Aparecida de. **Pequenas cidades da microrregião geográfica de Catalão (GO)**: análises de seus conteúdos e considerações teórico-metodológicas. 2008. 527 f. Tese (Doutorado) - Curso de Geografia, Instituto de Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2008.

MESSIAS, Talita Alves de; GOULARTI FILHO, Alcides. A atuação da SUDESUL nas políticas de planejamento econômico para o Rio Grande do Sul. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, Taubaté, v. 11, n. 1, p.299-322, jan./abr. 2015.

MDIC. MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO. **Estatísticas do Comércio Exterior**. 2014. Disponível em: <<http://www.mdic.gov.br/sitio/interna/index.php?area=5>>. Acesso em: 05 fev. 2014.

MTE. MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. **Portaria nº 540**, de 18 de dezembro de 2002. Aprovar as instruções gerais para a declaração da relação anual de informações sociais – RAIS.. Portaria 540

de 18/12/2002. 247. ed. Brasília: Diário Oficial da União, 23 dez. 2002. p. 277-282.

MONBEIG, Pierre. O estudo geográfico das cidades. In: MONBEIG, Pierre. **Novos estudos de Geografia Humana Brasileira**. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1958. p. 33-77.

MOREIRA JÚNIOR, Orlando . Tendências nas pesquisas geográficas sobre cidades pequenas no Brasil: apontamentos para análise. **Geographia**, Niterói, v. 16, n. 32, p.139-170, 2014. Semestral.

MOREIRA JÚNIOR, Orlando. **Processos excludentes e produção do espaço urbano em pequenas cidades paulistas**: Os casos de Capão Bonito, Buri e Ribeirão Grande. 2010. 205 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Engenharia Urbana, Centro de Ciências Exatas e Tecnologia, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2009.

NAPOLEÃO, Fábio. Joinville (SC): polo latino-americano de transformação do PVC (1941-2002). In: MAMIGONIAN, Armen (Org.). **Santa Catarina**: estudos de geografia econômica e social. Florianópolis: UFSC, 2011. p. 121-185.

NASCIMENTO, Dorval do. Produção histórica e cultural da Região Carbonífera de Santa Catarina: 1880-1930. In: GOULARTI FILHO, Alcides. **Memória e cultura do carvão em Santa Catarina**. Florianópolis: Cidade Futura, 2004. p. 49-61.

NEU, Márcia Fernandes Rosa. Organização espacial dos portos catarinenses. In: MAMIGONIAN, Armen. **Santa Catarina**: estudos de geografia econômica e social. Florianópolis: UFSC, 2011. p. 443-460.

OLIVEIRA, Bianca Simoneli de; SOARES, Beatriz Ribeiro. O papel das pequenas cidades para a região do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba junto ao período técnico-científico internacional. In: CONGRESSO DA ANPUR, 9., 2001, Rio de Janeiro. **Anais...** . Rio de Janeiro: ANPUR, 2001. v. 1, p. 278 - 288. Disponível em: <<http://www.anpur.org.br/revista/rbeur/index.php/anais/article/view>

PEREIRA, Luiz Carlos Bresser; RÊGO, José Márcio. Um mestre da economia brasileira: Ignácio Rangel. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 13, n. 2, p.98-119, abr./jun. 1993. Trimestral.

PEREIRA, Raquel Fontes do Amaral. **Da Geografia que se ensina à gênese da Geografia Moderna**. Florianópolis: Editora da UFSC, 1989. 131 p.

PEREIRA, Raquel Fontes do Amaral. A gênese da formação brasileira. In: ANDRADE; FERNANDES; CAVALCANTI (Org.). **O mundo que o português criou: Brasil século XVI**. Recife: CNPQ Fundação Joaquim Nabuco, 1997. p. 87-116.

PEREIRA, Raquel Maria Fontes do Amaral. Santa Catarina no contexto da formação sócio-espacial do Brasil Meridional. In: MAMIGONIAN, Armen (Org.). **Santa Catarina: Estudos de Geografia Econômica e Social**. Florianópolis: GCN/CHF/UFSC, 2011. Cap. 1. p. 13-30.

PERROUX, François. **A economia do século XX**. Lisboa: HERDER, 1967. 758 p.

PORTAL DO CIMENTO (Brasil). **Cimento Portland Pozolânico**. 2014. Disponível em: <<http://www.portaldoconcreto.com.br/>>. Acesso em: 12 dez. 2014.

PORTO DE IMBITUBA (Imbituba). **Quem somos**. 2016. Disponível em: <<http://www.portodeimbituba.com.br>>. Acesso em: 05 jan. 2016.

PRADO JÚNIOR, Caio. **Evolução Política do Brasil e outros estudos**. 6. ed. São Paulo: Brasiliense, 1969. 245 p.

PRADO JÚNIOR, Caio. **História econômica do Brasil**. 26. ed. Brasiliense: São Paulo, 1981. 364 p. Disponível em: <<http://copyfight.me/Acervo/livros/C.PRADO.J-BRASIL.pdf>>. Acesso em: 10 out. 2014.

RANGEL, Ignácio Mourão. **A dualidade básica da economia brasileira**. 2. ed. Rio de Janeiro: Instituto Ignácio Rangel, 1999. 109 p. (Textos

Básicos da Economia Brasileira).

RANGEL, Ignácio. 500 anos de desenvolvimento da América e do Brasil. **Geosul**, Florianópolis, v. 7, n. 15, p.7-12, jan./jul. 1993. Semestral.

RANGEL, Ignacio. **Ciclo, tecnologia e crescimento**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982. 172 p.

RANGEL, Ignacio. **Economia: milagre e antimilagre** (1985). São Paulo: Zahar, 1985. 96 p.

RANGEL, Ignácio. A história da dualidade brasileira. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 1, n. 4, p.5-34, out./dez. 1981. Trimestral.

RANGEL, Ignácio. O ciclo médio e o longo no Brasil. **Ensaio**, Porto Alegre, v. 2, n. 3, p.31-42, 1983. Semestral.

RAUD, Cécile. **Indústria, território e meio ambiente no Brasil**: perspectivas da industrialização descentralizada a partir da análise da experiência catarinense. Florianópolis: Editora da UFSC, 1999. 279 p.

REITZ, Raulino. **Paróquia de Sombrio**: ensaio de uma monografia paroquial. Sombrio: IOESC, 1988. 191 p.

RIBEIRO, Carlos Alberto Campello. **Henrique Lage e a Cia Nacional de Navegação Costeira**: a história da empresa e sua inserção social (1891-1942). 2007. 337 f. Tese (Doutorado) - Curso de História Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

RIBEIRO, Ivan de O. Agricultura e Capitalismo no Brasil. In: RIBEIRO, Ivan de O. **Agricultura, democracia e socialismo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. p. 51-64.

ROCHA, Isa de Oliveira. **Industrialização de Joinville-SC**: da gênese às exportações. Florianópolis: Ed. do Autor, 1997. 135 p.

ROMA, Cláudia Marques. **O rural, o urbano e o agrícola no**

movimento espiral do espaço: um híbrido. 2012. 297 f. Tese (Doutorado) - Curso de Geografia, Faculdade de Ciência e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2012.

RONÇANI, Liara Darabás; GOULARTI FILHO, Alcides. A trajetória recente da economia catarinense 2000-2010: na contramão do crescimento?. In: ENCONTRO DE ECONOMIA CATARINENSE, 8., 2013, Florianópolis. **Anais...** . Florianópolis: UFSC, 2013. p. 1 - 18. Disponível em: <http://www.apec.unesc.net/eventos_exibe_VII.htm>. Acesso em: 10 abr. 2014.

SAES, Flavio Azevedo Marques de. A controvérsia sobre a industrialização na Primeira República. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 3, n. 7, p.20-39, set./dez. 1989. Trimestral.

SANTA CATARINA. CEPA/EPAGRI. Secretaria Estadual da Agricultura e da Pesca. **Síntese anual da agricultura de Santa Catarina:** 2012-2013. 2013. Disponível em: <http://cepa.epagri.sc.gov.br/Publicacoes/Sintese_2013/sintese-2013.pdf>. Acesso em: 12 maio 2014.

SANTA CATARINA. Ministério Público do Trabalho. Procuradoria Regional do Trabalho de Santa Catarina. **SEARA de Forquilha é executada em R\$ 48 milhões.** 2013b. Disponível em: <http://www.prt12.mpt.gov.br/prt/noticias/2013_10/07_10_02.php>. Acesso em: 07 out. 2013.

SANTA CATARINA. Ministério Público do Trabalho. Procuradoria Regional do Trabalho de Santa Catarina. **TRT/SC condena Seara de Forquilha em R\$ 25 milhões para recuperar trabalhadores lesionados.** 2013c. Disponível em: <http://www.prt12.mpt.gov.br/prt/noticias/2013_01/23_01.php>. Acesso em: 23 jan. 2013.

SANTA CATARINA. Secretaria da Fazenda. **Relatório das declarações de informações econômico-fiscais das indústrias extrativas e de transformação dos municípios de Santa Catarina:** Banco de dados do Cadastro Tributário. Florianópolis: Secretaria da Fazenda, 2011. 02 p.

SANTA CATARINA. Secretaria de Estado de Coordenação Geral e Planejamento. Subsecretaria de Estudos Geográficos e Estatísticos. **Atlas Escolar de Santa Catarina**. Rio de Janeiro: Aerofoto Cruzeiro, 1991. 96 p.

SANTOS, Maurício Aurélio dos. **Crescimento e crise na Região Sul de Santa Catarina**. 1995. 186 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Geografia, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1995.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 2. ed. São Paulo: HUCITEC, 1997. 308 p.

SANTOS, Milton. **Por uma Geografia Nova**. 2. ed. São Paulo: HUCITEC, 1980. 236 p.

SANTOS, Milton. As cidades locais no Terceiro Mundo: o caso da América Latina. In: SANTOS, Milton. **Espaço e Sociedade**. Petrópolis: Vozes, 1979a. Cap. 6. p. 69-76.

SANTOS, Milton. O Estado-Nação como espaço, totalidade e método. In: SANTOS, Milton. **Espaço e Sociedade: ensaios**. Petrópolis: Vozes, 1979b. p. 28-35.

SANTOS, Milton. Sociedade e espaço: a formação social como teoria e método. In: SANTOS, Milton. **Espaço e Sociedade: ensaios**. Petrópolis: Vozes, 1979c. p. 9-27.

SCHLICKMANN, Paulo Henrique. **Estudo geográfico das indústrias de plástico em São Ludgero - SC**. 2012. 275 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Geografia, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2012.

SCHWARM, Walter; CUTLER, Harvey. Building small city and town sans and CGE models. **Review Of Urban & Regional Development Studies**, Tokyo, v. 15, n. 2, p.132-147, July 2003.

SERENI, Emilio. La categoria de formación economico-social. In:

LUPORINI, C.; SERENI, E.. **El concepto de formación económico-social**. Buenos Aires: Siglo XXI, 1974. p. 28-35. (Cuadernos Pasado y Presente 39).

SIECESC. SINDICATO DA INDÚSTRIA DE EXTRAÇÃO DE CARVÃO DO ESTADO DE SANTA CATARINA. **Dados estatísticos do Carvão Mineral**. 2013. Disponível em: http://www.siecesc.com.br/pdf/dados_estatisticos_ano_2013.pdf. Acessado em 10 jan. 2014.

SILVA, Célia Maria. **Ganchos: ascensão e decadência da pequena produção mercantil**. Florianópolis: UFSC, 1992. 197 p.

SILVA, Célia Maria. Formação Socioespacial de Sombrio. In: SCHEIBE, Luiz Fernando; PELLERIN, Joel (orgs.). **Qualidade Ambiental de Municípios de Santa Catarina: o Município de Sombrio**. Florianópolis: FEPEMA, 1997. 152p.

SILVA, Marcos Aurélio da. **A indústria de equipamento elétrico do nordeste catarinense: um estudo de Geografia Industrial**. 1997. 224 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Geografia, Departamento de Geografia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1997.

SILVA, Marcos Aurélio da. **Gênese e dinâmica competitiva da indústria de equipamentos elétricos do Sul do Brasil**. 2005. 325 f. Tese (Doutorado) - Curso de Geografia, Departamento de Geografia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

SILVA, Marcos Aurélio da. A categoria de formação sócio-espacial e a questão regional: uma aproximação com Gramsci. In: ENCUESTRO DE GEÓGRAFOS DA AMÉRICA LATINA, 12., 2009, Montevideo. **Anais...**. Montevideo: Observatório Geográfico da América Latina, 2009. p. 1 - 12. Disponível em: <http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal12.html>. Acesso em: 11 dez. 2012.

SILVA, Marcos Aurélio da. As origens da burguesia industrial e o tipo de evolução capitalista no nordeste catarinense: uma nota crítica. **Geosul**,

Florianópolis, v. 14, n. 28, p.101-111, jul./dez. 1999. Semestral.

SILVA, Marcos Aurélio da. Dialética e Geografia em Antonio Gramsci. **Lutas Sociais**, São Paulo, v. 17, n. 31, p.21-32, jul./dez. 2013.

SILVA, Marcos Aurélio da. Geografia e Marxismo: questões de método e notas de pesquisa. **Revista Ciência Geográfica**, Bauru, v. 9, n. 2, p.165-173, maio/jun. 2003. Trimestral.

SILVA, Marcos Aurélio da. O desenvolvimento regional e urbano catarinense no contexto sul brasileiro: notas a partir da teoria marxista das transições. In: MAMIGONIAN, Armen et al (org.). **Santa Catarina: Estudos de Geografia Econômica e Social**. Florianópolis: GCN/CFH/UFSC, 2011. p. 49-71. (Livros Geográficos IV).

SILVA, Marcos Aurélio da. A indústria de equipamentos elétricos do sul do Brasil: crítica da história fetichista, processo de internacionalização. **Revista NECAT**, Florianópolis, v. 5, n. 3, p.71-91, jan./jun. 2014. Semestral.

SILVA, Sérgio. **Expansão cafeeira e origens da indústria no Brasil**. 7. ed. São Paulo: Alfa-Ômega, 1986. 114 p.

SINGER, Paul. **Desenvolvimento econômico e evolução urbana**. 2. ed. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1977. 377 p.

SOARES, Beatriz Ribeiro. Pequenas e médias cidades: um estudo sobre as relações socioespaciais nas áreas de cerrado de Minas Gerais. In: SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão (Org.). **Cidades médias: espaços em transição**. São Paulo: Expressão Popular, 2007. p. 461-494.

SOARES, Beatriz Ribeiro; MELO, Nágela Aparecida de. Cidades médias e pequenas: reflexões sobre os desafios no estudo dessas realidades socioespaciais. In: LOPES, Diva Maria Ferlin; HENRIQUE, Wendel (Org.). **Cidades Médias e Pequenas: teorias, conceitos e estudos de caso**. Salvador: Sei, 2010. p. 229-250. (Estudos e Pesquisas n.87).

SODRÉ, Nelson Werneck. **Formação Histórica do Brasil**. 9. ed. Rio de

Janeiro: Civilização Brasileira, 1976. 415 p.

SPOSITO, Eliseu Savério. **Migração e permanência das pessoas nas cidades pequenas: os casos de Pirapozinho e Álvares Machado na Alta Sorocabana**. 1982. 238 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1982.

STORPER, Michael. A industrialização e a questão regional no Terceiro Mundo: lições do pós-imperialismo; perspectivas do pós-fordismo. In: VALLADARES, Licia; PRETECEILLE, Edmound (Org.). **Reestruturação urbana: tendências e desafios**. São Paulo: Nobel, 1990. p. 120-147.

STORPER, Michael. Las Economias Regionales como activos relacionales. **Cadernos IPPUR**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 13, p.29-68, ago. 1999. Trimestral.

SUZIGAN, Wilson. **Indústria brasileira: origem e desenvolvimento**. São Paulo: Brasiliense, 1986. 403 p.

SUZIGAN, Wilson. Aglomerações industriais como focos de políticas. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 21, n. 3-83, p.27-39, jul./set. 2001.

SWEEZY, Paul et al. **A transição do feudalismo para o capitalismo**. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983. 196 p. Coleção Pensamento Crítico.

TAVARES, Maria da Conceição. **Acumulação de capital e industrialização no Brasil**. 3. ed. Campinas: Unicamp, 1998. 206 p.

TEIXEIRA, José Paulo. **Os donos da cidade: poder e imaginário das elites em Criciúma**. 1995. 230 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Sociologia Política, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1995.

TISKOSKI, Adolfo. **Tiscoski: uma história de imigrantes**. Curitiba:

Gráfica Vicentina, [1994]. 182 p.

VALE, Gláucia Maria Vasconcellos; CASTRO, José Márcio de. Clusters, Arranjos Produtivos Locais, Distritos Industriais: Reflexões sobre Aglomerações Produtivas. **Análise Econômica**, Porto Alegre, v. 53, n. 28, p.81-97, mar. 2010.

VIANA, Oliveira. **Populações meridionais do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 2005. 321 p. Edições do Senado Federal nº 27.

VIEIRA, Maria Graciana E. de Deus. **Formação Social Brasileira e Geografia: reflexões sobre um debate interrompido**. 1992. 137 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Geografia, Departamento de Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1992.

VIEIRA, Maria Graciana Espellet de Deus. Notas sobre a gênese das formações sócio-espaciais do planalto catarinense. In: MAMIGONIAN, Armen (Org.). **Santa Catarina: Estudos de Geografia Econômica e Social**. Florianópolis: GCN/CHF/UFSC, 2011. Cap. 2. p. 31-47.

VIEIRA, Maria Graciana Espellet de Deus; PEREIRA, Raquel Maria Fontes do Amaral. Formações sócio-espaciais catarinenses. In: CONGRESSO DE HISTÓRIA E GEOGRAFIA DE SANTA CATARINA, 1., 1997, Florianópolis. **Anais...** . Florianópolis: Capes/mec, 1997. p. 1 - 10.

WAIBEL, Léo. A lei de Thünen e a sua significação para a Geografia Agrária. **Boletim Geográfico**. Rio de Janeiro, p. 273-294. maio 1955.

WALLERSTEIN, Immanuel. **O sistema mundial moderno: a agricultura capitalista e as origens da economia-mundo europeia do século XVI**. Porto: AFRONTAMENTO, 1990. 404 p.

WANDERLEY, Maria Nazareth Baude. **Urbanização e ruralidade: relações entre a pequena cidade e o mundo rural**. Recife: Neade, 2001. 10 p. Disponível em: <www.mda.gov.br/portal/nead/arquivos/download/arquivo_224.doc?file...>

>. Acesso em: 10 fev. 2013.

ZANELATTO, João Henrique. **De olho no poder**: o integralismo e as disputas políticas em Santa Catarina na era Vargas. Criciúma: EDUCS, 2012. 354 p.

ZANELATTO, João Henrique. **Homens do barro**: experiência de trabalhadores da cerâmica vermelha (olarias) em Morro da Fumaça. 1998. 174 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Geografia, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, UFSC, Florianópolis, 1998.

ZANELATTO, João Henrique. Comparação da imigração europeia e a inserção sociopolítica dos imigrantes e seus descendentes nas regiões sul, vale do Itajaí e norte de Santa Catarina: 1850-1920. **Saeculum: Revista de História**, João Pessoa, n. 24, p.25-38, jan./jul. 2011. Semestral.

ZANELATTO, João Henrique; OSÓRIO, Paulo Sérgio. História econômica de Forquilha (1895-2011): de núcleo colonial a município. **Interações (Campo Grande)**, [s.l.], v. 16, n. 2, p.351-363, dez. 2015. FAP/UNIFESP/ (SciELO). DOI: 10.1590/151870122015210.

ANEXOS

Anexo 01 - EXPORTAÇÕES DOS MUNICÍPIOS DO SUL CATARINENSE 2013						
CATE- GORIA	COLO- CAÇÃO ¹	MUNICÍPIO	TOTAL EXPORTA- DO US\$ FOB	PRODUTO INDUSTRIAL EXPORTADO	VALOR EXPORTADO US\$ FOB	PRINCIPAIS DESTINOS DA EXPORTAÇÃO
GM ²	6º	Araranguá	235.758.760	Fumo não manufaturado Silos metalicos p/cereais, Secadores p/produtos agricolas	3.763.614 1.150.707 1.087.964	1 Bélgica 2 Eua 3 Alemanha
PMI ³	14º	Forquilha	97.943.363	Pedacos e miudezas,comest.de galos/galinhas,congelados Outros.prod. Origem animal,impróp.p/alim.humana Portas e caixilhos, Alizares e soleiras de madeira	93.552.701 1.870.651 1.183.019	1 Japão 2 Cingapura 3 Espanha
PMI	19ª	Nova Veneza	71.243.911	Pedacos e miudezas,comest.de galos/galinhas,congelados Carnes de outros.animais Salgadas,secas,etc Freios e partes p/tratores/ Veícs automotivos.	55.324.286 11.480.143 2.362.877	1. Japão 2. Espanha 3. Cingapura

GM	24ª	Criciúma	57.987.604	Ladrilhos de ceramica, vidrados,esmaltados Outras maquinas e aparelhos p/avicultura Outras maquinas e aparelhos p/agricultura,horticultura	32.032.823 4.903.258 3.731.500	1 Argentina 2 Eua 3 Peru
PMA ⁴	31º	Morro Grande	41.791.839	Pedacos e miudezas,comest.de galos/galinhas,congelados Carnes de outros animais, Salgadas,secas. Carnes de galos/galinhas,não cortadas em pedacos,congeladas	40.991.482 748.850 51.507	1 Japão 2 África Do Sul 3 Macedônia
GM	42º	Içara	25.275.425	Outras composições vitrificáveis e preparações semelhantes Engobos. Outros pigmentos opacificantes e cores	8.709.981 5.159.473 2.136.830	1 Argentina 2 Bolívia 3 Eua
PMI	45º	Cocal do Sul	23.009.650	Ladrilhos de cerâmica vidrados,esmaltados Ladrilhos de ceramica, não vidrados,nãoesmaltados Partes de maqs.e aparelhos p/selecionar subst.minerais	21.390.765 986.390 437.664	1 Eua 2 Paraguai 3 Reino Unido
GM	52º	Tubarão	21.017.577	Perfis de ligas de aluminio Ladrilhos de ceramica, vidrados,esmaltados Perfis ocós de ligas de aluminio	7.131.820 5.238.938 2.068.280	1 Paraguai 2 Peru 3 Uruguai

PMI	100°	Braço do Norte	13.596.194	Obras de madeira Madeiras serradas/cortadas em folhas.esp>6mm Madeira de ipe,serrada/cortada em folhas esp>6mm	6.619.374 1.314.183 1.100.013	1 Eua 2 Chile 3 Hong Kong
PMI	101°	Sombrio	12.793.701	Armacoes e cabos de madeira,de ferramentas,escovas Calçads.sol.externoborracha Plástico couro/nat Vestidos de outros materias texteis.	398.670 167.158 3.609	1 Bélgic 2 Emirados Árabes Unidos 3 Eua
PMI	104°	Morro da Fumaça	10.358.953	Ladrilhos de cerâmica,vidrados,esmaltados Composicoes vitrificaveis e preparacoes semelhantes Fritas de vidro,em po,em granulos,em lamelas ou flocos	5.284.168 1.975.091 980.900	1 República Dominicana 2 Argentina 3 Bolívia
PMI	106°	Orleans	10.163.705	Reboques e semi-reboques p/transp de mercadorias Chapas de polimeros de etileno,não reforçadas Reboques-cisternas p/transporte de mercadorias	9.396.290 344.771 239.317	1 Paraguai 2 Uruguai 3 Bolívia
PMI	109°	São Ludgero	8.103.193	Sacos,bolsas e cartuchos,de outros plasticos Chapas de polimeros de etileno,n/reforçadas Servicos de mesa/outros artigos mesa/cozinha,de plasticos	1.343.213 1.066.081 638.975	1 México 2 Coréia Do Sul 3 Colômbia

PMA	115°	Jacinto Machado	5.644.501	Arroz semibranqueado não parboilizado, polido, brunido	sem dados	1 Panamá
PMI	139°	Urussanga	2.514.922	Ladrilhos de ceramica, Vidrados, esmaltados Chocadeiras e criadeiras Aparelhos p/coz.e aquec.pratos a comb.sólidos	1.018.927 311.020 302.554	1 Paraguai 2 Bolívia 3 Argentina
PMI	142°	Jaguaruna	2.239.018	Ladrilhos de ceramica, vidrados, esmaltados Maios e biquinis, de banho, de malha de fibras sintéticas Telhas de ceramica	2.097.255 8.940 19.173	1 Chile 2 República Dominicana 3 Uruguai
PMI	143°	Garopaba	2.223.726	Máqs.apar.eléct.c/função própria, não citada Oculos de sol Outras partes p/armacoes de oculos e artigos semelhantes	1.204.191 379.393 179.662	1 Venezuela 2 Argentina 3 Uruguai
PMI	146°	Siderópolis	2.145.552	Tintas de polimeros sintéticos dispersores não aquosos Partes de maqs.e apars. P/selecionar subst.minerais Vernizes de polimeros sintéticos e dispersos dissolv. Não aquosos	968.944 403.654 301.957	1 Paraguai 2 Argentina 3 Bolívia
PMI	152°	Sangão	1.671.693	Freios e partes, p/ tratores/ veículos automotores Telhas de ceramica	1.455.304 216.389	1 Argentina 2 México 3 Equador

GM	154°	Laguna	1.428.928	Figados, ovas e semen de peixes, congelados Farinhas,pos,"pellets" de peixes,improprs.p/alim.humana	1.297.114 131.814	1 Taiwan 2 Espanha 3 Sri Lanka
PMA	161°	Grão Pará	848.527	Miudezas comestiveis de suino,congeladas Obras de madeira Painéis d/mad. Em bruto ou simpl. Polidos	507.227 274.186 67.114	1 Hong Kong 2 Angola 3 França
PMA	173°	Turvo	293.452	Telhas,ladrilhos,semelhantes De cimento,concreto. Material p/andaimes,armacoes de ferro fund/ferro/aco Elementos pre-fabr.p/construcao,de cimento, concreto.	156.326 46.921 34.774	1 Uruguai 2 Espanha 3 África Do Sul
PMA	194°	São João do Sul	32.825	Fecula de mandioca	32.825	1 Eua
PMI	199°	Maracajá	15.987	Tijolos de ceramica Tintas de poliesteres, Dispersos /dissolv.meio n/aquoso	10.708 5.279	1 Paraguai 2 Uruguai

PMI	205°	Capivari de Baixo	68	Hulha betuminosa,nao aglomerada Semicoques de hulha,linhita ou turfa,carvao de retorta	62 6	1 Eua
-----	------	-------------------	----	--	---------	-------

¹ Refere-se à colocação em relação aos municípios exportadores do Estado.

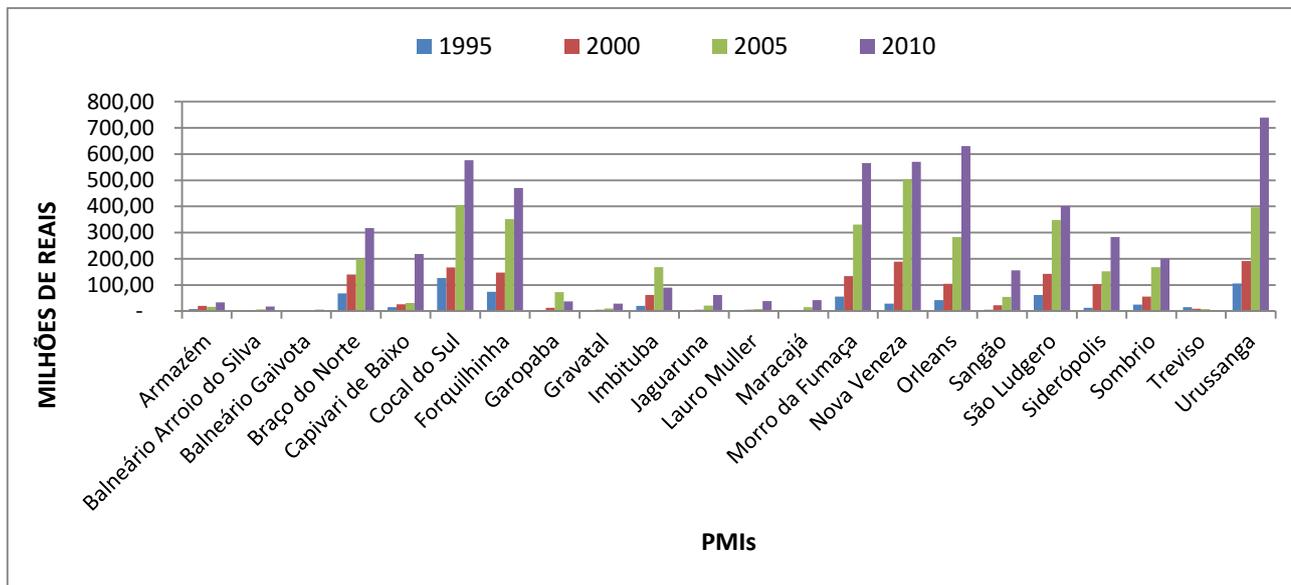
² Grandes municípios, ou seja, com mais de 50.000 habitantes.

³ Pequenos Municípios Industriais

⁴ Pequenos Municípios Agropecuários

FONTE: MDIC, 2013.

Organização: Beltrão, L.M.V.

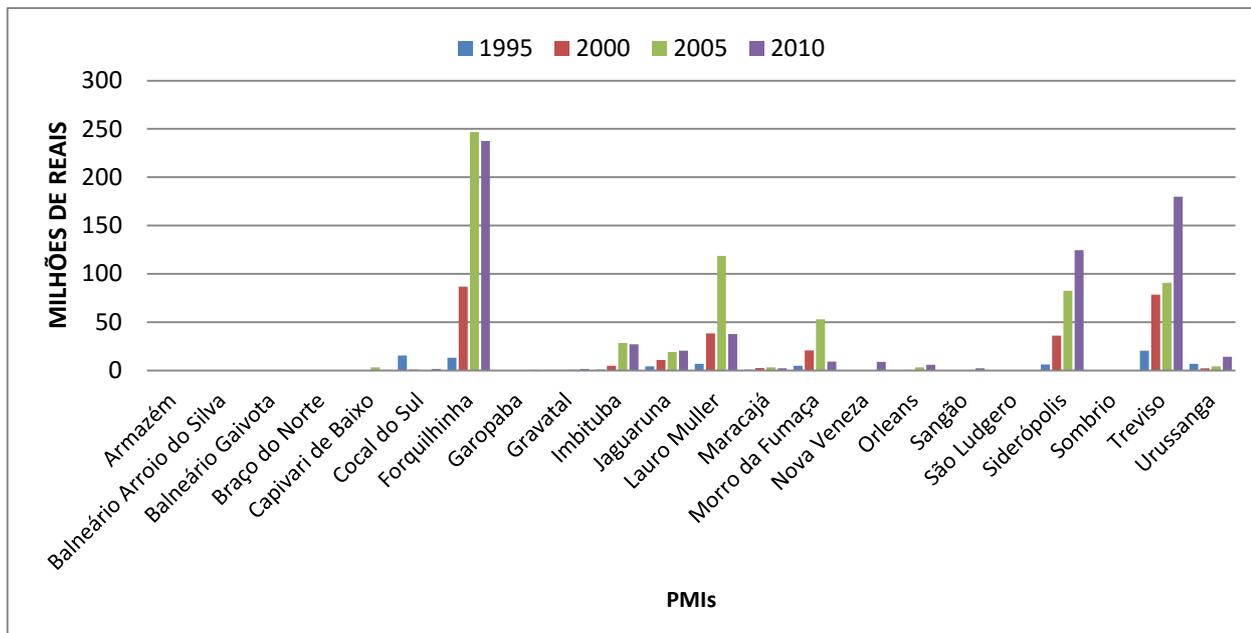


Anexo 2 - Sul de Santa Catarina - Safdas líquidas da indústria de transformação em pequenos municípios industriais
1995-2010

(em milhões de reais)

Fonte de dados: Santa Catarina, 2011

Organização: Beltrão, L.M.V.



Anexo 3 - Sul de Santa Catarina - Saídas líquidas da indústria extrativa mineral em pequenos municípios industriais
1995-2010

(em milhões de reais)

Fonte de dados: Santa Catarina, 2011

Organização: Beltrão, L.M.V.